

Revista eletrônica
HISTÓRIA
EM REFLEXÃO

Artigos Livres

v. 19 n.37 (2024)
Dourados – MS – Brasil
e-ISSN 1981-2434

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

OPERAÇÃO CONDOR
POR UMA HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA NO PARAGUAI CONTEMPORÂNEO FUNDAMENTADA NAS FONTES DO ARQUIVO DO TERROR

CONDOR OPERATION
FOR ONE HISTORY OF VIOLENCE IN CONTEMPORARY PARAGUAY BASED ON SOURCES FROM THE TERROR ARCHIVE

LEANDRO BALLER[1]

MIRIAM CRISTINA FRANCO MATEU[2]

RESUMO

Analisa fontes ligadas à Operação Condor encontradas em meio ao Archivo del Terror no Paraguai. A situação política do país guarani na segunda metade do século XX foi marcada pela ditadura do general Alfredo Stroessner (1954-1989), com uma base sustentada por instituições do Estado, pelo aparato bélico dos militares e partidos políticos que lhe apoiavam, como o Partido Colorado. A análise centra-se em documentos provenientes do próprio poder ditatorial encontrados no final do ano de 1992 próximo de Assunção. O acervo é composto por milhares de documentos de diversas tipologias, como ofícios, memorandos, cartas, convites, ordens, relatórios, controles diversos, entre outros. Os resultados do artigo provêm de uma análise qualitativa das fontes, procurando desvelar fatos escusos da história contemporânea do Paraguai que mostram a violência existente nesse contexto.

Palavras-chave: Paraguai, Política, Ditadura, Século XX.

ABSTRACT

Analyzes sources linked to Operation Condor found in the Archivo del Terror in Paraguay. The political situation of the Guarani country in the second half of the 20th century was marked by the dictatorship of General Alfredo Stroessner (1954-1989), with a base supported by State institutions, the war apparatus of the military and political parties that supported him, such as the Partido Colorado.

[1] Doutor em História, docente do Curso de História e do Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas na Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: lballer@ufgd.edu.br

[2] Doutora em História, Servidora Técnica Administrativa da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: miriammateu@uems.br

The analysis focuses on documents from the dictatorial power itself found at the end of 1992 near Asunción. The collection is made up of thousands of documents of different types, such as letters, memos, letters, invitations, orders, reports, various controls, among others. The results of the article come from a qualitative analysis of the sources, seeking to uncover hidden facts in the contemporary history of Paraguay that show the violence that exists in this context.

Keywords: Paraguay, Politics, Dictatorship, 20th Century.

INTRODUÇÃO

Historiadores/as, pesquisadores/as não raras vezes se debruçam a escrever sobre temas que se destacam em um determinado contexto, procurando demonstrar como alguns eventos históricos se tornaram verdadeiras efemérides, pois anunciam-se no momento da escrita, fazendo com que esse evento seja lembrado, discutido, rememorado, comentado, reinterpretado e sentido.

Por vezes, o próprio contexto a posteriori em que um evento volta à tona e a intensidade no seu tratamento fazem do momento atual algo maior do que o próprio evento foi no passado. Tais lembranças em geral ocorrem em datas comemorativas como no aniversário de determinada ocorrência, infelizmente, a despeito da realidade do passado da Operação Condor que foi muito grave, hoje os usos que fazemos daquele passado apenas nos fazem perceber que não podemos esquecer tanta violência que se fez presente na história, como está marcado nos documentos presentes junto ao *Archivo del Terror*[3].

[3] *Archivo del Terror es la denominación con la que se conoce a un conjunto de documentos oficiales referidos a la represión policial en Paraguay particularmente durante el período de la dictadura de Alfredo Stroessner. El acervo consta con miles de pieças documentales producida entre 1930 y 1992, entre la que se encuentran los documentos vinculados al período stronista, entre 1954 y 1992. El fondo documental contiene entre otras fichas prontuariales, declaraciones indagatorias de detenidos, libros de entrada y salida de presos, información de inteligencia sobre personas u organizaciones, novedades de guardias policiales, cintas de audio de controles realizados, fotografías tomadas por la policía, materiales bibliográficos secuestrados en los allanamientos domiciliarios, entre otra documentación. Los documentos, incautados en un procedimiento judicial realizado el 22 de diciembre de 1992, corresponden al departamento de Investigaciones de la Policía, a la Dirección Nacional de Asuntos Técnicos y al Ministerio del Interior del Paraguay.* Fonte: https://www.cipdh.gob.ar/memorias-situadas/lugar-de-memoria/archivo-del-terror/ (Acessado em 04 de outubro de 2023.)

Consideramos importante dizer isso, pois foi sem pensar na efeméride que há algum tempo iniciamos uma pesquisa com o objetivo de expor sobre como agia o Plano Condor, ou a Operação Condor, especificamente em um contexto espacial determinado, quer seja, uma perspectiva a partir do solo paraguaio. Onde está a efeméride nesse caso? O ano de 2023, mais precisamente em 11 de setembro de 2023, marca meio século de ocorrência do golpe de Estado no Chile, com a derrubada de Salvador Allende e a ascensão da ditadura militar de Augusto Pinochet. O que tem o Paraguai com isso? O governo do então também ditador militar Alfredo Stroessner no Paraguai em 1973 – ano em que Pinochet ascendeu no Chile – já completava quase 20 anos, ou seja, um governo ditatorial planificado. Dois anos após, em outubro de 1975, o país guarani foi um dos primeiros a serem convidados pelo general chileno Manoel Contreras Sepúlveda, com um convite enviado nominalmente ao general paraguaio Francisco Brites, sendo o Paraguai confirmado como integrante de uma força de coordenação a fim de otimizar as atividades de segurança nacional. Momento em que Contreras reforça seu apelo a Brites dizendo que "lhe honraria tê-lo como participante junto as ações dos respectivos países" (Convite para a Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional da Operação Condor, Chile, 1975. Fonte: National Security Archive, fotograma R0022F 0153).

Como chegamos até isso? Lembremos que ao assumir o governo do Paraguai em 1954, Alfredo Stroessner articulou especialmente em parceria com o Partido Colorado e as Forças Armadas do Paraguai as bases que sustentaram e apoiaram seu governo ditatorial ao longo de trinta e cinco anos, até 1989. Neste contexto de Guerra Fria utilizou-se de leis, decretos, do aparato institucional do Estado e sobretudo da propaganda oficial para fomentar e legitimar seu discurso, em grande medida com pauta anticomunista e fez disso um mecanismo disciplinador da sociedade paraguaia, infligindo perseguições, prisões, torturas àqueles que desafiassem o regime. Apesar da repressão como artifício interno de controle social, a oposição se mobilizou desde os primeiros anos do regime *stronista*.

Outras ações e até mesmo outros sentimentos fazem parte dessa miríade, tais como o medo e a desinformação, questões que vem sendo revisadas e

rediscutidas em novos estudos. Sobre o medo, vemos no prólogo da primeira edição do livro intitulado *Es mi informe,* onde Augusto Roa Bastos destaca que.

> *El miedo, el terror, la desesperación, estaban en todas partes. El hueco oscuro de los desaparecidos horadaba el silencio del miedo. Las tumbas horadaban la tierra en cualquer parte, como fuera del mundo, ... incita a la delación, a la traición, a destruir al outro por miedo, por mala conciencia, por ansias de igualarse al poderoso* (ROA BASTOS, 2006, p. 27-28).

Sobre a desinformação, Andrew Nickson (2011, p. 291) constrói sua exposição da questão como sendo um dos mitos do regime stronista. Segundo ele, a desinformação é possível numa sociedade que está completamente absorta das discussões de um determinado evento, o que não se comprova nas suas escritas. Para o autor.

> *mito es que el régimen gobernó el país con casi ningun apoyo de la población, ... de hecho, el régimen contó con el soporte de un número significativo de la población. Este apoyo derivó de dos de los mecanismos de mantenimiento del régimen: manipulación e corrupción.*

Percebemos que essas ações e sentimentos possuem ainda muitos e diversos eixos possíveis de investigações em relação ao tema da ditadura no Paraguai, mas que de maneira breve e objetiva procuramos minimamente pontuar, pois entendemos que ela se torna contributiva da nossa análise sobre a violência, e abre a discussão para compreendermos como Nickson aborda os movimentos de oposição ao regime de Stroessner.

Na análise que constrói tendo como objeto central os movimentos de oposição no período em tela, Andrew Nickson (2004) pondera que a luta armada contra o regime foi frequente, porém reconhece picos de atuação que se concentraram no final dos anos 1950, no início da década seguinte, retornando com mais força na década de 1970, ao evidenciar esses picos não nos permitimos anular outras manifestações que ocorriam no entremeio. Em alguns momentos dirigida pelo principal partido de oposição, o Partido Liberal, em outros por grupos ligados ao Partido Comunista Paraguaio (PCP). Houve ainda a organização com certo destaque por parte de alguns setores dos movimentos estudantis e *campesinos*.

Para melhor organizar nosso texto, consideramos importante construir uma análise morfológica das fontes utilizadas, em especial de um documento que é mais amplo e que a todo momento se fará presente no decorrer do texto, mesmo que de maneira fragmentada, dada a complexidade das informações que constam dessa *Lista*.

O documento – fonte – é intitulado de *Nomina de detenidos en el Departamiento de Investigaciones de Asunción - PY*. Configura-se em uma *Lista*[4] de cinco páginas, com o registro de 51 detidos, datada de 07 de junho de 1975 e que compreende a detenção das pessoas entre o mês de novembro de 1974 e junho de 1975. A *Lista* encontra-se descritivamente separada em seis diferentes grupos, os quais apontamos aqui da maneira como eles estão descritos na fonte, são eles; Grupo EPR[5] (5 detidos: 4 homens e 1 mulher), Grupo MOPAL[6] (1 homem detido), Grupo MOPOCO[7] (4 homens detidos), Caso JEJUI (1 homem detido), Grupo ACARAY II (1 homem detido), e o Grupo de AVERIGUACIONES (39 detidos: 37 homens e 2 mulheres).

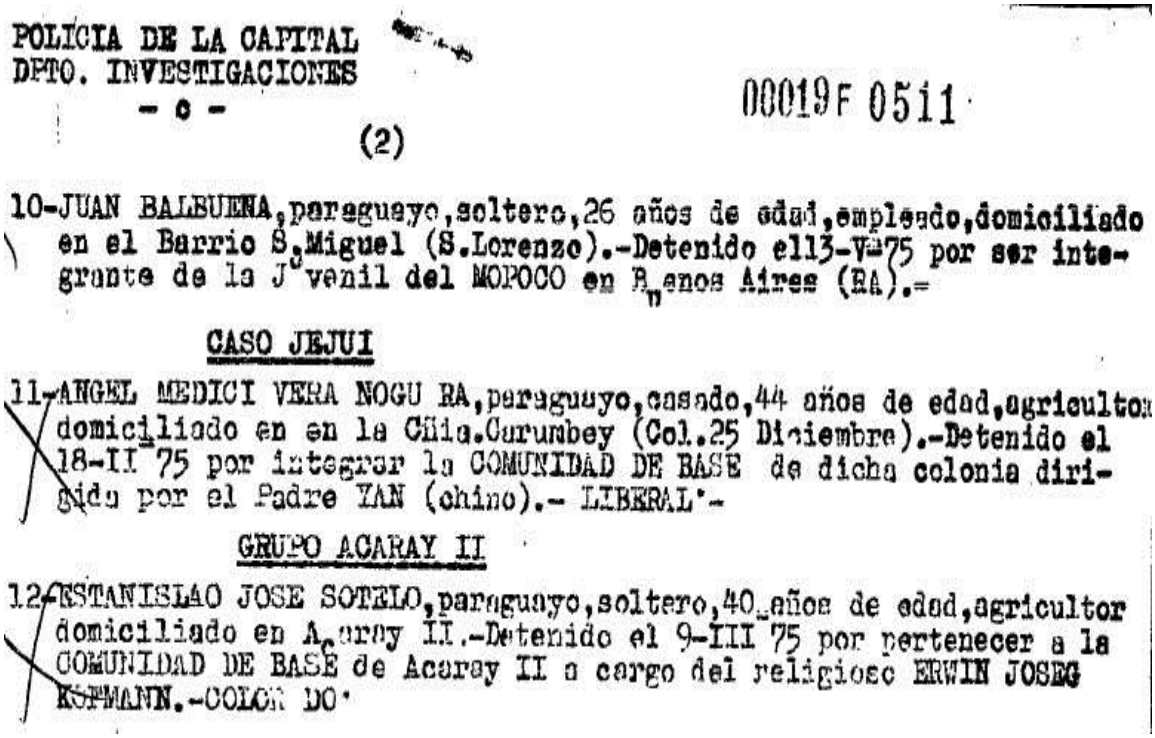
A *Lista* compreende detidos de oito diferentes nacionalidades com seis delas sendo da América do Sul e duas da Europa, em termos concretos são 30 do Paraguai, 6 do Brasil, 6 da Argentina, 2 do Peru, 2 do Uruguai, 1 do Chile, 2 da Alemanha, e 2 da França. É importante destacar que todos/as os não paraguaios/as estão descritos/as no *Grupo de Averiguaciones*. Podemos perceber a partir do consta na *Lista* que o aparecimento de pessoas detidas com diferentes nacionalidades expresso num único documento, não se dá com a preocupação exclusiva pautada na doutrina de Segurança Nacional que era sempre trazida à tona, mas sim por motivos diversos, desde atuarem como comerciantes de ferro, roubo de carro, por compor a comunidade de base, por ingressar com documentos ilegais no país, ou seja, essas detenções mostram

[4] A partir desse momento, sempre que nos referirmos ao documento o chamaremos de *LISTA.*
[5] Insurgência do Exército Revolucionário Paraguaio (1973-76).
[6] Movimento de Libertação do Paraguai.
[7] Movimento Popular Colorado, criado em 1959 por jovens dissidentes do Partido Colorado em plena ditadura stronista, suas principais reivindicações eram democráticas, em 1960 foram expulsos do Partido e se exilaram na Argentina, não raras vezes tentavam regressar ao Paraguai onde eram corriqueiramente presos e novamente expulsos, apenas após 1983 é que seus membros foram autorizados a voltar ao país de origem, momento em que passavam por um processo de entrevista ainda no aeroporto e as autoridades paraguaias exigiam e entrega de dados, tais como referências sobre moradia, emprego, parentes e outros pormenores.

como existiam práticas que posteriormente seriam oficializadas como atuação da Operação Condor e como isso ocorria no Paraguai.

No fragmento exposto a seguir percebemos na descrição da *Lista,* a expressão de três diferentes movimentos que faziam parte da sociedade paraguaia naquele contexto e estão contidos no documento quando do contexto em que eles foram apreendidos. Um deles é apreendido por ser integrante da juventude do MOPOCO em Buenos Aires, outro é um Liberal que integrava a comunidade de base[8] na Colonia Carumbey no Paraguai dirigida por um Padre chinês, e por último um Colorado detido por pertencer à comunidade de base de Acaray II do Paraguai a cargo de um religioso com nome presumivelmente originário alemão. Ou seja, a averiguação das autoridades ditatoriais do Paraguai recaía mais sobre pessoas que tinham aproximações com movimentos que buscavam uma saída democrática, muito embora nem sempre aos moldes liberais. No caso expresso, percebe-se a influência ou participação internacional na vida dessas pessoas.

Imagem 01: Fragmento parcial da Lista. *Nómina de detenidos en el Departamiento de Investigaciones* (Asunción - PY, 1975)



POLICIA DE LA CAPITAL
DPTO. INVESTIGACIONES
- 0 -

00019F 0511

(2)

10-JUAN BALBUENA,paraguayo,soltero,26 años de edad,empleado,domiciliado en el Barrio S.Miguel (S.Lorenzo).-Detenido el13-V-75 por ser integrante de la Juvenil del MOPOCO en Buenos Aires (RA).-

CASO JEJUI

11-ANGEL MEDICI VERA NOGUERA,paraguayo,casado,44 años de edad,agricultor domiciliado en en la Cilia.Carumbey (Col.25 Diciembre).-Detenido el 18-II 75 por integrar la COMUNIDAD DE BASE de dicha colonia dirigida por el Padre YAN (chino).- LIBERAL.-

GRUPO ACARAY II

12-ESTANISLAO JOSE SOTELO,paraguayo,soltero,40 años de edad,agricultor domiciliado en Acaray II.-Detenido el 9-III 75 por pertenecer a la COMUNIDAD DE BASE de Acaray II a cargo del religioso ERWIN JOSEG KOPMANN.-COLOR DO.

Fonte: *National Security Archive*, fotograma R00019F-0511

[8] As comunidades de base no contexto exposto estavam ligadas a organização religiosa e no caso em tela – ao que parece – dizem respeito a trabalhadores do campo no país.

Muito embora apareçam alguns movimentos que demonstram a contestação de oposição ao regime, podemos frisar com segurança o exemplo de experiências marcantes de grupos insurgentes no Paraguai ditatorial, tais como foram o *Movimiento 14 de Mayo*, e o *El Frente Unido de Liberación Nacional* (FULNA)[9]. Naquele contexto toda e qualquer ação opositora à ditadura foi importante e deve ser levada em consideração. Nosso objetivo não é mensurar juízos de valor sobre uma ou outra, mas apenas expô-las para conhecimento de um público mais amplo, e destaca-las sempre que aparecerem nas fontes.

Durante praticamente todo o período em que vigorou, o regime ditatorial voltou os olhos para as organizações campesinas, notadamente as *Ligas Agrarias Cristianas*. Em abril de 1976, uma violenta repressão, conhecida como *La Pascua Dolorosa*, infligiu aos *campesinos* os nefastos instrumentos do regime: perseguições, prisões, torturas e assassinatos. Nem mesmo padres foram poupados, sendo que vários deles foram expulsos do Paraguai. Ignácio Telesca (2014) observa que nos documentos oficiais *de la policia*, praticamente não havia referências às *Ligas Agrarias Cristianas*, sendo comum aparecer apenas *Ligas Agrarias Campesinas*.

Para o autor, essa era a maneira de referenciar determinados setores e ocultar outros, foi uma narrativa construída como uma forma de mascarar a repressão que ocorria também contra a Igreja Católica. O Paraguai é um país com fortes laços religiosos ligados ao cristianismo e nesse segmento a denominação Católica é expressiva. O historiador argentino Ignácio Telesca pesquisador da história do Paraguai tem se ocupado entre outras coisas de escrever sobre a presença e atuação do clero no país em diferentes momentos.

Ao explorar a importância da Igreja no contexto da ditadura de Stroessner, o autor diz que havia um conjunto de ações ocorrendo em várias partes do mundo que faziam da Igreja Católica uma instituição ligada ao campo

[9] O *Movimiento 14 de Mayo* foi criado em Buenos Aires, em 1958, por jovens paraguaios exilados que integravam o Partido Liberal e o Partido Revolucionário Febrerista. A Frente Unida de Libertação Nacional (FULNA) foi criada em 1959, por membros do Partido Comunista Paraguaio, revigorados pelo êxito da Revolução Cubana nesse mesmo ano. Esses movimentos armados chegaram a adentrar o território paraguaio, mas foram desarticulados logo no início de suas operações por forças policiais e militares do regime *stronista*.

progressista e no Paraguai isso não foi diferente. Entre algumas dessas ações podemos citar o Concílio Vaticano II ocorrido entre 1962 e 1965 em Roma, com o impulso de abertura e renovação, em 1963 foi criado o Semanário *Comunidad,* da Conferência Episcopal Paraguaya (CEP), que analisava semanalmente a realidade do país e não deixava de denunciar as injustiças do regime ditatorial.

Os enfrentamentos da Igreja com o regime ditatorial foram inevitáveis, a presença de bispos com discussões provenientes do Concílio, entre eles os bispos Ramón Bogarín Argaña e Aníbal Maricevich Fleitas acirrou-se. Segundo Telesca (2014, p. 22) em 1969 ocorreu um grande choque entre a Igreja e o regime, primeiro pela defesa aos prisioneiros políticos e em segundo pela oposição a visita de Rockefeller enviado especial do governo dos EUA ao Paraguai. Nesse ano houve muitas manifestações contra esses dois fatos, e a repressão de Stroessner se fez presente com a perseguição aos jovens que se refugiaram nos templos religiosos, em seguida houve o fechamento do Semanário *Comunidad,* e a expulsão do país de Pa'i Oliva[10]. Segundo Telesca.

> *Los años siguientes fueron los más tirantes. Tanto en el campo como en la ciudad la Iglesia se presentaba como la instancia opositora al régimen dictatorial. Comunidades fueron reprimidas y curas expulsados. La voz del coloradismo y el periódico Patria no desaban de insultar y ridicularizar el acionar de la Iglesia (...). Los que estaban comprometidos siguieron estándolo. Pero ya se notaba un distanciamento de la jerarquia con las bases. Los campesinos lo notaron en seguida e intentaron forzar a la Iglesia a que se recobrara sus bríos* (TELESCA, 2014, p. 22).

A construção de uma narrativa que não se opusesse à Igreja era importante, mesmo que fosse para não sublevar um público que por ventura acessava algumas das informações que saíam de dentro do governo ditatorial, mantendo assim uma pretensa harmonia entre Estado e Religião, já que a ideia era deixar claro que não estavam torturando *campesinos cristianos,* mas supostos comunistas infiltrados no país e que se ocultavam no interior de alguns movimentos, tais como dentro dos movimentos campesinos. Ou ainda, o objetivo era indicar que os inimigos do Estado não eram os religiosos católicos.

[10] Francisco de Paula Oliva foi um jesuíta e jornalista espanhol, conhecido no Paraguai como Pa'i Oliva, denominação do sacerdote em guarani, se dedicava ao anseio dos mais pobres e à defesa dos direitos sociais, invariavelmente era chamado pela alcunha de "Lenin dos Camponeses".

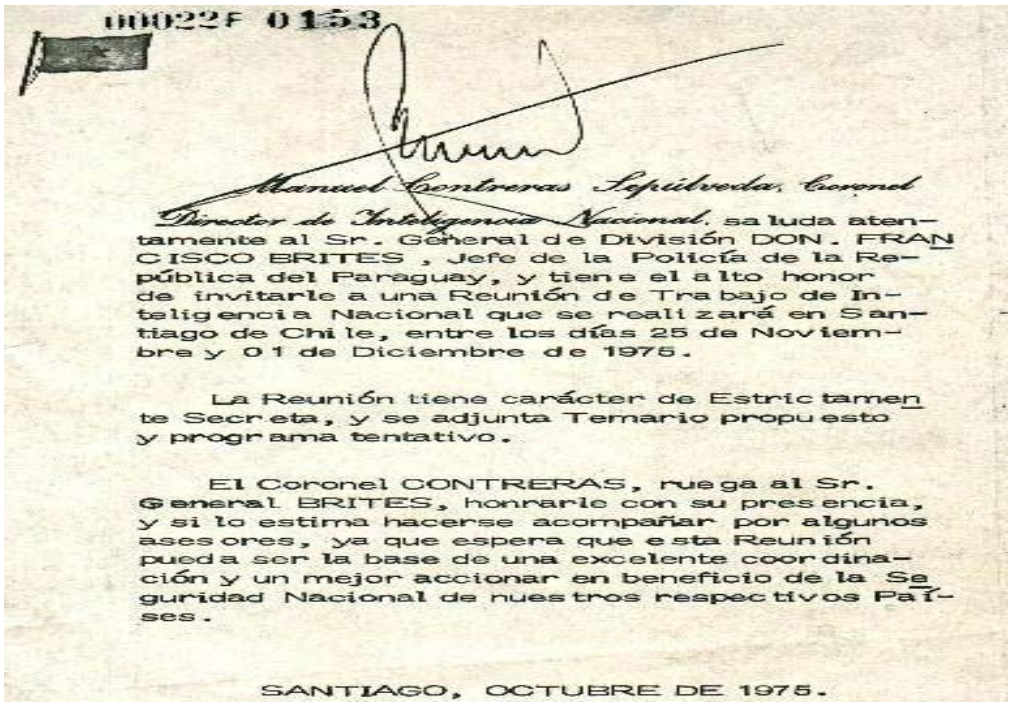
1. DITADURA STRONISTA E OPERAÇÃO CONDOR: ACIRRANDO A VIOLÊNCIA

A década de 1970 foi um período de intensa repressão aos dissidentes, com o discurso anticomunista presente e impregnando as leis promulgadas no período. Na conjuntura de perseguições políticas aos movimentos de esquerda surgiu a partir de 1975 uma aliança entre as ditaduras do Cone Sul, e a denominada Operação Condor[11]. Criada por sugestão do governo militar chileno, na pessoa do Coronel Manuel Contreras Sepúlveda, chefe da *Dirección de Inteligencia Nacional de Chile* (DINA). A aliança entre Chile, Paraguai, Bolívia, Argentina, Uruguai, e por ventura outros países, que posteriormente se aliaram, possibilitou a repressão e perseguição aos opositores dos governos militares dos países que formavam a aliança além de suas fronteiras nacionais, em consonância com a Doutrina de Segurança Nacional. No convite enviado ao governo paraguaio para participar da *Primera Reunión de Trabajo de Inteligência Nacional* explicita a questão da Segurança Nacional sendo apresentada como prioridade aos países da região, posteriormente essas discussões da reunião irão aparecer na Atas produzidas por ocasião das tratativas.[12]

[11] Segundo John Dinges (2004), o nome Condor foi sugestão da delegação militar uruguaia em homenagem ao país sede da operação (Chile), a ave da região andina é um símbolo nacional chileno, integrando inclusive o brasão oficial do país.

[12] Um exemplo das tratativas pode ser observado no documento que é considerado a Acta Fundacional da Operação Condor, embora seja datada de 28/01/1975, a própria Ata evidencia que já havia operações em curso antes de sua assinatura. A Ata funciona naquele contexto como um instrumento de formalização, pois a todo momento ela recomenda revisões. Logo, se há necessidade de revisões, é porque algo já ocorria de maneira organizada. Disponível em: <http://www.johndinges.com/condor/documents/Acta final.htm>. Acesso em: 08/10/2023

Imagem 02: Convite para a Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional da Operação Condor (Chile, 1975)



0022F 0153

Manuel Contreras Sepúlveda, Coronel
Director de Inteligencia Nacional, saluda atentamente al Sr. General de División DON. FRANCISCO BRITES, Jefe de la Policía de la República del Paraguay, y tiene el alto honor de invitarle a una Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional que se realizará en Santiago de Chile, entre los días 25 de Noviembre y 01 de Diciembre de 1975.

La Reunión tiene carácter de Estrictamente Secreta, y se adjunta Temario propuesto y programa tentativo.

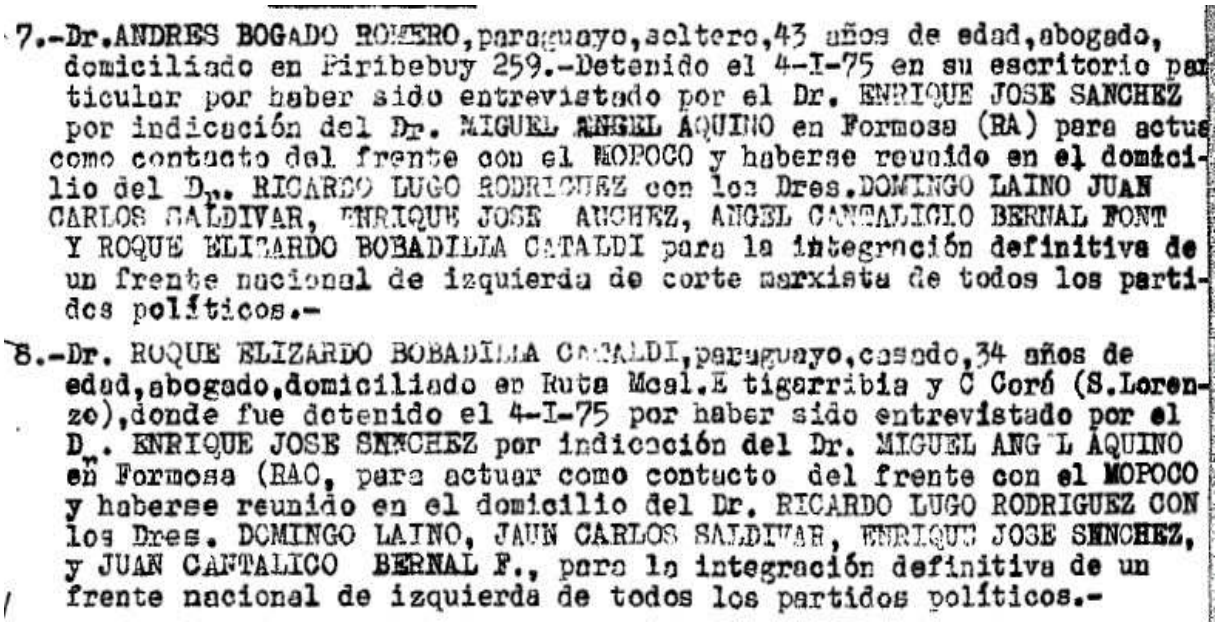
El Coronel CONTRERAS, ruega al Sr. General BRITES, honrarle con su presencia, y si lo estima hacerse acompañar por algunos asesores, ya que espera que esta Reunión pueda ser la base de una excelente coordinación y un mejor accionar en beneficio de la Seguridad Nacional de nuestros respectivos Países.

SANTIAGO, OCTUBRE DE 1975.

Fonte: National Security Archive, fotograma R0022F 0153

Segundo o documento, Manuel Contreras percebia a cooperação entre os países do Cone Sul como urgente à medida que a oposição – esquerda – se organizava sem respeitar as fronteiras territoriais, infiltrando-se na vida nacional, organizando lideranças regionais em especial no interior dos partidos políticos.

Imagem 03: Fragmento parcial da Lista. Nómina de detenidos en el Departamiento de Investigaciones (Asunción - PY, 1975)



7.-Dr.ANDRES BOGADO ROMERO,paraguayo,soltero,43 años de edad,abogado, domiciliado en Piribebuy 259.-Detenido el 4-I-75 en su escritorio particular por haber sido entrevistado por el Dr. ENRIQUE JOSE SANCHEZ por indicación del Dr. MIGUEL ANGEL AQUINO en Formosa (RA) para actuar como contacto del frente con el MOPOCO y haberse reunido en el domicilio del D.. RICARDO LUGO RODRIGUEZ con los Dres.DOMINGO LAINO JUAN CARLOS SALDIVAR, ENRIQUE JOSE SANCHEZ, ANGEL CANTALICIO BERNAL FONT Y ROQUE ELIZARDO BOBADILLA CANTALDI para la integración definitiva de un frente nacional de izquierda de corte marxista de todos los partidos políticos.-

8.-Dr. ROQUE ELIZARDO BOBADILLA CANTALDI,paraguayo,casado,34 años de edad,abogado,domiciliado en Ruta Mcal.E tigarribia y C Corá (S.Lorenzo),donde fue detenido el 4-I-75 por haber sido entrevistado por el D.. ENRIQUE JOSE SANCHEZ por indicación del Dr. MIGUEL ANGEL AQUINO en Formosa (RA), para actuar como contacto del frente con el MOPOCO y haberse reunido en el domicilio del Dr. RICARDO LUGO RODRIGUEZ CON los Dres. DOMINGO LAINO, JAUN CARLOS SALDIVAR, ENRIQUE JOSE SANCHEZ, y JUAN CANTALICO BERNAL F., para la integración definitiva de un frente nacional de izquierda de todos los partidos políticos.-

Fonte: National Security Archive, fotograma R00019F-0510

A *Lista* evidencia essa preocupação em vários momentos, acima trouxemos duas passagens com paraguaios detidos por serem supostamente integrantes de uma frente nacional de esquerda em todos os partidos políticos, um inclusive ainda mais taxativo por ter uma tendência de esquerda de "corte marxista".

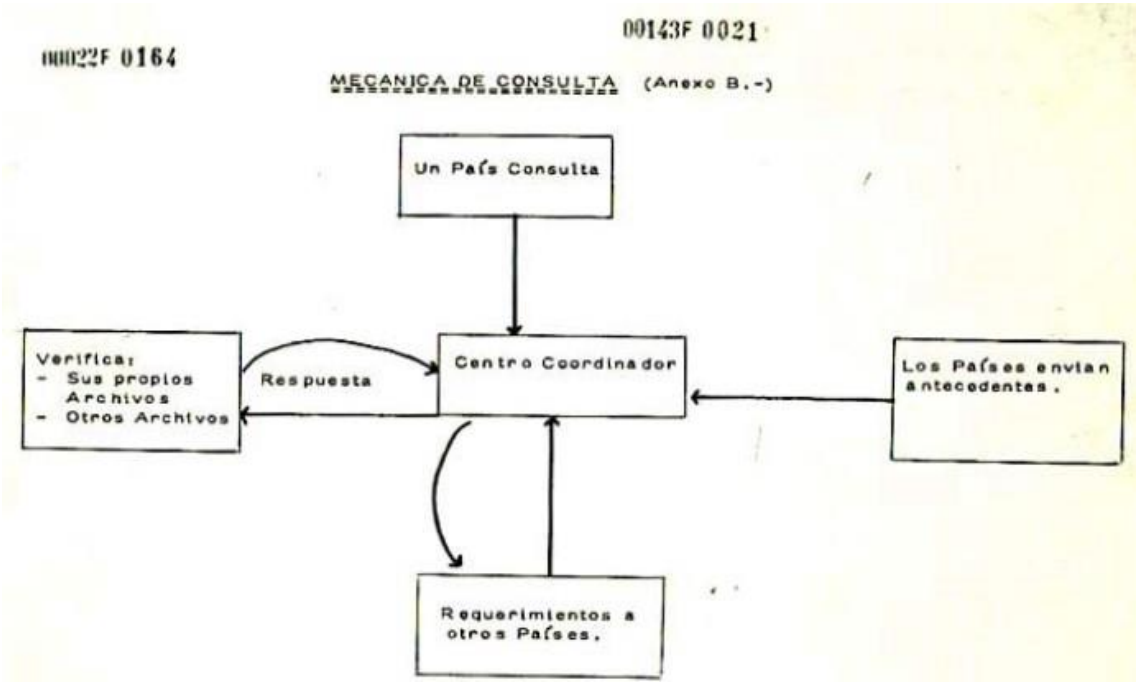
Na *Lista* é perceptível a presença de outros nomes de pessoas que ao longo do tempo foram se tornando influentes na vida política, como por exemplo, o paraguaio Domingo Laíno, e nesses casos a acusação de ter ocorrido interlocução com outras pessoas, inclusive da Argentina. Ao que consta pela literatura e do que a História nos reporta, a preocupação com as relações mantidas na Argentina decorria de vários motivos. Um deles seria a crise provocada pelo exílio de Perón no Paraguai. Pois para o governo paraguaio, os novos governantes argentinos estavam descontentes com o exílio de Perón no Paraguai, em contrapartida eles acabavam sendo condescendentes com a oposição ao regime paraguaio que naquele contexto estava exilada na Argentina.

O aparato repressivo contava com um banco de dados e uma central de informações, alimentados pelos Serviços de Inteligência dos respectivos países,

com o uso de tecnologias modernas à época como telex, criptografia, computadores, microfilmagem, telefones com inversão de vozes e, ainda, reuniões periódicas entre as forças de segurança do Cone Sul. Esses três elementos básicos: banco de dados, central de informações e reuniões de trabalhos bilaterais ou multilaterais, formavam o Sistema de Coordenação e de Consultas de Segurança que regia a Operação Condor. Nos organogramas a seguir observamos o método para as consultas entre os países envolvidos no projeto, bem como todo o aparato enredado nessas tarefas.

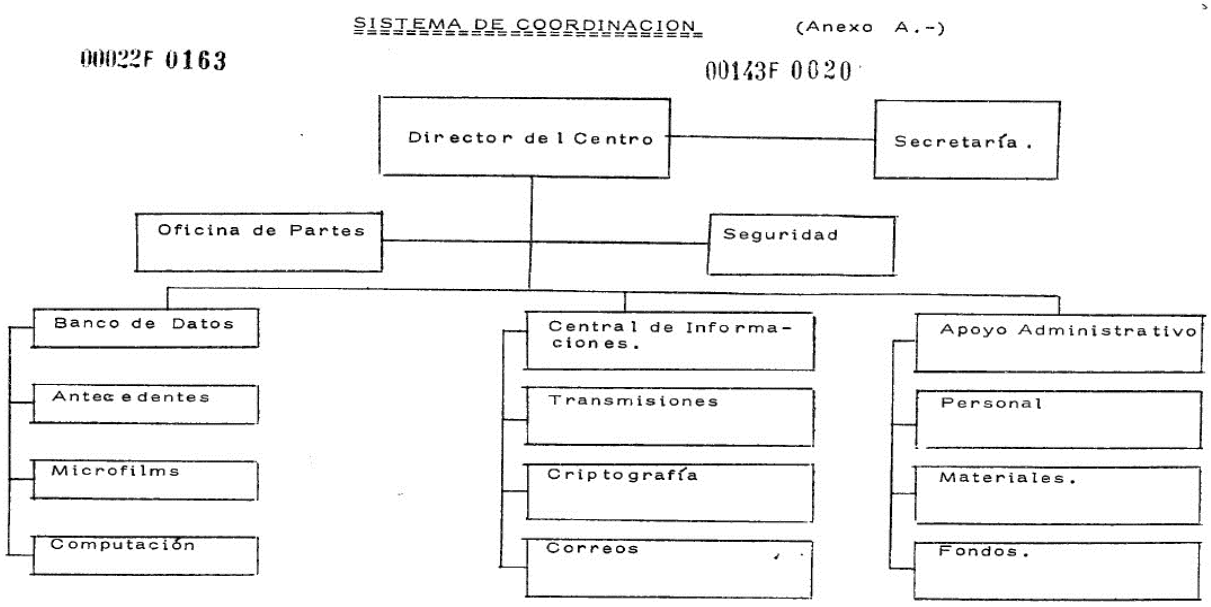
Tanto na mecânica de consulta, quanto no sistema de coordenação (figuras 04 e 05), há uma intrincada rede que se formou entre os países que faziam parte das operações, assim como designaram as tarefas ali expostas. Estabeleceram no Chile um arquivo centralizado de antecedentes pessoais, de organizações, e de atividades, conectadas direta ou indiretamente com aquilo que a Operação Condor caracterizava como subversivo. Esse banco de dados foi manejado, financiado e alimentado pelos serviços de segurança dos países interessados de acordo com um regulamento orgânico de funcionamento. Para o bom desempenho era necessário contar com um sistema de comunicação moderno e ágil, permitindo a entrega das informações rápida e forma correta, no contexto podemos descrever as transmissões por Telex, Correios, por meio de telefones com inversores de voz ou ainda com mensagens criptografadas, usando um alfabeto de substituições simples entre letras maiúsculas e minúsculas, decifrando assim as “chaves” das informações, tudo com apoio técnico e administrativo de pessoal treinado previamente e com imunidade diplomática. Consulta e coordenação operavam com base em três elementos básicos, banco de dados, central de informações, e as reuniões de trabalho, formando assim o sistema de segurança proposto.

Imagem 04 - Organograma do Sistema de Consulta da Operação Condor (Chile, 1975)



Fonte: National Security Archive, fotograma R0022F-0164

Imagem 05 - Organograma do Sistema de Coordenação da Operação Condor (Chile, 1975)



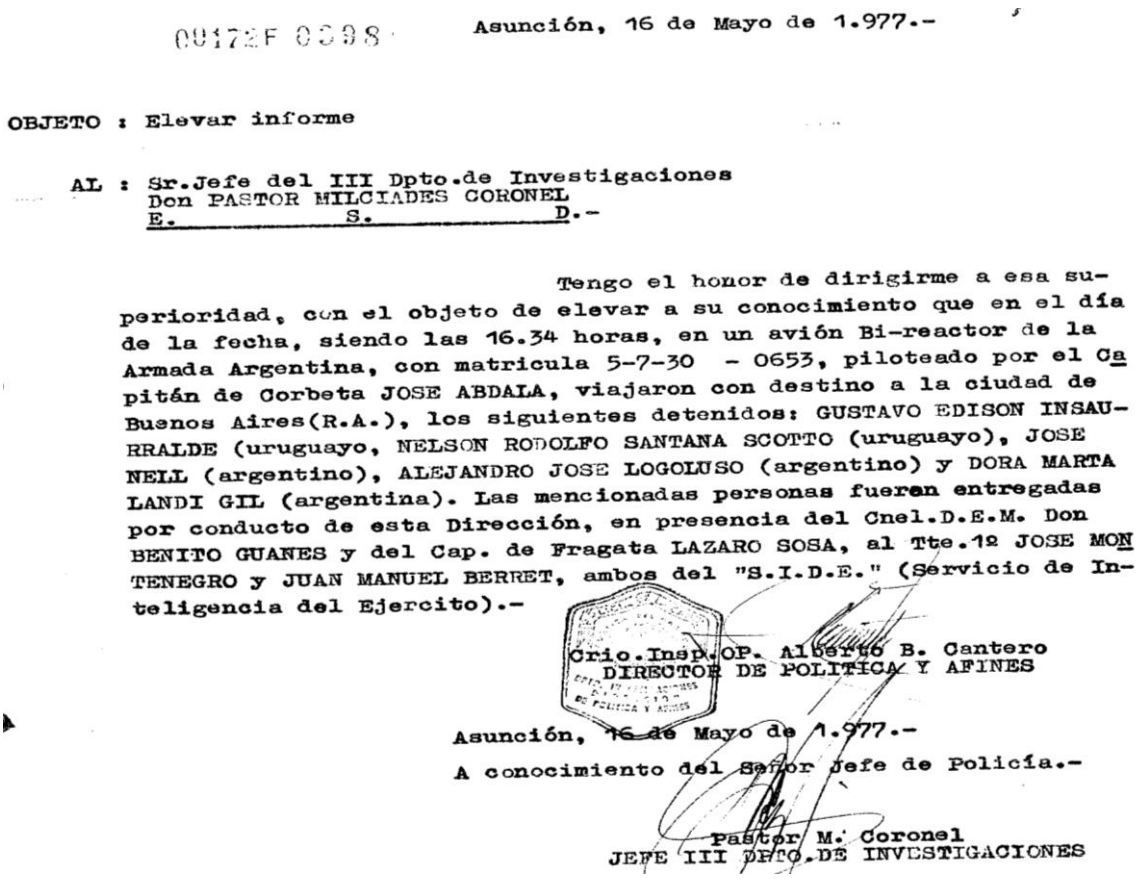
Fonte: National Security Archive, fotograma 00022F-0163

Para Fabiano de Souza (2011), a Operação Condor significou a desarticulação dos movimentos de esquerda nos países envolvidos, através da eliminação dos considerados subversivos em qualquer ponto do continente. Essa organização militar de cunho repressivo ultrapassou as fronteiras geográficas, integrando os serviços de inteligência desses países a partir de trocas de prisioneiros políticos e de informações sobre membros dos movimentos de esquerda. Sequestros, torturas e assassinatos de pessoas foram levados a cabo em detrimento das convenções internacionais de Direitos Humanos.

Ao nos aprofundar sobre o modo de agir da Operação Condor deduzimos a partir das fontes que respeitava-se as fronteiras ideológicas de maneira unilateral, ou seja, com um viés anticomunista, a perseguição às matrizes de pensamento voltadas à esquerda davam o tom às ações da Operação Condor. Parafraseando Nilson Cesar Mariano, em *As Garras do Condor*, podemos dizer que com a eclosão dos golpes de Estado na América do Sul e a ascensão do terrorismo de Estado, derrubou-se fronteiras políticas e ideológicas para eliminar adversários dos regimes militares, em geral opositores que representavam uma forma de pensar mais progressista.

Com isso há o temor de movimentos revolucionários discordantes dela, como socialistas ou comunistas, pois caso saíssem vitoriosos no Cone Sul latino-americano, tal receio se sobrepôs às jurisdições das fronteiras nacionais. O temor que os regimes militares sul-americanos possuíam e também o governo estadunidense se intensificou com a vitória da Revolução Cubana em 1959. Segundo Souza (2011), documentos nos EUA apontam que a Agência Central de Inteligência (CIA) e os serviços de inteligência do país apoiaram e incentivaram a integração das forças de segurança dos países do Cone Sul, em resposta aos movimentos comunistas representados por organizações de esquerda que se mobilizavam por toda a América Latina.

Imagem 06 - Informe do Departamento de Investigações da Polícia paraguaia sobre a entrega de presos políticos ao governo argentino (Paraguai, 1977)



00172F 0398

Asunción, 16 de Mayo de 1.977.-

OBJETO : Elevar informe

AL : Sr.Jefe del III Dpto.de Investigaciones
Don PASTOR MILCIADES CORONEL
E. S. D.-

Tengo el honor de dirigirme a esa superioridad, con el objeto de elevar a su conocimiento que en el día de la fecha, siendo las 16.34 horas, en un avión Bi-reactor de la Armada Argentina, con matricula 5-7-30 - 0653, piloteado por el Capitán de Corbeta JOSE ABDALA, viajaron con destino a la ciudad de Buenos Aires(R.A.), los siguientes detenidos: GUSTAVO EDISON INSAURRALDE (uruguayo, NELSON RODOLFO SANTANA SCOTTO (uruguayo), JOSE NELL (argentino), ALEJANDRO JOSE LOGOLUSO (argentino) y DORA MARTA LANDI GIL (argentina). Las mencionadas personas fueron entregadas por conducto de esta Dirección, en presencia del Cnel.D.E.M. Don BENITO GUANES y del Cap. de Fragata LAZARO SOSA, al Tte.1º JOSE MONTENEGRO y JUAN MANUEL BERRET, ambos del "S.I.D.E." (Servicio de Inteligencia del Ejercito).-

Crio.Insp.OP. Alberto B. Cantero
DIRECTOR DE POLITICA Y AFINES

Asunción, 16 de Mayo de 1.977.-

A conocimiento del Señor Jefe de Policía.-

Pastor M. Coronel
JEFE III DPTO.DE INVESTIGACIONES

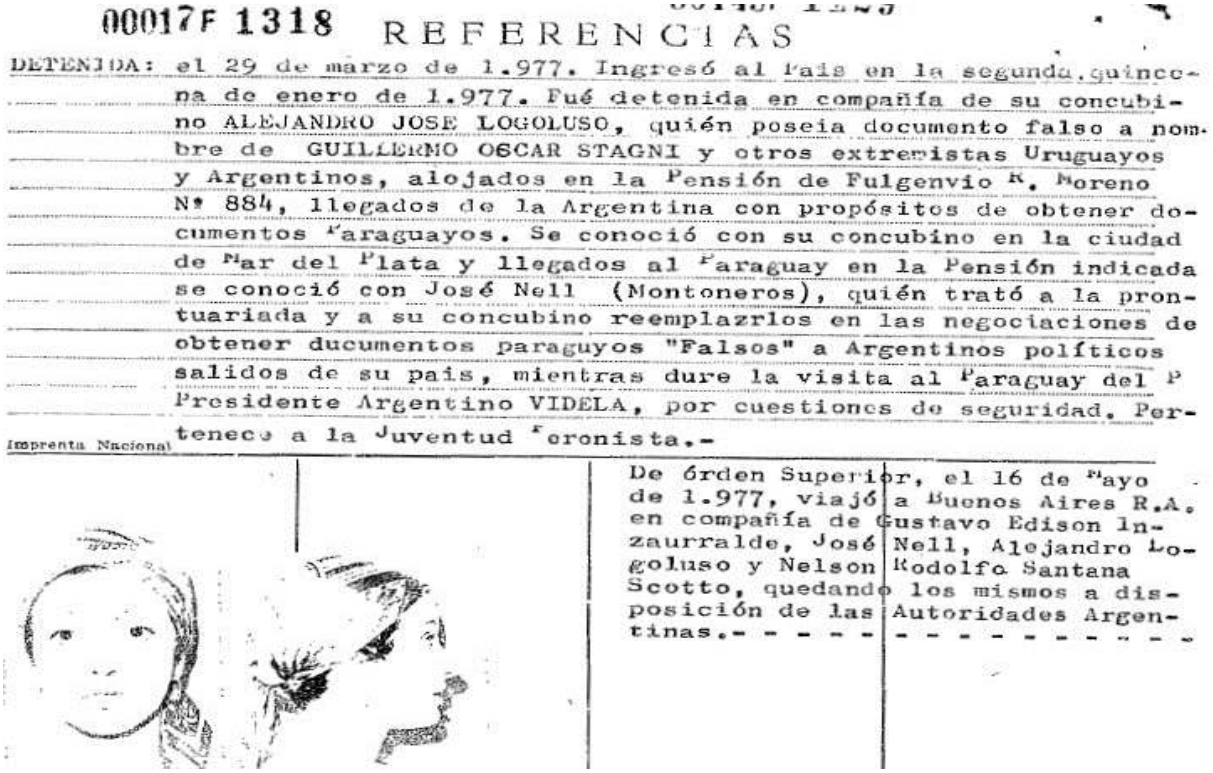
Fonte: National Security Archive, fotograma 00172F 0398

O informe comunicava ao chefe do Departamento de Investigações do Paraguai, Pastor Milcíades Coronel, a entrega de cidadãos uruguaios e argentinos, presos em território paraguaio, ao governo argentino. No documento constata-se o traslado desses prisioneiros pela Marinha Argentina, com a presença de oficiais militares de ambos os países, corroborando o que Manuel Contreras pontuava como mútua cooperação dos Serviços de Inteligência do Cone Sul.

Em uma busca rápida em outros documentos que faziam referência aos nomes dos detidos expulsos do Paraguai, nos fixamos na acusação presente na *ficha* 3850 de Dora Marta Landi Gil, mulher, argentina, solteira, empregada, peronista e que entrou no Paraguai pela cidade de Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este) no final do mês de janeiro de 1977. Segundo as referências em sua *ficha,* ela adentrou o país com outras pessoas, identificados como extremistas uruguaios, na tentativa de requerer documentos paraguaios falsos,

que segundo o Departamento de Investigações serviriam para municiar outros ativistas políticos de esquerda provenientes da República Argentina.

Imagem 07 - Departamiento de Investigaciones, Dirección de Registros de Extranjeros. Ficha 3850 de Dora Marta Landi Gil - Asunción – PY (29/03/1977).



00017F 1318 REFERENCIAS

DETENIDA: el 29 de marzo de 1.977. Ingresó al Pais en la segunda quincena de enero de 1.977. Fué detenida en compañía de su concubino ALEJANDRO JOSE LOGOLUSO, quién poseia documento falso a nombre de GUILLERMO OSCAR STAGNI y otros extremistas Uruguayos y Argentinos, alojados en la Pensión de Fulgenvio R. Moreno Nº 884, llegados de la Argentina con propósitos de obtener documentos Paraguayos. Se conoció con su concubino en la ciudad de Mar del Plata y llegados al Paraguay en la Pensión indicada se conoció con José Nell (Montoneros), quién trató a la prontuariada y a su concubino reemplazrlos en las negociaciones de obtener ducumentos paraguyos "Falsos" a Argentinos políticos salidos de su pais, mientras dure la visita al Paraguay del Presidente Argentino VIDELA, por cuestiones de seguridad. Pertenece a la Juventud Peronista.-

Imprenta Nacional

De órden Superior, el 16 de Mayo de 1.977, viajó a Buenos Aires R.A. en compañía de Gustavo Edison Inzaurralde, José Nell, Alejandro Logoluso y Nelson Rodolfo Santana Scotto, quedando los mismos a disposición de las Autoridades Argentinas.- - - - - - - - - - - - - - - -

Fonte: National Security Archive, fotograma R0017-F 01317/01318/01319.

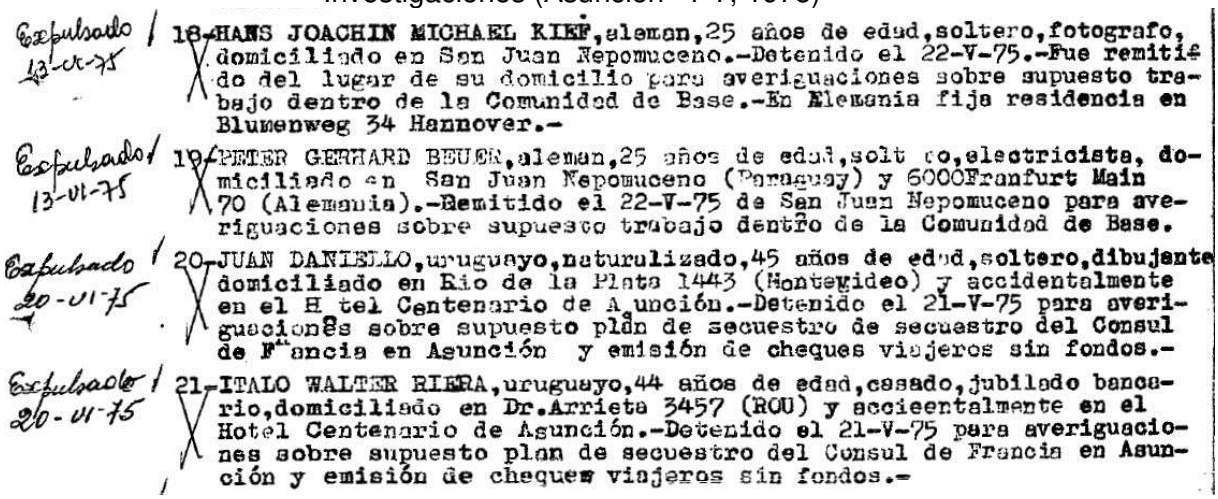
John Dinges (2004) destaca que os Serviços de Inteligência dos países envolvidos na Operação Condor trocavam informações, permitindo que todos soubessem os movimentos dos supostos inimigos em outros países. Capturados os subversivos, a máquina repressiva entrava em ação, com os interrogatórios. As informações seriam compartilhadas, "(...) caso solicitado, o esquerdista apreendido seria transportado ao seu país natal para novos interrogatórios e eventual execução" (2004, p. 36).

Padrós (2007) pontua que, coerente com a Doutrina de Segurança Nacional, a guerra contra o "inimigo interno" implicou numa "guerra interna", ilegal e clandestina, características da Operação Condor. A implantação das diretrizes de Segurança Nacional exigiu o confronto total com a oposição política,

que só poderia terminar com a aniquilação total e permanente dos inimigos. Para aniquilar os subversivos utilizou-se o sequestro, a tortura, o desaparecimento de pessoas, o extermínio e os instrumentos da "guerra psicológica".

O exemplo da estreita vigilância perpetrada pelo *Departamento de Investigaciones* do Paraguai vemos a *Lista* dantes analisada morfologicamente com dezenas de nomes, divididos em grupos: movimentos de esquerda (E.P.R. e MOPAL), regionais (Jejuí e Acaray II), e inclusive de dentro do Partido Colorado como é o caso do MOPOCO, e as averiguações. O documento (*Lista*) contém informações pessoais de cada cidadão, a data de sua detenção e até mesmo a filiação partidária.

Imagem 08: Fragmento parcial da Lista. Nómina de detenidos en el Departamiento de Investigaciones (Asunción - PY, 1975)



Expulsado 13-VI-75 / 18-HANS JOACHIN MICHAEL KIEF,aleman,25 años de edad,soltero,fotografo, domiciliado en San Juan Nepomuceno.-Detenido el 22-V-75.-Fue remitido del lugar de su domicilio para averiguaciones sobre supuesto trabajo dentro de la Comunidad de Base.-En Alemania fija residencia en Blumenweg 34 Hannover.-

Expulsado 13-VI-75 / 19-PETER GERHARD BEUER,aleman,25 años de edad,soltero,electricista, domiciliado en San Juan Nepomuceno (Paraguay) y 6000Franfurt Main 70 (Alemania).-Remitido el 22-V-75 de San Juan Nepomuceno para averiguaciones sobre supuesto trabajo dentro de la Comunidad de Base.

Expulsado 20-VI-75 / 20-JUAN DANIELLO,uruguayo,naturalizado,45 años de edad,soltero,dibujante domiciliado en Rio de la Plata 1443 (Montevideo) y accidentalmente en el Hotel Centenario de Asunción.-Detenido el 21-V-75 para averiguaciones sobre supuesto plan de secuestro de secuestro del Consul de Francia en Asunción y emisión de cheques viajeros sin fondos.-

Expulsado 20-VI-75 / 21-ITALO WALTER RIERA,uruguayo,44 años de edad,casado,jubilado bancario,domiciliado en Dr.Arrieta 3457 (ROU) y accieentalmente en el Hotel Centenario de Asunción.-Detenido el 21-V-75 para averiguaciones sobre supuesto plan de secuestro del Consul de Francia en Asunción y emisión de chequem viajeros sin fondos.-

Fonte: National Security Archive, fotograma R00019F-0511

Na *Lista,* 11 do total dos 21 estrangeiros aparecem com a anotação manuscrita na margem do documento de *"expulsos"* ou "expulsados" e com a referida data logo abaixo, o que poderia significar a entrega desses prisioneiros às forças policiais ou militares de seu país de origem, conforme ocorrido com Dora M. L. Gil. Considerando as datas manuscritas como sendo a expulsão dessas pessoas e comparando com a data de detenção expressa na *Lista*, percebemos que os prazos em que eles/as ficaram presos no Paraguai é diverso, enquanto uns ficaram 4 dias outros/as permaneceram por praticamente um mês. Dora M. L. Gil, por exemplo, foi presa em 29 de março de 1977 e expulsa em 16 de maio de 1977, seguramente cerca de 45 dias detida. Dado isso, é importante

ressaltar que esses prazos não comportam qualquer tipo de referência única, pois alguns prisioneiros dos períodos ditatoriais permaneceram por mais de uma década presos.

Muito embora a fonte acima disposta (Figura 08) tenha intenção de mostrar a detenção de estrangeiros e os períodos, o motivo da prisão para *averiguaciones* não nos passa desapercebido. Os dois alemães, sendo um eletricista e outro fotógrafo, foram detidos por supostamente terem prestado serviço no interior da Comunidade de Base de San Juan Nepomuceno. Enquanto os dois uruguaios tinham acusações mais graves, afora a emissão de cheques sem fundos, eles eram acusados de fazerem parte do plano de sequestro do Cônsul francês em Assunção. A fonte mostra a preocupação com o domicílio dos detidos, trazendo a informação tanto de onde eles estavam fixados no Paraguai quanto o endereço de seus domicílios na Alemanha e no Uruguai, ou seja, a origem. Nas fontes que até o momento nós analisamos, não há maiores informações do que ocorreu com esses estrangeiros após a expulsão, mas não raras vezes eles eram postos a disposição e entregues às autoridades de seus países, ou mesmo exilados/as.

Particularmente no Paraguai, o alcance da política de cooperação e repressão da Operação Condor pode ser confirmado a partir de documentos oficiais, nominados pela opinião pública e reconhecido como *Archivo del Terror*. Em seu conjunto, os arquivos encontrados registraram, ainda, a repressão aos movimentos armados, às organizações sociais, aos movimentos *campesinos* e estudantis, às *Ligas Agrarias Cristianas*. A sistematização das informações sobre os presos vai ao encontro das ações propostas pela Operação Condor, como se observa no trecho retirado do documento *Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional*, realizada em outubro de 1975 no Chile:

Imagem 09 - Trecho do Programa de Trabalho da Primeira Reunião de Inteligência Nacional da Operação Condor


Establecer en un País de los que aquí se encuentran representados, un Archivo Centralizado de Antecedentes de Personas, Organizaciones y otras Actividades, conectadas directa o indirectamente con la Subversión.

Fonte: National Security Archive, fotograma 00022F 0155-0165

O *Archivo del Terror* demonstrou o funcionamento do aparato repressor do regime ditatorial de Stroessner e, ao mesmo tempo, lançou luz sobre a violenta repressão imposta pelos regimes sul-americanos. Dentre os documentos encontrados no *Archivo*, um destaca que a bilateralidade entre o Chile e o Paraguai foi anterior à formalização da Operação Condor, como se observa ao examinar o documento enviado pelo chileno Manuel Contreras ao então Chefe de Investigações do Paraguai, Pastor Milcíades Coronel, agradecendo "*(...) la cooperación prestada para facilitar las gestiones relativas a la misión que debió cumplir mi personal en la hermana República del Paraguay(...)*". A missão que foi cumprida em território paraguaio pelas forças chilenas referia-se à entrega do preso Jorge Fuentes Alarcón, detido no Departamento de Investigações da polícia paraguaia, e entregue ao governo chileno. Jorge Isaac Fuentes Alarcón foi um sociólogo chileno, membro do Comitê Central do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) do Chile, preso no Paraguai em 17 de maio de 1975, acompanhado de Amílcar Latino Santucho Juárez[13], este por sua vez irmão do líder do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) da Argentina. Fuentes Alarcón permaneceu no país até setembro de 1975, quando foi entregue aos agentes da *Dirección de Inteligencia Nacional de Chile* (DINA) e levado clandestinamente[14].

Evidencia-se no documento o reconhecimento do governo chileno ao governo paraguaio pela cooperação entre os países para *"el logro de los objetivos comunes coincidentes de ambos servicios"*, ou seja, reprimir quaisquer movimentos ou pessoas contrárias aos governos militares em ambos os países. A presença de efetivos chilenos em território paraguaio para a entrega de Jorge Alarcón reforçou um dos princípios da Operação Condor, a movimentação de grupos militares para além de seus respectivos territórios nacionais, assim como foi possível perceber a presença de autoridades da Argentina no Paraguai em função da prisão de Amilcar Santucho. Em vista disso, ponderamos que a

[13] Amilcar Santucho, advogado argentino então com 54 anos permaneceu preso entre 1975 e 1979 quando "fue trasladado en 1979 a la Comisaría Tercera de Asunción y que fue expulsado con destino a Suécia el 22 de setiembre de 1979" (PAZ, GONZÁLES, PAULAU, 2006, p. 322).
[14] Fuentes Alarcón então com 28 anos; "al mediodía del 23 de setiembre de 1975 fue expulsado a Chile, su país de origen. Alli fue recebido por el Jefe de la Fuerza Aérea Chilena, Coronel Zeballos y fue encerrado en la cárcel clandestina de Villa Grimaldi. Fue visto con vida por última vez en 1976 y, desde entonces, desapareció". (PAZ, GONZÁLES, PAULAU, 2006, p. 322).

Operação Condor em 1975 formalizou práticas comuns e já existentes entre os países de regimes militares sul americanos, como a troca de informações e presos, bem como a atuação bilateral entre as forças militares.

As prisões de Santucho e Alarcón tiveram repercussões que foram para além dos porões da ditadura stronista, pois houve pressão internacional para a extradição dos prisioneiros e a manutenção de seus direitos, como por exemplo, a intermediação do governo Alemão para o exílio de Santucho na Suécia, o que realmente ocorreu. Bem como é possível ler nos documentos[15] especificamente nesse caso, o descontentamento e as queixas de Pastor Coronel dada a dificuldade de lidar com as autoridades da Argentina sem ter reciprocidade, aqui reiteramos a questão com os grupos dissidentes paraguaios que se exilavam na Argentina sem serem presos e extraditados ao Paraguai, tais como os membros do MOPOCO.

Imagem 10 - Agradecimento do Coronel chileno Manuel S. Contreras ao Chefe de Investigações do Paraguai Pastor M. Coronel (Chile, 1975)



00143F 0010

143

00022F 0152

REPUBLICA DE CHILE
JUNTA MILITAR DE GOBIERNO
D.I.N.

Manuel Contreras Sepúlveda, Coronel
Director de Inteligencia Nacional, saluda muy atentamente al Sr. Jefe de Investigaciones del Paraguay, DON. PASTOR CORONEL y junto con tener el grato placer de saludar le hace llegar los más sinceros agradecimientos por la cooperación prestada para facilitar las gestiones relativas a la Misión que debió cumplir mi personal en la hermana República del Paraguay, y estoy cierto que esta mutua cooperación continuará en forma siempre creciente para el logro de los objetivos comunes coincidentes de ambos Servicios.

CONTRERAS, hace propicia la oportunidad para testimoniarle los sentimientos de su consideración más distinguida, y rogándole considerarlo a sus muy gratas órdenes en ésta.

SANTIAGO, 25 DE SEPTIEMBRE 75.=

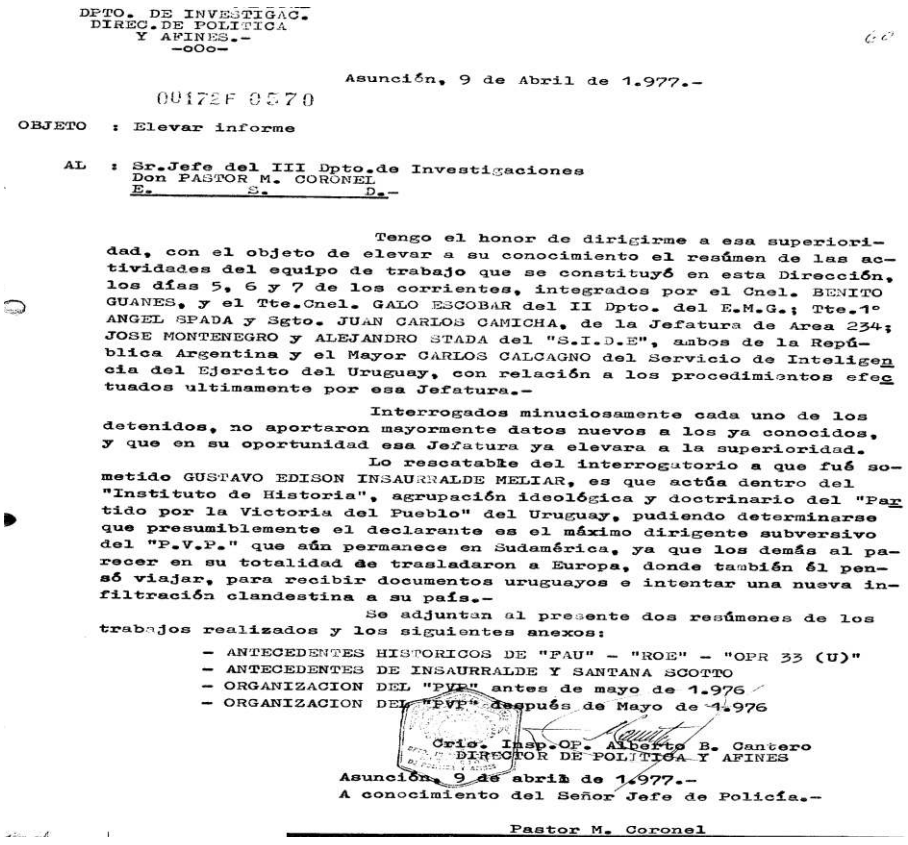
Fonte: *National Security Archive*, fotograma 00022F 0152

A perseguição aos intelectuais também foi uma situação que esteve sempre na ordem do dia das ações autoritárias paraguaias. A detenção do sociólogo chileno Jorge Alarcon não é única nem inédita. Ao contrário, é possível

[15] PAZ, GONZÁLES, PAULAU. *És mi informe ...* 2006, p. 320.

ver no documento do Departamento de Investigações de Política de Assunção que o uruguaio Gustavo Edison Insaubralde Meliar sofreu interrogatório por atuar no interior do *Instituto Historico*, sendo este local considerado a possível agrupação ideológica do *Partido por la Vitória del Pueblo (PVP)* do Uruguai, sendo Meliar considerado um dirigente subversivo do PVP[16]. Nesse cenário foi levantado o histórico do interrogado assim como os antecedentes do PVP, dizendo ser este um dos únicos dirigentes *del Partido* que ainda estava na América do Sul, já que os demais foram para a Europa. Meliar foi preso justamente quando tentaria viajar para conseguir novos documentos uruguaios e tentar uma nova infiltração clandestina em seu próprio país.

Imagem 11: Informe do Interrogatório do uruguaio Gustavo Edison Insaubralde Meliar, Dep. de Invest. Direc. *de Politica y Afines* (Asunción - PY, 1977)



DPTO. DE INVESTIGAC.
DIREC. DE POLITICA
Y AFINES.-
-ooo-

Asunción, 9 de Abril de 1.977.-

00172F 0570

OBJETO : Elevar informe

AL : Sr.Jefe del III Dpto.de Investigaciones
Don PASTOR M. CORONEL
E. S. D.-

Tengo el honor de dirigirme a esa superioridad, con el objeto de elevar a su conocimiento el resúmen de las actividades del equipo de trabajo que se constituyó en esta Dirección, los días 5, 6 y 7 de los corrientes, integrados por el Cnel. BENITO GUANES, y el Tte.Cnel. GALO ESCOBAR del II Dpto. del E.M.G.; Tte.1º ANGEL SPADA y Sgto. JUAN CARLOS CAMICHA, de la Jefatura de Area 234; JOSE MONTENEGRO y ALEJANDRO STADA del "S.I.D.E", ambos de la República Argentina y el Mayor CARLOS CALCAGNO del Servicio de Inteligencia del Ejercito del Uruguay, con relación a los procedimientos efectuados ultimamente por esa Jefatura.-

Interrogados minuciosamente cada uno de los detenidos, no aportaron mayormente datos nuevos a los ya conocidos, y que en su oportunidad esa Jefatura ya elevara a la superioridad.

Lo rescatable del interrogatorio a que fué sometido GUSTAVO EDISON INSAURRALDE MELIAR, es que actúa dentro del "Instituto de Historia", agrupación ideológica y doctrinario del "Partido por la Victoria del Pueblo" del Uruguay, pudiendo determinarse que presumiblemente el declarante es el máximo dirigente subversivo del "P.V.P." que aún permanece en Sudamérica, ya que los demás al parecer en su totalidad se trasladaron a Europa, donde también él pensó viajar, para recibir documentos uruguayos e intentar una nueva infiltración clandestina a su país.-

Se adjuntan al presente dos resúmenes de los trabajos realizados y los siguientes anexos:

- ANTECEDENTES HISTORICOS DE "PAU" - "ROE" - "OPR 33 (U)"
- ANTECEDENTES DE INSAURRALDE Y SANTANA SCOTTO
- ORGANIZACION DEL "PVP" antes de mayo de 1.976
- ORGANIZACION DEL "PVP" después de Mayo de 1.976

Cnel. Insp.OP. Alberto B. Cantero
DIRECTOR DE POLITICA Y AFINES

Asunción, 9 de abril de 1.977.-
A conocimiento del Señor Jefe de Policía.-

Pastor M. Coronel

Fonte: National Security Archive, fotograma 00172F 0570

[16] PVP es una organización política de izquierda en Uruguay, comenzó bajo una filosofía anarcosindicalista y fue eclipsado por Tupamaros. El Partido ganó fuerza entre los exiliados en Argentina. Su operación para reclamar lugar en Uruguay fracasó con el golpe de Estado argentino de 1976. Días después del golpe, tres miembros del PVP fueron arrestados cuando intentaban regresar a Uruguay. Decenas de otros miembros del grupo fueron arrestados en Argentina, incluidos sus líderes. https://sitiosdememoria.uy/coleccion/pvp (acessado em 28 de março de 2024).

No Paraguai, a desmobilização e a despolitização da sociedade fizeram parte da política interna do regime *stronista* desde os primeiros anos, a vigilância sobre uma elite intelectual nacional ou estrangeira era cumprida à risca. A partir disso, o terror psicológico também foi um instrumento disciplinador, impondo o medo às mobilizações da população paraguaia.

Estas ações não podem ser pensadas em separado do surgimento de outro sujeito social no país, chamado de *pyrague*, ou como conhecemos no Brasil o X9, o dedo duro, o informante, o delator, o traidor que passava a colaborar com o regime de Stroessner. Alfredo Boccia Paz afirmou: "... los pyrague magnifican o inventan conspiraciones, difaman a vecinos o adversarios políticos y reportan cualquier hecho que salga de lo cotidiano como potencialmente subversivo" (2014, p. 20). Era a pedagogia do medo impondo-se como instrumento estatal de controle político e social, sendo exercido pelas pessoas que conviviam em mesmos espaços sociais, que trabalhavam juntas, ou mesmo, eram congêneres de um mesmo movimento estudantil, ou similar.

No interior do Estado ditatorial, o controle e a delação não estavam apenas sob o viés das forças militares, mas era função para todos os funcionários públicos que faziam parte dele, qualquer suspeita de mobilização deveria ser delatada, a não comunicação de um fato ou outro significava ser conivente com a situação, essas prerrogativas estavam implícitas em Lei.

Imagem 12 - Sétimo Artigo da Lei de Defesa da Democracia do Paraguai

Art. 7º.- Los funcionarios públicos encargados de la prevención y persecución de los delitos previstos en esta ley, que omitieren, deliberadamente o por negligencia, tomar las providencias respectivas para evitar la comisión de dichos delitos o que teniendo conocimiento de ellos no tomaren las medidas necesarias para la detención y enjuiciamiento de los culpables, sufrirán las penas de destitución, penitenciaría de seis meses a cinco años e inhabilitación absoluta de dos a cinco años.-

Fonte: Ley nº 294/1955 - De Defensa de la Democracia

Alguns elementos de aproximação ao Estado eram considerados como fundamentais ao funcionalismo público, questões que iam desde o apoio

irrestrito às iniciativas do governo ditatorial, até a filiação partidária ao coloradismo. Em contraste, a mobilização em prol *del desarrollo económico* pautou a política de Stroessner ao longo de seu governo, impulsionando particularmente o modelo agrícola, que passou a vigorar como um dos pilares da economia nacional, estabelecendo o diálogo com o estrangeiro como um dos elementos fundamentais de sua política externa, trabalhando na flexibilização das leis possibilitando maior abertura das fronteiras. Nesse ponto foi efusiva a participação direta do Brasil e o regime ditatorial brasileiro, momento em que assistimos de maneira mais intensa a partir da década de 1960 o adentramento massivo de brasileiros em busca de terras férteis, baratas e com subsídio do governo *stronista*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os regimes ditatoriais na América do Sul foram uma dolorida realidade na história de vários países durante todo o século XX, concentrando-se na segunda metade deste mesmo século, deixando resquícios ditatoriais que assombram a democracia até na atualidade[17]. Parte significativa desses regimes se formaram com governos militares e fizeram presentes em geral por meio de golpes de Estado em quase todo o continente sul americano.

Uma característica em comum nesses governos foi o uso extremo da violência e toda a extensão que requer o seu significado, perpassando desde a violência psicológica com ameaças, chantagens, avisos, comunicados intimidantes, entre outras formas de pressão, assim como a violência física com perseguição, sequestros, torturas, prisões, e em muitos casos com assassinatos dos supostos inimigos da segurança nacional, taxados na maioria das vezes

[17] Destacamos em âmbito disso a ascensão de partidos políticos e/ou pessoas que representam a extrema direita, um exemplo muito presente é a ascensão do ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro (2018-2022) do Partido Liberal (PL). No Paraguai Antonio Cubas Colomés, também conhecido como Payo Cubas do Partido da Cruzada Nacional, muito embora não foi eleito como presidente da República, teve votação expressiva e se consolida com um dos Senadores mais votados no PY, representando a extrema direita. É importante destacar esses elementos como uma possível futura chave de produção historiográfica, pois esses partidos políticos e personalismos possuem tendências ideológicas conservadoras em vários segmentos e algumas vezes com aproximação às Forças Armadas, fazendo uso político do aparato de Estado, o que de certa forma indica a fragilidade da democracia em nosso continente, assombrada pelos porões das ditaduras até os dias atuais.

erroneamente de serem esquerdistas e dentro desse segmento como comunistas.

O exílio, a extradição e o envio de volta ao país de origem de pessoas que estavam no exterior e foram acusadas potencialmente por subversão e/ou outros tipos de possíveis crimes, foi uma atividade corriqueira entre alguns países da América do Sul. Nosso interesse aqui foi dispor um pouco mais sobre a atuação da Operação Condor concomitantemente com a ditadura de Stroessner no Paraguai. Salientamos que ambas operaram com violência, como foi possível perceber nas fontes arroladas no decorrer do texto. Todavia, não podemos deixar de destacar que a violência ocorrida no Paraguai, também ocorreu em outros países onde houveram governos ditatoriais, a violência se deu seja pelo viés da Operação Condor ou por outras formas de repressão autoritária, ao que tudo indica oficialmente criada no ano de 1975 a Operação Condor não foi a única responsável por medidas violentas que assolaram a sociedade.

Ao que consta de maneira publica já conhecida e disposta pela literatura que explora o tema, a Operação Condor foi responsável direta pela morte de 373 pessoas de diferentes nacionalidades. Ela foi internalizada dentro dos vários países ditatoriais da América do Sul que formaram um verdadeiro "consórcio da violência".

No Chile de maneira mais específica se instalou pari-passo a Operação Condor. Outros mecanismos e grupos violentos, como o que ficou conhecido como as "caravanas da morte", eram responsáveis pelo braço mais destrutivo, radical e fúnebre de Pinochet. As caravanas da morte eram responsáveis por eliminar os potenciais opositores do regime, opositores estes que já se encontravam presos, seja em prisões convencionais país afora, nos calabouços dos quartéis ou em entre outros lugares como no extenso deserto que forma parte considerável da geografia do país.

Não é incomum encontrar na literatura que explora o tema a alusão a campos de concentração com presos, em geral presos políticos. No Brasil e no Paraguai há evidências que mostram isso. Ou seja, não era uma eliminação de ideias por meio de um debate político que simbolicamente esses então prisioneiros representavam. Eram governos ditatoriais que prendiam e

buscavam eliminar fisicamente seus opositores já detidos, com uma atividade sicária permanente e muito bem implementada.

REFERÊNCIAS

DINGES, John. **Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. Trad. de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARIANO, Nilson Cezar. **As Garras do Condor**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NICKSON, Andrew. Oposición armada al régimen de Stroessner: Una reseña de diez libros sobre el tema. In: **Novapolis***:* Revista Paraguaya de Estudios Políticos Contemporáneos. Asunción: Arandurã Editorial, nº. 8, p. 27-41, 2004.

NICKSON, Andrew. El régimen de Stroessner (1954 - 1989). In: TELESCA, Ignacio (coord.). **Historia del Paraguay***.* Asunción: Taurus, 2011.

PADRÓS, Enrique S. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. In: **Revista História e Luta de Classes**, ano 3, v. 4, p. 43-49, jun. 2007.

PAREDES, Alejandro. La Operación Cóndor y la guerra fría. In: **Revista Universum**, v. 1, nº 19, p.122-137, 2004.

PAZ, Alfredo Boccia; GONZÁLEZ, Myrian; PALAU, Rosa. **Es mi informe: los archivos secretos de la policía de Stroessner**. Asunción: CDE – Servi Libro, 2006.

PAZ, Alfredo Boccia. **El aparato represivo**. Asunción: El Lector, 2014.

ROA BASTOS, Augusto. Prólogo de la 1ª Edición: el terror escrito por él mismo. In:
PAZ, Alfredo Boccia; GONZÁLEZ, Myrian; PALAU, Rosa. *E***s mi informe: los archivos secretos de la policía de Stroessner**. Asunción: CDE – Servi Libro, 2006.

SOUZA, Fabiano Farias de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. In: **AEDOS**: Revista do Corpo Discente do PPGH/UFRGS. Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 159-176, jan./jun. 2011.

TELESCA, Ignacio. **Las Ligas Agrarias Cristianas**. Asunción: El Lector, 2014.

FONTES

Nómina de Detenidos en el Departamiento de Investigaciones (Paraguai, 1975).

Convite para a Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional da Operação Condor (Chile, 1975).

Organograma do Sistema de Consulta da Operação Condor (Chile, 1975).

Organograma do Sistema de Coordenação da Operação Condor (Chile, 1975).

Informe do Departamento de Investigações da *Policia* paraguaia sobre a entrega de presos políticos ao governo argentino (Paraguai, 1977).

Ley nº 294/1955 - De Defensa de la Democracia. Departamiento de Investigaciones, Dirección de Registros de Extranjeros. Ficha 3850 de Dora Marta Landi Gil (Paraguai, 1977).

Programa de Trabalho da Primeira Reunião de Inteligência Nacional da Operação Condor (Chile, 1975).

Agradecimento do Coronel chileno Manuel S. Contreras ao Chefe de Investigações do Paraguai Pastor M. Coronel (Chile, 1975).

Informe sobre o Interrogatório do uruguaio Gustavo Edison Insaubralde Meliar, do Departamento de *Investigaciones Dirección de Politica y Afines* (Asunción - PY, 1977).

Recebido em 19/11/2023.

Aprovado para publicação em 31/07/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

DO PALANQUE À QUESTÃO DA PROPRIEDADE
O RÁDIO DE PROXIMIDADE E AS CONEXÕES ESTABELECIDAS COM AGENTES POLÍTICOS

FROM THE PODIUM TO THE QUESTION OF PROPERTY
THE PROXIMITY RADIO AND THE CONNECTIONS ESTABLISHED WITH POLITICAL AGENTS

HÉLDER LIMA[1]

NELIA R. DEL BIANCO[2]

RESUMO

Este artigo apresenta o panorama do rádio de proximidade a partir das conexões estabelecidas com a política no estado de Mato Grosso do Sul, situado no Centro-Oeste do Brasil. Metodologicamente, a investigação está alicerçada no método da cartografia, o que permitiu identificar, a partir do inventário da radiodifusão sonora sul-mato-grossense, os políticos que detêm ou detiveram concessão de rádio na atualidade ou em um passado recente. Também foi possível identificar os políticos comunicadores com representatividade estadual, que recorrem às ondas sonoras para lograr êxito nas urnas. O vínculo entre rádio e política, a partir do viés econômico assegurado por meio de publicidade estatal, foi mensurado por questionário estruturado, aplicado junto aos dirigentes de 16 estações situadas nas principais cidades de Mato Grosso do Sul. Os dados demonstram que a relação entre rádio e política perpassa pela questão da propriedade, dependência econômica no aspecto da sustentabilidade por meio de publicidade estatal e programação conduzida por agentes políticos que recorrem a esta estratégia para fidelizar potenciais eleitores em sufrágios realizados bianualmente no território de proximidade.

Palavras-chave: Rádio palanque; Política; Coronelismo eletrônico; Captura de mídia.

[1] Professor voluntário do curso de Jornalismo e Técnico-Administrativo em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). e-mail: helder.jorn@gmail.com.

[2] Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Comunicação pela ECA-USP com estágio de pós-doutorado na Universidade de Sevilha. Pesquisadora do Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações (CCOM) da UnB. e-mail: neliadelbianco@gmail.com.

ABSTRACT

This article presents an overview of local radio based on its connections with politics in the state of Mato Grosso do Sul, located in the Midwest of Brazil. Methodologically, the investigation is grounded in the cartography method, which allowed for the identification, through the inventory of sound broadcasting in Mato Grosso do Sul, of politicians who currently or previously held radio concessions, either in the present or in the recent past. It was also possible to identify political communicators with state-level representation who use radio waves to achieve success at the polls. The link between radio and politics, from the economic perspective ensured through state advertising, was measured by a structured questionnaire applied to the directors of 16 stations located in the main cities of Mato Grosso do Sul. The data demonstrate that the relationship between radio and politics is intertwined with issues of ownership, economic dependence in terms of sustainability through state advertising, and programming led by political agents who use this strategy to build loyalty among potential voters in elections held biennially in the local region.

Keywords: Podium radio; Politics; Electronic coronelism; Media capture.

INTRODUÇÃO

As relações estabelecidas entre os meios de comunicação com agentes políticos e econômicos, além de não se configurarem numa exclusividade da realidade brasileira, apresentam um longo percurso histórico, remontando a emergência da mídia impressa no século XV. No Brasil, no entanto, tem-se observado que o rádio, desde seu surgimento no final de 1919 em Recife (FERRARETTO, 2021)[3], apresenta-se como o meio de comunicação mais vulnerável a interferências dessa natureza.

Neste trabalho, buscamos apresentar dados sobre o cenário da radiodifusão sonora de Mato Grosso do Sul, com um olhar atento para os vínculos políticos firmados historicamente, que perpassam pela aprovação de concessões das emissoras, incidindo na configuração de propriedade, bem como no recebimento de receitas de publicidade do poder governamental, uma marca da dependência econômica em relação ao Estado.

Outro aspecto evidenciado neste artigo diz respeito à visibilidade midiática que tem assegurado ao longo dos anos, sucessivos mandatos eletivos a agentes

[3] No XII Encontro Nacional de História da Mídia, da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR), realizado em Natal (RN) em 2019, o Rádio Clube de Pernambuco foi referendado como o pioneiro da radiodifusão no país (Ferraretto, 2021).

políticos do território estadual que recorrem às ondas sonoras para cativar a população através dos programas de comunicador. Este panorama ganha, na atualidade, o reforço das redes sociais, que, além de remediar o conteúdo da emissora de antena, potencializa a imagem dos políticos comunicadores no ambiente digital.

Metodologicamente, a investigação recorre ao método da cartografia (ROSÁRIO; COCA, 2018), que possibilitou a realização do inventário da radiodifusão sonora sul-mato-grossense, a fim de identificar as emissoras em operação e descortinar dados relativos à propriedade, localização e aos possíveis vínculos estabelecidos com agentes políticos, grupos religiosos e econômicos que formam pequenos conglomerados midiáticos.

Na pesquisa em Comunicação, a cartografia se configura num método relevante, considerando que permite a construção de mapas do objeto de estudo a partir do olhar exclusivo do pesquisador cartógrafo, suas percepções e o repertório que possui para analisar os contextos que incidem no fenômeno. Para Rosário e Coca (2018, p.38), os pesquisadores cartógrafos devem pautar-se pela "observação detalhada do ambiente/território" a investigar, buscar as especificidades e as diferenças, aquilo que se repete e o que destoa, para então proceder com a descrição minuciosa do objeto e a construção do mapa do fenômeno, caracterizado por "irregularidades e conexões".

Além da cartografia, recorremos à aplicação de questionário estruturado, entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023, junto a dirigentes de 16 estações situadas nas cidades de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e no Arranjo Populacional Aquidauana-Anastácio, que representam as principais regiões de planejamento geograficamente localizadas nas porções central, sul, leste e oeste do território de Mato Grosso do Sul.

1. RÁDIO E POLÍTICA NO BRASIL: O ENRAIZAMENTO DO CORONELISMO ELETRÔNICO

No Brasil, a exemplo de outros Estados-nações em nível global, os meios de comunicação e, em especial, o rádio, estiveram sempre enraizados nas dinâmicas de poder estabelecidas pelo sistema capitalista liberal. Num país de

tradição patrimonialista[4] como esse, é inimaginável que o poder político instituído perdesse a centralidade na organização, estruturação e controle dos meios de comunicação. Não à toa, a primeira demonstração radiofônica de natureza pública no país (FERRARETTO, 2021) tenha sido usada para replicar o discurso do presidente Epitácio Pessoa em 7 de setembro de 1922, durante a Exposição Internacional do Rio de Janeiro.

De acordo com o pesquisador José Murilo de Carvalho (2002), Pedro Ernesto, prefeito do Rio de Janeiro entre 1931 e 1934, foi o primeiro político brasileiro de natureza populista a utilizar eficazmente o rádio como instrumento de persuasão. Em 1935, no mandato de Getúlio Vargas, foi criado o programa *A hora do Brasil*, que mais tarde seria denominado *A voz do Brasil*, um programa com informações oficiais do governo, de caráter obrigatório, com transmissão em rede no território nacional, ratificando a instrumentalização das ondas sonoras pelo poder estatal vigente.

Com a redemocratização, na década de 1980, e a ascensão de José Sarney à presidência, o rádio passa a se configurar como um importante objeto de barganha nas relações estabelecidas entre o poder Executivo e o Congresso Nacional. Paralelamente à instalação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987, surge um movimento visando ampliar o mandato presidencial de Sarney de quatro para cinco anos por meio da aprovação de Emenda Constitucional. A aprovação, no entanto, esteve condicionada à liberação de concessões de rádio e TV a parlamentares ou seus apadrinhados nos estados brasileiros.

De acordo com Moreira (1998), durante o mandato de José Sarney (1985-1989), foram liberados 1.028 canais de rádio e TV, o equivalente a mais de 30% das emissoras na época. “Em apenas um mandato, José Sarney assinou um

[4] O termo deriva das palavras patrimônio e patrimonial e pode ser definido como uma concepção de poder em que as esferas pública e privada confundem-se e, muitas vezes, tornam-se quase indistintas. Assim sendo, um líder político é qualificado como patrimonialista quando, ao assumir um cargo na esfera pública (o de governador, por exemplo), acaba criando mecanismos de controle da estrutura estatal para satisfazer as suas necessidades privadas. O Estado encarado como patrimônio é um obstáculo à eficiência da máquina pública, já que a racionalidade impessoal (sem interferência de assuntos privados) que o qualifica não pode ser exercida. Sob domínio do patrimonialismo não há impessoalidade, ou seja, os interesses públicos são sempre prejudicados em favor dos interesses privados. Somado à falta de impessoalidade está o personalismo político, uma espécie de rede de relações público-privadas nas quais prevalecem os arranjos pessoais, como o apadrinhamento e o conchavo para se conseguir aprovações de leis em casas legislativas ou, no âmbito econômico, a aprovação de licitações públicas para determinadas empresas, etc. (Faoro, 1998; Campante, 2003).

número de concessões superado apenas pela soma das permissões autorizadas por todos os presidentes brasileiros entre 1934 e 1979" (Moreira, 1998, p.94). A pesquisadora completa que "nunca na história do Brasil como durante os cinco anos do mandato de José Sarney um número tão elevado de deputados, prefeitos, governadores e até ministros de Estado recebeu canais de rádio e de televisão" (Moreira, 1998, p. 95).

Na avaliação de Costa (2005), as emissoras passam a ser comandadas "como uma espécie de apêndice do Estado e de seus poderes Executivo e Legislativo", no qual a programação, "salvo raras exceções, sofre influências e está a serviço dos interesses diretos daqueles donos, do Estado e de sua classe dominante" (COSTA, 2005, p.50).

Essa dinâmica nacional é definida como coronelismo eletrônico[5] e está centrada no "compromisso recíproco entre poder nacional e poder local, configurando uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários de meios de comunicação" (Aires; Santos, 2017, p.39). As autoras compreendem o coronelismo eletrônico como "um sistema político-midiático que conecta diferentes atores através de compromissos recíprocos, elaborados em esferas da mídia e da política" (AIRES; SANTOS, 2023, p.4).

Além dos vínculos estabelecidos na autorização das concessões públicas para colocar a emissora no ar, a publicidade estatal se porta como oxigênio para estas organizações empresariais, uma vez que essas fontes de receita são cruciais para a sustentação do negócio midiático, principalmente nas pequenas localidades em que os indicadores econômicos não favorecem investimentos privados que assegurem maior autonomia editorial em relação à política do município.

O cenário, portanto, resulta numa dependência do sistema midiático em relação ao Estado, não restrita somente às verbas oficiais de publicidade e à

[5] À luz da literatura, Santos (2006) aponta que o coronel tradicional é caracterizado pelo "status de comando numa determinada região" e por vezes "senhor absoluto, quase mitológico" (2006, p. 11), e não por sua profissão ou cargos ou pela relação que mantém com autoridades estaduais ou federais. No caso do coronelismo eletrônico, a radiodifusão ocupa o lugar da terra de forma mais enfática devido à centralidade midiática que exerce nas sociedades modernas" (2006, p. 20). Condição que é considerada pela pesquisadora como uma barreira ao exercício da cidadania no país e uma relação condenável, considerando que o coronel eletrônico busca o controle dos meios de comunicação e o cuidado para deixar seus inimigos longe deles.

emissão de outorgas, conforme já destacado, mas que agrega também "o controle oficial dos insumos, o fomento – através de isenções fiscais e subsídios, e a própria fiscalização das atividades" (AIRES; SANTOS, 2017, p.19).

Outra perspectiva teórica que encontra ressonância com a proposição de coronelismo eletrônico é a de captura da mídia proposta por Schiffrin (2017). Para a autora, a captura da mídia, na acepção clássica, corresponde a uma forma de governança que ocorre quando a mídia noticiosa é pautada por interesses comerciais ou de grupos políticos, a exemplo do que se observa no contexto brasileiro.

Schiffrin (2017) ressalta que esse cenário se apresenta como um problema sistêmico de governança em que líderes políticos e proprietários de mídia trabalham juntos em um relacionamento simbiótico, mas mutuamente corruptor. Desse modo, os proprietários de mídia fornecem cobertura de notícias de apoio a líderes políticos em troca de tratamento governamental favorável a seus negócios e interesses políticos.

A captura de mídia constitui-se numa coação ao jornalismo independente por ser um método preferido de controle do Estado sobre a mídia que resulta em silenciamento de jornalistas, censura e ameaça grave à democracia. Nesse sentido, a mídia capturada não tem autonomia, pois sua capacidade de fornecer informações de interesse público às audiências é reduzida. A prática coloca em risco o ambiente democrático, inclusive pelo controle de instituições normativas e de sistemas públicos de mídia que dependem de investimentos financeiros do Estado.

A captura tem mais chances de ser efetiva quando há meios de comunicação precários e vulneráveis, tornando-os presas fáceis de investidores e de seus interesses, ligados à política e amparados por laços familiares históricos. A falta de transparência do financiamento, incluindo gastos públicos e publicidade estatal, prevalece sobre a independência editorial.

Ao mesmo tempo, os mercados de mídia diferem em termos estruturais e culturais, por exemplo, no que diz respeito às relações distintas entre a classe política e a mídia de massa. Além disso, o impacto da tecnologia digital em cada ambiente traz implicações na forma pela qual a mídia é capturada. Nesse sentido, a captura não se restringe a veículos da mídia tradicional, mas alcança

também os digitais.

A concepção proposta por Anya Schiffrin tem como base o conceito de captura liberal da mídia, a partir de estudos desenvolvidos por Márquez-Ramírez e Guerrero (2014) na América Latina. Refere-se à estratégia que submete sistemas de mídia ao alinhamento de interesses entre elites políticas contemporâneas e econômicas ligadas à comunicação, de modo a ampliar o crescimento e a consolidação – também no ambiente "democrático" – de um modelo comunicacional fundamentalmente mercadológico e sustentado, muitas vezes, na preservação de estruturas de poder locais consolidadas, ainda capazes de moldar as regras do jogo (Márquez-Ramírez; Guerrero, 2014).

O modelo é chamado de "liberal capturado", devido à predominância de organizações privadas de mídia comercial e às condições que tolhem as capacidades regulatórias dos Estados de criar mecanismos de cobrança de princípios básicos de equilíbrio na cobertura, de combate à desinformação e à partidarização. Ou seja, princípios democráticos do jornalismo são trocados por interesses econômicos e políticos.

A estratégia prevê favorecimentos de caráter econômico – o que inclui publicidade governamental – comerciais, tributários, regulatórios, entre outros, em troca de coberturas mais condizentes a interesses hegemônicos e pragmáticos, garantindo a manutenção de uma vinculação sólida existente entre grupos de mídia e Estado, que caracteriza, de modo predominante, a história do Brasil e da América Latina.

2. AS ONDAS SONORAS COMO PALANQUES ELETRÔNICOS CONTÍNUOS

Em meio a esse sistema midiático marcado por vínculos explícitos e implícitos entre rádio e agentes políticos na questão da propriedade e das fontes de receita, a pesquisa desenvolvida sobre rádio de proximidade em Mato Grosso do Sul permite admitir que este veículo é também utilizado como palanque eletrônico contínuo em prol de potenciais candidatos a cargos eletivos.

A apropriação do rádio de proximidade[6] por pretensos candidatos está

[6] A noção de proximidade foi incorporada por Lima (2023) na tese sobre Radiojornalismo de Proximidade em Mato Grosso do Sul a partir da definição de jornalismo de proximidade cunhada

relacionada à natureza do veículo. O rádio de proximidade tem vocação para o território de abrangência, reporta fatos e acontecimentos sobre o que lhe é próximo, não somente em seu aspecto geográfico territorial, mas também a partir das vivências culturais e sociais que lhe são familiares, evocando emoções e afetividades da localidade em que a emissora está situada (LIMA, 2023).

O uso do rádio por agentes políticos, na perspectiva de Carlos Monsiváis e Jesús Martín Barbero apud Canclini (2002, p.46), favoreceu o sucesso de "líderes populistas que souberam usá-lo para comunicar-se com todas as classes sociais". Canclini (2002) argumenta que os meios de comunicação, em especial o rádio, ajudam a reproduzir a ordem social vigente, em vez de alterá-la.

> Seus discursos têm uma função de mimese, de cumplicidade com as estruturas socioeconômicas e com os lugares comuns da cultura política. Mesmo quando registram manifestações de protesto e testemunham a desigualdade, editam as vozes dissidentes ou excluídas de maneira a preservar o status quo (CANCLINI, 2002, p.50).

Ao atuar em favor dos ideais da elite, o rádio favorece a "manutenção, divulgação e multiplicação da ideologia capitalista dominante em muitos dos lugares mais longínquos da Terra" (COSTA, 2005, p.3). No século XIX, o rádio se portava como "o mais poderoso instrumento de difusão político-ideológica [...] do mundo; notadamente nos países mais pobres, onde grande parcela da população era e segue analfabeta" (COSTA, 2005, p.4).

Portanto, em meio a população mais vulnerável tanto socialmente quanto intelectualmente, os políticos comunicadores lançam suas estratégias em busca de apelo popular a fim de capitalizar eleitoralmente nos sufrágios bianuais. Por meio dos programas de comunicador de cunho popular, que congregam conteúdo de entretenimento e prestação de serviço, os apresentadores "vão se tornando porta-vozes populares, ganhando confiança de seus ouvintes com o passar dos anos, até se transformarem em "delegados dos ouvintes" e, depois nos pleitos políticos, "delegados dos eleitores" (COSTA, 2005, p.148) ".

Para Costa (2005, p.152), "a visibilidade midiática dos políticos –

por Camponez (2002). Além da vertente geográfica, que remete à proximidade territorial, o jornalismo de proximidade engloba também as vertentes social, psicoafetiva e temporal, além do compromisso com a região e com o projeto editorial do veículo de mídia.

tradicionais ou outsiders – gera atalhos e interfere na estrutura da carreira política, além de contribuir para a formação do capital político-eleitoral". O perfil recente, adotado por políticos comunicadores, explora uma nova forma de visibilidade, a partir da interação mediada na era digital (THOMPSON, 2018) através das redes sociais ao remediar também o conteúdo difundido pela emissora de rádio de antena de forma simultânea.

Compreendemos, neste sentido, que embora a contemporaneidade seja marcada por um ecossistema midiático dinâmico, em que o digital apresenta penetração cada vez mais acentuada em relação ao analógico, no interior brasileiro o rádio de proximidade ainda mantém força e centralidade, sendo utilizado como recurso primário na interlocução dos agentes políticos junto às audiências. O ambiente multiplataformas, neste caso, apresenta importância secundária pelo caráter complementar que possui em relação ao modelo radiofônico analógico.

Desde seu surgimento, o rádio se portou como um instrumento que favoreceu aos líderes políticos o aumento de sua visibilidade, capaz de estabelecer uma "intimidade especial – nomeadamente, intimidade não-recíproca à distância – que traz características diferentes da relação falante-público em aglomerações massivas" (THOMPSON, 2008, p.24).

A quase-interação mediada propiciada pelo meio, conforme Thompson (2008), está em consonância com a caracterização do rádio de proximidade ao intensificar a experiência da intimidade na qual o locutor fala diretamente para cada ouvinte estabelecendo uma relação próxima e simbolicamente marcada por afetividade, em que a proximidade geográfica, cultural e social torna-se preponderante.

Se no passado as ágoras da Grécia antiga serviam de palco para que agentes políticos expressassem seus posicionamentos e pontos de vista a partir de uma oratória contundente, com o rádio este "discurso apaixonado pôde ser substituído pela intimidade de um bate-papo ao lado da lareira" de forma regular e não apenas em datas correspondentes ao sufrágio (THOMPSON, 2008, p.24). O autor completa que, na estação de rádio, os líderes políticos puderam "dirigir-se a seu público como se fossem familiares e amigos", reafirmando sua visibilidade e intimidade junto aos potenciais eleitores. Esse reforço dos laços de

proximidade é perceptível, inclusive, a partir dos bordões usados por comunicadores que, ao transparecer intimidade para as audiências, têm como pano de fundo a capitalização política desta relação de confiança construída pelas ondas sonoras.

3. A QUESTÃO DA PROPRIEDADE: CONCESSÕES CONTROLADAS POR AGENTES POLÍTICOS

Em Mato Grosso do Sul, conforme destacado anteriormente, a construção do inventário da radiodifusão sonora pela cartografia permitiu identificar relações históricas entre personagens da política estadual e estações de rádio em ao menos oito municípios de maneira efetiva, dentre os quais se destacam Aquidauana, Corumbá, Dourados, Fátima do Sul, Ivinhema, Nova Andradina, Rio Verde de Mato Grosso e Três Lagoas.

Cabe ressaltar que nessas localidades foram identificadas emissoras cuja propriedade pertence legalmente a atores da política estadual ou de forma implícita, quando as concessões são controladas por familiares que possuem alto grau de parentesco junto a estes personagens. No mapeamento realizado, não foi possível identificar formalmente, por exemplo, emissoras controladas por "laranjas" ou terceiros que mantêm vínculos com personalidades da política estadual, ainda que essa prática seja comum na realidade midiática brasileira.

Dentre os casos emblemáticos verificados na investigação, destaca-se o da rádio 94 FM de Dourados, cuja concessão pertence ao ex-deputado estadual Marçal Filho. O comunicador transitou por diversos partidos políticos de matizes ideológicas distintas e chegou a ocupar vários cargos eletivos, tendo sido vereador em Dourados, deputado estadual, deputado federal e chegou a concorrer ao cargo de vice-governador nas eleições de 2002 na chapa da candidata Marisa Serrano, numa disputa acirrada contra o então governador Zeca do PT no segundo turno do pleito.

Na ocasião, além da representatividade de Dourados, que figurava como a maior cidade do interior de Mato Grosso do Sul, a posição de Marçal Filho como político comunicador, com ampla capilaridade junto à população pelas ondas do rádio na região sul do estado, foi um fator preponderante para a

definição e aprovação de seu nome na convenção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)[7], que formalizou aliança com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Outro parlamentar que, até recentemente, constava no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário da Anatel (Siacco) como radiodifusor é o atual deputado estadual Londres Machado. Recordista por ter sido eleito dez vezes para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, Londres controlava, juntamente com a esposa Ilda Salgado Machado, prefeita de Fátima do Sul por quatro mandatos, duas emissoras de rádio naquela localidade: Rádio Regional AM e Central FM (Lima, 2018).

Nos municípios de Aquidauana e Ivinhema, as empresas de radiodifusão pertencem a familiares próximos do ex-deputado estadual Felipe Orro e do atual deputado Renato Câmara, respectivamente. No primeiro caso, a Avenida 91 foi adquirida no final de 2014 pelos sócios proprietários Suely Nogueira, Odilson Nogueira, Roberto Orro e Yone Orro, sogros e pais do ex-deputado e ex-prefeito de Aquidauana, Felipe Orro.

Já em Ivinhema, a Rádio Guavira FM tem como responsáveis pela outorga junto ao Ministério das Comunicações, Regina Maria Pierreti Câmara e Ricardo Pieretti Câmara, mãe e irmão do deputado estadual e ex-prefeito Renato Câmara, respectivamente. A tradição patrimonialista na emissora de rádio se mantém na política da localidade, uma vez que o patriarca da família, Manoel Félix Nelito Câmara, também chegou a ocupar o cargo de prefeito de Ivinhema e de deputado estadual, sendo, inclusive, sócio proprietário da estação sonora na década de 1980.

No município de Nova Andradina, a Excelsior FM é dirigida pelo cofundador Maurício Picarelli Júnior, filho do ex-deputado Maurício Picarelli, que possui uma trajetória marcada por oito mandatos eletivos para o parlamento estadual. Na região norte do estado, a Rádio Campo Alegre, em Rio Verde de Mato Grosso, foi fundada por personalidades da política daquela localidade: José de Oliveira Santos e Mauro Antonio Fornari.

[7] Passou a ser denominado como Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em agosto de 2017, após desgaste de imagem do partido resultante da gestão do então presidente Michel Temer. MDB é a sigla originária do partido que vigorou durante o regime militar, abrigando políticos de oposição de diversos matizes ideológicos, de 1965 a 1979.

José de Oliveira Santos se elegeu prefeito da cidade por cinco vezes e ocupou o cargo de deputado estadual entre 1987 e 1991. Entre 2001 e 2004, o sócio da rádio, Mauro Antonio Fornari, foi vice-prefeito durante o quarto mandato de José de Oliveira Santos. A parceria, neste período, extrapolou os negócios do ramo da comunicação e chegou efetivamente à política.

Atualmente, o prefeito Réus Antônio Sabedotti Fornari, que assumiu o executivo do município de Rio Verde de Mato Grosso após o falecimento do titular José de Oliveira Santos em 2021, é sobrinho de um dos fundadores e sócio proprietário da emissora. Publicações na imprensa sul-mato-grossense, no entanto, indicam que o prefeito Réus Fornari também possui cotas na emissora, configurando-se como sócio. O jornal A crítica denunciou, em 2021, o então vice-prefeito por direcionar "verba da prefeitura para atender sua emissora de rádio" (A CRÍTICA, 2021).

Em Três Lagoas, dois radiodifusores se aventuraram na política municipal. O então sócio proprietário da Caçula FM, Romeu de Campos Júnior[8], atuou como vereador na cidade na década de 1990. Por sua vez, a Difusora FM pertence ao empresário e produtor rural José Lopes, que foi nomeado prefeito durante o regime militar no início da década de 1980.

Na cidade de Corumbá, os vínculos de propriedade da radiodifusão sonora com a política estadual se restringem a um determinado período histórico. A tradicional Rádio Clube AM, por exemplo, pertencia à família Anache que também detinha a propriedade do Cine Anache. O patriarca da família, Armando Anache, além de prefeito municipal, ocupou o cargo de deputado estadual por três vezes em Mato Grosso do Sul e conseguiu eleger o filho, Armandinho Anache, vereador daquela cidade. Posteriormente, Armandinho Anache assumiu a direção da Rádio Independente em Aquidauana, após esta ter sido vendida pelo fundador Antônio Garcia (Lima e Ota, 2019).

4. RÁDIO PALANQUE EM MATO GROSSO DO SUL

O fenômeno do rádio palanque (Moreira, 1998) também está entre as particularidades da radiodifusão sonora sul-mato-grossense. Nos últimos trinta

[8] Faleceu vítima de um AVC em 6 de dezembro de 2021.

anos, dezenas de agentes políticos alçaram cargos eletivos após intensificar sua visibilidade junto aos potenciais eleitores por meio das ondas do rádio e da TV. Estes políticos comunicadores figuram como uma espécie de "celebridade midiática que tira proveito de sua visibilidade à frente de diferentes programas para se eleger" mantendo, em alguns casos, seu posto midiático de forma simultânea (OLIVEIRA, 2016, p.36).

Dentre as esferas de poder alçadas por políticos comunicadores, a Assembleia Legislativa se destaca de forma proeminente. Após pesquisa cartográfica, identificamos que, desde a 3ª legislatura, iniciada em fevereiro de 1987, a casa de leis sul-mato-grossense teve, em sua composição, parlamentares comunicadores e/ou que figuraram como sócios proprietários de estações sonoras.

Quadro 1 – Políticos comunicadores eleitos nos últimos trinta anos em MS

Político Comunicador	Eleições vencidas	Mandatos eletivos
Maurício Picarelli	1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014.	Deputado Estadual.
Nelson Trad Filho	1992, 1996, 2000, 2002, 2004, 2008, 2018.	Vereador, Deputado Estadual, Prefeito e Senador.
Raul Freixes	1996, 2002.	Prefeito, Deputado Estadual.
Marilú Guimarães	1986, 1990 e 1994.	Deputada Estadual e Deputada Federal.
Waldir Neves	1990, 1994, 1998, 2002 e 2006.	Deputado Estadual e Deputado Federal.
Alcides Bernal	2004, 2008, 2010 e 2012.	Vereador, Deputado Estadual e Prefeito.
Marquinhos Trad	2004, 2006, 2010, 2014, 2016, 2020.	Vereador, Deputado Estadual e Prefeito.
Marçal Filho	1992, 1996, 1998, 2010, 2016, 2018.	Vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal.
Lucas de Lima	2016, 2018 e 2022.	Vereador e Deputado Estadual.
Lia Nogueira	2020 e 2022.	Vereadora e Deputada Estadual.

Fonte: Próprios autores (2023) com dados do TSE e Portal da AL-MS.

Conforme pode ser observado no Quadro 1, o parlamentar sul-mato-grossense que mais acumulou mandatos eletivos foi o comunicador e

apresentador Maurício Picarelli. À frente de "O Povo na TV" por mais de vinte anos, um programa de cunho popular exibido na afiliada do SBT em Mato Grosso do Sul, o político fez carreira no rádio e conquistou oito mandatos como deputado estadual por partidos de diversos espectros ideológicos. Além dele, Waldir Neves e Nelson Trad Filho também figuraram como apresentadores de TV, ainda que por um curto período, na ocasião em que ocupavam cargos eletivos no parlamento estadual[9].

Especificamente no rádio, destacaram-se nomes como Marçal Filho, Lucas de Lima, Alcides Bernal, Marquinhos Trad, Raul Freixes e Lia Nogueira. A característica predominante desses personagens nas ondas sonoras é se colocarem como "porta-vozes" das demandas da coletividade. Os programas desses comunicadores mesclavam entretenimento com leitura diária de horóscopo, notícias sobre o mundo das celebridades, música, participação de ouvintes com sorteio de prêmios e brindes; associados a práticas de assistencialismo camufladas de prestação de serviço, além de reclames e queixas sobre os serviços públicos oferecidos na localidade.

Tanto Alcides Bernal quanto Marquinhos Trad, além de ocuparem o cargo de deputado estadual, conseguiram se eleger para a Prefeitura Municipal de Campo Grande. O primeiro apresentava o programa "A voz da Gente" na FM Cidade, enquanto o segundo levava ao ar, na Rádio Difusora Pantanal, o programa "Amigo de Verdade".

No cenário mais recente, os políticos comunicadores Lucas de Lima e Marçal Filho recorreram às ondas de rádio para amplificar suas vozes e capitalizar politicamente nas eleições de 2022. Além das estações-sede, ambos buscaram potencializar sua imagem junto às audiências, expandindo a transmissão de seus programas para dezenas de rádios no interior do estado.

Embora não reeleito em 2022[10], Marçal Filho, que é sócio proprietário da

[9] Não há registros sobre o período em que Waldir Neves apresentou o programa *Tema Livre* na TV Guanandi, afiliada à Rede Bandeirantes em Mato Grosso do Sul. Nelson Trad Filho apresentou um programa relacionado a dicas de saúde na então TV Campo Grande, afiliada ao SBT, no início dos anos 2000.

[10] O então deputado estadual recebeu 24.758 votos nas eleições de 2022, ficando na primeira suplência do Partido Progressistas (PP). Mesmo ocupando a 15ª colocação geral entre as 24 vagas, o quociente partidário não foi suficiente para que o político comunicador conquistasse uma cadeira no parlamento estadual.

94 FM de Dourados, apresenta diariamente o *Programa Marçal Filho* e, aos domingos, está à frente do *Programa Marçal Filho especial de Domingo,* replicado em rede para outras seis estações de rádio da região da Grande Dourados: Amanda FM de Amambai, Maracaí FM de Itaquiraí, Fera FM de Mundo Novo, Karandá FM de Naviraí e Difusora FM de Rio Brilhante (Lima, 2023).

A mesma estratégia foi adotada por Lucas de Lima para potencializar sua imagem para além dos limites territoriais de Campo Grande, município-sede da Rádio Cidade FM, onde o parlamentar está à frente do *Amor sem fim*. O programa de entretenimento prioriza a reprodução de músicas românticas e interação entre ouvintes que buscam relacionamento afetivo. Lucas de Lima atua como mediador de casais a partir da leitura de perfis dos pretendentes, fazendo com que o programa se configure como uma espécie de "*Tinder*"[11] pelas ondas sonoras.

Além deste, o parlamentar também apresenta o *Show da Manhã* diariamente no período matutino que é veiculado também para as rádios Bonito FM, Três Lagoas FM, Cidade FM Dourados e Cidade FM Corumbá, que integram a Rede MS Integração de Rádio e TV. Numa versão extra, o *Amor sem Fim 1ª edição*, vai ao ar entre 12 e 14 horas, para vinte emissoras do interior: Nova Moriá FM de Bandeirantes, Rádio Portal de Bataguassu, Explosão FM de Camapuã e Nova FM de Pedro Gomes, bem como emissoras da Rede Jota FM e do Grupo Feitosa de Comunicação, que cobrem parte significativa do território estadual (LIMA, 2023).

Em meio a este universo predominantemente masculino, a jornalista Maria Imaculada Nogueira, conhecida popularmente como Lia Nogueira, alcançou protagonismo na política estadual após uma trajetória exitosa nos veículos de comunicação de Dourados, a maior cidade do interior de Mato Grosso do Sul. Embora não tenha sido pioneira nesta posição[12], Lia Nogueira foi eleita para a Câmara Municipal de Dourados em 2020 e, em 2023, chegou à

[11] Aplicativo de relacionamento disponível para dispositivos móveis, que funciona na modalidade online como uma rede social digital, com o objetivo de fazer com que os usuários busquem parceiros para namoro, de acordo com filtros de interesses e preferências.

[12] Como será visto adiante, a apresentadora de TV Marilú Guimarães conquistou mandatos eletivos nas décadas de 1980 e 1990 no estado de Mato Grosso do Sul.

Assembleia Legislativa, após atuar na rádio Cidade FM e na sucursal da TV MS Record de Dourados, ambas da Rede MS Integração de Rádio e Televisão.

A exemplo de Maurício Picarelli, que ficou marcado pelo bordão "aqui tem Tereré na guampa" nos anos 2000, a jornalista Lia Nogueira se intitula "o bichão do MS", uma estratégia personalista de fidelizar o apelo popular e se posicionar como alguém capaz de intermediar a solução de problemas da comunidade, especialmente para segmentos mais vulneráveis da sociedade no interior brasileiro.

No imaginário coletivo das audiências, o comunicador é visto como um advogado que atua em favor dos interesses dessa coletividade, que se sente órfão das políticas públicas de Estado. Uma vez atendidas as demandas levantadas através das ondas sonoras, as celebridades do rádio se tornam "heróis" deste público de forma natural. Ao serem penetrados de forma inconsciente, essa massa de ouvintes costuma retribuir aos políticos comunicadores com apoio eleitoral, que se traduz em resultados satisfatórios durante os sufrágios bianuais.

De acordo com Pereira (2015, p.46), o uso indiscriminado das ondas sonoras por políticos comunicadores, mais do que disseminar representações, cria "sentimentos de familiaridade e identidade que despontam como trampolim para a garantia do poder hegemônico e a construção social da realidade". O pesquisador completa que os programas desses personagens são pensados sob uma lógica que privilegia a construção da imagem, aumentando sua fama e visibilidade, além de "estreitar a relação com os eleitores que compõem a audiência e potencializar o poderio eleitoral do político" (PEREIRA, 2015, p.48).

Cabe ressaltar, no entanto, que o rádio, embora seja um aliado destes agentes políticos ao proporcionar visibilidade e exposição midiática nos palanques eletrônicos de ordem contínua, nem sempre é capaz de assegurar mandatos sucessivos a esses comunicadores. Há casos de celebridades do rádio e da TV que não conseguiram se manter por muito tempo na política partidária e eletiva, como o ex-deputado Raul Freixes, os ex-vereadores de Campo Grande Vanderlei da Silva Matos e Milton Aires Viana Filho, e a ex-deputada federal Marilú Guimarães.

Milton Aires Viana Filho, mais conhecido como Miltinho Viana o "cowboy

do rádio", fez carreira no ramo da comunicação com programas musicais do gênero sertanejo, passando por diversas emissoras como a Cultura, Difusora Pantanal, FM Cidade entre outras. Foi eleito vereador de Campo Grande nos pleitos de 1992 e 2000 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 2002, concorreu ao cargo de deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL) e, em 2004, buscou a reeleição para o cargo de vereador, já no PMDB, mas não obteve êxito nessas eleições e nem na eleição municipal de 2008. No entanto, mantém sua atuação como comunicador em emissoras da capital sul-mato-grossense.

Já Vanderlei da Silva Matos e Marilú Guimarães atuaram como apresentadores de TV dos programas *Vida Sertaneja* no SBT MS e *Recado* na TV Morena. Vanderlei da Silva Matos, conhecido como Vanderlei Cabeludo, também disputou diversas eleições como candidato a deputado estadual em 1998, deputado federal em 2002 e 2006, e vereador em 2004 e 2016. No entanto, teve apenas dois mandatos eletivos como vereador de Campo Grande, sendo eleito em 2008 e reeleito em 2012.

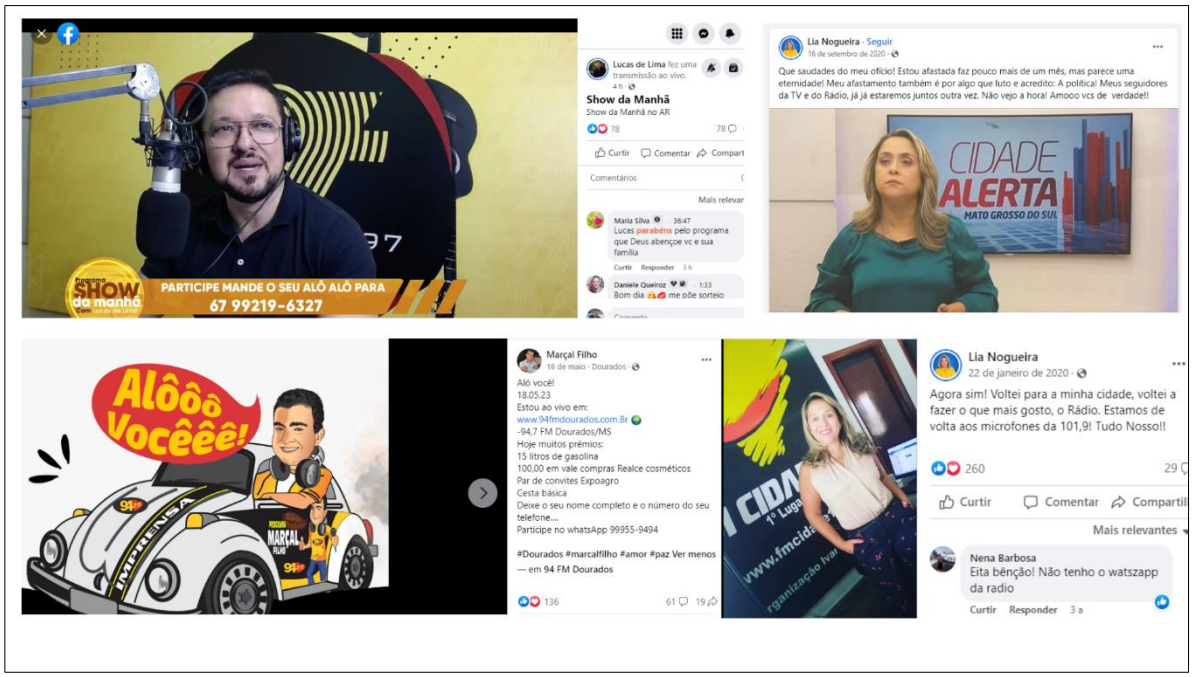
A primeira mulher a se eleger para o cargo de deputada federal por Mato Grosso do Sul, Marilú Guimarães, ficou conhecida como a "Xuxa da TV sul-mato-grossense" e, diante do sucesso do programa *Recado*, garantiu uma vaga como deputada estadual em 1986 (Pimenta, 2018). Foi eleita deputada federal em 1990 e reeleita em 1994. Concorreu à prefeitura de Campo Grande em 1992 pelo Partido da Frente Liberal (PFL), mas foi derrotada no segundo turno por Juvêncio César da Fonseca, do PMDB. Em 1998, não conseguiu o terceiro mandato como deputada federal e, desde então, não disputa cargos eletivos nem atua como comunicadora.

Diante desse cenário, observamos que não há uma fórmula mágica capaz de transpor o apoio e a fidelidade das audiências para as urnas de forma unânime. No entanto, é sabido que personagens que conseguem cativar suas audiências pela simplicidade e são capazes de estabelecer uma relação de proximidade natural, aparentemente conseguem resultados eleitorais mais expressivos.

Desde a emergência das redes sociais no ecossistema midiático, a interação foi potencializada e a circulação do conteúdo sonoro avançou em formato audiovisual, a partir das lives, em busca de outros nichos a serem

explorados além do território geográfico coberto pelo rádio de antena. O sorteio de prêmios, os reclames dos ouvintes sobre os problemas da localidade, a arrecadação de donativos e agasalhos em campanhas assistencialistas são agora reverberados também no ambiente multiplataformas, reforçando a proximidade entre o comunicador e sua legião de ouvintes.

Imagem 1 – Redes Sociais também potencializam visibilidade dos comunicadores



Fonte: Próprios autores a partir de captura de perfil no Facebook (2023).

Conforme pode ser observado na Figura 1, o político comunicador Lucas de Lima, além de retransmitir seu programa de rádio em formato audiovisual nas redes sociais, também estimula a participação e interação dos ouvintes pelo aplicativo de mensagens instantânea WhatsApp. Essa estratégia foi adotada também pelo ex-deputado e radialista Marçal Filho. A deputada Lia Nogueira, por sua vez, utiliza as redes sociais principalmente para postagens sobre sua atuação na mídia tradicional, com maior ênfase nas ações enquanto parlamentar.

5. A SUSTENTABILIDADE DAS EMISSORAS E AS RELAÇÕES COM O PODER POLÍTICO

A relação existente entre as emissoras de rádio e o poder político

constituído perpassa também pelo fomento e manutenção dos serviços comunicacionais. De acordo com Aires e Santos (2017), a natureza econômica da mídia brasileira reflete uma profunda dependência estatal.

Em questionário estruturado, aplicado a 16 dirigentes de rádios comerciais em Mato Grosso do Sul[13], observou-se que a publicidade governamental está presente no faturamento de 100% das emissoras pesquisadas. Em 25% das estações, os dirigentes admitiram arrendar faixas de horários na programação para agentes políticos (LIMA, 2023). A estratégia traçada por radiodifusores traz benefícios de ordem mútua para a emissora e para os políticos comunicadores ou ainda aos aspirantes a essa posição.

Se, por um lado, a rádio recebe fontes de receitas capazes de manter o negócio midiático sustentável, por outro, disponibiliza o espaço necessário na programação para fomentar a visibilidade desses agentes e alçá-los a cargos eletivos na localidade. Boa parte dos políticos que adotam essa prática o faz por não possuírem concessões de rádio ou TV, e por não pertencerem à elite política da localidade, formada em sua grande maioria por representantes do agronegócio ou de grupos empresariais.

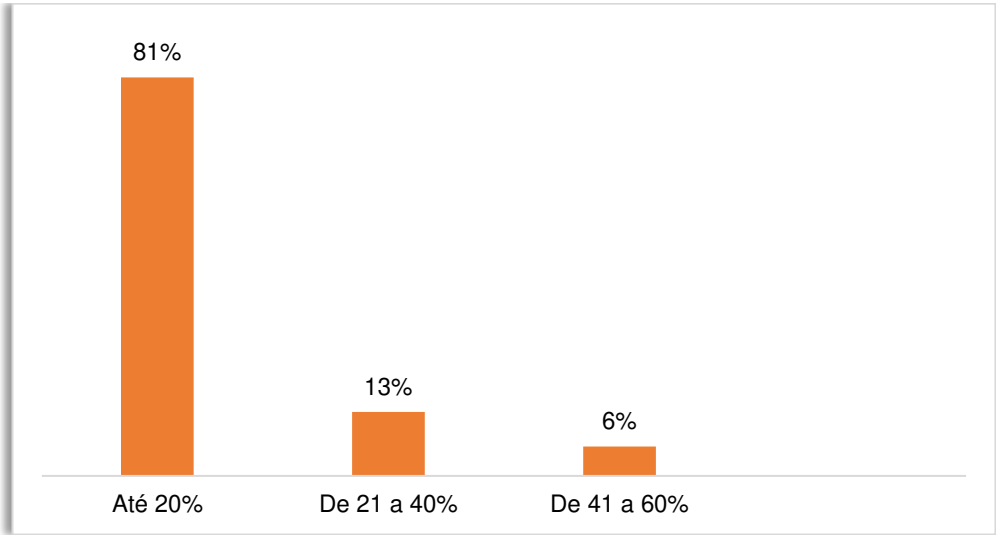
Ainda que o acesso às fontes de receita e faturamento se configure como uma verdadeira “caixa-preta” guardada a sete chaves pelos dirigentes destas estações, a pesquisa realizada questionou o percentual correspondente a publicidade oriunda de órgãos governamentais. Deste modo, conforme pode ser observado no gráfico a seguir, 81% afirmam que a publicidade estatal não ultrapassa 20% do faturamento total da emissora de rádio.

Na outra ponta, apenas 6% admitem receber na ordem entre 41% e 60% de publicidade governamental, e 13% afirmam que a receita proveniente do poder estatal corresponde a valores que variam entre 21% e 40% do faturamento total da estação. Os dados evidenciam que, embora muitas emissoras tenham dificuldades de sustentabilidade em um mercado midiático cada vez mais concorrido e com receitas de publicidade escassas, o rádio de proximidade tem

[13] O questionário estruturado foi aplicado nas seguintes rádios: Hora, Mega 94, Morena FM, CBN Campo Grande, Blink 102, Cidade FM de Campo Grande; Avenida 91 de Aquidauana e Nova FM de Anastácio; Cidade FM e Grande FM de Dourados; 90 FM de Ribas do Rio Pardo; Três Lagoas FM, Agitta FM, Jovem Pan Três Lagoas, Difusora FM e Caçula FM de Três Lagoas. Essas emissoras correspondem a 18% do total de FMs comerciais de Mato Grosso do Sul.

dificuldade em reconhecer a sua dependência econômica em relação ao poder político vigente.

Gráfico 1 – Percentual correspondente à publicidade estatal nas rádios de MS



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Na medida em que afirmam, de forma contundente, que as receitas oriundas do estado são mínimas em relação ao faturamento total da rádio, os dirigentes reafirmam sua postura editorial independente e autônoma em relação à política local e estadual. A estratégia de se desvincular comercialmente das forças de poder da localidade, tem como foco manter a credibilidade construída ao longo dos anos, embora, na prática, muitas das rádios investigadas adotem posturas editoriais controversas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, conforme pontuaram Aires e Santos (2017, p.16), o sistema midiático vigente está sujeito às políticas de comunicação definidas pelo sistema político, que "envolvem regulação, implantação, fomento e manutenção dos serviços comunicacionais como um todo". Esse perfil clientelista, ainda que não seja limitado à realidade nacional, obedece a lógica do sistema midiático capitalista caracterizado pela relação entre o Estado e o mercado, exploração privada do serviço público de radiodifusão e concentração empresarial. Em Mato Grosso do Sul, os dados apresentados nesta pesquisa corroboram o perfil

midiático estabelecido no território nacional.

A concentração de propriedade em concessões formalmente destinadas a personagens da política estadual ou familiares que apresentam algum grau de parentesco próximo traz impactos significativos na linha editorial dessas emissoras e pode afetar o atendimento às necessidades de informação da coletividade.

Emissoras dirigidas por grupos políticos tendem a ampliar determinados aspectos da realidade com narrativas que buscam atender a interesses particulares, muitas vezes em detrimento das necessidades reais da população, que anseia por um modelo de rádio vocacionado para as demandas do território, prestador de serviço e com programação jornalística de interesse público.

No aspecto da sustentabilidade, observa-se que os radiodifusores buscam se desvencilhar da publicidade estatal. A estratégia de minimizar as receitas provenientes desta esfera de poder para a mídia de proximidade, tem por objetivo proteger a reputação do veículo e reforçar o perfil autônomo e isento na linha editorial assumida.

Os dados revelam que o fenômeno do rádio palanque é perene e se mantém na atualidade, sobretudo nos pequenos municípios do interior brasileiro. Mesmo em meio ao avanço da internet no ecossistema midiático, alimentado de forma gradual por iniciativas digitais no ambiente multiplataforma, as emissoras tradicionais que operam por ondas hertzianas mantêm força e centralidade no território de cobertura.

Diante da credibilidade e da capacidade de convencimento que possuem perante as audiências, as estações de rádio se mantêm amplificadoras das vozes de políticos comunicadores. As celebridades das ondas sonoras se aproveitam da posição privilegiada de fala e recorrem diariamente aos microfones a fim de fidelizar as audiências e capitalizar dividendos dessa prática nos pleitos eleitorais vindouros, fazendo com que o palanque eletrônico seja contínuo e permanente.

Ainda que se vislumbrem alterações no processo regulatório da radiodifusão brasileira, transformações significativas encontram dificuldades para avançar no Congresso Nacional, a considerar o modelo político de preservação de grupos históricos no poder, que são os principais beneficiários

do sistema organizacional da mídia baseado no coronelismo eletrônico.

REFERÊNCIAS

A CRÍTICA. **Vice-prefeito de Rio Verde direciona verba da prefeitura para atender sua emissora de rádio**. 2021. Disponível em: https://www.acritica.net/editorias/geral/vice-prefeito-de-rio-verde-direciona-verba-da-prefeitura-para-atender/509670/. Acesso em: 11 jul. 2023.

AIRES, Janaine; SANTOS, Suzy dos. **Sempre foi pela família:** mídias e políticas no Brasil. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados:** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n.1, p. 153 - 193, 2023. Disponível: https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000100005. Acesso em: 11 jul. 2023.

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de Proximidade**: Rituais de Comunicação na imprensa regional. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.

CANCLINI, Néstor García. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n.1, p.40-53, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil***.* O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, Osmani Ferreira da. **Rádio e política**: a aventura eleitoral dos radialistas no século XX. Londrina: Eduel, 2005.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder** - Formação do Patronato Político Brasileiro. 13ª ed. São Paulo: Globo, 1998.

FERRARETTO, Luiz Artur. Por que o rádio brasileiro começou em Recife. **Revista FAMECOS**, v. 28, n. 1, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1980-3729.2021.1.40142. Acesso em: 16 abr. 2024.

GUERRERO, Manuel Alejandro; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, Mireya. The “Captured-Liberal” Model: Media Systems, Journalism and Communication Policies in Latin America. **International Journal of Hispanic Media**. v. 7, p. 53-64, 2014.

LIMA, Hélder Samuel dos Santos**. A Migração do Rádio AM para FM em Mato Grosso do Sul***:* um estudo comparado das Rádios Caçula e Difusora Pantanal. 166f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018. Disponível em: https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalhoarquivos/download/5386. Acesso em: 11 jul. 2023.

LIMA, Hélder Samuel dos Santos**. A proximidade além do território***:* a configuração do radiojornalismo sul-mato-grossense num cenário de multiplataformas. 320f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2023. Disponível em: http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12997. Acesso em: 24 ago. 2023.

LIMA, Hélder Samuel dos Santos**;** OTA, Daniela Cristiane. Rádio Independente de Aquidauana: da fundação à transição para FM. **Fronteiras**: Revista de História, Dourados, v. 2, n. 37, p. 152-172, jan./jun. 2019. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/10146/5183. Acesso em: 11 jul. 2023.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Palanque**: fazendo política no ar. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

OLIVEIRA, Pedro Pinto de. Na Mídia e na Política: O comunicador-político no Brasil. **Esferas**, v.5, n. 8, 2016.

PEREIRA, Marcelo da Silva. Ondas eleitorais: os políticos apresentadores nos programas de rádio em Campo Grande. In: OTA, Daniela Cristiane; MALULY, Luciano Victor Barros. (org.). **Radiojornalismo:** relatos, interatividade e didática. Campo Grande: Editora UFMS, 2015.

PIMENTA, Thaís. **Quase uma Xuxa campo-grandense, Marilu Guimarães ressurge com Casa de Arte**. 2018. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/quase-uma-xuxa-campo-grandense-marilu-guimaraes-ressurge-com-casa-de-arte. Acesso em: 17 abr. 2024.

ROSÁRIO, Nísia Martins do; COCA, Adriana Pierre. A cartografia como um mapa movente para a pesquisa em comunicação. **Comunicação & Inovação**, v.19, n. 41, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.13037/ci.vol19n41.5481. Acesso em: 12 abr. 2023.

SANTOS, Suzy dos. E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós- Graduação em Comunicação (**E-Compós**), dez. 2006. Disponível em: https://doi.org/10.30962/ec.104. Acesso em: 12 abr. 2023.

SCHIFFRIN, Anya. (ed.). **In the Service of Power**: Media Capture and the Threat to Democracy. Washington, FC: The Center for International Media Assistance, 2017.

THOMPSON, J. B. A nova visibilidade. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 15-38, 2008. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38190. Acesso em: 20 abr. 2023.

THOMPSON, J. B. A interação mediada na era digital. **Matrizes**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 17-44, 2018. Disponível em:

https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/153199. Acesso em: 20 abr. 2023.

Recebido em 29/08/2023.

Aprovado para publicação em 31/07/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

POLÍTICAS TERRITORIAIS EM MINAS GERAIS NOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA
A COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO

TERRITORIAL POLITICS IN MINAS GERAIS IN THE EARLY DAYS OF THE REPUBLIC
THE STATE'S GEOGRAPHIC AND GEOLOGICAL COMMISSION

RENATO SOMBERG PFEFFER[1]
ALIANE MARIA MOTTA BAETA[2]
MARIANA OLIVEIRA CRUZ[3]

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar, a partir de fontes primárias e secundárias, o contexto histórico envolvido na implantação, evolução e extinção da Comissão Geográfica e Geológica (CGG) do estado de Minas Gerais, criada em 1891 e dissipada em 1898. Sendo Minas dependente de outros estados para o escoamento de seus produtos e marcada pela desigualdade regional que ameaçava sua unidade, urgia ao governo mineiro priorizar e dirimir o problema da ordem geopolítica. Destacou-se entre estes empreendimentos a política de reconhecimento e representação do território concretizada pela implantação da CGG. Correndo o risco de utilizar uma expressão anacrônica, o texto parte premissa de que estavam sendo gestadas as primeiras Políticas de Planejamento e Desenvolvimento (PPDs) no estado. Embebida por um olhar científico e influenciada por variados interesses econômicos e políticos, a CGG teria sido uma ação embrionária de PPD que buscava ordenar o espaço paisagístico, territorial e populacional. Sendo insuficientes os estudos científicos sobre as PPDs no Brasil, o ensaio suscita novas perspectivas em torno de aspectos que são relevantes para compreensão dos liames que envolvem a criação, manutenção e extinção de uma PPD ao questionar a ideia de que o Estado é uma estrutura unificada e coerente a ser reificada.

Palavras-chave: Comissão Geográfica e Geológica. Minas Gerais. República. Políticas de Planejamento e Desenvolvimento.

[1] Professor e pesquisador da Fundação João Pinheiro de Minas Gerais; Doutor em Filosofia, Tecnologia e Sociedade; renato.pfeffer@fjp.mg.gov.br.
[2] Pesquisadora da Fundação João Pinheiro de Minas Gerais; Mestre em Tratamento da Informação Espacial; aliane.baeta@fjp.mg.gov.br.
[3] Bolsista Fapemig; Graduada em História; mari.olivercruz@hotmail.com.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze, based on primary and secondary sources, the historical context involved in the establishment, evolution and extinction of the Geographical and Geological Commission (CGG) of the state of Minas Gerais, created in 1891 and dissipated in 1898. Since Minas Gerais was dependent on other states for the flow of its products and was marked by regional inequality that threatened its unity, it was urgent for the Minas Gerais government to prioritize the geopolitical problem. Prominent among these undertakings was the policy of recognizing and representing the territory through the implementation of the CGG. At the risk of using an anachronistic expression, the text starts from the premise that the first Planning and Development Policies (PPDs) were being developed in the state. Imbued by a scientific perspective and influenced by varied economic and political interests, the CGG would have been an embryonic PPD action that sought to organize the landscape, territorial and population space. As scientific studies on PPDs in Brazil are insufficient, the essay raises new perspectives around aspects that are relevant to understanding the links that involve the creation, maintenance and extinction of a PPD by questioning the idea that the State is a unified and coherent structure to be reified.

Keywords: Geographical and Geological Commission. Minas Gerais. Republic. Planning and Development Policies.

INTRODUÇÃO.

O objetivo deste artigo é analisar, a partir de fontes primárias e secundárias, o contexto histórico e a gama de interesses envolvidos na implantação, evolução e extinção da Comissão Geográfica e Geológica (CGG) do estado de Minas Gerais, criada em 1891 e dissipada em 1898, ano em que a maior parte de sua equipe foi dispensada e o pessoal restante foi incorporado à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o que reduziu drasticamente as diversas atividades em desenvolvimento[4].

[4] O presente artigo é resultado de projeto de pesquisa que conta com o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Entre as fontes primárias coletadas e analisadas a partir do início da pesquisa em 2023 destacam-se, entre outras, os anais do Congresso Constituinte e do Congresso Mineiro (1891-1899) e a coleção de leis e decretos do estado de Minas Gerais (1889 -1892). As fontes secundárias contemplaram referências bibliográficas clássicas e contemporâneas sobre o tema. Os resultados encontrados até o momento deixam patente a necessidade de se coletar dados complementares para o aprofundamento da temática.

Minas Gerais era naquele momento um estado dependente de outros estados para o escoamento de seus produtos, além de ser marcado pela desigualdade regional que ameaçava sua unidade. Esse quadro fez com que o governo mineiro priorizasse o problema da ordem geopolítica e promovesse ações no sentido de dirimir esta questão. Destacou-se entre estes empreendimentos a política de reconhecimento e representação do território concretizada pela implantação da CGG, cuja finalidade era "levantar e publicar as folhas da carta geral do Estado, a fim de ampliar e divulgar o conhecimento do território mineiro" (AMADO, 1996, p. 7).

Tendo mudado sua nomenclatura e atribuições por diversas vezes até os dias atuais, a finalidade original da CGG se manteve no tempo, mesmo quando, após sua extinção em 1898, se tornou uma mera seção da Secretaria de Agricultura entre 1898 e 1920.[5] A existência contínua do órgão de demarcação territorial de Minas Gerais por mais de um século pode ser considerada uma evidência clara de sua utilidade e importância.

Como afirmado, o presente texto pretende discutir os primeiros anos de existência deste órgão geocartográfico. Mesmo correndo o risco de utilizar uma expressão anacrônica, parte-se da premissa de que é possível afirmar que em Minas Gerais no início da República foram gestadas as primeiras Políticas de Planejamento e Desenvolvimento (PPDs) do estado. A CGG, especificamente, poderia ser pensada como uma ação embrionária de PPD que buscava ordenar o espaço paisagístico, territorial e populacional do estado mineiro. Embebida de um olhar técnico e científico, essa PPD era influenciada *pari passu* por variados interesses econômicos e políticos.

A insuficiência de estudos científicos sobre as PPDs no Brasil resulta na falta de legitimidade e credibilidade das iniciativas governamentais e constitui

[5] Nominada em 1891 de Comissão Estadual de Exploração Geográfica, a Comissão passou a ser designada Comissão Geográfica e Geológica em 1892, nome que foi mantido até 1898. 1898-1920: a CGG se torna uma seção da Secretaria de Agricultura (foram preservados apenas os trabalhos referentes à solução das questões de limites). 1920-1931: Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais. 1931 e 1939: Serviço Geográfico e Geológico de Minas Gerais. 1939 e 1971: Departamento Geográfico de Minas Gerais. 1971 e 2013: Instituto de Geociências Aplicadas (IGA). 2013-2016: Instituto de Geoinformação e Tecnologia (IGTEC) – após a incorporação da Fundação Centro Tecnológico de Minas (CETEC) pelo IGA. 2016: o IGTEC teve suas competências incorporadas pela Fundação João Pinheiro (FJP) e pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Ciência Tecnologia e Ensino Superior (SEDECTES).

uma lacuna historiográfica na compreensão desta agenda (Rocha; Borges, 2011). Isso ocorre em diversos temas, em governos de matizes diferenciados e se constitui em um rico campo de análises em um país onde aspectos estruturais reforçam um quadro assimétrico de distribuição de riqueza e poder.

Estas políticas públicas emergiram efetivamente em meados do século passado no país em um contexto desenvolvimentista, tendo cumprido apenas parcialmente seus objetivos por meio da intervenção do governo central e da estruturação de órgãos especializados. Desde então, essas ações governamentais alternaram momentos de robustez com outros de submersão nos debates acadêmicos e sociais. No final do século XX, sob influência neoliberal, as PPDs entraram em crise e, embora tenha havido tentativas posteriores de retomada, vêm revelando uma trajetória que evidencia o desmantelamento dos órgãos de planejamento.

Certamente, o contexto histórico desenvolvimentista que emergiu no Brasil em meados do século XX possui diferenças marcantes em relação ao que ocorreu no último quartel do século XIX no país, momento em a economia brasileira se tornou mais aberta ao comércio internacional e um conjunto de ideias aflorou nos debates intelectuais sobre a modernização via industrialização e ações incipientes de planejamento por parte do Estado.

Estas diferenças, porém, não são um obstáculo para o que se pretende com o artigo, que é suscitar novos olhares em torno de aspectos e dimensões que são relevantes para compreensão dos liames que estabelecem a necessidade da criação, manutenção ou extinção de uma PPD por meio do objeto de estudo proposto. Neste sentido, em sintonia com os avanços da "Nova História" (RÉMOND, 1998), o texto questiona a ideia de que o Estado é uma estrutura unificada e coerente a ser reificada e busca levar em conta o conjunto que o determinava.

Para alcançar esses objetivos, o texto subdivide-se nas seguintes seções, além da introdução e da conclusão: 1. Breve histórico do órgão geocartográfico mineiro nos primórdios da República; 2. O mosaico mineiro e a questão geopolítica na construção da nascente ordem republicana; 3. Os debates parlamentares que envolveram a formulação de políticas territoriais em Minas nos primeiros anos da República; 4. O arcabouço legal das políticas cartográficas

mineiras no início da República; 5. A evolução das atividades e a extinção da CGG de Minas Gerais em 1898.

1. BREVE HISTÓRICO DO ÓRGÃO GEOCARTOGRÁFICO MINEIRO NOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA.

Os estudos voltados para o conhecimento do espaço geográfico do estado de Minas Gerais não receberam a devida atenção no período imperial. Tais atividades eram consideradas uma tarefa complementar do Serviço de Estatística, sediado em Ouro Preto, capital mineira durante o Império, que produziu poucos e precários mapas da província. Essas cartas eram marcadas pela superficialidade da divisão regional do estado, onde se distinguiam apenas três zonas fisiográficas, além de uma vaga descrição dos limites intermunicipais e provinciais, o que ocasionou uma série de desavenças que só teriam solução no período republicano (AMADO, 1996).

A Proclamação da República em 1889 promoveu uma extensa reforma administrativa em Minas Gerais e resultou, no que tange aos estudos geográficos do território, na criação da *Commissão Estadoal de Exploração Geographica*, em 12 de fevereiro de 1891, pela lei estadual nº 368. Este órgão objetivava proceder o levantamento da carta geral do estado e realizar estudos sobre cursos de água e clima em Minas. Chefiada pelo engenheiro de minas e civil Augusto Abreu Lacerda (1860-1897) entre 1891 e 1895, a Comissão estabeleceu a metodologia de trabalho para confecção dos mapas no estado utilizando os processos mais modernos e rigorosos existentes.

Modernização e rigor técnico, aliás, eram preocupações marcantes daquele período que assistia o surgimento e o fortalecimento das instituições científicas no país. Especificamente, os estudos sobre o território que buscavam uma racionalização da gestão territorial que dirimisse as disputas de poder sobre a configuração do espaço no estado simbolizavam os impulsos de uma República recém-instalada que ansiava pela modernidade. É importante salientar que este não era um fenômeno exclusivamente mineiro após a instauração da República. A integração territorial era uma questão prioritária na busca do progresso em todo o Brasil.

Entre os atores envolvidos na formulação do programa cartográfico mineiro que resultou na criação da CGG estavam engenheiros e geólogos da Escola de Minas. Eles representavam a afirmação dos diversos campos disciplinares envolvidos no empreendimento de se fazer a leitura e classificação científica do território: engenharia, estatística, geografia, geologia, astronomia, botânica, meteorologia, entre outros. Essa elite científica regional conquistou paulatinamente seu espaço na estrutura de governo da recém-inaugurada República, "numa articulação entre poderes e saberes que sempre está na base dos investimentos públicos dos programas científicos e técnicos" (GOMES, 2015, p. 61).

A lei nº 368 de 1891 que deu origem à Comissão, fortemente influenciada pelo espírito científico da época, estabeleceu um quadro qualificado de funcionários que contava com um chefe e um assessor, quatro ajudantes auxiliares, um desenhista e um escriturário, além de permitir a contratação de colaboradores de campo em caráter temporário. Os primeiros serviços se iniciaram na Várzea do Marçal, localidade próxima a São João del Rei, depois se irradiaram por todo o território mineiro.

No ano seguinte, a Comissão teve suas atribuições ampliadas passando a se encarregar dos estudos geológicos, o que levou à alteração de seu nome para *Commissão Geographica e Geologica de Minas Gerais*, momento em que incorporou ao seu quadro dois geólogos e um meteorologista. Em 1894, passou a se incumbir dos estudos relativos aos limites municipais e interestaduais. Em 1896, ano em que Lacerda foi substituído por Álvaro Astolfo da Silveira (1867-1945), ocorreu a publicação da primeira carta topográfica estadual: a folha "Barbacena", em escala 1:100.000, com impressão primorosa em cinco cores.[6]

As escolhas técnicas da Comissão mineira, composta basicamente por especialistas da Escola de Minas, foram influenciadas pelos modelos metodológicos e experiências de cientistas americanos que trabalharam no Brasil, entre eles, Charles Frederick Hartt (1840-1878), que concebeu a Comissão Geológica do Império, criada em 1875, e Orville Derby (1851-1915), responsável pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, fundada em

[6] Embora conste na legenda 1895, a folha *Barbacena* foi publicada em 1896 (AMADO, 1996).

1886. O modelo norte-americano era defendido, inclusive, pelo mineralogista francês e fundador da Escola de Minas de Ouro Preto, Henri Gorceix (1842-1919). Em um processo de adaptação contínua deste modelo, o que era exigido pelas especificidades brasileiras, o processo de mapeamento das comissões mineira e paulista avançou.[7]

Essas comissões precisavam reunir em uma mesma carta, representada em escala instrumental, leituras geográficas, geológicas, topográficas e geodésicas. Essa tarefa urgente era obstaculizada por falta de recursos e pessoal especializado, vastidão do território, entre outras dificuldades. Daí a opção pelo pragmatismo dos resultados a serem alcançados por meio da superação dos esboços grosseiros do país construídos no passado, sem buscar cadastros e medições rigorosas, preconizando, assim, "o meio termo feliz entre os dois extremos" (LOMBARD; MENEZES, 1894, p. 3)[8].

No caso de São Paulo, havia um notório interesse dos cafeicultores nas atividades da Comissão, o que levou a uma instrumentalização da ciência como saber auxiliar da administração pública, o que não era incompatível, ao menos em um primeiro momento, com as ambições da Comissão dirigida por Derby (FIGUERÔA, 2001).

O estado de Minas Gerais, por sua vez, não contava com um grupo econômico hegemônico como ocorria em São Paulo, portanto, a CGG mineira não era pautada por interesses particulares de um grupo específico. Coube ao governo mineiro mediar os diferentes interesses, pois o mapeamento era fundamental para divulgação das riquezas naturais do território e para atração de pessoas e capitais para exploração. O pragmatismo mineiro ainda era

[7] Entre as adaptações necessárias realizadas houve a priorização do levantamento geográfico em detrimento do mapeamento geológico. Os cientistas europeus e norte-americanos defendiam que o mapeamento geológico deveria fundamentar a leitura científica de um território, mas, no Brasil, era necessária a exploração prévia, ao menos paralela, da geografia, especialmente do levantamento topográfico que era bastante rudimentar.

[8] Os programas mineiro e paulista adotaram nos levantamentos geodésico e topográfico sistemas expeditos. A geodésia expedita baseava-se na construção de uma rede de triângulos mais rarefeita a partir de uma única base e ajustada pela aferição constante dos instrumentos. O detalhamento topográfico era realizado por caminhamentos no campo de difícil precisão. Os erros ocorridos no campo eram corrigidos por cálculos feitos no escritório. Embora os equipamentos fossem fundamentais, cabia a cada topógrafo, a partir de sua competência, descrever a paisagem e fazer generalizações.

reforçado pela Escola de Minas que, dirigida por Gorceix, possuía uma mentalidade eminentemente prática.

Outra diferença marcante entre estas comissões estaduais dizia respeito ao fato de os paulistas utilizarem o mapeamento como instrumento de conquista de novos territórios, ou seja, da expansão da fronteira agrícola para o oeste. Em Minas, não havia fronteiras a serem expandidas.

> Certo é que, em Minas, outros fatores relacionados ao agenciamento do território, como a busca de um reequilíbrio geopolítico entre as regiões e a montagem de uma infraestrutura modernizante nas áreas mais dinâmicas do estado, pesaram na definição de aspectos técnicos do programa cartográfico, como a decisão sobre a região por onde se iniciar o mapeamento e a direção de seu desenvolvimento (do centro para o sul do estado) (GOMES, 2015, p. 70).

Embora com diferenças como as citadas, as comissões mineira e paulista eram fundamentalmente pragmáticas, pois somente tal metodologia poderia garantir resultados concretos em médio prazo e a continuidade dos programas.

Por motivo de economia, o governo estadual extinguiu a CGG mineira em 1898. Foram mantidos apenas os trabalhos referentes à solução de questões de limites, que ficaram a cargo de uma seção da Secretaria de Agricultura. Desde sua criação, em 1892, a Comissão mineira havia publicado dez folhas topográficas que cobriam uma área de 22.180 km² do estado. O quadro 1 a seguir sintetiza as principais realizações do programa cartográfico mineiro em fins do século XIX:

Quadro 1: síntese das atividades do programa cartográfico mineiro no início da República

Topografia e geodésia	*Cartografia*	*Limites*
A primeira medição de uma base triangular ocorreu em Várzea do Marçal (1891). A partir daí, foram planejados, com base na técnica disponível, marcos destinados a cobrir todo o estado e que serviram de referencial para a execução da carta geral de Minas. Em 1892, mesmo com precários recursos tecnológicos, já havia sido explorada uma área de 21.600	Buscando a representação do terreno em escala reduzida, foram selecionados com rigor desenhistas com experiência (1891). A rigidez da seleção só foi amainada com o aperfeiçoamento tecnológico posterior, que permitiu a execução de trabalhos estéticos e precisos. Os contratos eram provisórios e durante dois anos o desenhista era	Data de 1894 o estudo sistemático dos limites interestaduais e municipais com a criação da Turma dos Limites subordinada à CGG. No ano seguinte a turma foi transformada em órgão autônomo e nominada Comissão dos Limites. Desativada em 1899, os trabalhos desta Comissão não

km², em uma extensão de 150 km² e implantados 32 marcos geodésicos, com erro linear estimado em apenas 1.24 metros. Na medição utilizaram-se fitas de aço de fabricação norte-americana de 100 a 300 metros e fitas francesas de 20 metros aferidas pelo basímetro *Brüner.*	vigiado severamente por seus chefes. Em 1896 se iniciou a edição das folhas da carta geral do estado, totalizando quase 70 mapas, em escala 1:100.000, com esmero técnico e elevado padrão gráfico-visual. O ambicioso empreendimento jamais havia sido realizado em outros estados do país.	cessaram, pois, seus funcionários, lotados na Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, continuaram a participar das questões territoriais que exigiam a participação do governo em sua solução.

Fonte: Amado (1996). Elaboração própria.

2. O MOSAICO MINEIRO E A QUESTÃO GEOPOLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DA NASCENTE ORDEM REPUBLICANA.

Nos primórdios da República, Minas Gerais era dependente de outros estados para o escoamento de seus produtos e "ameaçada em sua unidade pela desarticulação e desenvolvimento desigual das suas regiões, em função sobretudo do surto cafeeiro" (GOMES, 2015, p. 33). O fato de estar "cercada de terra por todos os lados" (WIRTH, 1982, p. 83) impunha ao estado mineiro uma prioridade à questão geopolítica no processo de construção da ordem republicana.

Naquele período, as elites políticas e intelectuais mineiras se dedicaram ao projeto de ordenamento do espaço paisagístico, territorial e populacional sob um olhar técnico e científico, embebidas de gestos simbólicos que rememoravam os sonhos dos inconfidentes e pela propaganda das riquezas naturais do estado para atrair imigrantes, sendo o ponto culminante deste projeto a bem-sucedida transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte em 1897.

Em meio às intensas lutas políticas pelo controle do estado entre republicanos históricos, adesistas e monarquistas que ocorriam em nível federal e estadual,[9] se sobrepunham os debates sobre os interesses sub-regionais. A rápida sucessão de lideranças no comando do governo estadual mineiro, com

[9] Élio Chaves Flores categoriza três grandes grupos políticos no início da República: "os republicanos históricos, aqueles que apoiavam a causa desde 1870; os adesistas, aqueles que aderiram às ideias republicanas 'em cima da hora' e aqueles que ainda eram monarquistas" (FLORES, 2018, p. 49).

diferentes programas de governo, comprova a instabilidade reinante nos primeiros anos da República.

Esta inconstância política, porém, não impedia a confiança no futuro, o que podia ser evidenciado pelos vultuosos investimentos em ferrovias, pelo estímulo governamental à imigração, pela construção de uma nova capital e outros programas subsidiados pelo governo (WIRTH, 1982). Entre essas ações governamentais destacam-se as políticas de reconhecimento e representação do território, concretizadas pela criação de programas estatísticos e cartográficos.

O otimismo supracitado é explicado em grande medida pelo federalismo implantado pela Constituição federal de 1891. O sistema federalista dotava os estados de autonomia inédita na história brasileira, o que permitia a emergência de projetos políticos regionais e locais e, sem dúvida, favorecia os estados mais ricos da federação, entre eles, Minas Gerais, um dos grandes estados exportadores. Essa maior autonomia regional exigiu a construção de um aparato governamental que atendesse a nova dimensão política do estado mineiro, uma vez que suas elites perceberam que esta soberania, que assegurava a independência orçamentária para reter no interior do estado a renda da produção, seria capaz de produzir um maior crescimento econômico (MELO, 1990).

Apesar das perspectivas positivas, o início do período republicano em Minas Gerais foi marcado pela tensão resultante da concorrência entre os interesses sub-regionais e da conciliação dos diversos atores que disputavam espaço no campo político. A falta de integração política e econômica do estado era um desafio para os governantes mineiros, o que era agravado pela fragilidade interna do poder estadual frente aos desígnios do governo federal e ao potencial desagregador do sistema federalista recém-implantado[10].

[10] Um tema recorrente na pesquisa historiográfica sobre o estado de Minas Gerais é a questão da integração interna, assunto este suscitado pelas dificuldades de se estabelecer ligações dinâmicas entre diferentes regiões mineiras até o século XX. Segundo Oliveira (2023), ocorreu certa integração entre as diferentes regiões mineiras e entre o estado e os mercados nacional e internacional em fins do século XIX, “contudo, esta ainda se baseava em um ritmo e em tecnologias que não satisfaziam às aspirações dos administradores estaduais àquela altura, tomados pelo fascínio exercido pela era ferroviária” (OLIVEIRA, 2023, p. 166)

Minas Gerais era um mosaico composto de sub-regiões muito diversas entre si no início da República. A Zona da Mata e o Sul de Minas, que foram ocupadas tardiamente, eram produtoras de café e haviam se tornado, a partir de meados do século XIX, os centros mais dinâmicos da economia mineira. A zona metalúrgica, no centro do estado, teve seu apogeu no século XVIII e, em fins do século XIX, estava em franca decadência. Situação semelhante ocorria em Campos das Vertentes. O Triângulo Mineiro era pouco povoado, com identidade incerta e com pouca representatividade na política estadual. As demais regiões eram marcadas por vazios populacionais e viviam de uma produção diversificada e de caráter endógeno.

A diversidade interna do estado levou Wirth (1982) a afirmar que Minas Gerais funcionava como um sistema federal em pequena escala, cabendo aos governantes equilibrar estas diferenças para evitar a fragmentação territorial. Os primeiros anos da República, especificamente, foram marcados por tensões entre as oligarquias estaduais mineiras que eram reflexo de embates travados nacionalmente entre *deodoristas* e *florianistas* no período 1891 a 1894 e entre *gliceristas* e *anti-florianistas* no intervalo 1894 a 1898 (VISCARDI, 1995) . O impacto na política interna do estado destas disputas federais pode ser sintetizado no quadro 2:

Quadro 2: impacto na política interna do estado de Minas Gerais das disputas federais	
Deodoristas *x* Florianistas (1891-1894)	Gliceristas *x* anti-florianistas (1894-1898)
A Zona da Mata e o Sul de Minas, zonas produtoras de café e onde se concentravam os republicanos históricos, eram ligadas a Floriano Peixoto (1839-1895), ao passo que o Centro e o Campos das Vertentes, com predomínio de adesistas e monarquistas, apoiavam Deodoro da Fonseca (1827-1892). Com a renúncia de Deodoro em 1891 e a ascensão de Floriano à presidência da República, as regiões cafeicultoras do estado foram beneficiadas e ampliaram seu capital político.	Com a vitória do candidato paulista Prudente de Morais (1841-1902) nas eleições presidenciais de 1894 foi criado o Partido Republicano Federal para garantir uma base sólida de sustentação ao novo governo, porém, logo surgiram divergências entre o presidente eleito e Francisco Glicério (1846-1916), líder do partido e ligado ao florianismo. Na medida em que a maior parte da elite mineira ficou ao lado de Prudente, os florianistas da Zona da Mata ficaram isoladas em seu apoio ao glicerismo e perderam o controle político do estado para os políticos do Sul do estado que, em aliança com as demais regiões, os alijaram do poder.

Fonte: Viscardi (1995). Elaboração própria.

Frente às estas disputas, a historiadora Maria Auxiliadora Faria (1992

apud Gomes, 2015, p. 34) levanta a interessante hipótese de que o que garantiu o amálgama das forças políticas mineiras e a unidade do estado naquele período foi o patriotismo regional:

> [...] o amálgama das forças políticas mineiras nos primeiros anos da República não foi uma identidade ideológica ou programática, mas sobretudo a cultura política da ordem e a *invenção da tradição* de um patriotismo mineiro, recurso simbólico fundado em um sentimento natural de pertencimento ao território de nascimento ou vivência, mas que ligava suas origens míticas à riqueza e singularidade da antiga região mineradora, à Inconfidência e especialmente à figura de Tiradentes (GOMES, 2015, p. 34-35).

Se é verdade que essa pátria estadual mineira teve origens míticas associadas ao período colonial, a invenção dessa tradição foi se consolidando, paulatinamente, ao longo do século XIX. Já na década de 1830, no período regencial, os mineiros ganharam na imprensa o apelido insultuoso de *toucinheiros*.[11] Era uma referência às "condições de sobrevivência, às formas de produção, às atividades econômicas e ao *ethos* social da província" (SILVA, 2023, p. 75). Apesar de desairoso, a percepção desta identidade mineira é confirmada pela historiografia contemporânea, que sustenta possuir a província de Minas Gerais uma próspera e dinâmica economia voltada para o abastecimento interno fundada no trabalho escravo, sendo o toucinho de porco um símbolo desta produção de alimentos (RESENDE, 2008).

Minas Gerais era uma sociedade complexa com uma enorme gama de ocupações (agricultores, criadores, mineiros, operários, artesãos…), onde a escravidão convivia com as altas taxas de alforria e a mestiçagem era pungente. Mas, afinal, em meio a esta complexidade política, social e econômica, haveria alguma peculiaridade que distinguiria os mineiros dos habitantes das demais províncias brasileiras no Império e no início da República?

Em uma perspectiva ampliada, Silva (2023) aventa a hipótese de que o modelo dos *toucinheiros* variou no tempo, em um processo dialético, na medida de suas realizações, insuficiências e derrotas. Neste sentido, a Constituição de

[11] Silva (2023) cita os seguintes jornais que utilizaram o epíteto *toucinheiro* ao se referirem aos mineiros: *O Universal* e o *Unitário* (ambos de Ouro Preto), *Paraibuna* (Barbacena) e *Sete de Abril* (Rio de Janeiro).

1891, ao instituir o federalismo, foi um destes momentos dialéticos que teria consolidado o caminho "para que os interesses estaduais buscassem no discurso de 'pátria estadual' o esfacelamento da União" (MELO, 1990, p. 70).

A exitosa emancipação política, administrativa e jurídica dos estados, derivada da nova Constituição, os dotou de autonomia financeira para controlar suas rendas, no entanto, pouca atenção foi dada na Carta à questão territorial. As dimensões e contornos físicos das antigas províncias que remontavam à ocupação colonial se mantiveram inalteradas, exceto por algumas transformações localizadas.

Transportava-se para a República, portanto, antigos litígios de limites do Império, além da "desigualdade demográfica e territorial entre as novas unidades federativas, o que, entre muitos outros fatores, consolidaria a médio prazo o peso da representação política dos estados mais populosos como Minas Gerais e São Paulo" (GOMES, 2015, p. 35).

3. OS DEBATES PARLAMENTARES QUE ENVOLVERAM A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS TERRITORIAIS EM MINAS NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

O Congresso Mineiro Constituinte, instalado em 7 de abril de 1891, constituiu-se em fórum privilegiado de discussões relativas a questões territoriais. Ali foram debatidos o ordenamento, o domínio e o uso do território mineiro. A comissão do anteprojeto constitucional, nomeada pelo governador provisório Chrispim Jacques Bias Fortes (1847-1917), foi a base sob a qual

> [...] ocorreram os debates e as decisões dos constituintes mineiros, cuja composição resultou na absorção dos progressistas frente a vitória das forças mais conservadoras, agrupadas em torno de lideranças como João Pinheiro, Afonso Pena e Bias Fortes, comprometidas sobretudo com a manutenção da ordem e a construção de uma República possível (AS CONSTITUINTES [...] 1989, p. 50).

A constituinte mineira terminou marcada pela continuidade social, porém, seus debates explicitaram o entendimento dos interesses envolvidos nas políticas cartográficas e estatísticas do estado naquele momento histórico. As

deliberações sobre a autonomia e organização municipal e sobre a mudança da capital do estado foram pautas mais significativas nesta questão entre os constituintes mineiros no âmbito da implementação do federalismo e permitem entender as clivagens regionalistas.

Estas e outras discussões envolveram os grandes grupos políticos que representavam as elites políticas mineiras no Congresso de 1891: os republicanos históricos, concentrados nas regiões cafeicultoras da Mata e do Sul do estado, e os monarquistas e adesistas, ligados à região mineradora Central. Embora pouco representados na constituinte, os republicanos foram exitosos em seu objetivo de consagrar a autonomia municipal que perpetuava o poder dos coronéis e garantia a retenção de recursos financeiros nos municípios produtores de café (VISCARDI, 1995).

A estratégia utilizada pelas regiões da Mata e do Sul do estado para obter avanços na constituinte era a ameaça de separatismo, uma vez que eram as regiões com a economia mais dinâmica. Embora considerado indesejável, o argumento separatista era apresentado como uma solução frente às tentativas de centralização autoritária em um momento em que a base territorial do estado mineiro estava sendo discutida. A ameaça separatista e o senso de tradição identitária mineira fizeram com que os constituintes concentrassem as discussões em torno das questões da autonomia municipal e dos limites interestaduais, questões estas que teriam desdobramentos diretos na política cartográfica nos anos posteriores.

Segundo o deputado Olinto de Magalhães (1867-1948), por exemplo, o anteprojeto centralizador do governo estimulava as forças centrífugas e poderia provocar o desaparecimento do “glorioso estado de Minas” e de suas “inolvidáveis tradições”, “exatamente na hora histórica em que o ideal dos mártires mineiros de 1792 se corporizava numa realidade prática – a República” (CONGRESSO CONSTITUINTE, 1896, p. 46).

Por sua vez, o deputado constituinte David Moretzsohn Campista (1863-1911) reafirmou a necessidade da manutenção da integridade física do estado mineiro ao lembrar que a Constituição federal previa a possibilidade de desmembramento ou aquisição de territórios. Campista sabia que legislar sobre desmembramento ou subdivisão do estado era uma questão delicada e que

gerava receio entre seus pares constituintes, pois estes temas poderiam "despertar ideia de separação ou de retalhamento da pátria mineira" (CONGRESSO CONSTITUINTE, 1896, p. 118).

Atrelada à questão dos limites estaduais estava o debate sobre a soberania popular para decidir o destino do território em litígio. David Campista alertava que os possíveis desmembramentos poderiam se tornar instrumentos de pressão das populações locais e suas lideranças, caso se sentissem oprimidas e perseguidas pelo governo. Esse perigo fez com que ele afirmasse: "nenhum perigo correrá a integridade de nosso território, se dermos toda autonomia aos municípios, se a federação for sincera e lealmente praticada" (CONGRESSO CONSTITUINTE, 1896, p. 119).

Nos debates entre os constituintes ficava evidente a necessidade de investimentos do governo estadual no conhecimento da base física do território mineiro. Diversos deputados, entre eles Idelfonso Moreira de Faria Alvim (1867-1927), assinalaram a fragilidade dos dados estatísticos e geográficos em questões essenciais para a construção da nova ordem administrativa e jurídica do estado. Em especial no que tangia ao critério censitário da divisão municipal em discussão, Alvim reforçava que a carência de dados científicos permitiria a manipulação dos recenseamentos para atender interesses de ocasião. Nas suas palavras, "as localidades que tiverem pretensão à categoria de municípios terão o necessário cuidado de 'preparar' devidamente o recenseamento" (CONGRESSO CONSTITUINTE, 1896, p. 144).

O ponto nodal deste debate era a questão da centralização ou descentralização da arrecadação tributária. A centralização era considerada prejudicial para os municípios da Zona da Mata e do Sul e, portanto, vista por eles como uma injustiça que levaria ao separatismo e à dissolução da pátria mineira. Ao final, o impasse foi favorável

> [...] aos defensores da autonomia municipal e do seu direito de legislarem e arrecadarem impostos. Mas tal direito ficou restrito aos impostos sobre os quais se tinha de fato um conhecimento maior, como indústrias, profissões e imóveis urbanos (GOMES, 2015, p. 41).

Independentemente deste resultado, o certo é que os debates

constituintes sobre separatismo regional, fragilidade de fronteiras e de dados científicos necessários ao reordenamento político do estado fizeram emergir preocupações relativas à necessidade de se conhecer a geografia, a estatística e a cartografia do território.

A urgência de formulação de políticas territoriais no estado ficou ainda mais evidente em dois outros temas que estiveram presentes nas deliberações do Congresso Constituinte: a regulamentação do regime das terras devolutas e da exploração mineral e a construção da nova capital. Apesar de debatidas pelos constituintes, a regulação de ambas as matérias ficou a cargo da legislatura do primeiro Congresso Mineiro instalado em 1892. Fato é que estes temas provocaram um "duelo de argumentos técnicos e políticos entre bacharéis e engenheiros", o que exprimia a "emergência do discurso dos engenheiros enquanto agentes políticos e protagonistas das mudanças ensejadas com o novo regime" (GOMES, 2015, p. 43).

No que tange à construção da nova capital, segundo Melo (1990), é possível afirmar que ela gerou o arrefecimento da ânsia separatista no estado, pois o debate sobre este projeto se tornou um instrumento de barganha para as diversas regiões obterem concessões do poder executivo estadual. Durante a constituinte, inclusive, a decisão sobre a mudança da capital e a definição exata do local de sua implantação geraram uma espécie de compromisso que garantiu a conciliação entre os representantes das diversas regiões do estado.

O impulso pela unidade acabou prevalecendo acerca da pertinência e da viabilidade da construção da nova capital. Em outras palavras, venceu o patriotismo mineiro sob os interesses separatistas, pois "a coesão interna era condição para que se viabilizasse no plano estadual as prerrogativas de autonomia política e financeira que a nova ordem constitucional garantira" (GOMES, 2015, p. 42).

Paralelamente a este debate sobre a criação da nova capital, ocorria a discussão sobre as terras devolutas.[12] Diversos políticos mineiros, entre eles o senador estadual e bacharel em direito Virgílio de Melo Franco (1839-1922),

[12] A Constituição federal de 1891 transferiu para os estados a propriedade e o direito de legislar sobre as terras devolutas e sobre as minas. O governo federal reteve a seu cargo, apenas, as questões de segurança de fronteiras externas e infraestrutura (estradas de ferro federais).

duvidavam que a Secretaria de Agricultura, criada pela Lei 27 de 25 de junho de 1892, seria capaz de cuidar dos programas de imigração, registro de terras e organização da carta cartográfica.

Melo Franco, nas sessões que antecederam a promulgação da lei que regulamentava o uso das terras devolutas e das minas criando a repartição de terras e colonização, dizia que tais programas exigiriam uma despesa colossal, não prevista no orçamento, para contratação de engenheiros capacitados e aquisição de instrumentos. Por isso, o senador propunha adiar para "um futuro remoto" (CONGRESSO MINEIRO, 1911, p. 1049) tais procedimentos.

O senador e engenheiro Joaquim Cândido Costa Sena (1852-1919) contra-argumentava o bacharel Melo Franco, proclamando que cabia ao governo demarcar as terras a serem vendidas e que o projeto de lei era plenamente exequível. Asseverava que as dificuldades técnicas aventadas pelos opositores do projeto, como por exemplo a implantação do registro *torrens*,[13] não passavam de questões de pura topografia e agrimensura.

Segundo Costa Sena, o maior desafio a ser enfrentado pelo governo não eram as exigências técnicas, e sim a produção da carta geológica. Influenciado por Gorceix, o senador defendia a viabilidade de sua produção reiterando que os mineiros deveriam pensar em uma carta geológica "que satisfizesse as necessidades da agricultura, e que esta os alunos da Escola de Minas estavam em condições de levantar" (CONGRESSO MINEIRO, 1911, p. 1052)[14].

Em síntese, a diversidade de interesses envolvidos nos temas abordados nos parágrafos anteriores foram os desafios que influenciaram a implantação das políticas estatísticas e cartográficas em Minas Gerais. É certo que a definição das políticas e estratégias do programa cartográfico mineiro foi eivada de interesses políticos, mas, também é importante ressaltar, foi norteada por um inédito escopo técnico, científico e administrativo produzido pela nova elite intelectual de fins do século XIX.

[13] O registro *torrens* tem por finalidade oferecer ao proprietário de imóvel rural a presunção de domínio, desde que o imóvel fosse registrado. O registro foi implementado no Brasil pelo decreto 451B, de 31 de maio de 1891, sendo obrigatório para as terras públicas e deixando para cada estado sua adoção.

[14] As posições de Costa Sena se impuseram na Lei n° 27, que regulamentava a medição e demarcação das terras devolutas de acordo com o sistema *torrens*, e no Decreto n° 597, que aprovou o regulamento da CGG que introduzia, entre outras modificações, o mapeamento geológico.

4. O ARCABOUÇO LEGAL DAS POLÍTICAS CARTOGRÁFICAS MINEIRAS NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Nos primeiros meses de 1890 foram elaborados dois decretos que tratavam da formulação de uma política estatística e cartográfica em Minas Gerais. O primeiro deles, o decreto 10, datado de 21 de janeiro e assinado pelo governador José Cesário de Faria Alvim (1839-1903), criou a Diretoria de Estatística do estado (MINAS GERAIS, 1889-1890). Esse decreto considerava urgente a necessidade da estatística para que a administração pública tivesse um campo balizado para determinar suas ações, pois, sem o conhecimento da geografia, viação e qualidade de terras, o estado não teria como resolver o problema do povoamento.

Dada a importância do estímulo ao processo migratório, era imprescindível que o administrador público conhecesse o que já existia em termos de população, indústrias, artes, ofícios, agricultura e comércio. Para alcançar estas finalidades, o governo estadual dividiu a Diretoria de Estatística em três seções: 1ª. Geografia, viação e análise de terras; 2ª. Indústrias, artes, ofícios, agricultura e comércio; 3ª. População, instrução pública, justiça, finanças e polícia.

Entretanto, pouco mais de dois meses após sua edição, em 29 de março, o decreto 33 modificava as medidas de Alvim (MINAS GERAIS, 1889-1890). A partir deste segundo decreto, a Diretoria de Estatística foi transformada em três comissões, o que na prática significava que os serviços antes pensados como estruturadores da ação administrativa passavam a ser considerados temporários.

Coube ao republicano histórico João Pinheiro da Silva (1860-1908), substituto interino de Alvim no governo provisório, a promulgação desta lei substituta, que foi justificada pela necessidade de se economizar o dinheiro público e pela transitoriedade dos serviços que seriam realizados. Embora afirmasse a efemeridade dos serviços, a norma mantinha as metas ambiciosas do decreto anterior e estabelecia as bases técnicas para o desenvolvimento dos trabalhos.

As novas instruções determinavam que os trabalhos cobririam três

classes de serviços estatísticos: dados relativos ao território (1ª Comissão), estudos da população (2ª Comissão) e estudos relativos à agricultura, indústria e comércio (3ª Comissão). Essas atividades geográficas e cartográficas, a serem realizadas na escala de cada município, objetivavam, além de inventariar as riquezas e potencial do estado, consolidar as bases físicas da unidade federativa, definindo os limites administrativos e jurídicos em nível interno e externo. Ao final, esperava-se retificar os mapas existentes formando uma ideia suficientemente exata da geografia do estado.

A historiadora Maria do Carmo Andrade Gomes presume que as disputadas nomeações para as comissões criadas pelo decreto 33 envolveram "uma rede complexa na qual se entrelaçavam interesses distintos de cientistas e engenheiros, funcionários públicos e políticos, professores e alunos, republicanos de primeira ou de última hora" (GOMES, 2015, p. 49). Estava em jogo a conquista do espaço político, além de projetos científicos como o plano de viação e o mapeamento geológico.

Independentemente das disputas políticas, o decreto estabeleceu um robusto planejamento estatístico para Minas Gerais que contava com um programa técnico claramente definido. Por outro lado, no que tangia à cartografia, o decreto era bastante restrito, pois destinava-se a completar as cartas existentes (FREITAS, 1943).

O programa avançou lentamente na década de 1890. Dentre as dificuldades encontradas, ressalta-se a desconfiança da população em fornecer dados e o fato de os funcionários públicos encarregados exonerarem-se constantemente de seus cargos. Frente a estes e outros impasses, o recenseamento estadual previsto para setembro de 1890 acabou postergado. Em seu lugar, foi estabelecido um acordo entre o governo estadual e federal para realização de um recenseamento geral do país, a ser executado entre 1890 e 1891 pelo Ministério do Interior (LESSA, 1999).[15]

Esses interesses superpostos do governo estadual e federal na área da estatística, que também afetavam diretamente as realidades municipais,

[15] Segundo Lessa (1999), embora tivesse uma postura errática, o governo federal concebeu este censo como primeiro instrumento para instauração da nova ordem. Neste sentido, foi restaurada, em 1890, a Diretoria Geral de Estatística, que havia sido extinta em 1879.

deixavam explícitas as necessidades de uma nova ordem que ainda estava definindo os contornos do federalismo. Além disso, mais do que fornecer dados descritivos da população e das atividades econômicas, as atividades estatísticas previstas evidenciavam a complexa relação entre o saber científico e os grupos políticos que disputavam o poder.

No caso de Minas Gerais, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhos estatísticos e cartográficos iam se avolumando no início da década de 1890. Em menos de um ano de existência, as comissões previstas no decreto 33 passaram por diversas recomposições e mudanças em seus quadros o que, apesar das ambiciosas metas traçadas, demonstra o caráter incipiente do projeto.

Essas alterações nas comissões evidenciam o choque de ideias e personagens nos anos iniciais do programa cartográfico mineiro, incluindo aqui as críticas de Henri Gorceix sobre a não exequibilidade do mapa topográfico e geográfico de Minas em apenas três anos, como era a proposta da Comissão. Gorceix sustentava que trabalho similar desenvolvido em São Paulo, com recursos muito mais amplos, teria demorado muito mais tempo e ainda não havia sido finalizado (MORAIS, 1954).

O projeto intelectual e técnico da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, aliás, foi fundamental para a Comissão Geográfica mineira. A chegada de Abreu Lacerda a Minas, trazendo na bagagem a experiência da Comissão paulista e assumindo a presidência da CGG mineira, foi considerada um marco na política cartográfica do estado.

Ex-aluno de Gorceix, Lacerda definiu um plano de natureza geográfica que deveria resultar, indo além de meras correções dos grosseiros mapas existentes, em uma nova carta geral do estado, conforme previsto na lei estadual 368 de 1891 (MINAS GERAIS, 1891). Sob sua liderança e seguindo a metodologia implementada em São Paulo, consagrou-se o mapeamento baseado na triangulação e o levantamento topográfico que compreendia a determinação dos centros populosos, a direção das estradas, os cursos d'água e a determinação barométrica da altitude.

As instruções previstas por Lacerda, porém, passaram por mudanças de objetivos um ano após sua definição. Isso porque a gestão do regime de terras estabelecido pela Constituição federal de 1891 exigiu que o governo mineiro

sancionasse, em 1892, a lei 27, que regulava a medição e demarcação de terras devolutas do estado (MINAS GERAIS, 1892). Isso fez com que o mapeamento geológico fosse retomado pelo poder público acrescido pelo mapeamento cadastral necessário à demarcação das terras devolutas, sendo que este último acabou não ocorrendo.

Frente às dificuldades impostas pelo mapeamento, a lei 27, normatizada no decreto 597 de 1892, buscava regulamentar a atividade em duas escalas, que deveriam ser desenvolvidas paralela e autonomamente: mapeamento das terras devolutas de forma gradativa (medição, demarcação, divisão e descrição) e ampliação das atribuições da Comissão Estadual de Exploração Geográfica, doravante denominada Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais.

A metodologia prevista para o levantamento da carta geográfica rompia com o modelo utilizado pela Comissão paulista que, inicialmente, seria copiado. Cada passo do processo era descrito: especificidades do trabalho de triangulação e da topografia; a natureza dos equipamentos; as formas de cálculo dos nivelamentos; os elementos de caráter permanente a serem observados no campo; a escala a ser adotada (1:100.000) e o dimensionamento das folhas (0.50 por 0.60 cm), entre outros pormenores. Ao final, a carta geográfica deveria conter:

> [...] limites com os estados vizinhos, e os municípios-sede; os rios, ribeirões e córregos; as estradas gerais, municipais e vicinais; as fazendas, casas, engenhos e fábricas à beira dos caminhos e estradas; o traçado das estradas de ferro; as estações telegráficas; o bloco das cidades, vilas, arraiais e povoações; a vegetação natural e culturas; o relevo do solo, por meio de curvas de nível de 50 em 50 metros; a altitude dos picos notáveis; enfim, tudo quanto possa ser de auxílio à administração do estado (MINAS GERAIS, 1892, Decreto 597, art. 6º).

Depois das “idas e vindas nas formulações legais entre 1890 e 1892” (GOMES, 2015, p. 60), o decreto 597 foi o dispositivo que norteou os trabalhos da Comissão, mesmo quando parte dos objetivos foi abandonado. Destaca-se no texto legal a preocupação com o rigor técnico e a precisão dos dados nos levantamentos geográfico e cartográfico, a preocupação na aplicabilidade econômica dos estudos e a necessidade premente de divulgação dos resultados deste processo.

5. A EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES E A EXTINÇÃO DA CGG DE MINAS GERAIS EM 1898

A Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais instalou seu escritório, inicialmente, em Barbacena e começou a medição da primeira base geodésica nas proximidades de São João del Rei. A escolha destas duas localidades foi uma decisão geopolítica relacionada às disputas políticas, interesses econômicos e segmentações regionais do período. O desequilíbrio interno do estado exigia a reordenação das forças políticas (RESENDE, 1982) e ambos os municípios eram considerados eixos de progresso, tanto que foram cotados para sediar a futura capital do estado.

Além disso, situavam-se no centro de Minas, região que possuía maior força política na medida em que exercia o controle do aparato administrativo estadual. O vetor de expansão dos trabalhos, que ocorreu em direção ao Sul, indicava o deslocamento espacial dos serviços públicos para zonas mais dinâmicas, o que evidenciava uma aliança de interesses entre a região Central e a região Sul, “aliança que, na intrincada trama geopolítica do período, prevaleceu sobre a aliança Sul-Mata, mais representativa dos interesses hegemônicos dos cafeicultores” (GOMES, 2015, p. 75).

As disputas de interesses supracitados atingiram, além da CGG, a Comissão de Estudos de Localidades para mudança da capital. Ambos os programas simbolizavam os impulsos modernizantes da República recém-instalada, respondiam às disputas de poder que já duravam décadas sobre a reconfiguração do espaço no estado e, simultaneamente, apontavam para uma racionalização científica da gestão do território (SALGUEIRO, 1997).

A Comissão Geográfica liderada por Lacerda encontrou dois obstáculos imediatos após sua implantação: a necessidade de importação dos equipamentos dos Estados Unidos, o que não foi suficiente para a Comissão se tornar independente da colaboração do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, e a falta de pessoal técnico qualificado. Essa última dificuldade foi sanada, em sua maior parte, por engenheiros e agrimensores egressos da Escola de Minas e, apesar das contínuas recomposições e alta rotatividade, a Comissão conseguiu manter um núcleo relativamente estável até 1898.

Em 1892, o escritório da CGG foi transferido para Lavras e, com a ampliação das finalidades da Comissão pelo decreto n. 597, Lacerda passou a insistir na ampliação do quantitativo de pessoal e na instalação de um escritório em Ouro Preto. Neste pleito, ele obteve apoio do recém-eleito presidente da província, Afonso Pena, que acreditava que uma boa carta geológica, ao evidenciar as riquezas naturais do estado, poderia fazer o estado atrativo aos imigrantes. Por outro lado, o presidente provincial também demonstrava sua preocupação com a necessidade de respostas rápidas que justificassem a manutenção dos investimentos estatais. Era justamente essa urgência política por resultados que impedia um mapeamento sistemático da região, pois este processo era necessariamente lento devido às minúcias envolvidas.[16]

Outro problema político de semelhante gravidade era a incompatibilidade entre os interesses de determinados grupos políticos e/ou regionais e o projeto científico em si, pois, mesmo que o projeto se orientasse inicialmente para as regiões mais ricas e poderosas, ele deveria seguir uma determinada metodologia que pressupunha um mapeamento gradativo e uniforme do estado.

Para agravar a situação da Comissão liderada por Lacerda, em 1894 foi criada uma turma especial para mapear a região limítrofe de São Paulo. Essa nova frente se somou a outras frentes de mapeamento no território, como as comissões de medição de terras, mantidas pela repartição de obras públicas, e a Comissão Construtora da Capital. O resultado foi que, mesmo com o crescimento dos investimentos por parte do governo, os recursos foram divididos entre as várias comissões.

Em 1895 ocorreram mudanças significativas na Comissão Geográfica mineira: Augusto de Abreu Lacerda foi substituído por Álvaro da Silveira na chefia do órgão e a turma especial que cuidava dos limites com São Paulo, originalmente subordinada à CGG, adquiriu autonomia. Essas mudanças não significaram o aumento do prestígio da Comissão liderada por Silveira, ao contrário, pois foi a nova Comissão Geográfica de Limites a grande favorecida

[16] Buscando dar visibilidade aos trabalhos realizados e garantir a continuidade dos investimentos, a CGG apresentou suas primeiras imagens cartográficas em 1893: um esboço inacabado de uma das folhas na escala 1:100.000 que visava testar a capacidade técnica dos impressores franceses e um esboço da zona explorada de 1891 a 1893.

com mais recursos e uma equipe maior, o que denotava uma mudança nas prioridades do estado.

Silveira buscou a partir de então acelerar os trabalhos de seu antecessor priorizando a triangulação, que estava atrasada em relação ao levantamento topográfico, além de introduzir estudos botânicos entre os objetivos da Comissão, apesar das limitações de recursos. Coube ainda a ele definir grande parte das convenções das cartas e publicar, em Paris, as cartas de Barbacena, São João del Rei, Ibertioga e Carrancas.

Até a interrupção dos trabalhos da CGG em 1898, seguiram-se a publicação e divulgação das cartas de Aiuruoca, Luminárias, Baependi e um novo mapa com a área já coberta pelo mapeamento (1897), de Lavras (1898) e, já após a extinção da Comissão, de Lima Duarte e Rio Preto (1899). A preocupação constante de Silveira durante sua gestão foi dar visibilidade aos trabalhos da Comissão, provando que os mapas eram instrumentos essenciais para a boa gestão pública do estado.[17]

O esgotamento do ciclo de prosperidade do estado fez com que Silveira enfrentasse sérias dificuldades econômicas durante sua gestão. A origem dos recursos investidos pelo poder público derivava do crescimento das receitas orçamentárias com a estadualização dos impostos de importação, que antes da Constituição de 1891 eram recolhidos pelo governo federal.

Paralelamente, a alta de preços no mercado internacional do café na segunda metade da década de 1880 teve consequências positivas para o estado até 1894. Conjugada com o crescimento das lavouras mineiras, a pujança econômica estadual durou até meados de 1890 provocando um surto de investimentos públicos. A partir de então, no momento em que Silveira se tornou responsável pela CGG, a baixa de preços expôs a fragilidade de um estado dependente da cafeicultura (RESENDE, 1982).

A desvalorização do café e do câmbio fizeram cair as receitas orçamentárias, o que forçou Silviano Brandão (1848-1902), novo presidente

[17] Ao contrário de Lacerda, que julgava que os limites municipais não deveriam ser assinalados nas cartas devido ao caos reinante nesta questão, Silveira argumentou em favor de sua representação, mesmo que esses limites fossem alvo de disputas, afinal, sem eles, seria complicado dimensionar as necessidades de imigração, da condensação da população, entre outras questões prementes que o progresso regional exigia. Acabou prevalecendo a posição de Silveira.

provincial eleito em 1898, a adotar uma política centralizadora que efetuou cortes profundos nos investimentos públicos. Segundo o próprio Brandão, foram necessárias a supressão de serviços dispensáveis, a suspensão dos adiáveis e a reorganização de vários outros (MINAS GERAIS, 1899).

No que tange aos mapeamentos da CGG e da Comissão de Limites, o novo governo entendia que eram ideias que, embora úteis, poderiam ser adiadas. Essa percepção levou à extinção das duas comissões, o que pegou de surpresa as equipes e deixou diversas etapas dos trabalhos inacabadas. Para que as ações já realizadas pudessem ser aproveitadas no futuro, procedimentos variados foram adotados, entre eles: a descrição detalhada, no relatório final, dos sinais de triangulação das zonas fronteiriças e a contratação de Silveira pelo governo, em 1899, para terminar as folhas inacabadas de Lima Duarte e Rio Preto.

Diante dos cortes orçamentários profundos realizados pelo governo Silviano Brandão, a extinção da CGG era inevitável, mesmo com suas realizações reconhecidas como fecundas no meio científico e consideradas úteis pelo governo. Adiava-se, portanto, o projeto ambicioso da fabricação do mapa geral do estado, elemento fundamental do “programa de construção de uma grande nação mineira” (GOMES, 2015, p. 95).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em fins do século XIX, a República brasileira precisava inventariar e sistematizar o acesso aos seus recursos naturais, de forma que pudesse estabelecer uma política de exploração racional deste patrimônio. Essa nova política, especialmente no que tange ao agenciamento territorial, deveria envolver uma atuação direta do poder público articulado com o novo saber científico.

A Proclamação da República, portanto, estimulou projetos geopolíticos governamentais nacionais e regionais que enfatizassem a unidade territorial e a riqueza natural do país e dos estados da federação. Efêmeros em sua maioria, esses projetos, como o da Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais, lançaram as bases científicas do conhecimento territorial brasileiro.

O contexto histórico que permeou a criação da política cartográfica e do programa de exploração geológico e geográfico de Minas Gerais estava associado ao federalismo republicano, que havia obrigado os estados a construírem um aparato administrativo para afirmar sua unidade, além de "inventar tradições" (GOMES, 2015, p. 95) para legitimar essas pretensões. Arrecadando mais impostos devido à nova Constituição, os estados tinham que resolver a questão da divisão territorial, em especial a questão das fronteiras, que ficara pendente na transição do regime político.

Cientes destas necessidades, os constituintes mineiros de 1891 defendiam a criação de uma comissão para estudos dos limites do estado, pois as tensões com os vários estados que cercavam o território mineiro datavam do Império. Os discursos também trouxeram à tona a insatisfação das localidades mineiras em relação à falta de atenção recebida pelo governo do estado, explicitaram tensões sub-regionais e evidenciaram confrontos entre políticos e cientistas.

Simultaneamente a estes debates que se prolongaram ao longo dos anos seguintes, a CGG desenvolveu um frutífero trabalho, apesar da escassez de recursos, das dificuldades técnicas, dentre outros obstáculos. A crise econômico-financeira de 1898, porém, levou à extinção da Comissão. Apesar dos significativos avanços perpetrados, os trabalhos da CGG foram considerados dispensáveis e interrompidos, pois seus responsáveis não foram capazes de conciliar a urgência do governo por resultados com as ambições científicas do projeto.

REFERÊNCIAS

AMADO, Eugênio Â. A. (org.). **Um projeto de atividades geocartográficas em Minas Gerais**. História do IGA. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (CETEC), 1996.

AS CONSTITUINTES mineiras de 1891, 1935 e 1947; uma análise histórica. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, Conselho de Informação e Pesquisa, 1989.

CONGRESSO CONSTITUINTE. **Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, 1891**. Ouro Preto: Imprensa oficial, 1896.

CONGRESSO MINEIRO. **Anais do Senado**: primeira sessão da primeira legislatura nos anos 1891 e 1892. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1911.

FARIA, Maria A. **A política da gleba**. As classes conservadoras mineiras: discurso e prática na Primeira República. 1992. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, 1992.

FIGUERÔA, Sílvia F. M. **Ciência na busca do Eldorado**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: MCT/CEE, 2001.

FREITAS, M. A. Teixeira. Os serviços de estatística do estado de Minas. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 13, p. 107-130, jan./mar. 1943.

FLORES, Élio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Brasil republicano**: o tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. **Mapas e mapeamentos**. Políticas cartográficas em Minas Gerais. 1890-1930. São Paulo: Annablume Editora, 2015.

LESSA, Renato. **A invenção republicana.** Campos Sales, as bases e da decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LOMBARD, Luiz; MENEZES, Belarmino Martins de. A cartografia do estado de Minas: enumeração dos defeitos dos mapas existentes. **Estado de Minas**, Ouro Preto, ano 5, n. 384, 5 abr., 1894.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. **Pois tudo é assim... educação política e trabalho em Minas Gerais (1889-1907).** 1990. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

MINAS GERAIS. **Coleção de leis e decretos do estado de Minas Gerais.** Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1889-1890.

MINAS GERAIS. **Coleção de leis e decretos do estado de Minas Gerais.** Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1891.

MINAS GERAIS. **Coleção de leis e decretos do estado de Minas Gerais.** Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1892.

MINAS GERAIS. **Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Afonso Augusto Moreira Pena ao Congresso Mineiro em sessão ordinária da 1ª legislatura.** Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1893.

MINAS GERAIS. **Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 3ª legislatura no ano de 1899**. Ouro Preto:

Imprensa oficial, 1899.

MORAIS, Luciano Jacques de. Gorceix, sua vida e sua obra. **Revista de Escola de Minas**, Ouro Preto, ano 19, n. 2-6, p. IX-XXVI, mai./dez., 1954.

OLIVEIRA, P. R. DE. Minas Gerais entre a integração interna e externa na Primeira República. **Cadernos de História**, v. 24, n. 40, p. 165-188, 15 jul. 2023.

RÉMOND, René (org.). **Pour une histoire politique**. Paris: Seuil, 1988.

RESENDE, Edna Maria. **Ecos do liberalismo**: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena: 1831-1840. 2008. 335 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais:** o novo PRM – 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

ROCHA NETO, J. M. da; BORGES, D. F. As assimetrias entre as políticas setoriais e a política de planejamento regional no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 6, n. 45, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/L3QrkLvrWgB4ccMdrfX8SsC/#. Acesso em 15 fev. 2024.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **La Casaque d'Arlequim:** Belo Horizonte, une capitale éclectique du 19e siècle. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1997.

SILVA, Wlamir. A independência dos toucinheiros: apontamentos sobre uma peculiaridade mineira. In: ARAÚJO, M. M. (org.). **Independência (In)dependências:** Minas Gerais 1822-2022. Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, 2023, p. 75-87.

SOUZA, Marcos de Moura e. Independência do Brasil é vista de formas diferentes a cada momento. **Valor Econômico**, São Paulo, 6 de setembro de 2022. Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/09/06/independencia-e-vista-de-formas-diferentes-a-cada-momento.ghtml. Acesso em: 26 set. 2023.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. **Estudos históricos,** Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 39-56, 1995.

WIRTH, John D. **O fiel da balança:** Minas Gerais na federação brasileira,1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Recebido em 5/3/2024.

Aprovado para publicação em 12/07/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

REPÚBLICA E MONARQUIA NOS ESCRITOS DE JUVENTUDE DE EUCLIDES DA CUNHA

REPUBLIC AND MONARCHY IN THE YOUTH WRITINGS OF EUCLIDES DA CUNHA

RUBENS ARANTES CORRÊA[1]

RESUMO

O trabalho tem por objetivo retratar criticamente os primeiros escritos jornalísticos de Euclides da Cunha. Para tanto, mira-se na série "Atos e Palavras", publicada pelo jornal *A Província de São Paulo,* entre 10 e 24 de janeiro de 1889, como representativa das ideias, do estilo e da linguagem que marcaram toda a trajetória intelectual de Euclides da Cunha. À época, o futuro autor de *Os Sertões* havia acabado de chegar a São Paulo após o episódio da baioneta, que custara sua expulsão da Escola Militar, e a convite de Júlio Mesquita, então redator daquele periódico republicano paulista, passou a publicar artigos políticos sob o pseudônimo Proudhon, em alusão ao filósofo francês. Nesta série já é possível perceber o estilo euclidiano de escrita pautado pela linguagem dramática, marca de toda sua obra, pelo recurso à vasta gama de referênciais históricos e filosófico-científicos, demonstração de seu amplo domínio de diferentes campos do conhecimento, e pelo ardoroso combate em favor dos ideais republicanos, plataforma política de toda uma geração de intelectuais brasileiros, a que Euclides da Cunha pertencia. O percurso documental-metodológico do trabalho lida não só com os textos originais de Euclides publicados na imprensa, mas também com estudos que abordam a fortuna crítica euclidiana, a exemplo dos trabalhos de Walnice Nogueira Galvão (2009), Olímpio de Sousa Andrade (1960) e Roberto Ventura (2003).

Palavras-chave: Euclides da Cunha. República. Escritos jornalísticos.

ABSTRACT

The work aims to critically portray the first journalistic writings of Euclides da Cunha. To this end, we look at the series "Acts and Words", published by the newspaper A Província de São Paulo, between January 10 and 24, 1889, as representative of the ideas, style and language that marked the entire intellectual trajectory of Euclides. da Cunha. At the time, the future author of Os

[1] Professor do Instituto Federal de São Paulo – campus Birigui. Pós-doutorado em História pela UNESP Assis. e-mail do autor: rubens.arantes65@gmail.com

Sertões had just arrived in São Paulo after the bayonet episode, which had cost him expulsion from the Military School, and at the invitation of Júlio Mesquita, then editor of that São Paulo republican periodical, he began to publish political articles under the pseudonym Proudhon, in allusion to the French philosopher. In this series it is already possible to perceive the Euclidean style of writing guided by dramatic language, a hallmark of all his work, by the use of a wide range of historical and philosophical-scientific references, demonstration of his broad mastery of different fields of knowledge, and by the ardent combat in favor of republican ideals, the political platform of an entire generation of Brazilian intellectuals, to which Euclides da Cunha belonged. The documentary-methodological path of the work deals not only with Euclides' original texts published in the press, but also with studies that address Euclidean critical fortune, such as the works of Walnice Nogueira Galvão (2009), Olímpio de Sousa Andrade (1960) and Roberto Ventura (2003).

Keywords: Euclides da Cunha. Republic. Journalistic writings.

INTRODUÇÃO

Entre 10 e 24 de janeiro de 1889, Euclides da Cunha publicou uma série jornalística intitulada “Atos e Palavras” em *A Província de São Paulo* - jornal fundado em 1875 pelos republicanos paulistas egressos da Convenção de Itu, de 1873 -, à época dirigido por Francisco Rangel Pestana e Júlio Mesquita, o responsável por convidar Euclides da Cunha para escrever no periódico após o episódio da baioneta, que resultou no afastamento do cadete da Escola Militar.

A série “Atos e Palavras” retrata a defesa do republicanismo, ainda que o autor contasse com pouca idade, apenas 23 anos. Na ocasião, já demonstrava, através de linguagem dramática e combativa, a defesa da causa republicana, além do domínio de amplo conhecimento filosófico e histórico, perceptível pelas constantes citações desde filósofos da Revolução Francesa até Proudhon, ativista político francês do século XIX e inspirador do pseudônimo na série jornalística.

A série é precedida por três artigos publicados ainda em 1888, em que o futuro autor de *Os Sertões* já deixava clara a sua verve combativa. Nascia, então, a relação profícua de Euclides da Cunha com o jornal paulista, em cujas páginas, anos mais tarde, e já sob o nome de *O Estado de S. Paulo*, viria ensejar o embrião de obra monumento da literatura brasileira por meio dos artigos

escritos como correspondente do conflito de Canudos (1896-1897).

Walnice Nogueira Galvão (2009, p. 178-187), ao analisar a trajetória jornalística de Euclides da Cunha, afirma que o "bicho da imprensa" havia mordido-o desde muito cedo, podendo mesmo dizer-se de uma certa precocidade jornalística, comportamento comum ao dos escritores da época, pois a imprensa constituía-se no principal suporte de atuação intelectual daquele momento histórico, tendo em vista a precariedade da vida letrada no Brasil da segunda metade do século XIX. Diante da existência de poucas instituições acadêmicas e de expressivos índices de analfabetismo, que comprometiam o consumo de livros, restava aos intelectuais a imprensa como veículo principal de divulgação de obras, autores, doutrinas filosóficas e exposição de ideias.

A iniciação jornalística de Euclides da Cunha, ainda segundo Galvão (2009, p. 183), deu-se quando de seus tempos de estudante no Colégio Aquino, entre 1883 e 1884, momento em que havia tomado parte do jornal *Democrata*. Em seguida, já na condição de aluno da Escola Militar, passou a integrar a *Revista Família Acadêmica*, entre 1886 e 1888. Logo após, iniciou sua colaboração em *A Província de São Paulo*, ainda que num primeiro momento não de forma permanente, posto que reassumiu no contexto da Guerra de Canudos, quando o jornal havia mudado de nome para *O Estado de S. Paulo*.

Nada dessa produção jornalística foi, conforme Galvão (2009), recolhida em livro pelo autor, dando a entender que Euclides da Cunha veio a renegar seus escritos de juventude:

> [...] Euclides, a exemplo dos outros escritores [...] exercia o jornalismo com muita naturalidade, sendo para ele a imprensa um canal de expressão de que se utilizava sem maiores problemas. Mas é bom atentar que não passava daí. Relegaria ao ineditismo a maior parte de sua colaboração jornalística. Apenas tratou de abrigar em livro os artigos mais cuidados e de maior peso, que iriam para as páginas de *Contrastes e confrontos* e de *À margem da história.* [...]. Todo o restante permaneceria relegado por ele mesmo [...] (GALVÃO, 2009, p. 183-184).

Roberto Ventura (2003, p. 43-45), por sua vez, historicizando os primeiros anos de Euclides da Cunha como jornalista, destaca seu artigo "Em viagem", publicado em *O Democrata*, em 4 de abril de 1884, no qual já demonstrava seu "interessse pela natureza", tema que frequentará sua obra. O texto foi produzido

com uma linguagem romântica e revela um escritor que, mesmo em fase de formação, já manifestava sua argúcia para perceber a paisagem e os efeitos perversos do progresso e suas máquinas sobre a natureza:

> Uma ruga, sim!... Ah! Tachem-me muito embora de antiprogressista e anticivilizado; mas clamarei sempre e sempre: - o progresso envelhece a natureza, cada linha do trem de ferro é uma ruga e longe não vem o tempo em que ela, sem seiva, minada, morrerá! [...] Tudo isto me revolta, me revolta vendo a cidade dominar a floresta, a sarjeta dominar a flor!" (CUNHA, 1884 [?], [s.i.d.p.] *apud* VENTURA, 2003, p. 45).

O mesmo *O Democrata*, conforme Ventura (2003, p. 45), publicou alguns dos primeiros poemas escritos por Euclides da Cunha e reunidos sob o título *Ondas*, somente dados a conhecer, integralmente, após a sua morte. Sobre os poemas, chamam atenção os sonetos de fundo histórico, nos quais o autor revelava seu conhecimento sobre literatura romântica e história francesa, especialmente em passagens dedicadas aos revolucionários jacobinos, como Danton, Marat, Robespierre e Saint-Just, além de referências ao poeta Victor Hugo e ao historiador Jules Michelet.

Dessa forma, diz Ventura (2003, p. 47-48), os "ideais românticos e revolucionários" manifestados em sua precoce atividade literária e jornalística acompanharam Euclides da Cunha por toda a sua vida, não só em termos intelectuais como, também, pessoais, exteriorizados em episódios como a insubordinação diante do Ministro da Guerra do Império, em 1888, que custou o seu desligamento do Exército, ou em sua missão diplomático-exploratória junto ao rio Purus, em 1905, episódios em que emerge a figura do protagonista em seu papel de herói, tal como as narrativas românticas e revolucionárias que o próprio Euclides da Cunha consumia e se inspirava.

No entanto, coube a Olímpio de Souza Andrade (1960, p. 37-50), em sua *História e Interpretação de "Os Sertões"*, apresentar maior expansão sobre os textos jornalísticos de juventude de Euclides da Cunha, em particular aqueles publicados por *A Província de São Paulo*. O autor rio-pardense considera que Euclides da Cunha havia sido bem recebido pelos redatores do jornal paulista, pois seu gesto "heróico" de insubordinação vinha ao encontro do repertório antimonárquico daquele diário de São Paulo. Por outro lado, a oportunidade de

publicar artigos para um público mais amplo representava a possibilidade de projetar-se em uma nova carreira.

Andrade (1960, p. 37-43) afirma, ainda, que o encontro entre Euclides da Cunha e *A Província* significou, ao mesmo tempo, a possibilidade da "expressão de suas ideias – já então mais contundentes" e a oportunidade de "*revanche*" em relação aos acontecimentos que culminaram com sua expulsão da Escola Militar. Tratando-se de uma série jornalística de "escritos políticos corajosos" voltou-se, então, para assuntos do cotidiano político daquele fim de século, produzido em linguagem composta ora de frases "confusas e trôpegas", ora "fortes e claras":

> Era, então, um agitador, um demolidor, voltado, principalmente, para as consequências imediatas da abolição, girando com tal apego em torno dos princípios e das ideias gerais, que nem sequer deixou perceber o nativista que havia nele, muito mais tarde explícito em vários trechos sobre a imigração, os quais, entretanto, a tempo, passaria a corrigir (ANDRADE, 1960, p. 38).

Tendo em vista o preambulo introdutório oferecido pela revisão bibliográfica, passa-se, em seguida, a contextualizar e analisar criticamente a produção jornalística de Euclides da Cunha para o jornal *A Província de São Paulo*, primeiramente, focando seus textos de estreia, publicados em dezembro de 1888, e, posteriormente, há de se concentrar na série "Atos e Palavras", série em sete artigos publicados em janeiro de 1889, objeto central deste trabalho.

1. A ESTREIA: A PÁTRIA, A DINASTIA E OS REVOLUCIONÁRIOS

Em 22 de dezembro de 1888, um sábado, Euclides da Cunha estreou no jornal *A Província de São Paulo* com o artigo "A Pátria e a Dinastia", assinando-o com as iniciais E. C. Desligado do exército havia pouco tempo, por conta dos acontecimentos nos quais se envolvera quando da visita do Ministro da Guerra, Tomás Coelho, à Escola Militar da Praia Vermelha, Euclides encontrava-se em São Paulo.

O jornal *A Província de São Paulo* repercutiu o episódio da baioneta em duas oportunidades (nas edições de 6 e 7 de novembro de 1888), em noticiário intitulado "Trovoada ....Militar". Por meio dele, tornou-se conhecida a informção que os estudantes da Escola Militar haviam sido impedidos pelo comandante de

irem ao encontro de Lopes Trovão, liderança republicana, quando ele aportasse no Rio de Janeiro, de regresso de sua estadia na Europa. Em resposta, os estudantes, em ato de contrariedade e rebeldia, não só se negaram a fazer continência ao ministro da guerra, como deixaram, propositalmente, as armas caírem no chão. Um outro cadete – o jornal não o cita nominalmente – foi além:

> Um deles, mais exaltado, quebrou a baioneta e atirou com ela para o lado do ministro, que teve de desviar-se para não receber nas pernas o choque da arma partida. Este foi recolhido à enfermaria, porque o ministro desconfiou que ele estava louco. Os outros, os que apenas deixaram cair as armas, incorreram na pena de indisciplina e, por isso, continuam impedidos (Trovoada [...], 1888a, p. 1).

Tratava-se de Euclides da Cunha, que, em consequência desse ato de indisciplina, permaneceu detido na Fortaleza de Santa Cruz por algum tempo, onde foi submetido a exames médicos que o diagnosticaram como “doente dos nervos”, e, em seguida, exonerado do Exército. Terminava, dessa maneira, mais um episódio envolvendo militares e monarquia iniciados em 1884 e que acompanharia a história política do Brasil até pelo menos os primeiros anos da República, longa jornada protagonizada pelo Exército e marcada por insubordinações, derrubada da Monarquia em 15 de novembro de 1889, guerra de Canudos (1896-1897) e revoltas do período florianista (1891-1894).

A convite de Júlio Mesquita, recém alçado a gerente redator de *A Província de São Paulo*, Euclides da Cunha iniciou longa amizade e contribuição jornalística, ainda que em períodos alternados, que culminaria na publicação dos artigos, anos depois, enquanto correspondente de *O Estado de S. Paulo*, que ensejaram a publicação de *Os Sertões* (Ventura, 2003, p. 78). O jornal, fundado em 1875, tinha protagonismo na capital e no interior do estado enquanto veículo da chamada propaganda republicana, porque investia em um repertório combativo pautado pelo antimonarquismo, pela defesa do federalismo e da imigração.

O tema do artigo inaugural de Euclides da Cunha foi a transferência do Marechal Deodoro da Fonseca, determinada pelo governo monárquico, para o sul do Mato Grosso, sob a alegação de supostos conflitos de fronteira envolvendo países vizinhos, algo que, para Euclides, não passava de pretexto

para a monarquia enfraquecer as forças armadas e, ao mesmo tempo, revelava, em sua compreensão, o temor que poderia ocorrer entre o encontro do pensamento e da espada:

> [...] temendo, sobretudo, esse consórcio do pensamento com a espada – aliança que coloca esta ao lado do futuro e da liberdade – o governo resolveu antepor à política da Pátria a política imperial. E adotou a norma banal de dispersar para enfraquecer. Dispersa o exército, e tendo-o assim, não podendo destruir-lhe no cérebro a noção digna que começa a ter do futuro – excita-lhe a ambição com a imagem encantadora de futuras glórias. Santa ilusão, porém, em tudo isto!... (CUNHA, 1888a, p. 1).

Euclides da Cunha, no espaço de seu artigo de estreia, apontou para "verdades sociológicas", "direção positiva da nossa nacionalidade", "vitalidade da Pátria", "vontade popular", "evolução da sociedade", "programa civilizador", "política moderna" e "anarquia econômica". Ademais, acusou a Monarquia de não ser capaz de colocar em prática política compatível com os "destinos da América". Recorreu, através de citações, a personagens e acontecimentos históricos, marca, aliás, de seus escritos ao longo de sua trajetória. Para o artigo em questão, e a título de exemplo, citou personagens-símbolos da história militar, caso do Conde de Lippe, estrategista português do século XVIII, e Napoleão Bonaparte, cuja espada, segundo suas palavras, "irradiavam as gloriosas tradições do maior povo do mundo".

Euclides da Cunha retornava, na edição de 29 de dezembro de 1888, com o artigo intitulado "Revolucionários", inserido na coluna "Questões Sociais", constante na primeira página de *A Província de São Paulo* (CUNHA, 1888b, p. 1). A linguagem do mais novo articulista do jornal apresentava-se ainda mais radical, como anunciava o primeiro parágrafo de seu texto: "O republicano brasileiro deve ser sobretudo eminentemente revolucionário" (CUNHA, 1888b, p. 1).

No artigo, recorreu, ainda, a terminologias próprias do vocabulário dos intelectuais da época, como "concepções do tempo e do espaço", "o homem da modernidade é filho do seu tempo", "homem moderno", "movimento evolutivo do progresso", "marchas das sociedades", "cidadão moderno", "função mais elevada da ciência". No rol das referências, citou o estadista alemão Otto von Bismarck, chamado de "egoísta e criminoso", e Jean-Baptiste du

Val-de-Grâce, conhecido por Anacharsis Cloots, político francês, anticatólico e jacobino, guilhotinado a mando de Robespierre.

A partir da segunda parte do artigo, Euclides da Cunha utilizou episódios e personagens da Revolução Francesa para desenvolver seu argumento em favor da República – entendida por ele, e toda a geração de escritores de seu tempo, como sinônimo de democracia –, destilando sua crítica ao regime monárquico, considerado, dentro de sua visão política, inadequado para os tempos modernos:

> [...] descrente da política de seu país, em que a maioria dos estadistas estuda – para saber errar convenientemente; agindo, além disto, num estado, que realiza o deplorável fenômeno histórico de possuir 60 anos de vida política e quase mil de inervação monárquica, porque importando o trono da dinastia de Bragança, adquiriu todo o velho carrancismo das dinastias portuguesas; e por outro lado, impelido pelas tradições de sua terra [...] o revolucionário republicano brasileiro deve ser forçosamente revolucionário (CUNHA, 1888b, p. 2).

Na conclusão do artigo, conclamou os revolucionários republicanos a fazerem valer seus ideais através da propaganda, não como uma expressão qualquer da opinião pública, mas como uma "necessidade social". Nesse sentido, o combate republicano de Euclides da Cunha ia ao encontro dos propósitos de *A Província de São Paulo,* sobretudo quando insistia na educação do povo pelo ideário republicano:

> [...] Assim, não é uma forma de governo que se adota, é um resultado filosófico que se é obrigado a adotar; forma-se um democrata como se faz um geômetra, pela observação e pelo estudo; e, nesta luta acirrada dos partidos, por fim o republicano não vencerá – convencerá; e tendo, enfim, dominado os adversários não os enviará à guilhotina, mandá-los-á para a escola (CUNHA, 1888b, p. 1).

Os ideais franceses, a semântica política empregada pelos revolucionários de 1789 e os eventos e atores marcantes daquele processo histórico foram as referências dos intelectuais brasileiros envolvidos nos embates entre República e Monarquia em fins do século XIX. É o que se depreende do artigo "89", publicado na edição de 1º de janeiro daquele ano, cujo título faz alusão não só à virada de calendário, como também ao primeiro centenário da Revolução Francesa. Euclides assina-o, novamente, com

o pseudônimo Proudhon, referência ao pensador e político francês Pierre-Joseph Proudhon, um dos ideólogos do século XIX e autor de texto provocador intitulado *O que é a propriedade?*, datado de 1840.

Ao retomar os episódios relacionados à Revolução Francesa, para assentar suas ideias e argumentos contrários à Monarquia e favoráveis à República, Euclides da Cunha procurava combiná-los bem ao gosto do pensamento positivista-evolucionista, característico da geração de intelectuais brasileiros de sua época, e ao movimento das "leis naturais", "invencível" e "indestrutível", que, segundo ele próprio, ao apontar para o futuro, culminaria nas "agitações da história", ou seja, "as revoluções – perturbações impressas no movimento tranquilo do progresso" (CUNHA, 1889a, p. 1).

Em seguida, passou a pontuar acontecimentos e personalidades envolvidas com a Revolução Francesa, a exemplo de: Luis XIV, Luis XVI, além de versar sobre o "lirismo revolucionário das Enciclopédias", a abertura dos "Estados gerais em 5 de Maio", a tomada da Assembleia Nacional pelo Terceiro Estado em 17 de junho, o juramento dos revolucionários em 20 de junho, para uma nova constituição, a aclamação de Sieyès em 22 de junho, o início da revolução em 14 de julho e a "noite memorável de 4 de agosto", quando foi decretada a "Carta de Liberdade do Gênero Humano". E finalizava aludindo ao centenário do evento francês comemorado naquele ano que se iniciava:

> Em breve em Paris se apresentará sob a sua forma mais augusta e mais nobre. [...] Proclamará a vitória mais brilhante desses combates ideais do progresso, que se tornam cada vez mais sérios à proporção que cresce a civilização e cada vez menos sangrentos à proporção que tornam-se mais sérios (CUNHA, 1889a, p. 1).

E concluía o artigo referindo-se à Exposição Universal de 1889, cuja sede era Paris, para celebrar o centenário da Revolução Francesa, que, segundo Euclides da Cunha, serviria de comprovação da realização do sonho "deslumbrante daqueles revolucionários heróicos e bons, que o povo de Versailles, via comovido, na noite de 20 de Junho, correndo as suas ruas em procura de uma sala, que não tinham, aonde prestassem o juramento sublime de salvar o mundo" (CUNHA, 1889a, p. 1).

O ideário revolucionário francês de 1789 foi, ao lado da Revolução de

Independência Americana, a principal fonte das utopias republicanas, segundo José Murilo de Carvalho (1990, p. 17-33), de onde a propaganda e a militância retiravam referências políticas para projetarem um modelo ideal de República para o Brasil.

Na realidade, a Revolução Francesa e, sobretudo, a Terceira República inspiraram diferentes grupos políticos e intelectuais republicanos brasileiros na conjuntura de crise do regime monárquico:

> O modelo da Terceira República, ou melhor, uma variante dele, chegou ao Brasil por intermédio principalmente dessa curiosa raça de pensadores que foram os positivistas, de aquém e de além-mar. A transmissão foi facilitada pela estreita ligação que tinham os positivistas franceses com os políticos da Terceira República [...] Um dos pontos centrais do pensamento político dos positivistas, expresso na divisa 'Ordem e Progresso', era o mesmo de Benjamim Constant, isto é tornar a República um sistema viável de governo [...] (CARVALHO, 1990, p. 20).

Como demonstra Carvalho (1990), não havia, entre os intelectuais brasileiros identificados com as lutas republicanas daquele fim de século, concenso quanto a modelos a serem seguidos, fato que contribuiu, decisivamente, para a emergência dos chamados descontentes da República, logo no príncipio do novo regime, comportamento de que Euclides da Cunha não ficou alheio.

2. "ATOS E PALAVRAS": TEMPOS DE IDEALISMO

Na edição de 10 de janeiro de 1889 (CUNHA, 1889b), uma sexta-feira, com o artigo intitulado "Atos e Palavras", Euclides da Cunha iniciou a série sob o mesmo título, que se estenderia até 24 do mesmo mês, o que perfez um total de sete artigos (10, 11, 12, 16, 18, 23 e 24 de janeiro). Euclides chamava atenção do leitor, logo no início e à título de preâmbulo, de que se tratava de uma série de artigos que se configurariam em estudo das "grandes verdades" dos fatos e sem pretensões de estilo "campanudo e arrebicado".

Levando-se em conta a advertência inicial, em seu primeiro artigo da série, Euclides da Cunha debruçou-se sobre assunto já bastante frequente na imprensa, porque debatido desde a promulgação da Lei Áurea: a Guarda Negra.

Cunha afirmava que a Guarda Negra, estimulada pela verve de José do Patrocínio, atacava a democracia através de combate grotesco e campanha que visava tão somente o seu "descrédito" junto à opinião pública. Citou Silva Jardim e Quintino Bocaiúva, lideranças republicanas, vítimas das investidas de membros da Guarda Negra, que, em seu juízo, eram capazes de fazer frente às investidas da "navalha dos capangas" e, novamente, fazia alusão aos "republicanos revolucionários brasileiros".

A questão da Guarda Negra tornara-se, naquele contexto, um tema muito explorado pela imprensa, sobretudo pelos periódicos alinhados com a propaganda republicana, caso da própria *A Província de São Paulo*, que acusava seus membros, líderes e incentivadores, como José do Patrocínio e Conde D'Eu, de serem responsáveis por inúmeros conflitos e tumultos ocorridos em conferências e manifestações dos republicanos na Corte e em outras localidades.

O tema da Guarda Negra foi retomado por Euclides da Cunha na edição de 12 de janeiro de 1889, oportunidade, aliás, em que a diferencia da "raça negra", em sua essência, pelo fato de que a primeira, conforme sua leitura, "simboliza, na tez denegrida, uma espécie tristíssima de eclipse total, da moralidade e da inteligência", enquanto a segunda tinha da história, "a espádua impetuosa de Henrique Dias e a sua verdadeira cor – irradi[ada] na fronte iluminada de Luiz Gama" (CUNHA, 1889d, p. 1).

A respeito da Guarda Negra, Euclides da Cunha a cosiderava uma "parcela mais infeliz da sua raça" e que os negros se libertaram de uma "exploração odiosa, pelo decreto de 13 de Maio", mas caíram "pelo mesmo decreto noutra exploração":

> Saiu da exploração dos *senhores* para a exploração dos escravos. E criou-se, afirmam, não para atacar, mas para resistir; no entretanto vê-se bem, que de si mesma, ela é um ataque à ordem da sociedade, pela infração flagrante da moral – revestida como está de um caráter escandaloso – o de ociosidade legalizada. (CUNHA, 1889d, p. 1).

Ao abordar o assunto, trazia à tona sua concepção sobre diversas questões que estavam associadas ao problema da Guarda Negra, como sua visão cientificista e evolucionista, tão em voga à época, sobre raça, expressa em

referências vocabulares como: “raça negra, em sua essencia nimiamente afetiva” e sobre as consequências da Lei de 13 de Maio para os ex-escravizados, que teriam se libertado, conforme seu julgamento, “de uma exploração odiosa”, “mas que haviam caído em outro tipo de exploração – aquela perpetrada por grupos interessados em tirar proveito político da abolição” (CUNHA, 1889d, p. 1).

A Guarda Negra havia assumido, de fato, protagonismo na cena política do Rio de Janeiro no decorrer dos últimos tempos da monarquia, vindo a constituir-se, conforme entendimento de Hendrik Kraay (2019), em uma espécie de monarquismo popular, daí o combate de republicanos como Euclides da Cunha, além de outros militantes do movimento, ao agrupamento integrado por afrobrasileiros.

Para Kraay (2019), o monarquismo popular tentava realizar o encontro entre os membros da realeza e a população afrobrasileira, alavancando a popularidade da Família de Real, algo que incomodava, profundamente, a militância republicana:

> O monarquismo popular pós-Abolição se manifestou de diversas formas, desde a Guarda Negra, cujos integrantes defenderam energicamente a Princesa Isabel, às vezes com violência, às manifestações mais pacíficas através das quais certos grupos populares transformaram os rituais cívicos oficiais de 1888 em ruidosas manifestações de apoio popular a D. Pedro II. A proclamação da República foi recebida, não por uma população apolítica, mas com violência e com protestos, que foram logo reprimidos (KRAAY, 2019, p. 159).

O fio condutor dos artigos que compunham a série era o combate republicano, que, no caso particular de Euclides da Cunha, ganhava contornos de revanche, por conta de seu afastamento da Escola Militar pelas autoridades monárquicas. No artigo de 11 de janeiro de 1889, por exemplo, refletia sobre a situação em que se encontrava a “propaganda republicana” naquele instante no Brasil, afirmando tratar-se de movimento firmado “positivamente” em “ideias” que “não morrem”:

> O governo republicano – digamo-lo sem temor, é naturalmente aristocrata – os pergaminhos dessa nobreza porém ascendem, numa continuidade admirável, das oficinas às academias. [...] É o governo de todos por alguns – mas estes são fornecidos por

> todos (CUNHA, 1889c, p. 1).

Em seguida, passou ao combate republicano, debatendo a ação dos novos e velhos "antagonistas da propaganda republicana" acusando-os de estarem apegados a "princípios extremamente arbitrários" e presos a "velhos argumentos, gastos – moídos e remoídos pelos prelos de todos os tempos e lugares". Recorreu à sociologia, a Kant e à biologia para defender o governo republicano e seu sistema de "organização geral da sociedade", considerado por ele o único capaz de garantir a ordem, o desenvolvimento e o progresso.

Nesta passagem, importa destacar, entre todos os referenciais de leitura de Euclides da Cunha citados ao longo de toda série de artigos, seu conhecimento, ainda que precário e titubiante, da sociologia, que, como ciência, encontrava-se em nascedouro: "De mais a sociologia é uma ciência que começa, e portanto incapaz de realizar a previsão no campo dos fenômenos que estuda" (CUNHA, 1889c, p. 1).

Nesse sentido, diante da ainda precocidade cientifica da sociologia, não era incomum aos intelectuais da época associá-la às ciências naturais para tirarem conclusões baseadas em conceitos como evolução, determinismos, adaptação, organismo. No vácuo de uma explicação sociológica para eventos políticos, lançavam mão de um conhecimento mais bem sistematizado, naquele momento, pelas ciências naturais.

O artigo de 16 de janeiro de 1889 ilustra, de forma mais engenhosa, tal artesanato intelectual. Em uma longa digressão filosófico-científica, Euclides da Cunha desfilou vários vocábulos com os quais combinou biologia e linguagem política, tal como "diagnóstico de uma moléstia assustadora e misteriosa", "organismo da pátria", "preceitos de higiene moral", "deplorável estado patológico" (CUNHA, 1889e, p. 1). Inclusive, citou Descartes, mantendo sintonia com política e biologia, bem ao gosto dos intelectuais brasileiros da época, e concluiu seu texto referindo-se aos trabalhos da Assembleia Provincial paulista, tomados, segundo ele, por uma "epidemia" que havia obscurecido os discursos de Campos Salles e Prudente de Moraes, deputados republicanos e futuros presidentes da República:

> Esta epidemia existe, está entre nós – vimo-la ontem ostentosamente, ao entrarmos na sala de sessões da

> Assembleia Provincial. Sentimos seus germens destruidores no ambiente, onde pairava, grandiosa e violenta, a vibração da palavra vibrante do dr. Campos Salles. [...] Vimos, claramente, agitarem-se-nos em frente as suas vítimas, revestidas dos movimentos bruscos e inconscientes dos cadáveres impulsionados pela galvanoplastica (CUNHA, 1889e p. 1).

"Anarchia" foi o tema de seu artigo de 18 de janeiro de 1889, em que retomou o espírito de "Revolucionários", assunto abordado havia um mês. Na ocasião, Euclides da Cunha repudiava a acusação, por parte dos monarquistas, de que os republicanos estavam a colocar a ordem social em risco. Retomou a linguagem do combate republicano para acusar a monarquia e seus defensores de serem os verdadeiros responsáveis pela anarquia em que se encontrava, conforme seu juízo, instalada no "organismo da pátria", a deteriorar a situação financeira do país e "obscurecendo as noções elevadas de justiça, além de perturbar, lamentavelmente, a serenidade da consciência pública" (CUNHA, 1889f, p. 1).

Para Cunha (1889f, p. 1), os republicanos, ao serem chamados de anarquistas pelos seus opositores monarquistas, não se tratava de injustiça, visto que se assim fossem – os republicanos – seriam igualados à "lógica invencível do pensador mais original do nosso século – Proudhon". Mas que, a despeito disso, bastava aos opositores monarquistas tratar os republicanos pelo "qualificativo nobilíssimo de – revolucionários". E fazia proseletismo positivista ao afirmar:

> Na posição em que nos achamos, nivelados pela altitude e nossa ideias à civilização de nosso tempo, inteiramente subordinados às leis que regulam o desenvolvimento natural da sociedade, somos por certo revolucionários, porque a força que a transmitimos ao sistema social, em conflito com a sua deplorável fraqueza – produz naturalmente a pertubação, o desequilíbrio (CUNHA, 1889f, p. 1).

Os usos de vocábulos e conceitos políticos, tais como "anarquistas", "revolucionários", dentre outros, tão presentes nos textos de juventude de Euclides da Cunha, deslocados de seus contextos formuladores e conceituais, remetem-nos ao que Reinhart Koselleck (2006) advertia sobre as apropriações das semânticas do político e seus diferentes usos em momentos históricos de conflito, diversos de seu contexto de origem.

Nesse sentido, ao apropriar-se de conceitos deslocados de sua temporalidade de origem e aplicá-los em ocasiões de conflitos, os grupos políticos lançavam mão de estratégias discursivas que faziam todo o sentido para os membros que compartilhavam dos mesmos ideais. Por outro lado, as estratégias de linguagem não estão deslocadas da ação política, conformando, assim, "as múltiplas relações, de fato e de intenções, entre os diversos grupos" (KOSELLECK, 2006, p. 194).

"O advento da República não indicará a vitória de um partido – exprimirá o renascimento de uma sociedade". Com essa afirmação, Euclides da Cunha, continua a série "Atos e Palavras", com seu sexto artigo, publicado na edição de 23 de janeiro de 1889. O texto, colado ao vocabulário típico do positivismo-evolucionismo intelectual brasileiro de fins do século XIX, analisa a possibilidade da República no Brasil a partir de expressões como "evolução mental", "molécula integrante de uma nova sociedade", "caráter doutrinário de um apostolado", "sistema geral de princípios", "desenvolvimento universal da vida".

Novamente, aqui, nota-se articulação entre concepções biológicas e situações sociais e políticas explicadas por um viés de leitura enviesada na filosofia tão em voga. Nesse sentido, ao denfender as posições republicanas, em conjutura marcada por tantos embates, sobretudo, em São Paulo, Euclides da Cunha afirmou:

> A propaganda republicana, theoricamente, tem antes de tudo o caracter doutrinario de um apostolado; forte e racional, cingida do systema geral de seus principios, tem para impellil-a, a força que se deriva da inteira adaptação destes ás necessidades actuaes; empiricamente, longe de exprimir a actividade de uma facção partidaria é o reflexo , no mundo politico, de um movimento social ou de antes – de uma transformação; como tudo na natureza as nacionalidades se transformam e ella representa o estadio intermedio, de transicção – entre uma decomposição e uma recomposição (CUNHA, 1889g, p. 1).

Por fim, em seu último e derradeiro artigo da série "Atos e Palavras", e antes de retornar ao Rio de Janeiro, onde pretendia ingressar na Escola Politécnica, Euclides da Cunha, em 24 de janeiro de 1889, repercutiu sobre os episódios envolvendo a conferência republicana de Lopes Trovão, que terminara em confrontos e violências. Segundo ele, os tempos não eram de paz para as "grandes almas revolucionárias e heróicas" e que um "novo Danton" se

fazia necessário para “transmitir ao povo” a palavra e a “melhor orientação” para destruir a “velha sociedade” (CUNHA, 1889h, p. 1).

Três dias depois, em 27 de janeiro de 1889, *A Província de São Paulo*, em pequena nota do noticiário, manifestava seus agradecimentos a Euclides da Cunha pela contribuição jornalística, ao desejar-lhe sucesso em sua carreira de engenheiro:

> Segue amanhã para o Rio este talentoso ex-aluno da Escola Militar. O sr. Euclydes da Cunha, que vai concluir o seu curso de engenharia na Escola Polytechina, prometeu enviar-nos com regularidade correspondencias politicas. As páginas da *Província* já por diversas vezes tem sido honradas com a brilhante colaboração do distinto moço (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO , 27.01.1889, p. 1).

Após seu interregno paulista, Euclides da Cunha retornou ao Rio de Janeiro, interessado em concluir sua formação acadêmica que, em razão dos fatos do ano de 1889, o fizeram retornar à Escola Militar, onde deu expansão à sua formação em engenharia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Euclides da Cunha, entre dezembro de 1888 e janeiro de 1889, inicou a sua trajetória de escritor, que, aliás, poucos anos depois, exatamente em 1902, alcançou o ápice com a publicação de *Os Sertões*, obra fundadora da literatura e cultura brasileras. Em seus artigos de juventude, já é possível perceber o estilo dramático e de enfrentamento, cuja linguagem é pautada pelo combate antimonárquico e pela influência filosófica de seu tempo, como positivismo, darwinismo e evolucionismo.

Afastado de suas funções no exército havia pouco tempo, devido à sua participação no episódio da baioneta, na Escola Militar, justamente quando estava próximo de ingressar na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, o jovem ex-cadete manifestou, através da série “Atos e Palavras”, suas convicções políticas, norteadoras de sua trajetória de intelectual.

No universo da produção intelectual de Euclides da Cunha, os escritos jornalísticos de juventude, especialmente a série “Atos e Palavras”, publicados em *A Província de São Paulo,* revelam um escritor que, a despeito de estar em

processo de formação, já era um idealista da causa da República, mas cujos artigos não apresentavam "além de definições vagas e genéricas" (VENTURA, 2003, p. 80-81). Tal qual seus contemporâmeos, formados na escola positivista-evolucionista, Euclides da Cunha acreditava que a República somente seria alcançada por meio de uma fatalidade do processo histórico, inevitável e irrefreável. No entanto, os eventos posteriores, dos quais, inclusive, foi protagonista, foram-lhes decisivos para jogar por terra seus idealismos cultivados na juventude.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Olímpio de Souza. **História e interpretação de "Os Sertões"**. São Paulo: Edart, 1960.

CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Euclides da. 89. **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XV, n. 4128, p. 1, 1 jan. 1889a.

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras (Proudhon). **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XV, n. 4133, p. 1, 10 jan. 1889b.

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras (Proudhon). **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XV, n. 4134, p. 1, 11 jan. 1889c.

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras (Proudhon). **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XV, n. 4135, p. 1, 12 jan.1889d.

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras (Proudhon). **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XV, n. 4138, p. 1, 16 jan. 1889e.

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras (Proudhon). **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XV, n. 4140, p. 1, 18 jan. 1889f.

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras (Proudhon). **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XV, n. 4144, p. 1, 23 jan. 1889g.

CUNHA, Euclides da. Actos e Palavras (Proudhon). **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XV, n. 4145, p. 1, 24 jan. 1889h.

CUNHA, Euclides da. A Pátria e a Dinastia. **A Província de São Paulo**, São

Paulo: Ano XIV, n. 4119, p. 1, 22 dez. 1888a.

CUNHA, Euclides da. Revolucionários. **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XIV, n. 4124, p. 1-2, 29 dez. 1888b.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Euclidiana**: ensaios sobre euclides da cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAAY, Hendrik. Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra: Reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 35, n. 67, p. 141-175, jan/abr. 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-87752019000100006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/PhJMYwJB8psrd6g7Jy77jJg/#. Acesso em: 13 fev. 2024.

PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, A. São Paulo, ano XV, n. 4147, p.1, 27.01.1889.

TROVOADA ... militar. **A Província de São Paulo**, São Paulo, ano XIV, n. 4079, p. 1, 6 nov. 1888a.

TROVOADA ... militar. **A Província de São Paulo.** São Paulo, ano XIV, n. 4080, p. 1, 7 nov. 1888b.

VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha**: esboço biográfico. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Recebido em 01/03/2024
Aprovado para publicação 31/07/2024

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

REFLEXÕES SOBRE A PRÁXIS PEDAGÓGICA ALINHADA AO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA

REFLECTIONS ON PEDAGOGICAL PRACTICE ALIGNED WITH THE USE OF DIGITAL TECHNOLOGIES IN HISTORY TEACHING

ITALÚZIA PEREIRA DE CASTRO SANTOS[1]

LUCIANO JOSÉ VIANNA[2]

RICARDO KENJI SHIOSAKI[3]

RESUMO

Neste artigo, nosso objetivo é problematizar algumas questões necessárias e urgentes relacionadas aos temas práxis pedagógica e tecnologias digitais no ensino de História na atualidade. Para isso, voltamo-nos para aspectos como a formação docente, a criticidade no uso das ferramentas tecnológicas e o vínculo entre práticas pedagógicas e tecnologias digitais. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, abordando autores que apresentam suas reflexões sobre os temas discutidos. Como resultados, observamos que estas questões devem estar concentradas na formação docente em História, momento no qual devem ser problematizadas com vistas a uma formação docente atualizada. Como considerações finais, ressaltamos a necessidade do docente em História estar constantemente refletindo sobre a sua práxis vinculada às questões tecnológicas, promovendo, assim, uma formação cidadã escolar mais significativa, conscientizadora e alinhada às discussões contemporâneas.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas. Tecnologias digitais. Ensino de História. Formação docente em História.

ABSTRACT

In this article, our aim is to discuss some necessary and urgent questions about the pedagogical practices and digital technologies in the teaching History in actuality. For this, we rescue some aspects such as teaching training, the

[1] Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPI) da Universidade de Pernambuco/*campus* Petrolina. E-mail: italuzia.castro@upe.br

[2] Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPI) e professor Adjunto de História Medieval do Colegiado de História da Universidade de Pernambuco/*campus* Petrolina. E-mail: luciano.vianna@upe.br

[3] Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPI) da Universidade de Pernambuco/*campus* Petrolina. E-mail: ricardo.shiosaki@upe.br

criticism in the use of technological questions and the connection between pedagogical practices and technological questions. The methodology used was the bibliographical research, including some authors who present your reflections on the themes discussed. As a results, we observe that the reflection on this question should be concentrated in the History teaching training in actuality, when should be discussed these questions in order to an actualized formation of professors. As a conclusion, we highlight the necessity of the History teacher to reflect constantly on your practices including the technological questions, in order to promote, then, a scholar citizen formation more significant, consciousness, and contemporary discussions.

Keywords: Pedagogical Practices. Digital Technologies. Teaching History. Teacher Training in History.

INTRODUÇÃO

As tecnologias digitais estão entrelaçadas no contexto social e a escola não é um espaço distanciado dessa realidade. Em diferentes momentos e espaços o mundo digital se faz presente, seja nas discussões desenvolvidas em sala de aula entre alunos e professores, seja nas formas de consumo que esses sujeitos tecem. Essa interrelação entre educação e as mídias digitais demonstra a relevância de promover discussões sobre como os professores de História podem recorrer ao uso das ferramentas tecnológicas em sala como aliadas no ensino crítico.

Em diferentes situações, os docentes acabam por utilizar os suportes tecnológicos e midiáticos como mantenedores de uma perspectiva de ensino tradicional (MARCON, 2020, p. 99). Diante desse contexto, o processo formativo consiste em um meio relevante para fomentar a consciência sobre as potencialidades do uso das tecnologias e propor novos direcionamentos para a práxis pedagógica.

Desconsiderar tais questões no papel educativo nos leva a promover um ensino desconectado com a sociedade atual. Entretanto, utilizar as ferramentas digitais como recurso pedagógico exige dos docentes o exercício de sua própria criticidade e da reflexão sobre sua prática, a fim de compreender quem são seus alunos e alunas e como tais recursos auxiliam no desenvolvimento de uma postura crítica e ativa sobre si e o mundo que o cerca.

Neste sentido, como podemos refletir sobre a práxis pedagógica e os aspectos tecnológicos educacionais existentes na atualidade e que incidem na práxis do chão da escola de professores e professoras? Para isso, o objetivo deste artigo é realizar, através do método da pesquisa bibliográfica, com base em Prodanov e Freitas (2013), uma discussão sobre práxis pedagógica e questões tecnológicas no âmbito escolar. A partir deste método, justifica-se a presença das referências utilizadas neste artigo a partir da escrita de nossa dissertação de mestrado. Além disso, este artigo se justifica por apresentar uma reflexão que constantemente faz parte do cenário habitual de docentes em seu contexto de sala de aula, assim como também faz parte do cotidiano discente em diversos outros cenários que não o escolar. Neste sentido, serão discutidos os seguintes temas: a formação docente, a práxis pedagógica ontem e hoje; questões tecnológicas entre o alunado, os docentes e a escola; e a prática pedagógica alinhada com as tecnologias digitais.

1. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA E A REFLEXÃO SOBRE A PRÁXIS PEDAGÓGICA: DELINEANDO UMA IDENTIDADE PROFISSIONAL DIGITAL

A prática docente tem sido alvo de inúmeras discussões ao longo dos últimos anos, especialmente com as inovações desenvolvidas a partir do novo paradigma tecnológico vivenciado no presente século que nos coloca diante da necessidade de repensar como o processo educativo tem ocorrido. Neste sentido, é necessário refletir sobre quais as características necessárias à formação docente alinhada com as perspectivas atuais e como a práxis pedagógica precisa ser vivenciada para uma formação crítica e consciente para a formação cidadã.

Como destaca Francisco Imbernón (2011, p. 8), “a instituição que educa deve deixar de ser ‘um lugar’ exclusivo em que se aprende apenas o básico e se reproduz o conhecimento dominante, para assumir que precisa ser também uma manifestação de vida em toda a sua complexidade”. A partir de tal afirmação, a educação pensada para as novas gerações considera os anseios e questões que são postas por essa contemporaneidade que é marcada pela afirmação de

suas heterogeneidades, multiculturalidades e interculturalidades.

Uma educação comprometida com as questões contemporâneas carrega em seu cerne as demandas da comunidade escolar, levando em consideração as disputas e a diversidade de vozes que coabitam o espaço da sala de aula. Bernadete Gatti discute que a educação é um processo cultural e por tal, não deve ser desvinculado das vivências e dos contextos sociais e históricos da comunidade escolar, visto que estes nos possibilitam ir além dos saberes formais para compreender como os sujeitos se inserem no mundo e estabelecem suas interações, "[...] considerando os conflitos, as contradições entre valores locais e os da cultura em geral [...]" (GATTI, 2016, p. 163).

Assim, a escola está atravessada pelos sentidos e conflitos que se fazem presentes extramuros e que implicam pensar a educação como um processo intrinsecamente conectado com a sociedade, seus aspectos históricos e a complexidade das relações entre os sujeitos e o seu meio. Como pontua Imbernón (2011, p. 9), ao passo em que a educação se torna mais complexa, a formação docente necessita estar em consonância com esse movimento. Diferentemente dos parâmetros educacionais desenvolvidos nos séculos XIX e XX, os professores e professoras atuais são chamados a assumirem uma atitude crítica e mediadora diante da interação entre o saber formal e o saber cultural, incitando os alunos e alunas a assumirem uma postura ativa sobre o seu processo de aprendizagem e no exercício próprio da criticidade.

De acordo com Paulo Freire (2021, p. 28): "[...] os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado ao lado do educador, igualmente sujeito do processo". Assim, a educação é entendida como um processo dinâmico e complexo, em que tanto o alunado quanto o professorado são compostos por sujeitos dotados de saberes válidos na relação ensino-aprendizagem, tendo o docente o papel de instigar seus alunos a partir da valorização e reflexão sobre tais saberes.

Há vinte e cinco anos atrás, Selma Pimenta (1999, p. 15) levantou importantes questões acerca do lugar do professor na sociedade diante das mudanças tecnológicas e informacionais que eram sentidas nas relações contemporâneas, especialmente no que diz respeito em como formá-los para atuarem nas novas demandas e dimensões que a profissão passou a exigir com

a propagação das tecnologias. Apesar de termos vivenciado nas últimas décadas um avanço exponencial das tecnologias digitais, as discussões apresentadas pela autora ainda são muito pertinentes, pois as questões da formação docente na atualidade e o papel destes profissionais na sociedade figuram como relevantes centros de discussão no contexto educacional.

À medida que discutimos sobre uma perspectiva educacional voltada para o estímulo da autonomia dos alunos e para o desenvolvimento do pensamento crítico, necessitamos compreender como estão sendo formados os futuros professores e professoras de História. Em seu texto, Pimenta (1999, p. 16) nos incita a repensar o processo formativo, entendendo que as realidades escolares devem compor parte fundamental dos cursos de formação para que a prática não ocorra de maneira desarticulada.

Há quase dez anos, Gatti (2016) suscitou discussões acerca da necessidade de pensarmos como estão sendo desenvolvidas as formações para os futuros docentes e evidenciou que os cursos de licenciaturas "[...] não têm mostrado inovações e avanços que permitam ao licenciando enfrentar o início de uma carreira docente com uma base consistente de conhecimentos, sejam disciplinares, sejam os de contexto socioeducacionais" (GATTI, 2016, p. 166-167). Esse cenário é enfatizado principalmente pelo evidente distanciamento entre os cursos de formação docente e a prática escolar. Outro fator apresentado pela autora estava na importância de desenvolver uma formação que integrasse os aspectos pedagógicos e disciplinares para que os professores em sala de aula pudessem articular seus conhecimentos de maneira complexa diante das necessidades apresentadas no contexto escolar, uma vez que a articulação entre docentes de História em formação e o ambiente escolar ainda é incipiente, ocorrendo, em termos curriculares, apenas durante os períodos de estágios.

Segundo Gatti (2016, p. 167), as políticas educacionais no país apresentam um caráter fragmentário e imediatista que dificulta a implementação de propostas inovadoras nos cursos formativos. Assim, tais inovações têm ocorrido, porém, de maneira individualizada e "ainda em paralelo ao sistema regular de cursos, que via de regra mantêm cristalizados esquemas antigos de formação". Esses programas são excelentes iniciativas de aproximação das vivências do ambiente escolar aos licenciados, entretanto, não abarcam de

forma unânime todos os estudantes de licenciatura, já que são desenvolvidas paralelamente ao currículo.

Pimenta (1999) defende que a aproximação dos licenciandos com a realidade escolar, suas dinâmicas e contradições possibilitam que estes se reconheçam enquanto docentes e desenvolvam sua identidade profissional. Nas palavras da autora, a identidade profissional docente se constrói a partir:

> do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se, também, pelo *significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano* a partir dos seus valores, de seu *modo de situar-se no mundo*, de sua *história de vida*, de suas *representações*, de *seus saberes*, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. (PIMENTA, 1999, p. 19, grifo nosso).

A construção da identidade profissional está intrinsecamente relacionada com a significação social estabelecida para a profissão e a prática docente. Como menciona Pimenta (1999), a interação com seus pares, com o contexto escolar, enquanto ator e autor de sua atividade, gera a consciência do "ser professor". Assim, a relação dos futuros docentes com o ambiente escolar, envolve também a formação do profissionalismo desses sujeitos e da sua identificação com o sentido social da profissão.

Essa identidade docente é compreendida como um conjunto de fatores e complexidades que permeiam o seu contexto social e profissional. Em consonância com tal percepção, Maria Garcia, Álvaro Hypolito e Jarbas Vieira (2005) definem o conceito de identidade profissional docente como:

> As posições de sujeito que são atribuídas, por diferentes discursos e agentes sociais, aos professores e às professoras no exercício de suas funções em contextos laborais concretos. Refere-se ainda ao conjunto das representações colocadas em circulação pelos discursos relativos aos modos de ser e agir dos professores e professoras no exercício de suas funções em instituições educacionais, mais ou menos complexas e burocráticas (GARCIA; HYPOLITO; VIEIRA, 2005, p. 48).

Nesse sentido, a formação não deve ser considerada como fator individual para o desenvolvimento profissional docente. Como destaca Imbernón

(2011, p. 46), é necessário considerar as condições estruturais, o salário desses profissionais, planos de carreiras e os graus de participação e autonomia que possuem dentro das estruturas educacionais para além da sala de aula, visto que, estes aspectos influenciam diretamente na prática docente e no contexto escolar. Ademais, também pensamos que é necessário repensar a identidade profissional a partir do contexto digital no qual vivemos e no qual o público discente escolar está inserido, pensando, portanto, em uma identidade profissional docente digital.

A sociedade contemporânea nos coloca diante de novas formas de enxergar a escola e impõe à docência novas funções que rompem com as perspectivas tradicionais em que o professor era responsável por transmitir o conhecimento ao seu alunado, que deveria permanecer inerte e atento. As tecnologias digitais transformaram a maneira como a sociedade se relaciona com as informações e com a construção do conhecimento e, por conseguinte, os professores são colocados diante de novas perspectivas de atuação e da necessidade de formular uma identidade profissional docente que esteja desvencilhada dos estereótipos e preconceitos que são historicamente impostos ao "ser professor".

Para além das mudanças tecnológicas, a sociedade como um todo reclama para si novos lugares, expõe suas heterogeneidades do mesmo modo que têm assumido suas particularidades como pontos centrais dos seus processos identitários. Desse modo, a educação enquanto processo dinâmico, situada em um contexto histórico e cultural, é chamada a acolher as questões que são postas pela sociedade desvelando os silenciamentos e práticas que promovem a subalternização de vozes e culturas.

Gatti (2016, p. 170) destaca que "[...] o professor como um profissional inserido em um contexto educacional, que é ao mesmo tempo nacional e local, numa inserção global, que tem eixos socio filosóficos, mas, se faz na heterogeneidade das condições geográfico-culturais deste território". Partindo dessa perspectiva, a escola atual, por abarcar as especificidades que conformam as relações sociais e culturais, necessita desenvolver uma formação, seja inicial ou continuada, que não esteja pautada puramente pelo conhecimento disciplinar, mas que auxilie os docentes na construção de um olhar crítico e

reflexivo sobre o seu contexto.

O distanciamento dos modelos educacionais que padronizam e simplificam as relações no processo educativo torna possível desenvolver formações que abordem os aspectos gerais, porém, que se atenha também às particularidades. Compactuando com as perspectivas freireanas, entende-se que o processo de ensino-aprendizagem proporciona uma experiência formativa tanto do aluno quanto do professor, quando afirma que "quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado" (FREIRE, 2021, p. 25).

O educador é um profissional que necessita estar em constante autorreflexão sobre sua prática e aos meios pelos quais sua ação docente pode ser desenvolvida de forma crítica, estando atento às complexidades apresentadas no contexto social no qual está inserido. Isto implica compreender que a docência se desenvolve por meio da interação entre o professor e o seu alunado, sendo a partir desta interação com o cotidiano escolar que enriquece e repensa sua identidade docente. Dialogar com tal perspectiva expõe a necessidade de desvincular a função do professor do lugar de passividade que o considera apenas "um mero executor do currículo e como uma pessoa dependente que adota a inovação criada por outros" (IMBERNÓN, 2011, p. 21). Assim, entende-se que o professor é um sujeito ativo no processo de construção do conhecimento, dotado de consciência crítica sobre a função social que sua atividade ocupa no contexto escolar que é também social e política.

Os processos de inovação na educação devem considerar os professores e suas vivências como importantes referências para a efetivação de uma educação democrática, fazendo com que sejam verdadeiramente partícipes do processo educativo nos seus múltiplos níveis (IMBERNÓN, 2011, p. 22). É nesse contexto de emancipação da capacidade crítica dos sujeitos que compõem a comunidade escolar que a perspectiva da práxis pedagógica se insere.

Enxergar a atividade docente em História por meio do olhar da práxis evoca a compreensão de que "o educador é aquele que não fica indiferente, neutro, diante da realidade. Procura intervir e aprender com a realidade em processo [...]" (GADOTTI, 1998, p. 29-30). Dessa forma, a atuação do professor por meio da ótica da práxis pedagógica é delineada por atitudes que entendem

a escola como um espaço de desenvolvimento de cidadãos críticos e cientes do papel político que exercem na sociedade. Partindo das provocações levantadas por Moacir Gadotti (1998, p. 26), a educação pensada pelo prisma da neutralidade, oculta os conflitos e as contradições que conformam o espaço escolar por produzir a homogeneização do processo educativo. Contudo, a educação quando considerada como um processo dinâmico e plural, conduz os sujeitos a exercitarem suas consciências críticas, bem como as dimensões políticas e culturais apresentadas nos espaços sociais em que estão inseridos.

O conceito de práxis pedagógica está intimamente vinculado a uma ação docente que extrapola o aspecto técnico e conteudista do ensino quando entende que "a pedagogia da práxis é a teoria de uma prática pedagógica que procura não esconder o conflito, a contradição, mas, ao contrário, os afronta, desocultando-os [...]" (GADOTTI, 1998, p. 28). Essa compreensão de práxis evoca uma postura que ultrapassa o sentido utilitarista da educação para entendê-la como um espaço gerador de transformações sociais.

Gadotti (1998, p. 31) caracteriza a práxis pedagógica como "essencialmente criadora, ousada, crítica e reflexiva". Nela o educador se reconhece como indivíduo dotado de autonomia e consciência sobre a sua ação docente que é materializada através de uma postura criadora. Contudo, a postura crítico-reflexiva diante da prática docente não pode estar restrita aos saberes da prática, entendendo que a ação prática unicamente não gera saberes pedagógicos. A práxis pedagógica pressupõe uma relação dialógica entre os conhecimentos práticos e teóricos, fazendo com que a ação do professor se desenvolva de forma complexa por pautar-se pelos saberes advindos tanto das vivências quanto da formação pedagógica.

Nesse sentido, a dimensão dialógica se configura nas conexões e interações entre os diferentes saberes fomentados no contexto da sala de aula pelos alunos e os docentes, na compreensão de que o ambiente escolar é espaço para discussão e reflexão constante em que os docentes em suas práticas atuam como agenciadores dos encontros e desencontros. Assim, a dialogicidade é aqui compreendida a partir do olhar freireano que entende a prática pedagógica distanciada da passividade, mas intimamente conectada com a criticidade e autonomia.

Nas palavras de Freire (2021, p. 83) “o fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, *é dialógica*, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que professor e alunos se assumam *epistemologicamente curiosos*”. A dimensão dialógica pressupõe que os professores e professoras atuem enquanto sujeitos de práxis, compreendendo que seus papéis estão em manterem-se humanamente críticos e curiosos sobre aquilo que o cerca. E uma curiosidade que os professores de História, seja em formação ou seja em atuação em sala precisam estar atentos é com relação às questões tecnológicas digitais, as quais, atualmente, fazem parte do cotidiano de todos, alunos, professores e escola.

2. QUESTÕES TECNOLÓGICAS E CRITICIDADE: ENTRE O ALUNADO, OS DOCENTES E A ESCOLA

A escola como espaço de desenvolvimento social e responsável pela formação do cidadão para as demandas da sociedade contemporânea tem sido colocada diante da necessidade de repensar suas práticas, principalmente quando se observa que a mesma não acompanha as demandas da sociedade atual, principalmente quando tais demandas se originam de um cenário virtual. De acordo com Franco e Martins:

> [...] mesmo com o distanciamento entre a escola e as mídias digitais e com as desigualdades socioeconômicas no acesso, na frequência e na forma de uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil, a presença destes no ciberespaço está crescendo ano a ano, em todas as classes sociais e regiões (FRANCO; MARTINS, 2016, p. 285).

Assim, a estrutura pautada no ensino tradicional em que o professor assume o papel de detentor do saber e juntamente com o livro didático formam os únicos pontos de referência e consulta dos alunos, perde espaço com a popularização das mídias digitais.

Para compreender e conduzir uma educação para as novas gerações, é preciso considerar o papel das mídias digitais no seu processo de ensino e

constituição do alunado enquanto sujeitos sociais, históricos e críticos, principalmente quando falamos de formação de uma consciência histórica na cultura escolar:

> Mais complexos são os pré-requisitos para herdar a consciência: além de ouvir e dizer, torna-se necessário saber ler e escrever, interpretar uma variada iconografia, memorizar uma plêiade de referenciais, aprender e ensinar várias sequências de gestos rituais, e assim por diante, conforme cada cultura em particular (CERRI, 2011, p. 32)

As inovações tecnológicas evidenciam muitas vezes um distanciamento cultural entre discentes e docentes no que se refere à utilização das mídias digitais e apresenta-se como um dos desafios que permeiam o contexto escolar. Gatti *et al.* (2019, p. 17) ressaltam que estamos vivenciando um processo de transição na sociedade que nos coloca diante de um novo paradigma que não envolve apenas o âmbito tecnológico, mas que institui novas formas de se relacionar com o outro, com o conhecimento e com as questões econômicas e de trabalho. Nessas circunstâncias, a escola, fundamentando-se na transmissão de conhecimento, torna-se obsoleta diante das possibilidades de interações e construções coletivas que o uso pedagógico das tecnologias digitais nos permitem.

Em harmonia com as questões apresentadas, Ignácio Pozo e Carlos Aldama (2014, p. 12), destacam que a educação na era digital coloca aos docentes alguns desafios no que diz respeito à capacidade de selecionar informações relevantes e utilizá-las para que sejam transformadas em conhecimento. Para os autores, esses desafios são apresentados especialmente pelo caráter imediatista que fomenta as interações na rede, visto que a *internet* assume um papel relevante nas interações sociais, nos estudos e no entretenimento dos alunos.

> são crescentes as exigências educativas da sociedade contemporânea, o que impõe às pessoas o domínio de instrumentos da cultura letrada, o acompanhamento do desenvolvimento tecnológico e a compreensão dos meios de comunicação de modo a atualizar-se frente à complexidade do mundo do trabalho (MIGUEL, 2015, p. 309).

De acordo com as recenes reflexões de Taís Santos e Ricardo Sá (2021, p. 4), apesar da introdução das tecnologias digitais no contexto escolar terem começado nos anos 80 do século XX, a sua integração nos currículos e no cotidiano escolar ainda representa um desafio para a educação do país, evidenciando a necessidade da realização de práticas pedagógicas significativas que levem em consideração as novas concepções de educação e práticas de ensino. Por exemplo, o problema da diferença geracional que há entre professores e alunos aparece como um aspecto preponderante para as dificuldades apresentadas por parte do público docente para a inclusão das tecnologias na sala de aula. Isso porque as dificuldades no uso pedagógico das tecnologias e mídias digitais em sala estão majoritariamente na ausência de domínio básico do funcionamento das ferramentas e na articulação com as possibilidades pedagógicas. Neste sentido, Karina Marcon (2020, p. 98) evidencia a necessidade de desenvolver a inclusão digital nos cursos de formação (inicial e continuada) para que esses docentes criem ou potencializem uma fluência tecnológica.

A utilização das tecnologias digitais de maneira desarticulada com a prática pedagógica implica na ausência de criticidade acerca dos usos pedagógicos desses recursos. Nesse sentido, a autora afirma que, em um cenário como este, os docentes podem estar “subutilizando as tecnologias como meios de transmissão de conhecimento aos educandos” (MARCON, 2020, p. 99). Assim, a exclusão digital docente favorece não só um distanciamento da prática docente com o contexto dos alunos, como também acarreta apenas na transferência de ferramentas, perpetuando um ensino tradicional e engessado.

Docentes ocupam espaço central no processo educacional e o seu diferencial está na mediação dos recursos tecnológicos e pedagógicos para o estímulo da criticidade e autonomia dos estudantes. Como afirmam Taís Santos e Ricardo Sá (2021, p. 5), “é necessário que os professores compreendam que sua função educacional não é saber utilizar com propriedade todas as tecnologias existentes”. Desse modo, torna-se explícito que o papel do professor na educação contemporânea não implica em um profissional dotado de conhecimentos técnicos sobre todos os recursos tecnológicos e midiáticos disponíveis, mas como pode potencializar o uso dessas tecnologias a partir dos

seus conhecimentos pedagógicos.

A inclusão da Cultura Digital como uma proposta central no ensino básico do país nos incita a discutir como o corpo docente está sendo preparado para desenvolver essas práticas no seu contexto escolar. Ainda de acordo com Taís Santos e Ricardo Sá (2021, p. 13), uma das questões relacionadas ao fracasso na integração das mídias digitais nas escolas ocorre pela escassez de cursos formativos que auxiliem os docentes em sua prática profissional, apesar destes não serem os únicos fatores que corroboram para a situação, faz-se imprescindível discutir sobre o processo formativo dos professores e professoras quando objetivamos promover uma educação que, além de tecnológica, estimule a criticidade dos estudantes.

Os dados apresentados pelo Cetic.br[4] no relatório da TIC Educação 2019[5], nos possibilita visualizar quais as principais dificuldades citadas pelos professores para a utilização das tecnologias e mídias digitais. Dentre as barreiras apresentadas, a escassez de cursos de formação voltada para os usos pedagógicos das tecnologias foi mencionada por 59% dos professores e professoras das escolas públicas urbanas. Ainda de acordo com a referida pesquisa, apenas 33% dos professores realizaram cursos de formação continuada relacionados à temática tecnológica que, em sua maioria, foram disponibilizados pelo governo ou secretarias de Educação (CETIC.BR, 2020, p. 93).

Já quando se trata dos cursos de formação inicial, os dados evidenciam que houve um aumento nas interações dos licenciandos com ideias de educação tecnológica e interativa, primordialmente durante as aulas. Apenas 46% dos graduandos destacaram a existência de disciplinas exclusivas sobre a temática, entretanto, estas disciplinas foram citadas apenas nos cursos de licenciatura em

[4] O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) é um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e está diretamente relacionado ao Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br). Este departamento é responsável por mapear o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Brasil. Para tal, são produzidas anualmente pesquisas como a TIC Educação e a TIC Domicílios, ambas citadas neste trabalho.

[5] A TIC Educação nos possibilita compreender as ampliações e defasagens no processo de inclusão das tecnologias e do acesso à internet nas escolas públicas e privadas do país. Além disso, a pesquisa produz o mapeamento dos(as) docentes quanto às formações e utilizações da internet na sala de aula.

Língua Portuguesa e licenciatura em Matemática. Esse cenário se mostra evidente no cotidiano dos docentes quando questionados acerca das suas práticas de implementação das tecnologias nas atividades em sala de aula, pois somente 44% afirmam utilizá-las para produzir planilhas e 36% desenvolvem pesquisas com os alunos (CETIC.BR, 2020, p. 87).

Esse cenário apresentado pelos professores e professoras nos levam a compreender a necessidade de promover cursos e propostas disciplinares que potencializem os usos pedagógicos das tecnologias e mídias digitais como recursos para desenvolver autonomia e criticidade nos alunos e alunas. Entretanto, isto somente ocorrerá de maneira efetiva quando os professores se apropriarem dessas ferramentas para além do aspecto básico e comunicacional. Percebe-se a partir dos dados e gráficos da TIC Educação 2019 que, apesar de observamos um avanço em relação aos anos posteriores, a inclusão digital nas instituições educacionais tem sido desenvolvida vagarosamente.

Assim, compreendemos que a inclusão e integração das tecnologias e mídias digitais no contexto educacional não pode se limitar apenas à ampliação de computadores e acesso à *internet* nas escolas, necessitando também adentrar nos currículos dos cursos de formação de professores em História e os programas de formações continuadas. Entretanto, não há como discutir sobre a utilização das tecnologias no âmbito educacional sem abordar as circunstâncias da implementação e disponibilização de infraestruturas para que docentes e discentes possam concretizar o projeto de uma educação conectada e interativa.

Outras questões como a desigualdade de acesso à *internet* e às ferramentas digitais nas regiões do país, bem como os grupos socioeconômicos aos quais a realidade escolar está inserida, compõem um fator relevante para pensar a disparidade na inclusão digital de determinados estudantes e implica no nível de interação tecnológica dos alunos no cotidiano escolar. As pesquisas anuais desenvolvidas pela Cetic.br a partir do mapeamento do acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Brasil, nos viabilizam compreender a nível nacional os contornos da inclusão digital e os contextos que apresentam as maiores disparidades de acesso às tecnologias.

A relação entre o mundo virtual e o real tem se tornado cada vez mais interligada, fazendo com que a presença e interação no ciberespaço implique

nas vivências dos diversos âmbitos do "mundo real". Como afirma Gatti *et al.* (2019, p. 17), "as transições que se operam no mundo do trabalho vêm acarretando, também, a emergência de condições de vulnerabilidade social e de precariedade de subsistência, como ainda, de fraturas provocadas por substituições de habilidades laborais por outras". Assim, a partir desse novo paradigma tecnológico são desenvolvidas novas formas de fazer e de ver a sociedade que estão diretamente vinculadas com a capacidade de interagir nas redes.

Para aqueles que não participam das interações digitais e não se relacionam com seus códigos de linguagens, mantém-se cada vez mais como "o outro" e a tecnologia como um estranho. Como afirma Lucchesi (2014, p. 46), "A humanidade encontra-se em uma transição da cultura alfabética para uma cultura digital", o que implica compreender que as interações no ciberespaço constituem um papel fundamental para as novas e futuras gerações. As práticas educativas precisam partir de políticas públicas bem estruturadas para que estimulem o letramento digital discente e propiciem o desenvolvimento da capacidade de interpretar os conteúdos presentes na Web de forma crítica e reflexiva.

A presença das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no currículo escolar, para além dos aspectos utilitários, possibilita que determinados grupos sociais tenham acesso às tecnologias de maneira crítica e consciente para galgar espaços antes marginalizados. Como pontua Gadotti (1998, p. 24-25), "[...] a escola tem um papel estratégico, na medida em que pode ser o lugar onde as forças emergentes da nova sociedade, muitas vezes chamadas de classes populares, podem elaborar a sua cultura, adquirir a consciência necessária à sua organização".

A transição tecnológica tem acentuado as condições de vulnerabilidade social e colocado às margens os sujeitos que não estão inseridos no panorama tecnológico, a partir das mudanças nas atividades econômicas e interações sociais. Os dados apresentados pela pesquisa - TIC Domicílios e TIC Educação nos anos de 2019 e 2020 evidenciaram que a exclusão digital está entrelaçada a outros tipos de exclusões. O perfil dos estudantes que apresentaram as maiores dificuldades de acesso ou evasão das atividades durante o período de

aulas remotas são majoritariamente alunos e alunas pertencentes às classes “D” e “E” (CETIC.BR, 2020, p. 83; 2021, p. 62).

Esse cenário demonstra que o avanço das TDICs desenvolve novas formas de poder, à medida que acentuam as formas já existentes. A exclusão digital, como discutido anteriormente, está condicionada às possibilidades de acesso e de mobilização das informações na rede. Entende-se que a escola não é o único espaço disponível para a construção do saber, mas configura-se ainda como um espaço que promove a coexistência dos diferentes grupos sociais por meio da democratização do acesso ao conhecimento. E é neste espaço onde o ensino de História é realizado que a prática pedagógica se encontra com as questões tecnológicas.

3. O ENSINO DE HISTÓRIA ALINHADO AO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE EM HISTÓRIA

Em certa medida, vivenciamos um processo de desvalorização do saber escolar/formal em detrimento dos saberes que circulam nas redes, uma vez que estes alcançam de forma imediata ao público discente através de diferentes linguagens tecnológicas. A inclusão das TDICs não somente modificou os paradigmas de produção e difusão das informações, como também nos colocou diante da necessidade de compreender a nova cultura de aprendizagem que se forma a partir da inclusão dessas tecnologias no contexto social.

Desse modo, pensar as formas de ensinar e aprender das novas gerações implica não somente considerar as tecnologias no cotidiano escolar enquanto suportes tecnológicos, como principalmente compreender as possibilidades de “[...] consumir, buscar, comparar, processar, avaliar, selecionar e criar informações por meio das diferentes relações e contatos nas redes sociais, produzindo conteúdo e experiências utilizando a palavra, a imagem, o som, o movimento e o hipertexto” (FÜHR, 2018, p. 2). Os discentes da escola contemporânea são sujeitos que se desenvolvem imersos na cultura digital, em um espaço dinâmico e interativo que privilegia as relações multitarefas em uma proposta multidimensional. E seria neste contexto que devemos pensar as

relações voltadas para o ensino de História na atualidade.

Segundo Pozo e Aldama (2014, p. 12), apesar dos discentes se desenvolverem juntos à cultura digital e possuírem conhecimentos de como utilizar as ferramentas digitais, o desafio da educação passa a ser sobretudo auxiliar nas "[...] estratégias necessárias para transformar essa informação a que conseguem ter acesso — muitas vezes melhor que seus professores! — em conhecimento autêntico". Este é um problema pelo qual muitos docentes de História se deparam em um cenário do chão da escola.

Sousa Júnior (2022, p. 48) aborda a emergência de diferentes termos que são utilizados para pensar as tecnologias em função do processo de ensino-aprendizagem chamado de Educação 4.0, que se propõe à construção do conhecimento que ocorre de maneira coletiva, personalizada e dinâmica. Neste caminho, a tecnopedagogia é formulada a partir do movimento de intersecção entre a pedagogia e as tecnologias no ambiente escolar com o intuito de promover uma educação ancorada na nova cultura de aprendizagem que se desenvolve a partir dos recursos tecnológicos. A tecnopedagogia é trazida para a discussão por pensar a formação do indivíduo contemporâneo como um processo que está intrinsecamente relacionado com o universo tecnológico que permeia nosso cotidiano. Como pontua Führ (2018, p. 3-4), "a tecnopedagogia, inserida no espaço educacional precisa contribuir para o aprender a aprender, a fim de que o conhecimento não se resuma num acúmulo de informações fragmentadas". Desse modo, a escola enquanto espaço responsável pela formação cidadã, projeta-se interligada com as questões que envolvem a sociedade.

É partindo dessa perspectiva que incide a necessidade de uma postura educacional que ultrapasse o caráter transmissivo e conteudista, uma vez que vivenciamos um contexto em que tanto os alunos como os docentes têm acesso aos mesmos conteúdos. Corroborando com essa questão, Regina Führ (2018, p. 2) aponta que o principal "[...] desafio da educação contemporânea consiste em transformar a demanda desorganizada e fragmentada de informações em conhecimento e conhecimento em sabedoria". Assim, este desafio também pode ser considerado para o cenário do ensino de História, no sentido de trabalhar com as possibilidades de utilizar informações que os alunos já têm contato no

âmbito virtual no contexto escolar.

Assim, para tratar sobre as mudanças de paradigmas educacionais que se desenvolvem com a popularização das tecnologias digitais torna-se fundamental traçar discussões sobre a prática pedagógica dos professores, assim como a necessidade de desenvolvermos formações que abordem a utilização de tais mídias. Segundo Marcon (2020, p. 99), "a exclusão digital dos docentes pode ocasionar, portanto, a ausência do reconhecimento do potencial pedagógico das TDR[6], subutilizando as tecnologias como meios de transmissão de conhecimento aos educandos".

Desse modo, a implementação das tecnologias digitais, quando pensada de forma articulada com a prática docente em História, desenvolve formações que geram os suportes pedagógicos necessários para que o docente se aproprie dos diversos recursos a partir de uma perspectiva de autonomia. Afinal, como apresenta Marcon (2020, p. 89), a abordagem sobre a utilização das tecnologias necessita superar a perspectiva de que a inclusão digital está contida puramente no acesso às tecnologias. Nas palavras da autora, o acesso não implica necessariamente um processo de inclusão digital, tornando-se preciso aos "[...] sujeitos se apropriarem das tecnologias em uma perspectiva de autoria, não somente de consumo" (MARCON, 2020, p. 100). Nesse sentido, o desenvolvimento de propostas que incitem discussões sobre criticidade e autonomia nas redes perpassa pelo letramento digital da população, especialmente dos docentes de História que trabalharão de modo articulado para formar os discentes que vivem imersos em uma cultura conectada com as interações do mundo digital.

Para além do conhecimento técnico de acesso e utilização das ferramentas digitais, o letramento digital é entendido como um conjunto de práticas sociais que se desenvolvem a partir da interação com os meios digitais. Segundo Buzato (2006, p. 9):

> espera-se que esses atores sociais estejam familiarizados com essa nova linguagem não apenas na sua dimensão de sistema de representação ou de tecnologia de comunicação, mas na sua dimensão de uso, aquela que implica na construção e

[6] Sigla utilizada pela autora para se referir às Tecnologias Digitais de Rede.

manutenção de relações sociais.

Partindo dessa perspectiva, ser letrado digital envolve o processo de apropriação das práticas sociais e das habilidades de se relacionar com os códigos e signos presentes na cibercultura a partir de uma postura criadora, e isso perpassa pela formação inicial e continuada do docente em História. Quando pensamos no cenário do ensino de História e na profusão de conteúdos que são veiculados diariamente com temáticas históricas e/ou utilizando-as como pano de fundo, os letramentos digitais assumem um caráter relevante. Isso porque, seguindo este pensamento, é correto afirmar que a sala de aula no cenário escolar pode se tornar um espaço de cruzamento de narrativas e discursos produzidos no contexto midiático, plataformas digitais e redes sociais, assim como formas de comunicação que utilizam memes, músicas, imagens, jogos eletrônicos, filmes, séries, entre outros (BONETE, MANKE, SZLACHTA JÚNIOR, 2023, p. 8). Ao mesmo tempo, problematizando a questão, precisamos considerar os problemas e motivos apontados por pesquisas recentes sobre a não utilização de tecnologias digitais em sala de aula e que são questões que abarcam um cenário amplo no contexto docente brasileiro, como, por exemplo, a falta de instrutura nas escolas, a ausência de equipamentos tecnológicos digitais ou o número reduzido de equipamentos e até mesmo a falta de tempo dos docentes para se dedicarem a preparar aulas a partir de aspectos tecnológicos (SCHNEIDER; LEON, 2021, p. 13-14). De todas as formas, é fato que as pesquisas mais recentes sobre o assunto enfatizam esta presença das questões tecnológicas no cenário educacional, porém, também destacam a necessidade da formação docente e também do cenário adequado no contexto escolar (FONSECA; CUBAS, 2023, p. 85).

Neste sentido, é necessário apresentar um pensamento crítico em relação ao tema ensino de História e tecnologias digitais, uma vez que não somente existe uma diversidade de possibilidades voltadas para o ensino de História a partir das tecnologias digitais, mas também porque existem diversos locais de produção de conhecimento dispersos pela *internet*, os quais precisam ser avaliados por um cenário profissional para serem considerados aptos, além de todos os problemas que estão fora do alcance docente, porém, que acabam

afetando a sua práxis. Assim, o professor, na sala de aula, deve-se transformar em um mediador de conhecimentos, através dos quais realiza a operação de construção do conhecimento histórico escolar, desconstruindo e problematizando as informações apresentadas pelos alunos em sala (LOCASTRE; SZLACHTA, 2022, p. 29).

A aproximação com as linguagens digitais e os seus letramentos ultrapassam a habilidade de decodificação, como afirma Buzato (2006, p. 7), visto que inferem nas práticas socioculturais dos sujeitos e reverberam nas suas relações em grupo. Nos últimos anos, observam-se diferentes letramentos digitais sendo mobilizados para a produção e divulgação de ressignificações de passados históricos, carregados de misoginia e discursos de ódio às minorias (LANZIERI, 2021, p. 115). Por exemplo, o Medievo tem sido palco para essas dinâmicas de reapropriação no digital que são produzidas em diferentes formatos, linguagens a partir de interesses diversos. Neste sentido, Meneses (2019, p. 86) discute a importância dos historiadores e historiadoras compreenderem que as redes sociais são lugares de embates e de tensões de ideias, compreendendo que em diferentes situações os passados são mobilizados, não pela ausência de conhecimentos sobre as discussões históricas, mas pelo interesse de fomentar tais discursos.

Tais Santos e Ricardo Sá (2021, p. 10) pontuam que a tecnologia é um "fenômeno produzido pela humanidade, cultura, sociedade, ciência, educação, economia, política, filosofia e etc. compreendendo que, por meio de um processo recursivo, a utilização da tecnologia alimenta, retroalimenta e transforma estes fenômenos". Nesse sentido, atenta-se para a necessidade de compreender as dinâmicas e relações desenvolvidas no ciberespaço a partir da sua complexidade e não apenas como meras ferramentas de comunicação, reconhecendo que essas mídias têm influenciado as dinâmicas de ensino e aprendizagem na disciplina de História e no meio social do alunado. As tecnologias estão impregnadas no *modus operandi* da sociedade contemporânea e as novas gerações estão presentes no ciberespaço, desenvolvendo novas formas de socialização e de comunicação com seus pares.

Desse modo, é imprescindível buscar compreender como o ensino de

História tem se relacionado com essas mudanças tecnológicas e de que modo elas estão sendo incorporadas nas práticas pedagógicas dos docentes, considerando, como pesquisas recentes apontam, "(...) a sala de aula como espaço de construção do conhecimento histórico, considerando as especificidades deste tempo presente." (FONSECA; CUBAS, 2023, p. 87). Como apontam os autores Sebastião Silva Neto, Bruna Silva e Bruno Leite (2021, p. 5), a discussão sobre Cultura Digital na escola assume caráter relevante quando compreendemos que "o desenvolvimento tecnológico não caminha na mesma velocidade que o desenvolvimento social, isto é, o desenvolvimento tecnológico sempre estará à frente do desenvolvimento social". Nesse sentido, a democratização das TDICs nas escolas pode contribuir para romper com os processos de exclusão digital que abarcam determinados grupos sociais que possuem baixo poder econômico e englobando-os nessas novas estruturas de poder que estão sendo desenvolvidas a partir do digital.

Neste sentido, é necessário refletir sobre o ensino de História a partir do uso das tecnologias digitais. Por exemplo, observamos em pesquisas recentes sobre o ensino de História que há uma cultura de ensino tradicional em que "predomina um ensino de História que apresenta o conteúdo retirado dos livros didáticos ou sites de internet como uma verdade absoluta, despersonalizada, distanciada das experiências dos alunos, a ser apenas apreendido e reproduzido" (FRANCO, COSTA, 2021, p. 328). Há, portanto, uma necessidade de formação docente no sentido de preparação para saber lidar com conteúdos digitais em sala de aula. Como apontam Roberto León e Antoni Gámez (2020, p. 156), tais formações não devem estar restritas ao ensino de funcionalidades ou técnicas, mas sim trabalhadas de maneira conjunta com as propostas pedagógicas, abordando as vivências escolares do corpo docente no seio das formações. Por exemplo, o trabalho com fontes históricas em sala de aula nas escolas é uma possibilidade de trabalho auxiliado pelas tecnologias digitais: "Propiciar aos/as alunos/as a pesquisa em fontes que antes eram apenas objetos de análise dos/as historiadores/as pode ser, portanto, um caminho de sucesso para que consigam fazer a leitura do mundo em que estão inseridos/as" (FONSECA; CUBAS, 2023, p. 95).

Diante dessa nova perspectiva de aprendizagem integrada com as

tecnologias digitais, o processo formativo inicial e continuado dos professores e professoras necessita ser discutido com o intuito de promover o letramento desses docentes. Como já discutido, a implementação das TDICs no contexto escolar, em si mesmo, não promove mudanças na construção do conhecimento, tendo o professor uma posição central para que o processo de mediação e integralização tecnológica seja desenvolvido de maneira crítica e significativa. Para que este cenário de integralização das tecnologias digitais na escola faça parte da realidade educacional do Brasil, a introdução e ampliação de formações iniciais e continuadas que abordem essa temática se fazem necessárias.

Corroborando com as reflexões incitadas por Buzato (2006, p. 6), consideramos relevante destacar que não há intenção de colocar sob os ombros dos educadores a responsabilidade de concretizar o projeto de uma educação integrada às tecnologias. Os docentes de História enquanto profissionais estão vinculados a um emaranhado de institucionalizações, currículos e projetos – assim como, seu poder de ação está interligado às condições de infraestrutura e acesso. Como Gatti (2016, p. 168) apresenta de forma direta, em muitos cenários escolares o professor trabalha com apenas o básico, em condições de trabalho com extrema carência. Assim, pensar em promover uma educação de qualidade e integrada à perspectiva do digital, não está restrita a uma ação docente.

Por outro lado, os autores Santos e Sá (2021, p. 3), em pesquisas recentes, pontuam a importância de cursos de aperfeiçoamento profissional que abordem a utilização pedagógica das tecnologias e mídias digitais no contexto escolar, dialogando com conhecimentos teóricos e práticos. Este aprimoramento do conhecimento pedagógico dos docentes possibilita que eles consigam transitar pelos conteúdos do currículo escolar e das tecnologias digitais de maneira articulada. Neste sentido, o processo formativo dos professores assume um papel significativo na construção da criticidade e autonomia intelectual, especialmente quando se trata do estímulo à fluência tecnológica dos docentes que atuam nas escolas nesse processo de transição tecnológica. Conforme comenta Imbernón:

> o professor ou a professora não deveria ser um técnico que

> desenvolve ou implementa inovações prescritas, mas deveria converter-se em um profissional que deve participar ativa e criticamente no verdadeiro processo de inovação e mudança, a partir do seu próprio contexto (2011, p. 24).

Embora o autor faça referência às inovações no sentido geral, essa afirmação atende perfeitamente as questões acerca da integração tecnológica. As formações, tanto inicial quanto continuada, para fomentar a integração tecnológica dentro do cenário educacional, devem instigar um processo de reflexão sobre a presença da TDICs e seus usos didáticos para fortalecer a formação dos docentes em História e esta questão repercutir de forma positiva no contexto do ensino básico.

A educação tecnológica é pensada por meio das interações com os diferentes formatos multimídias, a partir de uma perspectiva interdisciplinar e colaborativa que perpassa pela apropriação dos diferentes letramentos fecundados no digital. Desse modo, os alunos e professores ocupam espaços de autonomia e protagonismos diante da construção do conhecimento. Para Pozo e Aldama (2014, p. 13), o espaço do professor se define cada vez mais como mediador "de um diálogo que transcenda a sala de aula para incorporar novos espaços de conhecimento abertos pelas TICs".

A integração das tecnologias digitais no processo educativo necessita efetivamente romper com as propostas educacionais que colocam o professorado de História como executor de projetos e sujeitos responsáveis pela transmissão dos saberes aos seus alunos e alunas. Distanciando-se da noção de que as tecnologias apresentam apenas uma vertente utilitarista e passando a compreender essas ferramentas de maneira complexa nas relações de construção do conhecimento. Desse modo, a lógica educacional que se desenha a partir das TDICs emerge de uma percepção multidirecional, reivindicando que a construção do conhecimento ocorra de maneira dialógica e sobretudo, crítica - o que implica no estímulo à práxis pedagógica dos(as) docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mesmo tempo em que o futuro docente constrói a sua identidade profissional, ele é instigado a perceber-se como sujeito – autor da sua práxis,

dotado da capacidade de transformar a realidade que circunda a si e aos seus alunos(as). Todavia, a consciência crítica, ação necessária para o desenvolvimento da práxis pedagógica, não ocorre a partir do acaso. Como encontramos em Freire (2021, p. 33), "a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil". Desse modo, entende-se que a criticidade deve ser instigada e vivenciada nos cursos de formação para que os futuros docentes a assumam como parte fundamental do seu trabalho.

Observamos, portanto, alguns desafios presentes na práxis pedagógica de docentes no que diz respeito à interação entre ensino de História e tecnologias digitais, que vão desde a própria formação inicial, passando por questões estruturais dos cenários escolares, a intensa interação discente com informações presentes no contexto tecnológico, questões de falta de tempo para elaboração de aulas com a utilização de tecnologias digitais até problemas de formação continuada. Sendo assim, tal aspecto deve ser problematizado a partir da sua complexidade de forma a proporcionar uma solução em termos globais e não destacando um cenário ou outro.

A práxis pedagógica pressupõe que os docentes de História assumam uma postura consciente sobre a realidade que o cercam, para assim promover e instigar a transformação do seu contexto. Para tal, o docente necessita estar atento à realidade escolar e apto para mobilizar os conhecimentos teóricos necessários para construir novas formas de desenvolver seu trabalho, incluindo questões voltadas para o contexto tecnológico no ensino de História.

Os cursos formativos, quando não produzem vínculos com a perspectiva docente, tornam-se vazios de sentido dentro do repertório desses professores, acabando por não viabilizar o desenvolvimento de uma ação pedagógica significativa para os sujeitos envolvidos. Desse modo, o docente pouco é desafiado a pensar os fatores e possibilidades que permeiam a inclusão tecnológica no seu contexto escolar e no processo de ensino-aprendizagem dos discentes. A inclusão das tecnologias no ensino de História abre um leque de ferramentas e metodologias que os docentes podem utilizar de forma a engajar os discentes a assumirem uma postura autônoma, como também, flexibilizar

esse processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BONETE, Wiliam Junior; MANKE, Lisiane Sias; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. O ensino de História e os desafios do tempo presente: disputas de narrativas, mídias sociais e negacionismos. **Aedos**, v. 15, n. 34, p. 6-14, jul.-dez., 2023.

BUZATO, Marcelo E. K. Letramentos digitais e formação de professores. In: **III Congresso Ibero-Americano EducaRede**: Educação, Internet e Oportunidades. São Paulo, 2006, p. 1-15.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e consciência histórica**. Implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CETIC.BR. **TIC Educação 2019**. In.: NIC.BR (org.). 1 ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nas-escolas-brasileiras-tic-educacao-2019/>. Acesso em: 15 out. 2023.

CETIC.BR. **TIC Educação 2020**: edição COVID-19. In.: NIC.BR (org.). 1 ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nas-escolas-brasileiras-tic-educacao-2020/>. Acesso em: 15 out. 2023.

FONSECA, Robson Rodrigo Pereira da; CUBAS, Caroline Jaques. Passado em disputa: desafios e possibilidades para o ensino de História. **Aedos**, v. 15, n. 34, p. 84-101, jul.-dez., 2023.

FRANCO, Aléxia Pádua. COSTA, Marcella Albaine Farias da. Cultura digital e ensino de História: diferentes abordagens e metodologias. In: ANDRADE, Juliana Alves de. PEREIRA, Nilton Mullet. **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. Formato: e-book. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 327-345.

FRANCO, Aléxia Pádua; MARTINS, Cinthia Cristina de Oliveira. Narrativas históricas de jovens estudantes na internet: que cidadania é essa? In: GUIMARÃES, Selva (Org.) **Ensino de História e Cidadania**. Campinas: Papirus, 2016, p. 279-306.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 71. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 11-143, 2021.

FÜHR, Regina Candida. A tecnopedagogia na esteira da educação 4.0: aprender

a aprender na Cultura Digital. In: **V Conedu: Congresso Nacional de Educação**. Recife, 2018, p. 1-5.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

GARCIA, Maria Manuela Alves; HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos. As identidades docentes como fabricação da docência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-56, 2005.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores: Condições e problemas atuais. **Revista Internacional de Formação de Professores (RIPF)**. Itapetininga, v. 1 n. 2, p. 161-171, 2016.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ. Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. História e contemporaneidade: formação e trabalho de professores e professoras. In: **Professores do Brasil**: Novos cenários de formação. Brasília: Unesco, 2019, p. 15-44.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas: Papirus, 2012.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

LANZIERI, Carlile. Cavaleiros de papel: considerações sobre as histórias conectadas de diferentes usos do passado medieval na contemporaneidade dentro e fora do Brasil e seus possíveis impactos na formação do conhecimento histórico escolar. In: VIANNA, Luciano J. **A História Medieval entre a formação de professores e o ensino na Educação Básica no século XXI**: experiências nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Autografia, 2021, p. 107-124.

LÉON, Roberto Cejas; GÁMEZ, Antoni Navío, Sobre la formación tecnopedagógica del profesorado. La visión de los expertos y formadores. **Revista Iberoamericana de Educación Superior** (RIES). v. 11, n. 31, p. 150-164. 2020.

LOCASTRE, Aline Vanessa; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. Domínio(s) do digital como competência: Ensino de História e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Historiar**, vol. 14, num. 26, p. 19-36, jan./jun. 2022.

LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre História e Historiografia digital. **Boletim Historiar**. n. 02, p. 45-57, mar./abr. 2014.

MARCON, Karina. Inclusão e exclusão digital em contextos de pandemia: que educação estamos procurando e para quem? **Criar educação**. Criciúma, v. 9, n. 2, p. 80-103, 2020.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos

e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **Revista História Hoje**. v. 8, n. 15, p. 66-88, 2019.

MIGUEL, José Carlos. Metodologias de ensino – Educação, linguagem matemática e cultura: implicações para a formação de conceitos. In: DAVID, Célia Maria; SILVA, Hilda Maria Gonçalves da; RIBEIRO, Ricardo; LEMES, Sebastião de Souza (Orgs.). **Desafios contemporâneos da educação**. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 309-336.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes Pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

POZO, Juan Ignacio. ALDAMA, Carlos de. A mudança nas formas de ensinar e aprender na Era Digital. **Pátio Ensino Médio**. ano 5, n. 19, p. 10-13, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Taís Wojciechowski; SÁ, Ricardo Antunes. O olhar complexo sobre a formação continuada de professores para a utilização pedagógica das tecnologias e mídias digitais. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 37, p. 1-20, 2021.

SCHNEIDER, Simone Weber Cardoso; LEON, Adriana Duarte. The discipline of history and the technologies: a challenge for the present time. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, vol. 13, núm. 33, p. 1-16, 2021.

SILVA NETO, Sebastião da Luz. SILVA, Bruna Rafaela Ferreira da. LEITE, Bruno Silva. Inclusão digital: um estudo de caso nas escolas do sertão pernambucano. **Revista Atos de Pesquisa em Educação**. Blumenau, v. 16, p. 1-26, 2021.

SOUSA JÚNIOR, Alexandre. Educação 4.0 e Educação Histórica: Mídias digitais, ensino de História e metodologias ativas para o século XXI. In: LEITE, Priscila Gontijo; BORGES, Cláudia Cristina do Lago; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin (Org.). **Ensino de História, tecnologias e metodologias ativas**: novas experiências e saberes escolares. João Pessoa: CCTA, 2022, p. 41-78.

Recebido em 19/10/2023.

Aprovado para publicação em 26/05/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

AS PRÁTICAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2007-2015)

THE PRACTICES OF THE STUDENT MOVEMENT IN SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2007-2015)

RUDÁ MORAIS GANDIN[1]

ALBONI M. D. PIANOVSKI VIEIRA[2]

RESUMO

O Movimento Estudantil, emergido tal como o conhecemos atualmente, nasce após a década de 1930, com a fundação das agremiações estudantis nacionais. Fruto das mobilizações em torno de pautas políticas, o movimento estudantil se destaca na vida social brasileira. Em 2007, surge em São José dos Pinhais, município da Região Metropolitana de Curitiba, a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), uma agremiação cujo objetivo era representar a comunidade estudantil ante o poder público local. Com base em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, apoiada na história oral, o presente artigo discute os modos de agir e pensar que eram praticados pelos estudantes no interior da Umes, no período de 2007 a 2015. Destaca-se que as entrevistas que foram realizadas se deram com ex-participantes da entidade, jovens estudantes, na maioria provenientes de escolas públicas. Serve-se, neste estudo, das noções de campo político em Bourdieu; de tática em Certeau; e de poder em Foucault, no intuito de compreender as práticas estudantis, empreendidas no âmbito da referida agremiação, onde intentavam, a partir do campo da política, lograr suas bandeiras. Depreende-se, portanto, que a maioria dos estudantes, introduzidos na Umes, vislumbrava sua organização como instrumento de luta por seus direitos, embora fosse também um lugar de reflexão acerca da qualidade da educação.

Palavras-Chave: Movimento estudantil. História da Educação. São José dos Pinhais.

[1] Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Mestre em Educação. E-mail: ruda.gandin@pucpr.edu.br.

[2] Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: alboni@alboni.com.

ABSTRACT

The student movement as we know it today was born after the 1930s, with the creation of national student organisations. As a result of mobilisations around political agendas, the student movement stands out in Brazilian social life. In 2007, the Municipal Union of Secondary School Students (UMES) was founded in São José dos Pinhais, a municipality in the Curitiba metropolitan region, with the aim of representing the student community before the local government. Based on bibliographical, documentary and field research, supported by oral history, this article discusses the ways of acting and thinking practiced by students within the UMES from 2007 to 2015. It is noteworthy that the interviews were conducted with former participants of the entity, young students, mostly from public schools. This study uses the notions of Bourdieu's political field, Certeau's tactics and Foucault's power in order to understand the students' practices, carried out within the framework of this organisation, where they tried to achieve, from the field of politics, their flags. It seems, therefore, that most of the students introduced to UMES saw their organisation as an instrument of struggle for their rights, although it was also a place of reflection on the quality of education.

Keywords: Student movement. History of Education. São José dos Pinhais.

INTRODUÇÃO

No presente artigo, busca-se discutir o movimento estudantil brasileiro, mais especificamente o Movimento Estudantil Clássico (MECL)[3], a partir do esquadrinhamento das práticas empreendidas pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), durante o período de 2007 a 2015, no município de São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná. Ressalta-se, contudo, que o artigo se atém a duas práticas em particular, a da organização dos congressos e a da produção de carteiras estudantis, conhecidas como “carteirinhas”. Ademais, importa esclarecer, de imediato, que o recorte temporal de 2007 a 2015 se dá em função da ocorrência, em 2007, da fundação da Umes e, em 2015, do seu último congresso. Com base em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, apoiada na história oral, intenta-se analisar os modos de agir e pensar dos integrantes da Umes, agremiação até o momento acomodada no passado, uma vez que sua história, circunscrita apenas à memória de seus participantes, achava-se camuflada, relegada à borda dos

[3] Entende-se que o movimento estudantil é, na verdade, composto por movimentos que, normalmente, podem ser localizados em sua forma clássica ou em sua forma autogestionária. Mais à frente, no texto, a opção em definir o movimento estudantil aqui estudado será mais bem esclarecida.

acontecimentos da região.

Desse modo, iniciar um descolamento às práticas, realizadas no interior da Umes, envolve uma aproximação aos vestígios deixados pelos estudantes. Analisar cada indício atentamente, no intuito de apreender o passado, como indica Barros (2020, p. 5), consiste numa escolha metodológica que se renova diurnamente, porque se refere a uma forma de arrostar às fontes históricas, indispensáveis para desvelar as atividades que se realizavam no âmbito da agremiação estudantil, cuja produção, embora poucas vezes convocada pelos historiadores da educação, guarda profícuos desdobramentos, pertinentes para compreender as políticas educacionais e suas implicações na sociedade num dado momento histórico. No bojo dessa opção, sobrevoa a precaução com a seleção dos sinais, ornados de múltiplas possibilidades, que mudam, sugerem e podem levar o historiador a interpretações diferentes do passado, dependendo de sua perspectiva e de seu acúmulo teórico, como Marrou (1954, p. 31) nos leva a crer, quando afirma que "a riqueza do conhecimento histórico é diretamente proporcional à da cultura pessoal do historiador". Sendo assim, a leitura cuidadosa dos vestígios não só deve se constituir como um dos principais objetivos dos que se lançam à investigação histórica, como também deve perfazer todo seu caminho.

Também cabe informar que as fontes documentais que foram encontradas, e por conseguinte analisadas no artigo em tela, achavam-se sob o controle de parte dos ex-participantes da Umes. Assim, nada que se remetesse à Umes foi encontrado nos arquivos do município, ou mesmo em alguma instituição educacional da localidade. Dessa maneira, a reunião desses vestígios ou documentos, considerada por Bloch (2001) como uma das tarefas mais custosas ao historiador, como jornais, cartazes, atas, estatuto, crachás e outros, deu-se a partir do aceite e da colaboração dos ex-integrantes da agremiação estudantil, instigados aparentemente pelo interesse no passado que ajudaram a forjar. Esses documentos, tomados aqui na acepção de Le Goff (2013) como monumentos, porque "é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem", que "é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção [...]" (LE GOFF, 2013, p. 497), não se constituem como algo dado, resolvido, prescindível da crítica. Na

verdade, o trabalho de análise dos documentos demanda o emprego da dúvida quanto à sua elaboração, ao seu conteúdo e à sua preservação, uma vez que "[...] não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência [...] deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise" (BLOCH, 2001, p. 83).

Demarca-se, também, em relação ao caminho teórico-metodológico da pesquisa, a opção pela história oral. As entrevistas utilizadas nesse trabalho se deram com ex-integrantes da Umes, que na época em que participavam da entidade tinham de 12 a 17 anos de idade. Boa parte dos entrevistados ocupava alguma função na diretoria da organização, seja como presidente, secretário-geral ou tesoureiro. Todavia, há também quem só colaborou na realização dos congressos, ocorridos de 2007 a 2015. Em suma, a escolha dos entrevistados se deu segundo o envolvimento de cada um com a história da Umes, conforme se observou nos documentos analisados. Por último, sublinha-se que a designação dos entrevistados se dá por uma letra, e todos, independentemente de o entrevistado ser do sexo feminino ou masculino, serão especificados como "entrevistado". Sobre o trabalho com relatos orais, ressalta-se que a postura do entrevistador com os entrevistados se pautou na busca pela "[...] recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu" (ALBERTI, 1996, p. 1), bem como pela compreensão de que na história oral existem dois autores pelo menos, o entrevistado e o entrevistador (ALBERTI, 1996). Sendo assim, as entrevistas se apoiaram no respeito e na consideração, por parte do entrevistador, por aquilo que lhe era contado, recorrendo-se à escuta, atentamente, como forma de acessar os acontecimentos que se sucederam no passado.

Em relação às noções em que o presente trabalho se apoia, a saber: tática em Certeau (2014); de campo em Bourdieu (2011a; 2011b, 2004, 2019); e de poder em Foucault (1979), todas guardam uma correspondência entre si na discussão sobre as práticas estudantis, uma vez que ajudam no desvendamento das ações dos estudantes, observadas com base nos relatos orais e nos documentos que foram analisados. Serve-se desses autores para mostrar que os movimentos estudantis, embora originários do campo educacional, logram ocupar o campo da política, no intuito de conquistar suas reinvindicações. Fazem isso, no entanto, por meio de táticas, pensadas desde a heterogeneidade dos

sujeitos envolvidos, emaranhados por relações de poder, uma vez que o destino das atividades, o modo como faziam e o que faziam pareciam decorrer de uma correlação de forças entre os participantes, marcada por um revezamento de poder.

O conceito de tática em Certeau (2014) deve ser compreendido no âmbito de suas reflexões a respeito da polemologia, bem como pelo seu interesse no cotidiano e na maneira pela qual os sujeitos, inventivamente, agem. Assim, de acordo com o autor, tática seria "[...] um cálculo que não pode contar com um próprio [...]. A tática só tem por lugar o do outro [...]. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias" (CERTEAU, 2014, p. 45).

Sobre a ideia de campo, usada aqui para refletir acerca da passagem que os estudantes realizavam de um lugar a outro, mais especificamente da educação à política, Bourdieu (2011a, p. 133) a interpreta como um espaço social, que é "construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado [...]". Nesse espaço, o autor ainda pondera que "os agentes e grupos de agentes" se definem "pelas suas posições relativas [...]" (BOURDIEU, 2011a, p. 134), as quais são disputadas, revelando o campo como "objeto de luta" (BOURDIEU, 2004, p. 29). Ainda de acordo com o autor, "a estrutura do campo é um estado da relação de poder entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decurso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores" (BOURDIEU, 2019, p. 110). Outrossim, cabe advertir que a noção de campo em Bourdieu se acha relacionada à ideia de *habitus* do mesmo autor, definida como "[...] sistemas de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores" (BOURDIEU, 2019, p. 115), porque os estudantes, deslocados de seu campo de origem, necessitam, para atuar no campo em que buscam conquistar suas bandeiras, adquirir o *habitus* em jogo, ou melhor, precisam incorporar as regras e o modo de agir, legitimados pelos integrantes do campo que buscam fazer parte, neste caso o campo da política.

Para discutir a dinâmica que rege os estudantes na luta por suas

bandeiras, a opção pelo conceito de campo político em Bourdieu (2011a) é fundamental. Para o autor, o campo político se define "ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento" (BOURDIEU, 2011a, p. 164). Assim, os estudantes não buscam se inserir em qualquer campo, mas no campo da política, uma vez que é nele, e só nele, ser possível de, modificando a relação de forças no interior do campo, conquistar suas pautas.

O último conceito que se utiliza nessa pesquisa é o de poder em Foucault (1979). Este se caracteriza, sobretudo, pela compreensão de poder como algo que cada um de nós pode ser titular. Nas palavras de Foucault (1979, p. 160), o poder "[...] passa[ria] por canais muito mais sutis, [...] muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula poder". Desse modo, entende-se que os estudantes, inseridos na Umes, detinham, numa vez um, numa vez outro, poder, que era exercido a depender da situação e das discussões em curso na agremiação. O fato é que a Umes era marcada por relações de poder que a atravessavam, contribuindo na forma como os estudantes se organizavam e lutavam por suas reivindicações.

O artigo se acha divido em três seções. Na primeira, discute-se a opção teórico-metodológica acerca da pesquisa sobre ME no terreno da História da Educação, apontando a opção política adotada nesse artigo em considerar o movimento no plural, como movimentos heterogêneos. Na segunda parte, analisam-se de modo breve alguns dos aspectos da história do ME brasileiro, realçando seu desdobramento político no país. A última seção do trabalho examina, então, as práticas dos estudantes, particularmente três, a da organização dos congressos; a da produção de carteiras estudantis, conhecidas como "carteirinhas"; e a da organização de manifestações, no período de 2007 a 2015, com o apoio dos relatos orais e dos documentos.

1. O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

No âmbito da pesquisa em História da Educação no Brasil, ainda é

reduzido o número de trabalhos que se dedicam à história do Movimento Estudantil (ME), em especial à história das agremiações do movimento secundarista, talvez pela "tendência dos pesquisadores em educação não reconhecerem os movimentos sociais como objeto de pesquisa nessa área do conhecimento, privilegiando os espaços de educação formal – as instituições de ensino" (SIMÃO, 2015, p. 77). Desse modo, voltar-se a esse tipo de iniciativa consiste, por um lado, em acentuar sua importância, e, por outro, em dar evidência a um passado, amiúde relegado ao esquecimento, mas que anuncia, se bem observado, os modos de pensar e agir dos estudantes. Nessa parte do artigo, delimita-se o movimento como movimentos, uma vez que o são, como se nota, heterogêneos.

Constituído, essencialmente, em torno das realizações de suas principais agremiações nacionais – a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) –, o ME brasileiro é afamado por ocasião de seu envolvimento em dois episódios da vida social e política do país: a resistência contra a ditadura civil-militar de 1964-1985 e a luta pelo impedimento do ex-Presidente da República, Fernando Collor de Mello, em 1992. É claro, no entanto, que há outros momentos de protagonismo dessas entidades, como a participação, no final da década de 1940, na campanha "O petróleo é nosso", que lutava pelo monopólio nacional da extração de petróleo[4]. Porém, a contar pela quantidade de trabalhos acadêmicos, conforme o levantamento feito por Simão (2015), nota-se que mais da metade das publicações acadêmicas acerca do ME, no período de 2003 a 2014, referia-se ao período ditatorial, de 1964 a 1985, contribuindo para o robustecimento da história do ME como a história de um momento ou outro em particular e, igualmente, como a história de suas agremiações nacionais.

Brito (2018, p. 158) considera que, em função da hegemonia política e ideológica que a UNE acabou exercendo no movimento, esta permitiu "que sua produção e, mais especificamente, sua autoimagem pudesse se afirmar como versão oficial da história do ME brasileiro". Dessa forma, "[...] com a UNE como porta-voz da versão oficial sobre a memória das lutas estudantis, estas acabam

[4] No *site* da União Nacional dos Estudantes, na parte em que se dedica a contar a história da agremiação, é possível verificar as inúmeras lutas por ela protagonizadas.

reduzidas à história – tão glorificada quanto possível – das entidades representativas" (BRITO, 2018, p. 158), ocasionando o escamoteamento da expressividade e da inventividade das ações e lutas de organizações estudantis regionais, situadas em municípios ao largo dos grandes centros urbanos. Isso não quer dizer que haja um problema na existência de agremiações que atuam nacionalmente, representando as organizações regionais, entretanto a grande questão que se coloca é a tomada, assumida de modo automático em boa parte dos casos, das entidades nacionais como reflexo das entidades estudantis regionais, como se fossem idênticas e agissem, unicamente, conforme as diretrizes de sua representante nacional.

Levando em conta que o ME não se confina na história das organizações que atuam em âmbito nacional ou na importância de seus feitos, embora sejam habituais as interpretações que o colocam nessa posição, tomando-o como homogêneo, porque se ignoram as particularidades que o rodeiam, como o engajamento de múltiplos sujeitos e a diversidade dos lugares onde ocorrem, convém o estabelecimento de uma demarcação metodológica, que não incorra no disfarce da noção, apontada por Tariq Ali (2008, p. 20), de que "cada geração é única". Essa leitura, em relação à particularidade das gerações, permite a compreensão das circunstâncias como resultado das condições que a contornam, e, igualmente, como produto das reações a seus eventos, perpetrado pelos sujeitos. Assim, pode-se depreender que o ME seria o efeito da relação entre os seus participantes e o destino do próprio movimento, que é o de atentar-se, sobretudo, às causas educacionais que o afetam. Destarte, convém apontar que, além das gerações serem únicas, o movimento é, na verdade, um movimento de movimentos. Conforme aponta Melucci (1989, p. 60), trata-se de uma "rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva" (MELUCCI, 1989, p. 60), certamente expressa pelas bandeiras e/ou reinvindicações que os reúnem, derivada da participação dos múltiplos sujeitos/estudantes.

Cabe destacar, então, que o movimento pode ser caracterizado a partir de dois formatos de organização, aqui denominados como Movimento Estudantil Clássico (MECL) e Movimento Estudantil Autogestionário (MEA), embora nesse artigo o estudo se remeta ao MECL. A respeito do primeiro, entende-se como

uma "[...] estrutura organizativa [a qual], talvez seja, a forma mais conhecida e identificada pelos estudantes e a sociedade em geral; por seu histórico, por sua maior visibilidade, por sua 'pulverização' na base, por sua tradição, por sua continuação através do tempo" (MESQUITA, 2006, p. 264). No caso do segundo, entende-se como uma forma de movimento que reside, e que ocorre em boa parte dos casos, ao largo das entidades estudantis, porque guarda diferenças quanto as suas maneiras de se organizar e de se colocar diante das lutas por suas bandeiras. Isso não significa que ambas se digladiam no intuito de uma sobrepor-se à outra, na verdade, ambas, em função de seus objetivos em comum, muitas vezes se retroalimentam, o que reforça o desejo de os movimentos serem ouvidos e de testemunharem a concretização de suas pautas. Alguns exemplos de MEA que se pode levantar são as ocupações de escolas que ocorreram no estado de São Paulo, em 2015, e no estado do Paraná, em 2016, as quais se caracterizaram pela realização de práticas autogestionárias, que podem ser compreendidas como "a gestão de uma coletividade por ela mesma" (VICENTINI, 2000, p. 30 *apud* GROPPO, 2006, p. 9).

Compreender o ME como um movimento de movimentos, independentemente da forma como o enxergamos, clássica ou autogestionária, implica encará-lo como um movimento plural, porque ainda que divida causas similares e seja identificado por ações análogas, dispõe de sujeitos adversos, formados a partir de lugares distintos e que guardam práticas bem específicas, oriundas, certamente, da diversidade cultural que os encerram. Sujeitos jovens, quer dizer, "um ser singular que se apropria do social [...], que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém" (DAYRELL, 2003, p, 44.). Para Dayrell (2003, p. 42), a escolha pelo plural do termo juventudes acha-se no sentido de "[...] enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes", o que corresponde à influência do "meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona". Desta feita, convém sugerir dois pressupostos, com os quais o presente artigo se circundará, e que se alvitra como pontos a serem observados numa pesquisa sobre ME, particularmente no âmbito da história da educação. São eles: (1) os estudantes não são uma massa uniforme; (2) sua atuação é sempre envolvida por relações de disputas,

localizada na mais acanhada das agremiações por eles dirigidas, o que reforça ou ajuda a reforçar o argumento quanto à singularidade dos movimentos.

Para finalizar essa parte do artigo, acredita-se que o ME se caracteriza como um movimento político, porque se consubstanciou à luta política em diferentes períodos da vida da sociedade brasileira, além de ser um movimento educacional, e, sobretudo, um movimento social, uma vez que se constitui, de acordo com o conceito de movimento social dado por Gohn (2015, p. 13), em "ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas". No caso dos estudantes, a forma com que revelam suas demandas e bandeiras é, normalmente, organizada no ME, seja na forma clássica ou na forma autogestionária.

2. ASPECTOS GERAIS DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO

Apesar de provarem sua capacidade organizativa, criativa e de mobilização, conforme é possível constatar em numerosos estudos – dos mais antigos, como nos clássicos de Poerner (2004) e Mendes Junior (1982), aos mais recentes, como no de Leme (2018), Brito (2018) e Santos (2018) –, os estudantes ainda são representados pela ação em alguns episódios da vida nacional e por uma e outra agremiação, não obstante a numerosa presença de entidades estudantis no país, como grêmios e organizações municipais, como é o caso da Umes.

Os vestígios iniciais a respeito do ME se reportam ao Brasil Colônia, quando um conjunto de estudantes agiu contra a invasão francesa no Rio de Janeiro, em 1710 (POERNER, 2004). Após isso, aconteceram outras manifestações no país, lideradas por estudantes, especialmente com a criação das primeiras faculdades, no período do Império, como a campanha que se sucedeu em favor da abolição da escravatura (POERNER, 2004). No entanto, para Poerner (2004, p. 78), até o começo do século XX, as manifestações estudantis se caracterizavam como "dispersas e caóticas" e só com o surgimento, em 1937, da União Nacional dos Estudantes (UNE) é que se

identificará o ME como o conhecemos atualmente. Ainda, de acordo com o mesmo autor, a emersão da UNE promove uma centralização em relação às mobilizações estudantis. "É com a centralização na UNE, das lutas estudantis, que elas vão adquirir, progressivamente, caráter organizado e de emancipação nacional" (POERNER, 2004, p. 53). Até a condição alcançada pela UNE, há exemplos de tentativas de centralizar as ações dos estudantes no país, porém sem sucesso, como o caso da realização do I Congresso Nacional de Estudantes, ocorrido em São Paulo, em 1910, e a campanha pela fundação da Federação de Estudantes Brasileiros, lançada em 1924.

Sobre o período que antecede a criação da UNE, Mendes Junior (1982, p. 35) afirma que "[...] as entidades estudantis surgidas pecavam, ou por possuírem um caráter local, carecendo, pois, de expressividade nacional, ou por seu fôlego curto, surgindo e desaparecendo, muitas vezes sem deixar qualquer rastro". Talvez por isso que o estabelecimento de uma agremiação nacional se constituiu como referência aos estudos sobre ME. Ademais, a instauração da UNE enquanto retrato do movimento, certamente em decorrência de sua expressão política no país, contribuiu para o alastramento de outras agremiações em diferentes municípios e estados brasileiros, conformando o MECL como ainda é atualmente.

Nascida ao mesmo tempo em que ocorre a instauração do Estado Novo, fruto de um golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas, a UNE, oriunda do I Conselho Nacional dos Estudantes, emerge "sob o signo da luta pela democracia", segundo aponta Mendes Junior (1982, p. 36). O autor também destaca um evento curioso acerca da UNE, relacionado à sua atuação: "[...] a entidade, que mais tarde viria a ser execrada pelos governos de exceção por suas posições 'subversivas', surgiu das entranhas de um órgão paraoficial e pretensamente 'apolítico' chamado Casa do Estudante do Brasil (CEB) [...]" (MENDES JUNIOR, 1982, p. 36). Todavia, a verdadeira UNE, como analisa Mendes Junior (1982, p. 38), a que representava politicamente os estudantes universitários, "só surgiria realmente com a sua separação da CEB e a realização do II Congresso Nacional dos Estudantes [...] em dezembro de 1938". A UNE, então, resulta de uma inclinação à democracia, uma vez que o seu processo de consolidação se deu por meio de eleições e porque sua principal bandeira, logo

após o seu surgimento, concentrou-se na luta contra os regimes totalitários, como foi o caso das mobilizações contra o fascismo e o nazismo, pressionando o governo brasileiro a tomar partido durante a Segunda Guerra Mundial (MENDES JUNIOR, 1982; POERNER, 2004).

Outras mobilizações marcaram o ME brasileiro, como o seu envolvimento na campanha pelo "Petróleo é Nosso", nos anos de 1950, e a luta pela reforma universitária, na década seguinte. Todavia, em 1964, ano do golpe cívico-militar que depôs o então Presidente da República, João Goulart, e instaurou uma ditadura no Brasil, a UNE sofreu, na madrugada do dia 1º de abril, um ataque à sua sede, na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Perseguida pela ditadura que se iniciava, boa parte dos estudantes e a UNE se colocam na resistência contra a censura e o cerceamento das liberdades. Durante esse período trágico da história brasileira, que levou à morte e à tortura dezenas de jovens, a UNE e a Ubes, embora colocadas na clandestinidade pelo governo da ditadura, não deixaram de existir e regressam às ruas no final da década de 1970, como mostra Poerner (2004), encabeçando com outros movimentos a campanha pelas "Diretas Já!", em 1983 e 1984.

Com a redemocratização do país e a proclamação de sua nova Constituição, em 1988, o ME brasileiro, agora contornado por transformações sociais, culturais e políticas que o colocaram frente a novos desafios, "[...] já não se constitui[u] como os centros da vida cultural e política juvenil", além disso, "com a crise da esquerda, o fim da ditadura como fator unificador e a abertura de espaços alternativos para participação política, o movimento estudantil perde seu monopólio na mobilização juvenil" (MISCHE, 1997, p. 143). Nesse contexto, ocorreram as manifestações que pediam o *impeachment* do então Presidente da República, Fernando Collor de Mello, no ano de 1992. O grande destaque desse momento foram os "caras pintadas", um conjunto de jovens, em grande parte estudantes, mas que não se achavam vinculados às suas entidades representativas, que no decorrer do movimento "Fora Collor" passaram a ocupar um papel de relevância.

No ano de 1994, as eleições para Presidente da República, vencidas pelo então sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), confirmam o caráter progressista, mais à esquerda, do espectro político, do ME, mais particularmente

do MECL. De acordo com Poerner (2004), as entidades estudantis, como a UNE e a Ubes, colocaram-se em oposição ao governo de FHC, porque o enxergaram como representante de uma agenda de privatizações dos serviços públicos e de "redução de direitos sociais e trabalhistas" (POERNER, 2004, p. 302). Já com a eleição, em 2002, de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), como Presidente da República, o MECL adotou uma postura de cooperação com o novo governo, novamente eleito em 2006 para mais quatro anos, que lhe outorgou uma imagem, difundida até pelos próprios militantes, como "[...] burocratizado, hierarquizado, centralizador, partidarizado, ultrapassado" (MESQUITA, 2003, p. 122). Essa crise, com a qual se viu acometido o MECL, contribuiu para dar visibilidade a outras formas de se organizar do ME, expresso, em especial, nas ocupações de escolas que ocorreram nos anos de 2015 e 2016, contra as reformas educacionais intentadas em São Paulo e no Brasil, pelo Presidente da República, Michel Temer, empossado a partir de um processo de impedimento bem discutido, que retirou a então presidente eleita Dilma Roussef.

3. AS PRÁTICAS ESTUDANTIS

Nesta parte do trabalho, são discutidas as práticas, empreendidas pelos estudantes da Umes, no período de 2007 a 2015. Todavia, em função dos limites do texto, a atenção se dá a três delas em particular: a organização dos congressos; a produção de carteiras estudantis, conhecidas como "carteirinhas"; e a organização de manifestações. Acredita-se que outras práticas, como as campanhas de arrecadação de recursos; a ida a eventos em outros municípios e a organização de reuniões etc., caminham na esteira do que se busca argumentar a partir da análise do recorte alvitrado, qual seja, a de que elas se configuram enquanto táticas, como forma de os estudantes conquistarem suas reivindicações.

Em 2007, no município de São José dos Pinhais, localizado nas imediações de Curitiba[5], surgiu a União Municipal dos Estudantes Secundaristas

[5] Curitiba é a capital do estado do Paraná, no Sul do Brasil. Quanto a São José dos Pinhais, trata-se de um dos principais polos automobilísticos do estado paranaense e se acha entre os seus dez municípios mais populosos.

(UMES), agremiação cujo objetivo era representar a comunidade estudantil ante o poder público local, conforme se observa nos documentos e depoimentos dos entrevistados. Surgida por ocasião de seu congresso, no dia 31 de março de 2007, realizado em uma das escolas públicas do município, com o lema "Em defesa do Brasil", a Umes guardava, desde o seu início, uma preocupação política, denunciada pelo discurso de seu recém-presidente eleito, registrado na ata de sua fundação: "[...] é necessário exigir a queda dos juros siderais imposta pelo Banco Central, que é presidido por um tucano cujo único interesse é defender os banqueiros" (ATA DE FUNDAÇÃO DA UMES, 2007, [n. p.]).

O período em que se deu a fundação da Umes coincidiu com as mobilizações do MECL em torno da reivindicação pela diminuição da taxa de juros no país, praticados pelo Banco Central (BC). Em uma das teses para o 49º Congresso da UNE, denominada "Mutirão Nacional pela Reforma Universitária: mais fortes são os poderes do povo", na qual se pede a saída do então presidente do BC, Henrique Meirelles, afirma-se que

> [...] é preciso consolidar os rumos das mudanças e abrir espaço para a retomada do crescimento. É fundamental que enterremos por completo a herança deixada pela política de destruição nacional de FHC. Sua face mais destrutiva foram os juros altos, que sufocaram a economia do Brasil, causando o maior desemprego de toda a nossa história, responsável pelo aumento em 11 vezes da nossa dívida pública [...]. Essa política suicida tem hoje como seu principal defensor o ex-presidente mundial do Banco de Boston (2º maior beneficiário do aumento de juros) e deputado federal eleito pelo PSDB, Henrique Meirelles que, em benefício de banqueiros e de especuladores, transfere R$ 180 bilhões anualmente para pagamento de juros da dívida pública, e atua como sabotador das ações do restante do governo [...] (MUTIRÃO TESE, 2005, [n. p.]).

Em uma matéria jornalística do ano de 2012, assinada por Paulo Vinícius Silva, a qual é possível acessar por meio do *site* da UNE, consta que houve uma manifestação, organizada pela Ubes, em que seus participantes denunciavam "à população o problema dos juros altos" (SILVA, 2012, [n. p.]). Houve também, mas em 2010, uma crítica "[...] à perversa lógica que beneficia grandes banqueiros e especuladores através do jogo com a dívida pública e a rendosa remuneração do Estado em formas de juros e superávits", residida num documento da UNE, chamada de "Projeto UNE pelo Brasil", que prometia a

defesa de uma agenda com “mais desenvolvimento” (PROJETO UNE PELO BRASIL, 2010, [n. p.]). Evidencia-se, com a preocupação em relação à taxa de juros do país, o interesse dos estudantes pelo campo da política, embora o campo no qual se achem, originalmente, seja o da educação. Isso deriva, provavelmente, porque o campo político pode “ser descrito como um jogo no qual o que está em disputa é a imposição legítima dos princípios de visão e divisão do mundo social” (BOURDIEU, 2011b, p. 206). Então, a disputa nesse campo passa em colocar no debate a forma como os atores que se digladiam olham o corpo social. Quem, por ora, sobrepõe-se, impõe a sua visão de mundo.

Uma das principais práticas que a Umes de São José dos Pinhais empreendeu foi a produção de carteirinhas, apoiada em outras experiências de agremiações estudantis do país. Num encontro que ocorreu em um dos bairros do município, na sede da associação de moradores, com empresários da região, o presidente da Umes daquele período, provavelmente no ano de 2008, afirmou que a confecção das carteirinhas pretendia “reforçar as atividades comerciais, trazer benefícios para os associados da UMES e, ao mesmo tempo, aumentar o número de participantes em todas as regiões” (UMES FIRMA CONVÊNIOS, [2008], [n. p.]). Vê-se que o representante da agremiação buscava, por meio de uma parceria comercial, que objetivava dar descontos aos estudantes em produtos nos estabelecimentos comerciais (UMES FIRMA CONVÊNIOS, [2008]), tornar a sua entidade maior, com participantes em várias localidades, decerto no intuito de que a agremiação obtivesse mais força. Um dos cartazes de divulgação da carteirinha que foi colocado nas escolas afirmava, por exemplo, que “[...] com esta carteirinha, além de assistir um bom filme ou um jogo do seu time, se vestir no seu estilo, divertir-se, cuidar de sua saúde e aparência você economiza e tem a certeza dos seus direitos garantidos como estudante” (CARTAZ UMES, [2008], [n. p.]). Ou seja, por trás dos descontos, isto é, da prática de confecção de carteirinha, residia a luta pelos direitos estudantis, sem dúvida desempenhada no âmbito do campo político.

A produção da carteirinha, segundo o entrevistado “D”, deu-se em decorrência de uma visita a uma entidade estudantil em Criciúma, no estado de Santa Catarina.

> [...] a gente fez uma viagem para a cidade de Criciúma em Santa Catarina, onde a gente fez um intercâmbio com uma UMES de lá [...] eles eram muito organizados [...] eles conseguiram fazer muitos projetos [...], e a gente trouxe muita ideia bacana de lá [...], a primeira das ideias que a gente implantou era a carteirinha da UMES [que] dava direito aos estudantes que adquiriam a carteirinha [...] descontos que variavam de 5% a 80% numa rede de lojas, comércios, com os quais a gente fez alguns acordos, fizemos convênios [...] (D, 2020).

Embora o entrevistado tenha apontado como uma ideia que se originou de uma visita a outra agremiação regional, a produção de carteirinhas pela UNE e pela Ubes parece ser mais antiga. Entretanto, a prática parece ser uma saída no intuito de financiar as ações dos estudantes. No caso da Umes de São José dos Pinhais, as carteirinhas eram vendidas pelo valor de R$ 3,00, o que ajudou, de acordo com o relato do pesquisador, no pagamento de ajudas de custo e aluguel de uma sede para a agremiação. Em resumo, a produção das carteirinhas foi uma das práticas que os estudantes acharam para se autossustentar e, desse modo, realizar suas atividades e fortalecer a luta por suas bandeiras. Convém destacar, contudo, que o processo de sua confecção não se deu sem tensionamentos ou disputas.

De acordo com o entrevistado “D”, as ideias na época “acabaram entrando em choque [...] muito em choque [...], houve uma ruptura do grupo, inclusive” (D, 2020). Sobre essas tensões, que guardavam o funcionamento da Umes, outro entrevistado afirmou que “[...] cada pessoa tinha, enfim, sua opinião, os ideais, e aí tinhas as discussões [...]” (E, 2020). Isso revela que, mesmo numa organização onde todos se destinam a um objetivo em comum, não reside consensualidade absoluta, como advoga muitas vezes quem as vê de fora, porque nela há intrínseco um emaranhado jogo de poder, que é disputado, uma vez que o poder “não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce [...]”, conforme analisa Machado (1979, p. 15), a partir de sua leitura a respeito de Foucault.

Outra prática da Umes foi a realização de congressos. Essa prática, na verdade, é uma das marcas do MECL, que, a depender do estatuto de cada agremiação, ocorre a cada dois anos, sobretudo no intuito de nomear seus dirigentes. O primeiro congresso da Umes aconteceu em março do ano de 2007, data de sua fundação, que se deu, segundo o entrevistado “A”, em função de

uma necessidade. De acordo com ele, havia urgência quanto à criação de uma entidade, "[...] não só um grêmio estudantil, mas de uma entidade que discutisse políticas voltadas para todo município das escolas secundaristas [...]" (A, 2020). A emersão da Umes se inscreve, então, num quadro de demanda dos estudantes da região em articular, fora das escolas, suas pautas.

Nesse congresso, foi aprovado o estatuto da Umes, que o definiu como "o fórum máximo de decisão dos estudantes de São José dos Pinhais" (ESTATUTO DA UMES, 2007, [n. p.]), além de constitui-lo como uma instância deliberativa da entidade, que elege sua diretoria. No estatuto se previa, também, que no congresso se deveria "decidir sobre as posições que a entidade deve assumir [...]" (ESTATUTO DA UMES, 2007, [n. p.]), não à toa que num dos cartazes de divulgação desse encontro havia uma informação sobre os "Grupos de Trabalho" (CARTAZ CONGRESSO, 2007), os quais foram divididos da seguinte maneira: "conjuntura nacional e internacional, Movimento Estudantil, Educação e Cultura" (ATA DE FUNDAÇÃO, 2007, [n. p.]). À vista disso, depreende-se que o movimento desejava, desde a sua emersão, assim como a maioria do MECL, inserir-se no campo da política, operando para tanto uma transformação, como parece ficar claro, quando o entrevistado "J" afirma que o seu ingresso no ME, decorrente da ida de lideranças do movimento em sua escola, originou-se de seu entendimento de que aquilo era interessante. Esse entrevistado viria a ser mais à frente, num dos congressos da Umes, eleito presidente da agremiação.

Sobre essa transformação, Bourdieu considera que "[...] quem quer que entre para a política, [...] deve operar uma transformação, uma conversão. Mesmo que esta não lhe apareça como tal, mesmo que não tenha consciência disso, ela lhe é tacitamente imposta, e a sanção em caso de transgressão é o fracasso ou a exclusão" (BOURDIEU, 2011b, p. 195). Nessa esteira, acredita-se que os participantes da Umes, mais familiarizados com as questões da educação que os rodeavam na escola, ao expandirem sua atuação, colocaram-se na política, decerto por isso os grupos de trabalho com discussões políticas e a tese que foi veiculada no terceiro congresso, por alguns estudantes que concorreriam à direção da Umes, defendendo a entidade como "instrumento de luta". Afirmava a tese, "[...] as lutas sociais e o desejo de mudança para um país cada vez mais

soberano, acompanhado do sentimento de amor pela pátria foram os motivos pelo qual formulamos este material, contendo nossas principais ideias de luta e defesa dentro de São José dos Pinhais e do Brasil" (MOVIMENTO MUTIRÃO, 2010, [n. p.]). O congresso anterior, o de nº 2, não tinha uma tese, todavia contou também com um conjunto de grupos de trabalho. Esse congresso foi realizado no ano de 2009, no mesmo colégio em que se realizou o primeiro encontro, e, segundo um jornal que havia nesse período, o evento aconteceu com o apoio do ex-secretário-geral da entidade; da Secretaria Municipal de Promoção Social do município; e do vice-presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) (JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE, 2009, p. 3).

No terceiro congresso, ocorrido em 2010, praticamente um ano depois do segundo, o então presidente foi novamente eleito, afirmando que daria continuidade à criação de Grêmios Estudantis e ao fortalecimento do movimento, porque acreditava que "[...] além de estar contribuindo com o processo de democracia na escola, o Grêmio leva inúmeras benfeitorias ao colégio a que pertence", conforme noticiou a matéria assinada por Ferreira (2010, [n. p.]) No quarto congresso, ocorrido em 2012, e no quinto, ocorrido em 2015, também se observou a realização de grupos de trabalhos, confirmando a intenção de definir, aparentemente de modo coletivo, as lutas que a Umes deveria seguir. Uma das notícias, veiculadas pelo Coletivo Upes de comunicação, evidenciava essa prática, "[...] pautas importantes como movimento estudantil e educação, comunicação, e juventude, acesso à cultura, esporte e lazer" (COLETIVO UPES DE COMUNICAÇÃO, 2012, [n. p.]) foram debatidas.

Por último, cabe ressaltar a maneira com que se dava a participação dos que votavam nesses congressos estudantis, organizados pelas Umes. No congresso de nº 5, por exemplo, a denominada "tiragem de delegados", identificada como as escolhas de estudantes nas escolas para votarem no congresso, dava-se a partir do preenchimento da "Ata de eleição dos delegados", que continha o seguinte texto, a ser completado pelos estudantes de cada escola.

> Aos_____dias do mês de _____ de dois mil e quinze, na série ____, turma____, turno _____, realizou-se a eleição dos(as) delegados (as) e suplentes para o quinto congresso dos estudantes secundaristas de São José dos Pinhais (ATA DE

ELEIÇÃO DOS DELEGADOS, 2014, p. 2).

Essa forma de escolha, inspirada nas instituições do MECL[6], era marcada pela ida dos organizadores dos congressos às escolas. Isso fica constatado na leitura das atas de tiragem dos delegados, quando menciona a exigência da inserção da série e da turma na ata, como também segundo o depoimento do entrevistado "J", que afirma que o seu envolvimento com o ME se deu com a ida de outros estudantes à sua escola, convocando-os para comporem a Umes.

Entende-se, assim, que os congressos eram uma forma de os estudantes se destacarem, dando visibilidade às suas bandeiras e ideias. Ao tomar como prática, isto é, enquanto tática, esses congressos, por meio de suas atividades, desejavam que suas resoluções se tornassem reais, conquistadas. Talvez por esse motivo o esforço da entidade em reunir na abertura de seus congressos algumas autoridades políticas, como representantes de sindicatos da região, integrantes de partidos políticos e de outros movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisaram-se duas ações da Umes, realizadas de 2007 a 2015, denominadas como práticas, porque buscavam a conquista das reivindicações do movimento. Elas eram empreendidas enquanto táticas, de acordo com o sentido dado por Certeau (2014), e sucediam-se quando os estudantes realizavam suas reuniões, promoviam seus congressos e/ou suas carteirinhas, a fim de que suas bandeiras fossem divulgadas e, por consequência, conquistadas. Para tanto, eram convocados a se deslocarem de seu campo original, a educação, para ingressarem em outro, o da política.

A Umes era uma agremiação de estudantes, localizada no município de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná, fundada no ano de 2007, a partir de seu primeiro congresso, realizado em uma escola pública da região. Essa entidade estudantil tinha estatuto próprio e um modo de funcionamento correspondente ao de agremiações similares, como a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e a União Paranaense dos Estudantes

[6] No *site* da Ubes é possível encontrar, quando se pesquisa sobre os congressos, inúmeras menções às atas de tiragem de delegados.

Secundaristas, o que leva a inseri-la naquilo que se denominou como Movimento Estudantil Clássico (MECL).

A noção de ME que se discutiu neste estudo o caracteriza como um movimento de movimentos, porque se compreendeu que, em função da pluralidade dos sujeitos que compunham a Umes, as práticas se constituíam segundo as relações que os guardavam, fundamentalmente de poder, haja vista que a formulação de suas atividades era mediada de acordo com o lugar que cada um ocupava em cada momento na agremiação. Sendo assim, o poder era revezado, nunca estabilizado, imobilizado, de tal forma que cabia a um e outro estudante seguir, sempre, as orientações do colega. Isso fica evidenciado nas diferentes práticas empreendidas, como na organização das carteirinhas, na organização dos congressos ou mesmo na proposta de ações por diferentes integrantes.

Apesar de sublinhar duas práticas em particular, realizadas pelos estudantes no período de 2007 a 2015, sabe-se que há uma quantidade infinita que, certamente, eram realizadas pela Umes, todavia que não foram aqui destacadas, inicialmente por ocasião dos limites de paginação do texto, mas também, quiçá, em decorrência de seu esquecimento pelos próprios envolvidos ou em virtude do seu apagamento nos documentos que foram pesquisados. Da mesma forma, acredita-se que haja imensa gama de atividades empreendidas em outras agremiações, ligadas ao MECL, que não se observou na Umes de São José dos Pinhais, em decorrência das mesmas razões apontadas. Portanto, o que fica claro é que há muito trabalho a ser feito pelos pesquisadores em história da educação nessa área de estudos, que, embora pouco estudada, preserva importantes contribuições para se pensar acerca da educação brasileira, e, principalmente, acerca das formas com as quais se trata os movimentos de estudantes nas instituições de ensino, em boa parte dos casos parcamente considerados na administração das escolas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. CPDOC-FGV – Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/869.pdf . Acesso em: 15 fev. 2023.

ALI, Tariq. **O poder das barricadas**: uma autobiografia dos anos 60. São Paulo: Boitempo, 2008.

ATA DE ELEIÇÃO DOS DELEGADOS. **Ata de eleição dos delegados do 5º Congresso dos estudantes secundaristas de São José dos Pinhais**. UMES. 17 de outubro de 2015. São José dos Pinhais, 2015.

ATA DE FUNDAÇÃO. **Ata de fundação da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) realizada no dia 31 de março de 2007**. São José dos Pinhais, 2007.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 2, p. 3-26, jul./dez., 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo. Acesso em: 11 jan. 2023.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5. Brasília, janeiro-julho de 2011b, p. 193-216. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/3JY6Zsr9yVZGz8BYr5TfCRG/?lang=pt. Acesso em: 10 fev. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRITO, Luciana Ribeiro de. **"Você fecha minha escola e eu tiro o seu sossego"**: ocupações secundaristas e movimento estudantil. 2018. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CARTAZ DA UMES. **Agora os estudantes de São José dos Pinhais têm a carteirinha UMES**. São José dos Pinhais, [2008].

CARTAZ CONGRESSO. U**nião Municipal dos Estudantes Secundaristas de São José dos Pinhais**, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COLETIVO UPES DE COMUNICAÇÃO. **União Municipal dos Estudantes de**

São José dos Pinhais voltará a funcionar após muito tempo de abandono. São José dos Pinhais, 23 de abril, 2012.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.**, dez., 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?lang=pt. Acesso em: 10 mar. 2023.

ESTATUTO DA UMES. **Estatuto da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São José dos Pinhais**. 31 de março de 2007. São José dos Pinhais, 2007.

FERREIRA, Rafael. UMES realiza 3º congresso dos estudantes. **Jornal Coração de Estudante**. São José dos Pinhais, ano II, edição 20, primeira quinzena de abrir, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. *In:* GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GROPPO, Luís Antonio. **Autogestão, universidade e movimento estudantil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE. **UMES faz congresso histórico na cidade**. Suplemento Especial do "Nosso Jornal", edição semanal 03/09. 2 de abril de 2009, São José dos Pinhais, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEME, Renata Bento. **Movimento estudantil secundarista como resistência às políticas educacionais neoconservadoras**: as ocupações de escolas públicas nos estados de São Paulo, Goiás e Paraná (2015-2016). 2018. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000223922. Acesso em: 22 fev. 2023.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MARROU, Henri-Irénnée. **Sobre o conhecimento histórico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1954.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua nova**. São Paulo, n. 1, p. 49-66, jun., 1989. Disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

MENDES JUNIOR, Antonio. **Movimento estudantil no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 66, p. 117 -149. Out., 2003. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/66/RCCS66-117-149-Marcos%20Mesquita.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Identidade, cultura e política**: os movimentos estudantis na contemporaneidade. 377f. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17190. Acesso em: 10 mar. 2023.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n.05-06, pp.143-150, set./out./nov./dez., 1997. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24781997000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jun. 2024.

MUTIRÃO TESE 2005. **Mutirão nacional pela reforma universitária**: teses para o 49º congresso da UNE, 2005.

MOVIMENTO MUTIRÃO. **3º Congresso da UMES**. Encarte especial do Jornal Coração de Estudante, março de 2010. Jornal Coração de Estudante, segunda quinzena de março de 2010, ano II, edição 19, São José dos Pinhais, 2010.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PROJETO UNE PELO BRASIL. **União Nacional dos Estudantes**, 2010.

SANTOS, Jordana de Souza. **O movimento estudantil na "democratização***":* crise da era Collor e neoliberalismo. 2018, 224 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/166418. Acesso em: 12 mar. 2023.

SILVA, Paulo Vinícius. **Ato no Banco Central do DF**: "juros não! Trabalho, saúde e educação". União Nacional dos Estudantes março, 20012. Disponível em: https://www.une.org.br/2012/03/ato-no-banco-central-do-juros-nao-trabalho-saude-e-educacao-2/. Acesso em: 1 mar. 2023.

SIMÃO, Caio Ragazzi Pauli. **O movimento estudantil na produção acadêmica no campo da educação**: uma lacuna a ser preenchida? 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade

Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

UMES FIRMA CONVÊNIOS na Vila Quissisana. **Comunidade**. São José dos Pinhais, [2008].

Recebido em 22/07/2023.

Aprovado para publicação em 31/07/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A BRANQUITUDE POSTA EM CHEQUE
Uma análise de *Que horas ela volta?* (2015)

WHITENESS CALLED INTO QUESTION
An historical of *The Second Mother* (2015)

LUCAS XAVIER ANSELMO[1]

RESUMO

Este artigo tem como principal proposta a realização de uma análise cinematográfica do longa-metragem *Que horas ela volta?* (2015), de Anna Muylaert, com ênfase na presença da branquitude. Tal exercício nos ajuda a compreender como o cinema se configura tanto como uma ferramenta para a manutenção da hegemonia desse grupo ao mesmo tempo que também é usado de maneira crítica, ainda que também não deixe de reforçar em certos aspectos essa posição hegemônica, como é o caso desse filme de 2015.

Palavras-chave: branquitude. cinema brasileiro. interseccionalidade.

ABSTRACT

The main purpose of this article is to carry out a cinematographic analysis of Anna Muylaert's feature film *The Second Mother* (2015), with an emphasis on the presence of whiteness. This exercise helps us to understand how cinema is configured both as a tool for maintaining the hegemony of this group and at the same time as it is also used in a critical way, even if it does not fail to reinforce this hegemonic position in certain aspects, as is the case with this 2015 film.

Keywords: whiteness. Brazilian cinema. intersectionality.

[1] Mestrando em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas. E-mail do autor: lucashistory7@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende analisar como as representações acerca da "branquitude" são apresentadas no cinema brasileiro. Este trabalho é movido pelo meu interesse na temática da branquitude, visto que busco, através dele, não só entender como estou inserido nesse grupo enquanto uma pessoa branca, mas também verificar como ocorre a realização da crítica desse grupo em produções cinematográficas nacionais contemporâneas. Dito isso, foi mobilizado como fonte o longa-metragem *Que horas ela volta?* (2015), de Anna Muylaert.

Existem muitos trabalhos acadêmicos dentro dos chamados *Critical Whiteness Studies* – traduzidos no Brasil para *Estudos Críticos da Branquitude* – que têm como objetivo central o estudo do ser branco. As produções sobre esse tema são vastas, porém são poucos os trabalhos voltados para a análise do uso do cinema tanto como um mecanismo pelo qual a branquitude consegue se perpetuar como um grupo hegemônico quanto como uma ferramenta para criticar esse movimento.

A elaboração deste trabalho também figura enquanto uma forma de reafirmar a importância de verificar como o cinema, nesse caso, o brasileiro, auxilia na formação desse quadro de hegemonia e também de sua crítica.

1. A BRANQUITUDE E O CINEMA BRASILEIRO: DISCUSSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE O SER BRANCO NA TELA NACIONAL

Um dos pontos de partida para começarmos a discutir sobre os debates teóricos acerca desse tema é contextualizar o campo de estudos em que essas discussões estão inseridas, os chamados *Critical Whiteness Studies.* Tais estudos nasceram, segundo Priscila Elisabete da Silva (2017), da percepção de que era preciso analisar o papel da identidade racial branca enquanto um elemento ativo nas relações raciais em sociedades marcadas pelo colonialismo europeu, chamando atenção para os efeitos da colonização e do racismo na subjetividade não só do negro, mas, sobretudo, do branco.

Foram os Estados Unidos da América, nos anos 1990, que tornarem-se o principal centro de pesquisas sobre a branquitude – vale destacar que existem produções acadêmicas acerca desse assunto em países como Brasil, Inglaterra, Austrália e África do Sul, sendo quatro intelectuais entendidos como os pioneiros nesse campo de pesquisa, são eles: W.E.B Du Bois (1868-1935), Steve Biko (1946-1977), Albert Memmi (1920-2020) e Frantz Fanon (1925-1961) (Cardoso, 2010).

No caso de Fanon (2008), ele possui importantes apontamentos acerca de como pensar criticamente a identidade branca, tal como a sua percepção de que a tríade racismo-colonialismo-cultura coloca o negro no que o psicanalista martiniquenho chamou de "zona do não-ser", uma região estéril e árida onde ele não é visto como um homem.

Para escapar dessa "zona", o negro buscaria se "embranquecer" e a partir daí que a ideologia do branqueamento se proliferaria, porém Fanon (2008) aponta que o racismo fabricado pela branquitude colonialista também aprisionaria o branco justamente por criar nele um ilusório complexo de superioridade e universalidade. Um dos mecanismos para esse quadro ser formado é o complexo de branqueamento – visto aqui como um problema do negro que procura identificar-se como branco por meio da miscigenação a fim de diluir suas características raciais (Bento, 2014, p. 25-26).

Outras estratégias são criadas pela branquitude com o intuito de manter esse cenário a fim de garantir a manutenção dos seus privilégios, seja por meio dos "pactos narcísicos" (Bento, 2002; 2022), das "piadas" e dos materiais didáticos ou da cultura midiática, especialmente o cinema. Como escreve Robin DiAngelo:

> Um dos mais poderosos meios de a supremacia branca se disseminar é através das representações midiáticas, capazes de provocar profundo impacto na maneira de vermos o mundo. As pessoas que escrevem e dirigem filmes são nossas narradoras culturais; as histórias que elas contam dão forma a nossas visões de mundo. Visto que a maior parte dos brancos vivem em isolamento racial em relação às pessoas de cor (as negras particularmente) e têm quase nenhuma relação inter-racial autêntica, eles são profundamente influenciados pelas mensagens raciais dos filmes. Veja um número estatístico procedente da lista anterior; dos cem filmes mais rentáveis no

> mundo todo em 2016, 95% foram dirigidos por americanos brancos (95% dos quais, homens). Tratam-se de um grupo de diretores inacreditavelmente homogêneos. Pelo fato de esses homens estarem muito provavelmente no topo da hierarquia social em termos de raça, classe e gênero, eles, quase muito certamente, jamais terão uma ampla variedade de relações inter-raciais autenticamente igualitárias. Não obstante, são eles que detêm o poder de representar o "outro" racial. Suas representações do "outro" são, por isso, extremamente estreitas e problemáticas e, mesmo assim, elas é que são, por isso, extremamente estreitas e problemáticas e, mesmo assim, elas são repetidamente reforçadas. Além disso, essas representações tendenciosas têm sido disseminadas pelo mundo todo; apesar de ter tido origem no Ocidente, a supremacia branca circula globalmente (DiAngelo, 2018, p. 56-57).

Logo, através de vários instrumentos, constrói-se um "dispositivo de racialidade" (Carneiro, 2023)[2] que só reforça a crença da superioridade branca intimamente ligada com a ideia de que ser branco é sinônimo de ser universal, enquanto o outro é tido como uma pessoa racializada, o que acarreta em um processo de "auto invisibilização" do branco no que diz respeito à questão racial. A psicóloga Edith Piza (2014) descreve que a reação de brancos ao descobrirem-se racializados, consequentemente quebrando com essa "invisibilidade" e percebendo-se como portadores de privilégios devido a sua brancura, é parecida com a de uma pessoa que bateu em uma "porta de vidro":

> [...] bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura, os gonzos de metal que mantinham a porta de vidro. Isto resume, em parte, o descobrir-se racializado, quando tudo o que se fez, leu ou informou (e formou) atitudes e comportamentos diante das experiências sociais, públicas e principalmente privadas, não inclui explicitamente nem a mínima parcela da própria racialidade, diante da imensa racialidade, atribuída ao outro. Tudo parece acessível, mas, na realidade, há uma fronteira invisível que se impõe entre o muito que se sabe sobre o outro e o quase nada que se sabe sobre si mesmo (Piza, 2014, p. 61).

Contudo, apesar da complexidade de tal questão, especialistas concordam que a branquitude é um espaço de privilégios ocupado por indivíduos

[2] Conceito formulado pela filósofa Sueli Carneiro através da análise da questão racial brasileira por meio dos conceitos foucaultianos de "dispositivo" e "biopoder" a fim de mostrar como se dá o exercício da construção do outro, nesse caso, o negro, como um "não ser", algo fundamental para a formação do "ser" – o branco.

brancos. Independentemente de nós estarmos ou não conscientes da existência de uma "porta", ela está lá e não é infalível, mas é preciso atentar-se para o seguinte detalhe: mesmo que todas as pessoas fenotipicamente e socialmente lidas como brancas usufruam de privilégios, isso não significa que, por exemplo, mulheres brancas carregam essas vantagens da mesma forma que homens brancos.

Como dissertado por Lia Vainer Schucman (2020), a identidade racial branca, enquanto um elemento da branquitude, se constitui através de vivências e experiências, sendo que brancos e brancas definem essa identidade entre si de diversas formas, como, por exemplo, através de recortes como fenótipo, gênero, classe, status social, regionalidade etc. Em outras palvras, a branquitude não usa essas intersecções somente para definir o "Outro" e criar uma hierarquia racial entre brancos, negros e outros não-brancos, mas também para definir e hierarquizar seus próprios pares demonstrando que, ser branco, assim como ser não-branco, é uma construção e não uma característica natural.

A principal reflexão deste trabalho é: de que forma o cinema brasileiro é colocado nessa conjuntura? Primeiro precisamos nos atentar para uma concepção estabelecida por Marc Ferro (1992): a de que o cinema e o seu produto, o filme, são uma "contra-análise" da sociedade, pois os dois demonstram suas diferentes representações. Neste caso, a análise de ambos os elementos é essencial para o estudo de uma sociedade e de sua realidade histórica (Ferro, 1992, p. 80). Será possível aplicar isso ao cinema nacional? Vejamos:

> mesmo rejeitando o cinema brasileiro, ou aceitando-o na medida em que ele se igualaria às melhores produções estrangeiras ou receba a chancela metropolitana, este público, queira ou não, perceba ou não, relaciona-se com os filmes brasileiros de modo completamente diferente, porque eles falam da realidade social e cultural em que vive este público. Não necessariamente por oferecer um ponto de vista crítico sobre esta realidade; mesmo quando tentativa de imitação da produção estrangeira, mesmo quando a realidade brasileira apresentada pelo filme está obviamente deturpada, este filme oferece uma determinada imagem desta sociedade. [...]. Mesmo com atitude de rejeição, leitores bem-pensantes eram levados a assumir uma posição ativa, porque estes filmes brasileiros mexiam com eles, com a imagem que eles têm de si próprios, da sua sociedade, da sua vida cultural, da sua moral (Bernardet, 1979, p. 18).

Ainda que a história do nosso cinema seja bastante rica e diversa, passando por várias fases, como a da Atlântica, da Vera Cruz, do Cinema Novo e do Cinema Marginal, o intuito deste artigo é focar na etapa conhecida como "Retomada". Essa fase não diz respeito a uma nova proposta estética e tampouco se refere a um movimento de cineastas em torno de um processo coletivo, mas sim pode ser entendida como um novo ciclo da história do cinema brasileiro surgido graças a novas condições de produção que se apresentaram a partir da década de 1990 – condições essas viabilizadas através de uma política cultural baseada em incentivos fiscais que garantiram a elaboração e a alteração das relações entre os cineastas e o Estado, tendo se tornado este o seu principal interlocutor (Marson, 2006, p. 11).

Filmes como *Tieta do Agreste* (1996), *Guerra de Canudos* (1997), *O que é isso, companheiro?* (1997), *O Auto da Compadecida* (2000), *Bicho de Sete Cabeças* (2001), *Madame Satã* (2002) e *Amarelo Manga* (2002) marcaram este ciclo do cinema nacional. Vale destacar que esse momento não foi linear, muito pelo contrário, teve como marca a sensação de um "renascimento" do nosso cinema com incentivo do Estado brasileiro para isso.

Há a discussão de que, no momento atual, tal ciclo foi finalizado e nosso cinema está na fase da chamada "Pós-Retomada", a qual é caracterizada por uma extrema heterogeneidade representada por um mosaico de filmes autorais, estudantis, experimentais e produções voltadas para a indústria de entretenimento (Ballerini, 2012, p. 78), ainda que esse assunto não conte com uma opinião unânime entre os especialistas.

De qualquer forma, é um fato que o filme selecionado como fonte nesta pesquisa, *Que horas ela volta?* (2015), pode ser localizado no ciclo em que nosso cinema está sendo incentivado por medidas estatais, além de se encontrar mais crítico em relação a certas movimentações garantidoras da hegemonia de determinados grupos em detrimento de outros, como é o caso da branquitude e da ideologia do branqueamento. Sendo assim, é necessário que nesse momento seja discutido como a cultura midiática – especialmente a cinematográfica – auxilia tanto na manutenção quanto na crítica desse cenário .

2. A "NEGAÇÃO DO BRASIL"[3] E A FORMAÇÃO DO "EU" BRANCO E DO "OUTRO" NEGRO

Como mencionado, a branquitude pode ser definida como uma zona de poder marcada tanto por privilégios materiais quanto simbólicos garantidos através da opressão de pessoas não-brancas. Tal opressão é garantida por meio da realização de um processo de alteridade[4] que coloca o branco como o "Eu" e o negro, junto com o indígena, como o "Outro", seja através dos currículos escolares, dos livros didáticos, das "piadas", das imagens, das músicas, dos filmes, dos festivais escolares ou da própria estruturação física das escolas. Segundo bell hooks:

> Existe uma conexão direta e persistente entre a manutenção do patriarcado supremacista branco nessa sociedade e naturalização de imagens específicas na mídia da massa, representações de raça e negritude que apoiam e mantêm a opressão, a exploração e a dominação de todas as pessoas negras em diversos aspectos. Muito antes da supremacia branca chegar ao litoral do que hoje chamamos Estados Unidos, eles construíram imagens da negritude e de pessoas negras que sustentam e reforçam as próprias noções de superioridade racial, seu imperialismo político, seu desejo de dominar e escravizar. Da escravidão em diante, os supremacistas brancos reconheceram que controlar às imagens é central para a manutenção de qualquer sistema de dominação racial (hooks, 2019, p. 33).

No caso brasileiro, há um elemento adicional que outras branquitudes ao redor do mundo não tem: o mito da democracia racial[5], ou seja, a ideia de

[3] Título do trabalho acadêmico elaborado por Joel Zito Araújo e adaptado para os cinemas em 2000 (Araújo foi o diretor da obra). Tanto no livro quanto no filme, Araújo se propõe a analisar as representações do negro nas telenovelas brasileiras da Rede Globo e da extinta Rede Tupi, a partir do fenômeno da constante reprodução de caricaturas e estereótipos acerca das pessoas negras, ao mesmo tempo em que as produções buscavam reforçar o mito da democracia racial.

[4] A alteridade é entendida como uma prática que consiste em definir quem é o "outro" por meio da negação, havendo a mobilização de recursos como relatos de viagem, pinturas, propaganda e cinema para cumprir com esse objetivo.

[5] O termo "democracia racial" faz referência a uma ideia, advinda do século XIX, em que o Brasil se configura como um "paraíso racial" devido à extrema miscigenação entre as raças branca, negra e indígena. Tal concepção passou por diversas modificações ao longo do tempo. No século retrasado, essa miscigenação era considerada por intelectuais da época, por exemplo, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) e Sílvio Romero (1851-1914), como uma marca de "degeneração". Entretanto, nos anos de 1930, a mistura racial entre essas três raças foi alçada ao símbolo da brasilidade, o autor que mais contribuiu para essa ressignificação foi o antropólogo Gilberto Freyre (1900-1987) com o seu clássico *Casa-Grande & Senzala* (2003). A ideia de que uma das nossas características é a inexistência da discriminação racial por sermos um "paraíso

que desconhecemos o racismo por sermos um povo fortemente e "harmonicamente" miscigenado.

A autora Liv Sovik, no seu livro *Aqui ninguém é branco* (2009), reflete sobre como as músicas *Garota de Ipanema* (Tom Jobim), *Noites do Norte* (Caetano Veloso) e *O Canto da Cidade* (Daniela Mercury) demonstram como o imaginário brasileiro opera ao pensar sobre o ser negro, o sujeito branco, as nossas relações raciais e a "democracia racial" através do aparência da mestiçagem, contribuindo assim para a negação do negro e da "invisibilização" do branco. De acordo com Grada Kilomba:

> No racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial [...], o *sujeito negro* tornase então aquilo a que o *sujeito branco* não quer ser relacionado. Enquanto o *sujeito negro* se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano. Esse fato é baseado em processos nos quais partes *cindidas* da psique são projetadas para fora, criando o chamado "Outro", sempre como antagonista do "eu" (self). Essa cisão evoca o fato de que o *sujeito branco* de alguma forma está dividido dentro de si próprio, pois desenvolve duas atitudes em relação à realidade externa: somente uma parte do ego – a parte "boa", acolhedora e benevolente – é vista e vivenciada como "eu" e o resto – a parte "má", rejeitada e malévola – é projetada sobre a/o *"Outra/o"* como algo externo. O *sujeito negro* torna-se então tela de projeção daquilo que o *sujeito branco* teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: a ladra ou o ladrão violenta/o, a/o bandida/o indolente e maliciosa/o. Tais aspectos desonrosos, cuja intensidade causa extrema ansiedade, culpa e vergonha, são projetados para o exterior como um meio de escapar dos mesmos (Kilomba, 2019, p. 24, grifos da autora).

Como apontado por Joel Zito Araújo no seu artigo *A força de um desejo: a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual* (2006), ao mesmo tempo em que há um esforço de garantir a manutenção da imagem de "democracia racial", as mídias fazem questão de apontar, veladamente, que existe uma hierarquia racial.

racial" devido a miscigenação colocada como harmônica e amigável continuou intacta. No entanto, a partir da década de 1950, o conceito começa a ser criticado por pensadores como Roger Bastide (1898-1974) e Florestan Fernandes (1920-1995), que demonstram, através de várias pesquisas como *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* (1955) e *A integração do negro na sociedade de classes* (2008), a irrealidade desse pensamento, que passou a carregar a alcunha de "mito", ou seja, falácia.

É importante ressaltar que outros marcadores também são mobilizados com o intuito de cumprir com esse movimento de hierarquização, como, por exemplo, o gênero e a classe, o que nos mostra que esses três termos – gênero, raça e classe – precisam ser vistos e entendidos de maneira crítica.

Segundo Joan Scott (1995), "gênero" pode ser definido de duas formas: 1) como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e 2) como a "forma primária" de dar significado às relações de poder. Dessa forma, a autora nos mostra que tais relações não são naturais e sim fabricadas. A intelectual Simone de Beauvoir (1970) aponta que a maneira como o termo "gênero" foi mobilizado busca colocar o homem como o "Sujeito", o "Absoluto", enquanto a mulher é colocada como o "Outro".

A enorme importância das teorias da filósofa francesa não anula o fato de que certos apontamentos críticos podem e devem ser feitos, ainda que, obviamente, discordar de alguns de seus posicionamentos não invalide a sua relevância enquanto uma intelectual. Um ótimo exemplo crítico é o fato de que ela acaba repetindo afirmações que feministas pertencentes às chamadas "terceira" e "quarta" ondas do feminismo apontam como sendo uma análise centrada em um "corpo feminino universal". Em outras palavras, Beauvoir, assim como as feministas da "segunda onda" de forma geral, olhavam para a mulher no singular e não no plural. Esse grupo de feministas enxergavam as mulheres a partir de perspectivas brancas, ocidentais e europeias, o que generaliza os diversos corpos femininos a partir de olhares embranquecedores, cisheteronormativistas, ocidentalizantes, neurotípicos etc.

Tal leitura acaba excluindo mulheres negras, indígenas, africanas, com deficiências, trans (e travestis), gordas e tantas outras feminilidades (inclusive, outras masculinidades também, já que, por exemplo, um homem trans é uma masculinidade marginalizada pelo patriarcado que prioriza o homem cis). Sem mencionar que as teóricas da "segunda onda" não abdicaram da ação de colocar elementos anatômicos e desigualdades econômicas como se fossem aspectos válidos para todos os corpos femininos.

Eis então que a partir da década de 1990 surge a chamada "terceira onda" do feminismo, marcada pela demonstração de que nem características

anatômicas e fisiológicas em sentido estrito, e muito menos desvantagens socioeconômicas de maneira isolada, definem as diferenças apresentadas como justificativa para as desigualdades de gênero. O que as define são os modos pelos quais características femininas e masculinas são representadas como mais ou menos valorizadas, além de serem usadas para o reconhecimento e para a distinção entre feminino e masculino, extraindo então aquilo que se torna possível dizer sobre mulheres e homens e que irá formar o que passará a ser definido como "mulher" e "homem" em uma dada cultura inserida em um determinado período histórico (Meyer, 2013, p. 16).

Vale ressaltar também que os feminismos que fazem parte das chamadas "terceira" e "quarta" "ondas" feministas (o pós-estruturalista, o negro, o transativista, o latino-americano etc.) não negam que fatores fisiológicos e econômicos são elementos utilizados para provocar a submissão das mulheres, porém eles não acreditam que esses são os únicos fatores necessários (e que são dados *a priori*) para efetivar esse objetivo patriarcal.

Essas "ondas" feministas mais contemporâneas tem o conceito de interseccionalidade como um dos principais mecanismos de sua militância. Segundo Carla Akotirene (2020), interseccionalidade é uma ferramenta metodológica que parte do princípio de que violências, como o racismo, são interceptadas por outras estruturas que se configuram como experiência racializada e que requer a saída de "caixinhas particulares", pois obstaculizam as lutas de modo global e contribuem para a solidão de grupos (como as mulheres negras) marcados por uma sobreposição dinâmica de identidades. Em outras palavras, é inviável considerar que as demandas existentes entre mulheres brancas e mulheres negras são semelhantes entre si, uma vez que, diferentemente das primeiras, as segundas são atravessadas tanto pelo machismo quanto pelo racismo, da mesma forma que um homem gay cisgênero não vivencia as mesmas violências que um homem gay (ou até mesmo hétero) transgênero e vice-versa.

Ademais, cabe destacar que a interseccionalidade não se trata de hierarquizar opressões, mas sim de não universalizá-las, visto que é através dessa generalização que se perpetua silenciamentos, inclusive dentro dos próprios movimentos de luta por direitos sociais. Dessa forma, teria sido

exatamente para evitar esse processo de generalização que o conceito foi formulado e está sendo cada vez mais utilizado.

Dentro dessa lógica, não poderíamos deixar de mencionar o clássico *Mulheres, raça e classe* (2016), da ativista Angela Davis, justamente pelo fato da autora não estar pensando as mulheres, a raça e a classe como se fossem homogêneas e divergentes, mas sim como esses três recortes dialogam entre si, além, é claro, de tratar o capitalismo, o racismo e o sexismo não como violências descoladas uma da outra, e sim entrecruzadas.

Várias autoras, como Judith Butler (2003), Sueli Carneiro (2011), Audre Lorde (2019), Letícia Nascimento (2021) e Patrícia Hill Collins (2022), usaram da perspectiva interseccional nas suas análises. Ainda que algumas delas não tenham usado o termo propriamente dito, todas as suas obras, apesar das particularidades de cada uma, têm em comum a discussão acerca da sobreposição das estruturas de opressão sobre corpos femininos (e também sobre determinados corpos masculinos não-hegemônicos).

3. A BRANQUITUDE EM *QUE HORAS ELA VOLTA?* (2015): UMA ANÁLISE CINEMATOGRÁFICA

Para analisarmos de que forma a branquitude – nas figuras dos personagens Bárbara, Zé Carlos e Fabinho – é representada nesse longa-metragem de Anna Muylaert, é preciso olharmos para como as personas da empregada Val e de sua filha Jéssica são apresentadas. Levando isso em consideração, surge o questionamento: como *Que horas ela volta?* (2015) trata toda essa discussão?

Em primeiro lugar, é importante observar que não são poucos os filmes que tratam sobre essa realidade presente não só no Brasil, mas em todos os países onde a escravidão de caráter racial foi uma estrutura que teve como uma de suas várias personificações a figura da empregada doméstica. Filmes como *Domésticas, o filme* (2001), *Doméstica* (2013) e *Casa Grande* (2015) servem para exemplificar a maneira como tal persona é retratada.

Por qual razão o longa-metragem de Anna Muylaert se destaca tanto mesmo sem apresentar nenhuma proposta original? Maria Ignês Carlos Magno pode nos ajudar a obter a resposta para essa pergunta:

> O tema da empregada doméstica como protagonista não é inédito na filmografia brasileira e latino-americana. Na verdade, esse tema é recorrente em todos os países onde a colonização e a escravidão existiram. [...]. Também o drama de Val e de Jéssica e de outros personagens que compõem a história do filme, como as diferentes ausências, as partidas, os deslocamentos de pessoas em busca de uma vida melhor nas cidades centrais do país, a invisibilidade dos trabalhadores, os afetos, os estranhamentos também não são novidade na filmografia brasileira. O que diferencia essa comédia dramática é o tratamento dado a esses temas, ou seja, a forma como esses elementos foram pensados e montados para contar a história. Um roteiro dialeticamente construído para mostrar as complexas relações humanas e de trabalho (Magno, 2016, p. 166).

Não se pode deixar de perceber que, nesse ponto, o filme de Anna Muylaert se encaixa em muitas das análises propostas pela ativista Lélia Gonzalez no seu texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984), por onde ela realiza uma análise das imagens construídas socialmente em relação à figura da mulher negra no Brasil. Segundo a autora, há três caricaturas formuladas pela sociedade brasileira acerca da mulher negra: a "mulata", a "mucama" e a "mãe preta", sendo essas caricaturas indícios de uma profunda ligação com o mito da democracia racial, além de tudo ser amplamente reforçado em um festejo específico do nosso país: o Carnaval.

> [...] é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na "mulata deusa do meu samba", "que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente". É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. Estes, por sua vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os "flashes" se sucedem, como fogos de artifício eletrônicos. E ela dá o que tem, pois sabe que amanhã estará nas páginas das revistas nacionais e internacionais, vista e admirada pelo mundo inteiro. Isto, sem contar o cinema e a

> televisão. E lá vai ela feericamente luminosa e iluminada, no feérico espetáculo (Gonzalez, 1984, p. 228).

A figura da Globeleza, por exemplo, retrata como a mulher negra, especialmente a mestiça, só é exaltada quando colocada nesse lugar de hiperssexualização e objetificação, ou seja, o espaço da "mulata", que nada mais é do que a "mucama permitida" e prestadora de serviços atuando como "o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas". Ademais, é na figura da "mucama" que se dá o engendramento da "mulata" e da "doméstica", passando por processos de ocultamento e silenciamento que só são rompidos nos momentos da exaltação mítica da "mulata" durante eventos festivos como o Carnaval (Gonzalez, 1984, p. 230). Nesse sentido, existiria uma terceira figura complementadora dessa tríade de imagens estereotipadas analisada por Gonzalez: a "mãe preta":

> O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então "bá", é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a "mãe preta" é a mãe (Gonzalez, 1984, p. 235).

Como exposto por Juliana Teixeira (2021), as imagens da empregada doméstica e da mulher negra aparecem frequentemente associadas a temas de conotação sexual já que a escravização e o racismo contribuíram para a perpetuação da estereotipia de que mulheres negras servem para serem consumidas e, no caso das trabalhadoras domésticas, sexual e laboralmente exploradas. Justamente por conta dessa exploração que precisamos ter em mente três pontos no que diz respeito às permanências do escravismo na nossa sociedade. O primeiro é o reconhecimento de que a história do trabalho doméstico está direta e profundamente ligada com à história da escravidão no Brasil e, dessa forma, o conceito de "racismo estrutural" é fundamental para

realizarmos análises mais profundas sobre as condições desse tipo de trabalho (Teixeira, 2021, p. 34). O segundo é olhar para o trabalho doméstico como uma versão atualizada da relação do trabalho escravocrata, então, se é assim, esse processo envolve não só pensar os sujeitos negros a partir dessa estrutura racista, mas também pensar o outro "lugar" dessa relação: a branquitude (Teixeira, 2021, p. 98). A terceira é consideração de que

> não dá para pensar trabalho doméstico a partir de matrizes de pensamento únicas, como divisão sexual do trabalho. É muito comum que se discuta o trabalho doméstico, remunerado ou não, imputando às mulheres a maior sobrecarga por esse tipo de função por uma questão estrita de gênero. Embora isso seja parte do que constitui o trabalho doméstico em nossa sociedade, esta é uma análise muito simplista de como se configuram tais relações (Teixeira, 2021, p. 45).

Novamente a interseccionalidade se mostra extremamente necessária pelo motivo de não haver a possibilidade de pensarmos nessa questão somente pela ótica da classe, do gênero ou da raça, uma vez que a reflexão sobre esse tipo de trabalho, sua relação com o racismo e com a branquitude necessita levar em consideração o entrecruzamento entre esses três recortes. Caso contrário, as análises sobre esse tema serão sempre simplistas e silenciadoras.

Como toda essa consideração nos ajuda a compreender *Que horas ela volta?* (2015)? Em primeiro lugar, constatamos que a branquitude não é representada de forma caricata e estereotipada, isto é, Bárbara, Zé Carlos e Fabinho não são mostrados como patrões maus, odiosos e asquerosos, mas sim como empregadores gentis, simpáticos e amáveis.

> O olhar da roteirista e diretora foi ainda mais perfurante porque retrata não a patroa odiosa, aquela dos maus tratos explícitos, do preconceito tosco, a vilã feita para ser odiada – e com quem a maioria pode se agarrar ao álibi da não identificação. Anna vai no ponto ao retratar a patroa "cool", moderna, viajada, aquela que tem certeza que trata bem sua empregada doméstica, que considera a doméstica "como se fosse da família", como uma amiga que ela chama de "amor". A tensão que se desenrola dentro de uma casa de classe média alta de São Paulo é permeada de "por favor" e "obrigadas". "Por favor, Val, me traz um copo d'água". "Obrigada, amor" (Brum, 2019, p. 11).

Ao retratar os patrões dessa maneira, a diretora provoca um desconforto nas pessoas brancas, já que elas acabam enxergando nos seus "semelhantes" uma postura que muitas das vezes elas mesmas podem ter, mas se recusam a admitir.

Ainda nas cenas iniciais da obra, Val presenteia a patroa com um jogo de xícaras. Ao mesmo tempo em que Bárbara abraça a empregada e agradece pelo presente, ela se recusa a usar os utensílios na sua festa de aniversário (na qual a personagem de Regina Casé está servindo os convidados, mas nenhum deles a vê). Essa cena nos mostra como é perfeitamente possível afetos e segregações compartilharem os mesmos espaços.

Esse quadro de hierarquizações, disfarçadas e complementadas pelas afetividades, é naturalizado tanto pela família de patrões quanto pela própria Val e seus outros colegas empregados. Esse ciclo de submissão é rompido no momento em que Jéssica vai morar com a sua mãe, Val – cuja "casa" é o quartinho da empregada na morada de Bárbara, Zé Carlos e Fabinho – para prestar vestibular. A jovem acaba não se submetendo à lógica de "Casa-Grande e Senzala" desse cenário.

É a partir do ponto de vista adotado pela trama que é demonstrado, principalmente por parte das ações da patroa branca, como a branquitude brasileira, especialmente a que opera de forma mais incisiva nos resquícios do escravismo, opta por desfazer da imagem de democracia racial em defesa dos seus privilégios brancos (assim como os de classe também) quando sentem que estes estão sendo ameaçados.

Podemos apontar quatro sequências do longa que demonstram a busca pela manutenção de seus privilégios por parte da branquitude. A primeira tem início quando Val apresenta sua filha para Bárbara, Zé Carlos e Fabinho, que estão sentados à mesa, e a patroa pede para a empregada retirar o jantar e apresentar sua filha e estende-se até a cena em que Jéssica se "apodera" do quarto de hóspedes. Em toda a sequência é perceptível o clima de animosidade e desconforto ainda acobertado por uma performance de gentileza e harmonia.

Outro ótimo exemplo é a cena em que Val apresenta Jéssica e Bárbara a cumprimenta com abraços e a presenteia com flores dizendo que "a gente gosta muito da sua mãe, ela é muito importante nessa casa e então você também

fique à vontade", sendo que a partir desse momento é mostrado o quanto essas palavras são apenas para manter as aparências, pois sempre são feitos comentários e expressões faciais de desagrado quando a filha da empregada "não se coloca no seu lugar"; comentários e expressões que vão evoluindo para atitudes cada vez mais segregacionistas.

Ainda nesta sequência podemos ver comentários infelizes como o de Fabinho quando ele alega que "ela fala que nem a Val quando chegou", fazendo uma alusão pejorativa ao sotaque nordestino. Em seguida temos um diálogo em que Bárbara, Zé Carlos e o filho questionam qual vestibular Jéssica quer prestar e como era o ensino na terra natal dela; logo após testemunhamos suas expressões de surpresa no momento em que Jéssica responde que vai prestar o vestibular para Arquitetura na FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo), ou até mesmo nos deparamos com falas "paternalistas" como "Aí, tadinha" quando a jovem diz que o ensino em sua terra natal era ruim e "Sua filha é muito inteligente" quando ela faz um comentário arquitetônico sobre a casa. Sem mencionar que, durante toda essa passagem, em nenhum momento Val e Jéssica são convidadas a se sentarem à mesa para ficarem mais confortáveis durante a conversa.

Na parte em que há um *tour* pela casa e todos chegam no quarto de hóspedes, Jéssica adora o espaço e afirma que irá ficar ali. Após concordar com a filha de Val, Zé Carlos comunica isso para sua esposa. A patroa alega que "está tudo bem", mas a expressão de desgosto em seu rosto e a atitude de ter batido a porta do seu quarto contradizem suas palavras.

Em outra sequência, vemos que Fabinho puxa Jéssica para a piscina e Bárbara acaba chamando o limpador para esvaziá-la dizendo que um "rato" havia caído ali. Todo o conjunto da cena é mais um demonstrativo do comportamento de uma branquitude que, em um primeiro momento, prega frases como "somos todos iguais" mas faz questão de destacar que as barreiras existem – e quando não consegue fazer isso de forma velada, parte para maneiras mais incisivas de reforço desse *status quo*.

De maneira indireta e inconsciente, a própria Val reforça esse aparato ao dar uma resposta à sua filha quando ela pergunta sobre a piscina: "Não vai olhando para essa piscina não, Jéssica! Isso aí não é pra teu bico não",

emendando que nunca nadou ali e que “se um dia eles lhe chamarem para cair nessa piscina tu vai dizer ‘Não tenho maiô, não posso’, compreendeu?” Jéssica até obedece, mas Fabinho e seu amigo Caveira insistem e puxam a jovem para dar um mergulho, o que causa um grande alvoroço por parte dos patrões (desejosos de reforçar as divisões de classe, raça, gênero etc.) e da empregada (que internalizou essas divisões, por mais que seja ela a principal atingida por isso).

Logo, em uma reflexão da realidade presente na narrativa, a piscina se torna uma “porta” que indica a separação social entre a branquitude e seus empregados, de tal forma que o filho de Bárbara e Zé Carlos, Fabinho, e a filha de Val, Jéssica, não podem se divertir e nadar juntos. Essa mesma piscina também acaba servindo como um elemento de subversão dessas relações na cena em que a empregada liga para parabenizar a filha pela aprovação no vestibular e afirma orgulhosa de si mesma: “Adivinha onde eu tô… Tô dentro da piscina” (Negri; Tietzmann, 2022).

Já na terceira sequência, a patroa pede para Val dizer a sua filha para sair do quarto de hóspedes pelo fato de estarem prestes a receber visita. Ainda que Jéssica tenha desocupado o quarto achando que já tinha conseguido um lugar para morar, isso demonstra o quanto Bárbara nunca a viu como uma hóspede, mas sim como a filha da empregada cujo lugar de pertencimento era o quartinho de Val, pelo motivo de ser ali naquele espaço que os patrões, representantes da branquitude, acreditam ser o lugar de pessoas representadas pelas personagens de Regina Casé e Camila Márdila.

A quarta sequência tem início quando a personagem interpretada por Karine Teles fala para Val: “O vestibular é amanhã, certo? Depois disso ela vai embora, correto? Então, enquanto ela tiver aqui, eu queria te pedir pra prestar atenção pra deixar ela da porta da cozinha pra lá, tá bom?”. Este foi o ponto de demonstração máxima de como a branquitude, especialmente a “branquíssima” (Schucman, 2020)[6], mostra estar sempre disposta a abandonar o disfarce de

[6] Conceito formulado pela pesquisadora Lia Vainer Schucman no seu trabalho intitulado *Entre o branco, o encardido e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo* (2020), junto com os de “branco encardido” e “simplesmente branco”. Foi por meio de entrevistas expostas nesta pesquisa que a autora verificou que pessoas brancas demonstram estar cientes, de forma direta ou indireta, das hierarquizações internas da identidade racial branca como elemento da branquitude. A autora define que o “encardido” é o indivíduo de pele branca com

"democracia racial" quando se sente ameaçada, demonstrando uma consciência que se configura como uma zona de poder atravessada por benefícios derivados de sua brancura e de sua classe social.

Anna Muylaert deixa bem estabelecido que nem sempre indivíduos brancos que realizam a ação de abandonar os disfarces da branquitude conseguem restabelecer as ilusões de harmonia racial e cordialidade de classes depois que fizeram questão de desfazê-los em nome da manutenção de seus privilégios. Um exemplo disso é visto na passagem em que Val pede demissão para Bárbara logo depois que Fabinho se muda para a Austrália com a justificativa de querer restituir o tempo que perdeu com a filha e cuidar do neto.

Entretanto, como um homem branco, seria um silenciamento da minha parte deixar de mencionar as cenas de assédio de Zé Carlos à Jéssica, cenas que figuram enquanto um demonstrativo do *modus operandi* do imaginário branco e misógino sobre as mulheres, afinal, analisando o longa-metragem em questão pelas lentes de Lélia Gonzalez (1984), podemos dizer que, se Val é a "mãe preta" e a "mucama", sua filha é a personificação da figura da "mulata". De certa forma, o personagem de Lourenço Mutarelli pode servir como um objeto de estudo sobre as conexões entre masculinidade e branquitude, já que o personagem é a personificação da mentalidade que julga corpos femininos como sendo objetos prontamente disponíveis para o uso masculino. Ainda que todos os homens internalizem esse pensamento machista, são os homens brancos os possuidores de um maior poder de impor a fetichização, a submissão e o abuso sobre as mulheres.

Como especifica Mara Viveros Vigoya (2018), a masculinidade branca tem desempenhado um papel importante na consolidação e estabilidade do projeto moderno/colonial na América Latina e na formação de identidades nacionais homogêneas que asseguram a persistência de sua posição de controle político e dominação simbólica.

traços que o aproximam da negritude, o "simplesmente branco" possui traços caucasianos e está em uma condição socioeconômica desvantajosa e o "branquíssimo" é aquele cuja brancura é ainda mais ressaltada pela sua riqueza. Logo, no caso do filme de Anna Muylaert, Bárbara, Zé Carlos e Fabinho se encaixam nessa última categoria proposta por Schucman, ressaltando como a branquitude utiliza de preceitos como fenótipo, classe e outros elementos com o intuito de estabelecer nivelações até entre os sujeitos que estão dentro do mesmo grupo a fim de disputar espaço de poder e influência entre si.

Podemos ver esse tipo de dominação e controle nas cenas em que Zé Carlos assedia Jéssica no meio de um passeio quando os dois se abraçam ou quando ele a pede em casamento e depois disfarça dizendo que era "brincadeira". Essa dinâmica é muito parecida com a que acontecia no Brasil colonial e imperial em que era muito comum o *sinhô* abusar das mulheres escravizadas e de suas filhas. O mecanismo de dominação também pode ser identificado na cena entre o patrão e a empregada onde ele pede desculpas, ela pergunta "pelo que?", e só recebe uma resposta: "Você sabe". Esse diálogo deixa subentendido que Val também teria sido assediada pelo personagem quando mais nova ou que ele estava pedindo desculpas para Jéssica através de sua mãe. De qualquer forma, o assédio, que é ferramenta não só do machismo, como também do racismo, está presente na obra.

Interessante notar que, assim como Bárbara não foi representada dentro da caricatura de uma patroa odiosa, Zé Carlos não cumpre com o estereótipo formado pelo senso comum de um assediador. Diferentemente da imagem caricatural que fazemos, o personagem é um homem educado, culto e gentil com uma aparência que indica fragilidade (devido à depressão). É como se a diretora de *Que horas ela volta?* (2015) estivesse mostrando que um abusador não é só um grosseiro, mal educado e facilmente identificável como tal, mas sim qualquer homem que age como se tivesse o direito de violentar mulheres, violências essas que podem ser tanto escancaradas quanto sutis. O personagem interpretado por Lourenço Mutarelli violenta não só mulheres hierarquicamente abaixo dele (Jéssica e Val), como também as que estão em um nível mais próximo dele nos quesitos classe e raça (sua esposa).

Vale lembrar que outras masculinidades – como negros, pobres, gays e PCDs – não deixam de praticar diversas formas de violência, visto que estão inseridas em um sistema de dominação que subjulga as mulheridades. No entanto, da mesma forma que os aspectos de etnia, classe, regionalidades, orientação sexual e outros definem quem está no centro ou à margem da branquitude, os mesmos recortes também são utilizados para dizer quais corpos masculinos são centrais ou periféricos no patriarcado.

Por fim, é preciso se atentar para outra questão importante: se a partir da tríade proposta por Gonzalez (1984) acerca do imaginário brasileiro sobre a

mulher negra podemos supor que a personagem de Regina Casé está incorporando a "mãe preta" e a "mucama", ao mesmo tempo em que a personagem de Camila Márdila é a personificação da "mulata", como Jéssica se encaixaria nessa última definição se ela é uma mulher branca?

Um outro detalhe a se destacar é o sentimento de estranheza presente quando assistimos às cenas em que falam da semelhança entre mãe e filha, ao mesmo tempo em que está explícita a diferença racial entre as duas. A estranheza é maior ainda quando no roteiro do filme consta que a personagem é uma garota negra. De onde veio essa mudança? Segundo a própria Muylaert:

> A Jéssica não tinha nada de sedutora e todas as outras faziam uma Jéssica sedutora. E eu falava: "Tá bom, ela é ótima, mas eu quero a negra. Vamos procurar, vamos procurar!". E aí começou uma resistência da equipe e terminou com uma conversa com o Marcos Pedroso – durou bastante essa conversa – me convencendo que se fosse negra, seria um filme sobre racismo, e se fosse branca, seria um filme sobre classismo. Que estaria além da raça. E me convenceu, o que foi ótimo (Muylaert, 2019, p. 38).

É perceptível, a partir da fala da diretora e do posicionamento da sua equipe, uma separação entre o racismo e o classicismo quando na verdade esses dois dialogam entre si, o que foi percebido por Muylaert logo depois do lançamento do seu longa e as reações do público a ele (Muylaert, 2019, p. 38). Contudo, ainda que a diretora tenha demonstrado a sua conscientização acerca da impossibilidade de tratarmos da questão de classe sem tratar da raça e vice-versa, não podemos deixar de perceber o fato dela e seus colegas de trabalho terem pensado inicialmente que fazer uma obra cinematográfica com uma Jéssica negra seria fazer um filme especificamente sobre racismo e com uma branca seria realizar uma película somente acerca do classicismo, como se um recorte não tivesse entrecruzado com o outro.

Além dessa atitude demonstrar falta de interseccionalidade na temática abordada pelo filme, também deixa explícito os reflexos do pacto narcísico, pois, por mais que Muylaert seja uma mulher branca progressista, isso não a isenta de ser uma reprodutora, em alguma medida, do discurso da branquitude e de suas ferramentas ao retratar uma personagem, filha de uma mulher racializada, como uma mulher branca que traz o questionamento e o "esclarecimento" sobre

a condição de subalternidade da mãe, de forma que Jéssica acaba atuando como uma espécie de "salvadora branca" de sua mãe, uma mulher negra e pobre (Soma; Messina, 2017).

Em suma, *Que horas ela volta?* (2015) é uma produção cinematográfica que retrata de forma crítica uma representação da branquitude, principalmente aquela que opera e usufrui de um legado escravocrata, porém, ao mesmo tempo, também demonstra não romper com certos aspectos sobre o imaginário de pessoas brancas acerca de si mesmas. Colocar a personagem Jéssica em uma posição de paternalismo salvacionista em relação a pessoas racializadas demonstra a reprodução de um ideal de superioridade branca, ainda que o filme de Muylaert seja bastante progressista em vários aspectos.

Portanto, tal posicionamento só reforça a ideia de que a branquitude é essa configuração de poder que engloba sujeitos brancos, tendo sim suas camadas, hierarquias, centros, periferias, criticidades e naturalizações, porém, mesmo com todas essas complexidades, é inegável que pessoas possuidoras da brancura não estão fora desse espaço. Tal discussão pode ser levantada através desse longa-metragem de 2015, pois a obra serve como um exemplo para debater sobre como o escravismo, ainda que tenha sido formalmente abolido, continua presente entre nós e segue garantindo privilégios para uns e submissões para outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de olhar e dissertar de maneira crítica sobre esse espaço denominado de "branquitude" é ainda bem recente e, como de se esperar, encontra bastante resistência, visto que tal exercício de reflexão visa retirar o poder autoimposto pelo ser branco de racializar o outro enquanto se concebe como a "norma", provocando assim um embate em seu senso de universalidade somente por ter a pele branca.

O cinema foi e continua sendo uma importante ferramenta para construir (e reconstruir) esse quadro da hegemonia branca, ainda mais nos dias atuais, visto que esse instrumento de formação cultural tem aderido a um

posicionamento mais crítico em relação a isso e tem colaborado para o processo de desvelamento de um Brasil que muitos fingem não ver. Filmes como o dirigido por Anna Muylaert são ótimos exemplos disso.

Entretanto, ainda que obras cinematográficas, como *Que horas ela volta?* (2015), adotem essa criticidade, isso não significa que elas estão isentas de reproduzirem elementos garantidores da manutenção do *status quo*. Ao mesmo tempo em que esse longa-metragem critica a branquitude e o discurso de "democracia racial" tão mobilizado por ela, o filme não abdica do salvacionismo branco (personificado na personagem Jéssica) e do separacionismo de questões como racismo e classicismo, mesmo quando estes se entrecruzam na vida real.

Constatar a existência de contradições e complexidades como essas, seja qual for a fonte, é um exercício que faz parte da essência da ciência histórica, uma vez que essa ciência também serve para mostrar as possibilidades e as limitações de tratar assuntos utilizando-se de obras cinematográficas brasileiras como objetos de análise.

REFERÊNCIAS

AMARELO Manga. Direção: Cláudio Assis. Roteiro: Hilton Lacerda. Brasil, 2002. 103 min.

A NEGAÇÃO do Brasil. Direção: Joel Zito Araújo. Roteiro: Joel Zito Araújo. Brasil, 2000. 92 min.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ARAÚJO, Joel Zito. A força de um desejo: a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual. **Revista USP**, São Paulo, n. 69, p. 72-79, 2006.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil:** o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2019.

BALLERINI, Franthiesco. **Cinema brasileiro no século 21:** reflexões de cineastas, produtores, distribuidores, exibidores, artistas, críticos e legisladores sobre os rumos da cinematografia nacional. São Paulo: Summus Editorial, 2012.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo.** São Paulo: Anhembi, 1955.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo, vol. I:** fatos e mitos. 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. 169 f.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In:* CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 25-57.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDET, Jean-Claude. **Cinema brasileiro:** propostas para uma história. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

BICHO de Sete Cabeças. Direção: Laís Bodanzky. Roteiro: Luiz Bolognesi. Brasil, 2001. 74 min.

BRUM, Eliane. Prefácio: a boa sinhazinha e boa escrava - nunca mais. *In:* MUYLAERT, Anna. **Que Horas Ela Volta? (Roteiros do Cinema Brasileiro).** 2. ed. São Paulo: Klaxon/BrLab Edições, 2019, p. 10-15.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco antirracista. **Revista Latino americana de ciencias sociales, niñez y juventud**, Manizales, v. 8, n. 1, p. 607-630, jan./jun. 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não ser como fundamento do ser. São Paulo: Zahar, 2023.

CASA Grande. Direção: Fellipe Barbosa. Roteiro: Fellipe Barbosa. Brasil, 2015. 115 min.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias:** a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DIANGELO, Robin. **Não basta não ser racista:** sejamos antirracistas. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DOMÉSTICA. Direção: Gabriel Mascaro. Roteiro: não consta. Brasil, 2013. 75 min.

DOMÉSTICAS, o filme. Direção: Fernando Meirelles e Nando Olival. Roteiro: Cecília Homem de Mello e Renata Melo. Brasil, 2001. 90 min.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes, 2 volumes.** São Paulo: Globo, 2008.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48.ed. São Paulo: Global, 2003.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, *[s.l.]*, p. 223-244, 1984.

GUERRA de Canudos. Direção: Sergio Rezende. Roteiro: Sérgio Rezende e Paulo Halm. Brasil, 1997. 170 min.

HOOKS, bell. **Olhares negros:** raça e representação. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider:** ensaios e conferências. São Paulo: Editora Autêntica, 2019.

MADAME Satã. Direção: Karim Aïnouz. Roteiro: Karim Aïnouz. Brasil, 2002. 105 min.

MAGNO, Maria Ignês Carlos. Que horas ela volta? Uma crônica cinematográfica. **Comunicação & Educação**, *[s.l.]*, v. 21, n. 1, p. 163-169, 2016.

MARSON, Melina Izar. **O Cinema de Retomada:** Estado e cinema no Brasil da dissolução da Embrafilme à criação da Ancine. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006. 198 f.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política*. In:* LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 11-29.

MUYLAERT, Anna. **Que Horas Ela Volta? (Roteiros do Cinema Brasileiro).** 2.ed. São Paulo: Klaxon/BrLab Edições, 2019.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo.** São Paulo: Jandaíra, 2021.

NEGRI, Anaurelino; TIETZMANN, Roberto. O limiar da piscina: uma análise do filme Que horas ela volta? em diálogo com o imaginário sobre a desigualdade social brasileira. **Mídia & Cotidiano**, [*s.l.*], v. 16, n. 3, p. 199-215, 2022.

O AUTO da Compadecida. Direção: Guel Arraes. Roteiro: Guel Arraes e João Falcão. Brasil, 2000. 157 min.

O QUE é isso, companheiro? Direção: Bruno Barreto. Roteiro: Leopoldo Serran e Fernando Gabeira. Brasil, 1997. 110 min.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. *In:* CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 59-90.

QUE horas ela volta? Direção: Anna Muylaert. Roteiro: Anna Muylaert. Brasil, 2015. 112 min.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo:** branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2.ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, *[s.l.]*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. *In:* MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude:** estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. p. 20-30.

SOMMA, Teresa Di; MESSINA, Marcelo. Branqueamento e ascensão social em dois recentes filmes brasileiros: Aquarius e Que horas ela volta? **I Semana do Cinema Possível**, Rio Branco, 2017.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho doméstico.** São Paulo: Jandaíra, 2021.

TIETA do Agreste. Direção: Cacá Diegues. Roteiro: João Ubaldo Ribeiro, Antônio Calmon e Cacá Diegues. Brasil, 1996. 140 min.

VIGOYA, Mara Viveros. Os benefícios da masculinidade branca: entre raça, classe, gênero e nação. *In:* VIGOYA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade:** experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. p. 129-156.

Recebido em 14/02/2024.

Aprovado para publicação em 31/07/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

HISTÓRIA AMBIENTAL E SEUS PÚBLICOS
Mapeando a historiografia ambiental brasileira recente

ENVIRONMENTAL HISTORY AND ITS AUDIENCES
Mapping recent brazilian environmental historiography

JONAS LIMA DE SOUSA[1]

RESUMO

As mudanças historiográficas experimentadas a partir da segunda metade do século XX, potencializadas pela pressão exercida por grupos sociais não dominantes demandantes por representação, operaram contínuas revisões na articulação da ciência histórica. Resultados dessas transformações, a História Ambiental e História Pública, institucionalizadas nos Estados Unidos na década de 1970, parecem ter suas analogias em curso no cenário brasileiro. O presente artigo propõe-se a oferecer um panorama a respeito da intersecção entre os dois campos, por meio do mapeamento da historiografia ambiental brasileira recente, lançando o olhar sobre as fontes utilizadas pelos historiadores brasileiros. Busca-se, com isso, investigar a existência de uma possível sobreposição da História Oral em relação às potencialidades que são caras à História Pública. A analise resulta em uma possível postura de negociação dos historiadores ambientais que talvez involuntariamente se encastelem e não compartilhem do mesmo chão comum com os grupos que eles analisam; além de oferecer perspectivas para a continuidade da construção coletiva da historiografia ambiental brasileira, versando sobre a ampliação dos debates da História Ambiental nos meios digitais e sobre novas perspectivas analíticas na esfera cultural.

Palavras-chave: História Ambiental. História Pública. Historiografia Brasileira.

ABSTRACT

The historiographical changes experienced since the second half of the 20th century, potentiated by the pressure exerted by non-dominant social groups demanding representation, have led to continuous revisions in the articulation of historical science. As a result of these transformations, Environmental History and Public History, institutionalized in the United States in the 1970's, seem to have their analogies in progress in the Brazilian scenario. This article aims to provide an overview of the intersection between the two fields, through mapping recent Brazilian environmental historiography, focusing on the sources used by

[1] Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na modalidade Bacharelado, email do autor: jonas.sousa.703@ufrn.edu.br

Brazilian historians. The goal is to investigate the possible overlap of Oral History regarding the potentialities important to Public History. The analysis results in a potential negotiating stance of environmental historians that may inadvertently isolate themselves not sharing the same common ground with the groups they analyze. Additionally, it offers perspectives for the continuity of the collective construction of brazilian environmental historiography, addressing the expansion of Environmental History debates in digital media and new analytical perspectives in the cultural sphere.

Keywords: Environmental History. Public History. Brazilian Historiography.

INTRODUÇÃO

A História Ambiental, reconhecida no seio acadêmico desde meados dos anos de 1970, surge de aspirações de ambientalistas, reformas culturais e conferências globais de crise realizadas depois da Segunda Guerra Mundial, que impulsionara o debate (Mahl, 2021, p. 106; Worster, 1991, p. 199). Trata-se da resposta a uma crescente demanda social impulsionada pela crítica ao capitalismo, especialmente como as suas consequências incidem sobre a natureza. Já em 1991, no Brasil, José Augusto Drummond (1991), em *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*, sinalizava aos historiadores ambientais brasileiros modelos analíticos com diferentes objetos e recortes, instruindo-os à utilização de amplas fontes historiográficas, dentre essas, a oral.

Apesar de inicialmente arquivística (Shopes, 2016, p. 75), a História Oral, institucionalizada a partir dos anos 1960/1970, permitiu a visibilização de grupos antes ignorados pela história tradicional. Para Linda Shopes (2016, p. 76-77), é por meio da História Social – que nos anos 1970 e 1980 dominava a ciência histórica com sua abordagem a grupos subjugados e suas relações com o poder estruturado – que a História Pública absorveu a História Oral como ferramenta na ampliação dos horizontes, reformulando a historiografia e os espaços de memória, inserindo novos conhecimentos e aprofundando as bases de pesquisa, fatores potencializados pela pressão exercida por grupos sociais não dominantes, carentes de representação material e documental. Por vezes a História Oral e Pública se sobrepuseram durante suas trajetórias, turvando suas fronteiras de atuação (Sevilha, 2023. p. 324).

Institucionalizada por volta de 1970, a História Pública condensa, dentre várias definições, um desejo de transpor as barreiras que inviabilizam a democratização da história, bem como o transpasse das fronteiras acadêmicas. Atuando na ampliação e na asseguração da difusão da historicidade de maneira responsável e integradora, utilizando diferentes mídias para a transmissão do conhecimento histórico e ocupando postos de trabalho para além do ensino e da pesquisa (Almeida & Rovai, 2013).

Esses reajustes político-sociais, não só na História, experimentados no decorrer da segunda metade do século XX explicariam a integração entre os dois campos (Ambiental e Pública). Todavia, como o desenvolvimento sistemático dessas áreas parece ainda em curso no Brasil, analisar esse processo se apresenta como a força motriz da presente pesquisa.

Ambicionamos neste artigo investigar a oralidade, ainda timidamente usada como *ferramenta* para a escrita de uma História Ambiental Pública, contrapondo-se a uma escrita descritiva socioantropológica ou reduzida à mera autenticação documental. Cabe-nos examinar a História Oral não em prática positivista, e sim como artifício usado para permitir e potencializar a inserção do público na História Ambiental, especialmente o diálogo entre historiadores e a comunidade em temas mais contemporâneos, aumentando o alcance e o debate na historiografia ambiental brasileira compartilhando a vez com esses sujeitos históricos. A História Oral sintonizada com a História Pública permite romper com a divisão hierarquizada entrevistador/entrevistado. Por meio da disponibilização das entrevistas e da asseguração ou problematização da narrativa do entrevistado, o que se pode obter dessa aliança são aspectos da memória coletiva que partem das inquietações do presente (Almeida, 2018, p. 108). O mapeamento dessas interações, se mostrou, em sua maioria, tímido na promoção de uma História Pública Ambiental feita *pelo* e *para* o público. Fabíula Sevilha acredita que isso se deve a uma sobreposição que toma a História Oral ao perpassar problemáticas igualmente caras à História Pública, empalidecendo a última (Sevilha, 2023 p. 324).

Abertos os veios que possibilitam essa análise, operaremos na intersecção entre História Ambiental e História Pública, examinando como estas vêm sendo relacionadas na historiografia ambiental brasileira recente, a fim de

horizontalizar o desenvolvimento intelectual e a participação social como enseja a atual História Pública brasileira. Com isso, vislumbra-se um desenvolvimento educativo, sustentável, participativo, inclusivo, equalitário e justo, e que não desconsidere as especificidades culturais e econômicas, bem como as políticas públicas de cada sociedade.

1. DO MAPEAMENTO

As fontes selecionadas para comporem à análise tiveram como ponto de partida o recente levantamento bibliográfico sobre a História Ambiental Brasileira, realizado por José Augusto Pádua e Alessandra Izabel de Carvalho, *A construção de um país tropical: uma apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil* (2020). Este, – separado em coletâneas e livros autorais, contabilizando 30 e 55 respectivamente divididos em seis eixos-temáticos – nos oferece a corrente perspectiva do campo historiográfico ambiental brasileiro, entretanto, não existe qualquer menção à potencialidade da relação conjunta entre a História Pública e a História Ambiental.

Para melhor inteligibilidade do cenário brasileiro na possível conjunção da História Ambiental com a História Pública, optamos por examinar deste compêndio apenas os livros concebidos por autores brasileiros e que têm em seus recortes territoriais o Brasil. Todavia, devido a amplitude da compilação de Pádua & Carvalho, tornou-se necessária a seleção de alguns livros a serem analisados mais minuciosamente, levando em consideração a qualidade e quantidade do material a que tivemos acesso – seja por meios digitais, seja por livros físicos encontrados em bibliotecas públicas –, bem como a aplicação em nossa pesquisa. Por esses fatores, direcionamos nossos esforços às temáticas como sociodiversidade e territórios, que englobam problemáticas fundamentais à História Pública, como a posse da palavra[2], a autoridade compartilhada[3], a

[2] A posse da palavra, segundo Michel de Certeau, passa pela concepção da palavra como um lugar simbólico dado pela distância entre as representações e os representados. Os representados tomam a palavra para indicar a sua ausência representativa nas produções. A posse da palavra se configura como um trabalho, uma ação simbólica, diferente do domínio do poder. Ver: DE CERTEAU, Michel. *La toma de la palabra y otros escritos políticos*. Universidad Iberoamericana, 1995, 36-37.

[3] Sugerida por Michael Frisch em *A shared authority: essays on the craft and meaning of oral history public* (1990), a autoridade compartilhada aparece como uma propriedade natural da

percepção do passado e seus usos no presente, narrativas históricas, etc. O debate em torno desses tópicos implica a necessidade de diálogo entre pesquisador (a) e comunidade assegurando nas produções historiográficas a narrativa, as interpretações e as temporalidades dos vários sujeitos da história, mas que também, como aponta Marta Rovai (2020, p. 138), pode-se voltar ao embate por políticas públicas. Também abarcamos brevemente algumas obras que expõem a potencialidade da integração entre os campos, apesar de não se submeterem a tal objetivo.

Deixamos claro que as obras que se encontram fora do recorte também podem incluir problemáticas socioambientais que carecem de entendimento e análise sobre a participação pública na medida em que afetam as relações humanas e não humanas.

Dos 55 livros listados no levantamento de Pádua e Carvalho, acessamos apenas 22 sem gozar de plenitude material em alguns desses. A drástica redução não só representa uma dificuldade de pesquisa, mas também à difusão deficiente da História Ambiental nos meios digitais de maneira gratuita.

Deste montante, fichamos as obras concernentes às relações entre História Ambiental e História Pública observando as fontes utilizadas pelos autores que vão desde relatórios, mapas, documentos institucionais inquéritos policiais à jornais, processos, paisagens, cartas, notícias, entrevistas, etc.

2. APROFUNDANDO A DISCUSSÃO

Levando em consideração a compilação dos livros, é dedutível a variedade nos modelos de pesquisa, objetos, territórios e nas narrativas abalizadas. Optamos por tomar como referência inicial aqueles estudos de História Ambiental que usam a História Oral como alicerce e que, talvez

História Pública e Oral, e diz respeito à construção compartilhada do produto historiográfico, cabendo ao historiador respeitar e considerar essa qualidade inata, não se colocando como intérprete único do passado. Ver: FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única: ou de A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. *In*: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org..). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Letra e Voz, 2016, p. 62.

inconscientemente, possuem potencialidades na produção pública da história. Em *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central* (2017), Sandro Dutra e Silva analisa e expõe acessivelmente a ocupação na região de floresta tropical conhecida por Mato Grosso de Goiás, entre 1930 e 1950. O avanço para o Oeste é visto sobre diferentes perspectivas, desde a mentalidade moldada ao longo dos séculos XIX e XX pelos discursos políticos desenvolvimentistas que retratavam a região como sendo um novo eldorado, uma terra de provisão; até os arranjos políticos e socioeconômicos que propiciaram o estabelecimento e avanço de uma fronteira agrícola na localidade. É uma análise profunda, e que abrange principalmente as duas últimas camadas de enfrentamento à História Ambiental propostas por Donald Worster[4].

Dutra aplica a História Oral quando evoca a memória dos pioneiros da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), composta por pessoas que se deslocaram para o sertão goiano induzidas por um discurso que heroicizava o pioneirismo à semelhança da figura do bandeirante e/ou que buscavam melhores condições de vida. A oralidade empregada no livro atesta a modulação das mentalidades que dicotomizavam o mundo natural e o mundo social em prol de um desenvolvimento humano, um imaginário criado pelos discursos estadonovistas e neobandeirantistas que circundavam as noções humanas sobre a natureza.

Dutra dá atenção ao estudo das distinções urbanas entre Ceres e Rialma, e à simbologia pioneira empregada no Brasil Central, ambas criadas por discursos políticos e imprensa (Silva, 2017, p. 151), o autor, com o recurso de entrevistas, evidencia a existência e sobrevivência de pensamentos estigmatizados dos pioneiros da CANG em relação à comunidade da cidade de Rialma, local de entretenimento e comércio, conhecido à época por Barranca. Na Barranca, parte das populações excedentes da Colônia Agrícola se estabeleceram pela burocracia na aquisição de lotes e pela constante migração

[4] A primeira camada aborda o funcionamento e organização do mundo natural em si mesmo. A segunda aborda os usos econômicos dados ao ambiente, enfocando as ferramentas utilizadas, e como estes alteram às relações sociais, também observando como as diferentes sociedades se organizam na exploração do meio natural pretendendo a produção de bens. A terceira camada está ligada ao estudo das mentalidades, simbologias dadas à natureza, valores e mitos. Ver: WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Revista Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. p. 1991, p. 202.

impulsionada pelas promessas políticas (Castilho, p. 121, 2012), os depoimentos exemplificam bem a mentalidade volátil que se desenhara em relação à Barranca, um lugar de desordem, marginalizado, mas um espaço de socialização e lazer necessário à população da Colônia Agrícola. No depoimento do professor Walter Marques Dourado:

> Aos domingos a gente saía para fazer visitas e ir a Rialma, chupar picolé, que aqui não tinha. A gente ia pra lá, aquela multidão de gente. Então, havia as moças e os rapazes e se encontravam lá no domingo. Era muita gente naquela Avenida Federal. [...] Era animado, era, não era ruim não (Silva, 2017, p. 144).

A estigmatização entre a Colônia Agrícola e a Barranca era, para Dutra, resultado de uma luta por uma identidade, onde as distinções criadas acirram a demarcação territorial e cultural, baseando-se na desvinculação do outro. Vê-se a dicotomização resistir ao tempo quando o aluguel da região ribeirinha de Rialma é inferior se comparado aos demais locais da cidade, parte pelo estigma da região como lugar de meretrício e violência fronteiriça. Também se observa que essas noções, à época, teriam sido generalizadas para todo território de Barranca, contudo, a necessidade de uma existência social deslocava os moradores de Ceres à Rialma, suavizando essa distinção maniqueísta, como vemos no depoimento da enfermeira Floripes Souza Ortega:

> Não, lá tinha organização não. Lá era barranca mesmo, organização era aqui. [...] era bem organizado, não existia nada de "contrário". [...] Não tinha lazer, não tinha clube, não tinha cinema. [...] Tinha um ônibus, um circular velho que vinha de Rialma por aqui e a gente ia passear nesse ônibus e voltava. [...] Eu tenho muita saudade, muita saudade daquele tempo (Silva, 2017, p. 144).

Os depoimentos coletados por Dutra não só existem como uma complementação da bibliografia, mas também exploram a sobrevivência da memória, o sentimento individual em relação aos discursos desenvolvimentistas de fomentação ao bandeirantismo e pioneirismo na marcha ao oeste brasileiro, à missão civilizadora aos sertões e à luta contra a natureza arraigados no imaginário dos ceresinos e rialmenses, por meio da criação de mitos públicos como Bernardo Sayão (Silva, 2017, p. 171).

Esmiuçar as simbologias dos viventes da CANG, sua sociodiversidade, as interpretações sobre a natureza, sobre a marcha e estabelecimento, enfim, sobre as relações humanas no meio, com o auxílio da História Oral, é ver surgir as noções do sujeito social em seu passado narrado; nas palavras de Certeau (2016, p 36-37): "Se concluíssemos que isso é insignificante, seria perder o

sentido, substituir por um mecanismo um sistema de relações e supor [...] que uma sociedade pode funcionar sem o homem". É a tomada da palavra, a qual se converte em um lugar simbólico de vivência e participação na sua própria história.

Dutra não cultiva os entrevistados como sendo passivos perante a influência dos discursos e das propagandas que prometiam a terra e o céu. Se põe num exercício do presentismo histórico, cuja metodologia, nas palavras de Marieta de Moraes Ferreira:

> [...] explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamado atenção para os usos políticos do passado (Ferreira, 2000, p. 118 *apud* Arruda & Colácios, 2019, p. 81).

Trata-se, portanto, de um esforço compartilhado e de múltiplas interpretações, intrínseco à História Pública e Oral, tal qual sugerido por Frisch, ao explicar a autoridade compartilhada (Frisch, 2016). Sandro Dutra e Silva desencastela-se[5], por tais méritos, o tomamos como referência para o que se pode chamar de História Pública Ambiental.

O segundo livro analisado foi: *A história da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador* (1994), de Paulo Bertran. Nele, o autor faz uma análise de longa duração minuciosa e descritiva da formação do território balizado num trabalho interdisciplinar com vertente geológica e biológica acentuada, carregada também de antropologia. Notoriamente, o autor propõe uma história daquela região, a qual contempla ampla sociodiversidade e biodiversidade, provando isso com estudos de toponímia e migrações indígenas empregados por ele. Estes que além de visibilizar a dimensão das múltiplas e complexas comunidades indígenas, desfaz com uma visão historiográfica equivocada, a região em suas palavras era "Uma verdadeira Babilônia de gentes e conflitos potenciais, vindos desde as mais remotas origens do homem nas Américas, a contrapor-se a um tipo de história

[5] Sugere uma democratização da história por meio de um desencastelamento do historiador(a), que deixa seu lugar de produção e ensino e se põe em diálogo com o público, comprometendo-se com "a defesa da ciência histórica nos mais diferentes espaços". Ver: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. *In*: REIS, Tiago Siqueira. *et al. Coleção história do tempo presente: Volume II***.** Roraima, UFRR, 2020. p. 131-153.

do Distrito Federal que só parece iniciar-se com Brasília" (Bertran, 1994, p. 26).

O livro apresenta uma qualidade descritiva meticulosa, aludindo às temáticas citadas com fotos, desenhos e pinturas rupestres. Ele descreve os conflitos indígenas, traçando seus comportamentos, suas guerras e hábitos, também faz o mesmo com os colonos que se estabeleceram na região. Apesar de toda precisa métrica, anseia o leitor por detalhes intrigantes que poderiam ser saciados pelo estudo da sobrevivência da memória, de hábitos ainda que alterados pelo tempo e pelas estruturas sociais.

O distanciamento entre o autor e os atores humanos do recorte temporal, que vai desde a presença humana na localidade (há 12 mil anos) até o início do séc. XIX, impossibilita o uso da História Oral (Alberti, 1989, p. 4 *apud* Matos & Senna, 2011, p. 96), contudo, a tradição oral empregada por citados como Joseph de Mello, o qual teria entrevistado octogenários e confrontado esses depoimentos com documentos (Bertran, 1994, p. 108), constituiu importante arcabouço para Bertran e sua pesquisa da origem de cidades planaltinas.

Entretanto, pela conjuntura e documentação das sociedades anteriores, obviamente a análise de alguns grupos sociais (mulheres, negros e indígenas) é profundamente minada, possuindo uma implicação: a documentação institucional utilizada pelos historiadores basilares de Bertran para cotejar a oralidade da época afunilou a análise à perspectiva dos detentores do "papel e da caneta". Por isso, fazem-se necessários, hoje, mecanismos que cristalizem a memória para que ela deixe de ser refém do documento, e que permitam a prática histórica democrática amanhã. A criação de laboratórios orais constitui o principal ânimo dessa indispensável demanda.

Da mesma maneira que Bertran (1994), só que em linguagem mais acessível, utilizando os relatos orais que coletou e que foram arquivados pelo Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), Marcos Gerhardt propôs uma *História ambiental da Colônia Ijuhy* (2009). Gerhardt contempla a temporalidade que vai de 1850 até 1930, começando a sua análise desde antes da chegada dos colonos. A região já era parcialmente habitada, caboclos e nativos haviam enveredado pelas matas traçando caminhos antes dos colonos, onde o ápice da colonização data de 1890 e 1920.

Como Sandro Dutra e Silva (2017), Gerhardt estuda as distinções, dessa

vez, sob o prisma das contraposições entre o mundo humano e natural. Na colônia, essa relação era dada em vista acentuadamente antropocêntrica, ora a natureza era vista oposta aos humanos um estorvo selvagem, temido e respeitado – onde se estabelecer significa substituir o "mato" por áreas agricultáveis e selecionando os "animais úteis" afastando os "nocivos" – ora vista como fornecedora de recursos, sendo o principal "recurso" a madeira extraída.

A fronteira entre natural e humano era definida no cenário pela qualidade do solo, presença de animais e tipo de vegetação, constituindo os limites da expansão colonial. Gerhardt também analisa as relações humanas dificultada ou facilitada pelos rios de Ijuí, o transporte complicava-se, fazendo necessário mecanismos que permitissem transpassar os rios, mas também existiam benesses seja na navegação, seja explorando-os como força mecânica, estabelecendo moinhos e usinas que constituíram base para o desenvolvimento do município.

Apesar da linguagem extremamente acessível e de utilizar os relatos orais, não é possível assimilar um empenho de prática pública de história. Nota-se a presença substancial de jornais, relatórios e correspondências. Não se sabe as condições dos relatos, talvez não fosse possível o contato oral com os "pioneiros" por meio das gravações do MADP. Mas percebe-se a potencialidade presente nas narrativas orais de estabelecimento e desenvolvimento da colônia que convidam à memória dos descendentes surgidos de Ijuí, de fundação recente no tempo histórico.

> Houve uma grande seca. Nós tínhamos três poços naqueles terrenos ali no Zeifer, porque a quadra inteira é nossa, até lá embaixo na outra rua; então carregava-se água nas costas a duzentos metros por causa da seca e o pai contratou um poceiro e este poceiro começou a escavar e quando ele chegou na laje, pronto, então broca, [não] havia broca (Gerhardt, 2009, p. 90).

Como apontado por Ulpiano Meneses (1992, p.22), a memória entrega linhas de direção, de compreensão do novo, de modelos para categorização, e que tendo seus estudos associados às *representações sociais* obteria sucesso. A afirmação de Meneses pode ser vista na História Ambiental à medida que os historiadores ambientais se alinham com a História Pública em suas produções, ainda que não conscientemente; a função social da História Ambiental impele às atividades de conscientização pública. Apesar dos historiadores ambientais, a nossa vista, ainda estarem negociando a autoridade e não compartilhando-a,

observa-se aqui uma crescente abertura que tende à maior participação do público pela fonte oral. Indo de Bertran (1994), passando por Gerhardt (2009), até chegar em Dutra e Silva (2017), constata-se uma construção que tende ao avanço conjunto dos campos e que têm muito a ganhar com os acrescentamentos das discussões históricas recentes.

Ana Maria Mauad propôs uma "atitude historiadora", baseando-se no alinhamento entre o exercício historiador e o exercício social em prol de um desenvolvimento intersubjetivo, "reconhecido e adotado pelos sujeitos históricos", isso convoca um posicionamento do(a) profissional da história diante das variadas interpretações e usos do passado pelos diferentes sujeitos detentores da palavra e partilhantes da autoridade (Maud, 2018, p. 39). Nesse sentido, a História Oral aparece como ferramenta para essa prática. Ainda em Mauad, é essa (im)postura (da prática da História Oral) que reestruturou as relações de autoridade nos campos do saber, operando questionamentos às tradições "de dar a voz e conceder a palavra" colocando o pesquisador diante do sujeito, o possuidor da palavra, trazendo implicações que mais tarde formulariam a ideia de autoridade compartilhada (Mauad, 2018, p.39).

A atitude historiadora deve se tornar prática comum na História Ambiental (e não só nela), pois as políticas de preservação, exploração, modificação do espaço em geral passam pelo acato de diferentes sujeitos, e quão maior os impactos socioambientais, maior a heterogeneidade dessas comunidades atingidas. Partindo de discussões teóricas, Fabíula Sevilha (2023) sugeriu que a intersecção dos campos poderia ser dada se observássemos a História ambiental como "modo de pensamento", a Pública como "meio de ação compartilhada" e a Oral "como ferramenta". As sistematizações de Mauad e Sevilha entregam caminhos para o historiador discorrer em torno desses discursos potencialmente divergentes, incluindo o pensamento histórico e ambiental de maneira a garantir a historicidade e propor um desenvolvimento da sustentabilidade a todos.

Entretanto, analisamos até aqui os aspectos da construção de uma suposta integração do público via História Oral na História Ambiental, mas existem outras maneiras de se fazer História Ambiental Pública. A difusão da historicidade e a consequente conscientização ambiental junto aos apontamentos institucionais

vislumbrando uma sistematização sustentável fundamentam esse tipo de abordagem. José Augusto Drummond na apresentação de seu livro *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro* (1997), direciona seus ânimos na desmistificação do estado do Rio de Janeiro como detentor de uma natureza intocada, conscientizando o leitor sobre o desmatamento das florestas tropicais, permitindo com isso uma ampliação dos debates ecológicos:

> Com a Parte I deste texto quis recuperar para a nossa enganosa "memória ambiental" fluminense os fatos incômodos da devastação de nossas florestas, [...] e formas de vida a elas associadas. [...] é fundamental que se tenha menos ilusões sobre o que fizemos com as nossas próprias terras e os nossos próprios recursos naturais. Vivemos, cariocas e fluminenses, num ambiente biologica e ecologicamente degradado como poucos outros no mapa pátrio. [...] Precisamos conhecer as vantagens e os prejuízos retirados de nossa ação sobre o nosso meio ambiente para ter condições de dialogar com os habitantes de outros estados e regiões (p. 10).

Depois de expor a história ambiental do território fluminense e seus parques nacionais, Drummond aponta caminhos para o desenvolvimento de uma educação ambiental operada por esses parques recomendando o desenvolvimento de pesquisas básicas, sugerindo indiretamente lacunas provenientes da falta de investimento público (p. 278). Ocorre que, nesse processo de conscientização ambiental, somente apontar caminhos é insuficiente se a comunidade não for efetivamente sensibilizada pelos argumentos, o que tende a ser dificultado pelo formato acadêmico de divulgação desse conhecimento histórico. Talvez, observando isso, Regina Horta Duarte se prontifica em *História e natureza* (2005), a explicar a abordagem ambiental à história fugindo dos esquemas acadêmicos, direcionando-se desde a apresentação ao público jovem, não necessariamente acadêmico, argumentando com o amparo da cultura *pop* e da assimilação com eventos históricos, num esforço que ainda pode se confundir com divulgação científica, igualmente nobre.

Diante do exposto, fica clara a necessidade de sistematização dessa junção, pelas suas potencialidades inexploradas, pela institucionalização da história, pelo papel social do historiador "[...] trazer para a luz o esquecido, o perdido, o exilado pelo tempo" (Arruda, 1995, p. 67). Ademais, não só o trazer, objetiva-se entender seus interesses passados, presentes e futuros, sua cultura, unindo-se ao sujeito na produção de sua história. Cabe ainda publicizar o

conhecimento utilizando as mídias digitais, como vem fazendo Regina Horta Duarte num programa de rádio da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com seus episódios disponibilizados no YouTube pelo canal *As Quatro Estações*[6] desde 2013, também pelo Spotify desde 2019 e realizando divulgação pelo Instagram a partir do mesmo ano, num ato não só de divulgação, mas também de conscientização histórica e ambiental.

Os trabalhos de História Ambiental, apesar de sua notável característica de interdisciplinaridade, se mostram, em sua maioria, fechados em suas temáticas descritivas e analíticas do meio natural e dos sujeitos nesse cenário, carecendo de dinamismo e paralelos com o presente histórico. Para isso, é fundamental se abrir à História Pública como meio de ação compartilhada e permitir o debate aberto com o uso da História Oral como ferramenta, tal qual sugerido por Fabíula Sevilha (2023), e com isso possibilitar o posicionamento, das esferas populares em tópicos importantes e atuais como as mudanças climáticas, o aumento da temperatura média global e dos níveis dos oceanos, assim como os desastres "naturais", resultados da distribuição desigual dos benefícios e malefícios provenientes da exploração capitalista do mundo natural, que atingem em maior proporção as comunidades carentes (Acselrad *et al*., 2012).

Configurar essa intersecção também significa a utilização aplicada da História Pública à História Ambiental, retomando seus compromissos políticos e morais na elaboração de políticas públicas sobre a preservação dos espaços (paisagens), em concordância com os sentidos atribuídos pela comunidade àquele espaço a ser preservado (Sevilha, 2023, p. 322). Também cabe atuação na delimitação e reconhecimento das fronteiras culturais, sociais e econômicas que a exploração capitalista do meio natural impôs às sociedades com o racismo e desigualdade ambiental, temáticas recentes na historiografia ambiental brasileira. Sob à perspectiva do presentismo histórico, pode-se propor "[...] outras possibilidades de modo de vida, de ações e posturas quanto aos mesmos acontecimentos, fatos ou problematizações" (Arruda & Colácios, 2019, p. 80). À

[6] AS QUATRO ESTAÇÕES. As Quatro Estações Ufmg 2021_Regina Horta Duarte. YouTube, 27 abr. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ABxJyRYCJQ0. Acesso em: 6 ago. 2021.

História Oral cabe a viabilização desse processo. Parafraseando Fabíula Sevilha (2023, p. 327), a sustentabilidade se promove com o entendimento dos sentidos que as comunidades atribuem ao meio em que se encontram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse artigo enfrentou dificuldades quanto a qualidade e quantidade do material disponível, parte disso por trabalharmos com fontes historiográficas recentes. Procuramos expor de maneira acessível em linguagem e conteúdo o tema da nossa pesquisa, completando-nos de artigos que exploravam os enlaces de História Pública e Oral, ricamente difundidos gratuitamente nos meios digitais em comparação com a História Ambiental, talvez pelo empenho democratizante, talvez pela popularidade do campo ou talvez pela incipiência dos historiadores ambientais nessa integração e ocupação dos espaços digitais. Com esse amparo, debatemos sobre a proposta de uma cada vez maior História Ambiental Pública.

Esse breve mapeamento nos ofereceu parcial visão das vigentes ligações (intencionais ou não) com a História Pública. Acreditamos que a maioria dessas ligações não são objetivadas, leia-se sistemáticas. Ainda que exista interesse por parte dos historiadores ambientais de fazerem seus trabalhos públicos, a maioria ainda não faz menção à História Pública nos seus trabalhos de História Ambiental por nós analisados, mas suas problemáticas estão imbuídas profundamente nestes. Também, parece haver salvo exceções como Sandro Dutra e Silva (2017), uma negociação da autoridade, em relação ao uso da História Oral.

Quanto à publicização da História Ambiental, o levantamento realizado por Pádua & Carvalho (2020) se dirige apenas a livros autorais e coletâneas, não fazendo menção a projetos fora dessa esfera. Aparentemente, não existem pesquisas relacionadas à difusão pública da História Ambiental nos meios digitais, uma lacuna a ser preenchida por uma pesquisa que também visibilizaria esses empenhos, como o podcast *As Quatro Estações* da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a citada professora Regina Horta Duarte. A produção cultural que possa conscientizar histórico e ambientalmente os sujeitos

é pouco ou nada explorada pela pesquisa, à exemplo, a música *Iarinhas*, composta por Leda Cartum e Luiza Lian interpretada por essa última, conscientiza sobre a existência de uma rua com "nome de um rio que a cidade sufocou", rua que diante das intemperes lembra ao povo "que o que era rua antes era vazão"[7], referência ao rio Tietê de São Paulo.

O desencastelamento (Rovai, 2020) é fundamental para a integração das narrativas orais na história ambiental, isso exige criticidade aos discursos individuais históricos, não desconsiderando o uso que esses indivíduos dão ao passado, mas se necessário fazendo a defesa da ciência histórica por parte dos historiadores, não deliberando sobre o conhecimento histórico popular, mas publicizando os métodos analíticos para que o exercício histórico não seja reduzido ao historiador acadêmico, a pontos de vista ou a descrições intermináveis que visam uma inviável reconstrução idêntica e acrítica do passado.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *et al*. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: O que está em jogo na questão ambiental?. Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental. **e-cadernos** *CES*, n. 17, 2012. Disponível em: https://journals.openedition.org/eces/1138. Acesso em 6 ago. 2023.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. O que a história oral ensina à história pública?. *In*: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org..). **Que história pública queremos**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História pública: entre as "políticas públicas" e os "públicos da história". **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH: conhecimento histórico e diálogo social**. Natal: ANPUH, p. 1-10, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874921_28c0558a70f3bfff19db4e06ecf30156.pdf. Acesso em: 7 jan. 2024.

ARRUDA, Gilmar; COLÁCIOS, Roger. Considerações ético-políticas na História (Ambiental): escalas e o presentismo da devastação. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 9, n. 2, p. 64-94, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.32991/2237-2717.2019v9i2.p64-94.

[7] LIAN, Luiza. Luiza Lian – Iarinhas – #AzulModerno. YouTube, 27 set. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oFKwTpk9-vo. Acesso em: 23 ago. 2023.

Acesso em: 6 jan. 2024.

ARRUDA, Gilmar. Para que serve o ensino de história?. **História & Ensino**, v. 1, 1995, p. 61-68. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12154/10671. Acesso em: 7 jan. 2024.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. 1994. Disponível em: https://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/handle/123456789/1718. Acesso em 7 jan. 2024.

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a formação de Ceres-GO-Brasil. **Élisée, Rev. Geo**. *UEG*, Goiânia, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/A_CANG.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

DE CERTEAU, Michel. **La toma de la palabra y otros escritos políticos**. Universidad Iberoamericana, 1995.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 1997. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/15173. Acesso em: 5 ago. 2023.

DUARTE, Regina Horta. **História e natureza**. São Paulo: Autêntica. 2005

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única: ou de A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. *In*: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org..). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. Letra e Voz, 2016.

GERHARDT, Marcos. **História ambiental da colônia ijuhy**. Ijuí: Unijuí. 2009. Disponível em: https://www.gerhardt.pro.br/doc/2009-ijuhy.pdf. Acesso em 31 jul. 2023.

MAHL, Marcelo Lapuente; MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental: entre o passado e o futuro. **Nova Revista Amazônica**, v 9, n. 3, p. 105-116. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/11721. Acesso em: 7 jan. 2024.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **História oral como fonte: problemas e métodos**. 2011. Disponível em: https://repositorio.furg.br/handle/1/3264. Acesso em 31 jul. 2023.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org..). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. Letra e Voz, 2016.

MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e história pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense

(1982-2017). **Historia Crítica**, n. 68, p. 27-45, 2018. Disponível em: https://journals.openedition.org/histcrit/2087. Acesso em: 7 jan. 2024.

DE MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-23, 1992. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, p. 9-23, 1992, p. 22. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i34p9-23. Acesso em: 7 jan. 2024.

PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.4, out./dez. 2020, p.1311-1340. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000500015. Acesso: 1 ago. 2023.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. *In*: REIS, Tiago Siqueira (org.). *et al.* **Coleção história do tempo presente: Volume II**. Roraima, UFRR, 2020. p. 131-153. Disponível em: https://observatoriogeohistoria.net.br/colecao-historia-do-tempo-presente-volume-ii/. Acesso: 1 ago. 2023.

SEVILHA, Fabíula. História Ambiental e História Pública: perspectivas para (re) acender o diálogo no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 43, p. 311-331, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n93-15. Acesso em: 06 jan. 2024.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública *In*: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org..). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. Letra e Voz, 2016.

SILVA, Sandro Dutra e. **No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2324. Acesso em: 06 jan. 2024.

Recebido em 01/03/2024.

Aprovado para publicação em 31/07/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

BREVE BALANÇO DA HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA ROMA ANTIGA NO SÉCULO XX

Introdução às Divergências Historiográficas e à Crítica Marxista

BRIEF BALANCE OF THE SOCIAL AND ECONOMIC HISTORY OF ANCIENT ROME IN THE 20TH CENTURY

Introduction to the Historiographical Divergences and Marxist Criticism

IAN CARTAXO[1]

RESUMO

A proposta deste artigo é apresentar uma revisão bibliográfica acerca dos debates que permearam o século XX e repercutem até hoje sobre a História Econômica e Social na Antiguidade. Tendo como ponto de partida os debates e controvérsias que compõem tal seara, pretendemos demonstrar as diferentes posições que envolvem essa discussão. Também procuraremos apresentar as contribuições feitas pelos autores de inclinação marxista na área, de acordo nossa filiação teórico-metodológica, vinculada ao Materialismo Histórico Dialético.

Palavras-chave: História Econômica; Roma Antiga; Economia Romana; Marxismo.

ABSTRACT

The proposal of this article is to present a bibliographic review of the debates which permeated the XX Century and reverberate to this day in the Social and Economic History of Antiquity. Having as a starting point the compounded debates and controversies of this subject, we intend to demonstrate the different positions involved in this discussion. We also intend to show the marxist authors' contributions to the area, according to our theoretical and methodological affiliation to the Dialectical Historical Materialism.

Keywords: Economic History; Ancient Rome; Roman Economy; Marxism.

[1] Mestre em História Econômica (USP); bacharel e licenciado em História (UFRJ); e-mail: iancartaxo@usp.br

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentaremos uma revisão bibliográfica dos debates que envolvem a Economia Antiga – as grandes discussões que nortearam o século XX e que mesmo hoje ainda ecoam nos debates sobre esse tema. Porém, entendemos que este artigo deva ter um papel de introdução ao tema, visando atender aos novos pesquisadores que possuem dificuldades de se inserir nas discussões, seja pelas limitações linguísticas ou pela pouca abordagem dos temas de Economia Antiga na Academia brasileira. Propomos, assim, um trabalho síntese com a apresentação de diversos artigos e livros centrais para as formulações na História Econômica e Social da Antiguidade.

Nós seguiremos aqui uma metodologia que irá privilegiar a apresentação de teses centrais de alguns dos que, em nossa opinião, são os principais autores de cada perspectiva historiográfica, além de tecer comentários próprios. Em um primeiro momento demonstraremos as contradições presentes nas teses de cunho “modernista” e “primitivista” da seara da História Econômica e Social na Antiguidade. Em sequência apresentaremos algumas das teses de historiadores que tiveram influências destes campos, direta ou indiretamente, mas que procuraram se desprender do antagonismo de ambas escolas.

Mas, além de apresentar os principais debates, nós pretendemos nos posicionar. No caso, junto ao Materialismo Histórico Dialético. Dessa forma nós faremos uma vinculação ao campo da teoria da História Econômica, um campo complexo e diverso, com disputas conceituais árduas e inconciliáveis, muitas vezes.

No caso, entendemos o papel da análise econômica com a definição de que as diferentes manifestações econômicas só podem ser definidas mediante um cuidadoso estudo das diferentes estruturas sociais ao longo da História – portanto, é a partir das relações ontológico-sociais determinadas pelo tempo e espaço que se compreende como seriam organizadas as relações sociais de produção das diferentes formações sociais. Essa perspectiva visa romper com

as discussões entre “arcaísmo-modernismo” nas reflexões sobre Economia Antiga[2] (GODELIER, 1972, p. 21).

Para além disso, em um segundo momento, serão apresentadas as contribuições do campo marxista na História Econômica e Social da Antiguidade. Procuraremos conceitualizar brevemente a fundamentação teórico-metodológica dos historiadores da História Antiga que se apresentam como sendo marxistas no meio acadêmico. Além de promover reflexões sobre algumas das mais importantes formulações dos pesquisadores da área e como alguns trabalhos vêm propondo, inclusive, uma renovação da aplicação de categorias marxistas em análises historiográficas na Antiguidade.

Portanto, procuramos redigir um artigo que tivesse caráter de “primeiros passos” nos estudos e investigações Para que, assim, novos historiadores que tenham como interesse se aprofundar nas problemáticas econômicas e sociais na História Antiga e no Pré-Capitalismo, como um todo, possam se balizar e saber por onde começar no caminho da produção historiográfica na área.

1. ECONOMIA E FINANÇAS NA ANTIGUIDADE: UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Nesta seção procuraremos apresentar as distintas posições historiográficas sobre a Economia Antiga que marcaram a intelectualidade burguesa ao longo do século XX. Demonstraremos que, ainda que antagônicas no discurso, os pressupostos dessas posições possuem uma raiz comum, justamente, no pensamento e ideologia dominantes no capitalismo (KNUST, 2012, p. 19).

[2] Também essa seguinte afirmação de Ciro Cardoso e Héctor Brignoli sobre Maurice Godelier nos é central: “Em nossa opinião, um dos pontos nevrálgicos cios avanços posteriores a 1960 é o aprofundamento, ao mesmo tempo em teoria e em aplicação, dos conceitos-chave de *modo de produção* e *formação econômico-social.* Desde 1964, Maurice Godelier insistiu em certos aspectos essenciais da questão: 1) a natureza hipotética dos esquemas marxistas de evolução das sociedades e, em geral, das construções teóricas; 2) o caráter de *modelo* da noção de modo de produção, abstração construída a partir do real, mas que o reduz a suas estruturas essenciais e só permite colocar a evolução em termos de desenvolvimento das possibilidades e impotências *internas* das referidas estruturas; 3) a necessidade de provar a validez dos esquemas hipotéticos ao nível da história concreta, cuja ‘infinita variedade’ devem permitir decifrar. Em textos posteriores tratou de mostrar, na prática, como aplicar as noções de base às análises de casos (formações econômico-sociais)”. (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979, p. 80). Cf. KNUST, 2016, pp. 217 – 219.

Em primeiro lugar, teceremos críticas a duas concepções distintas que movimentaram a historiografia econômica e social da Antiguidade ao longo do século XX, a dos "modernistas" e dos "primitivistas". Assim, iniciaremos com a apresentação e a crítica da concepção de universalidade do princípio econômico que se faz presente em autores "modernistas" de fundamentação sobretudo marginalista (TEMIN, 2004, p. 706). Tal concepção se manifesta em considerações como as de Michael Rostovtzeff, o qual argumentou a existência de um "capitalismo em Roma"[3] (ROSTOVTZEFF, 1967, p. 153.); ou a partir da aplicação de um método quantitativo de levantamento de dados sob a influência da estatística e da econometria (LANGE, 1963, p. 167 - 168), como foi desenvolvido por Tenney Frank, com fins de se fazer um estudo sobre a variação das taxas de juros em Roma (FRANK, 1933, p. 269 - 271). Além desses autores da chamada "segunda fase" da controvérsia (ANDREAU, 2015, p. 8)[4], este paradigma também vai ser observado atualmente nos trabalhos de Peter Temin o qual vai afirmar que existiu um sistema financeiro organizado em Roma e vai entender que isso é uma expressão de progresso e de civilização (TEMIN, 2004, p. 719). E, posteriormente, ao desenvolver seu estudo sobre Roma, Schiavone faz uma observação sobre o campo da História Econômica:

> Nesse sentido, a objeção de Andrea Giardina, para quem toda interpretação global da economia romana não pode ser considerada uma verdadeira "história econômica" (no sentido agora habitual da expressão), mas sim uma versão particular de "história social", revela-se, sob muitos aspectos, particularmente perspicaz. Seria de

[3] Uma obra pioneira que tece críticas centrais a essa ideia é o artigo de Meyer Reinhold *Historian of the Classic World. A Critique of Rostovtzeff*, em que o estadunidense afirmou, ao criticar a concepção rostovtzeffiana de Economia Antiga: "*he proceeds from a preconceived notion of a 'natural' centralized system of production, and accordingly views the predominantly local character of ancient manufacture, imposed by the fetters of transportation limitations, as a calculated deviation from such a 'natural' centralization*." (REINHOLD, 1946, p. 367). E posteriormente: *"Idealizing a capitalist society* (...) *Rostovtzeff has transfered to antiquity the typical modern bourgeois glorification of competitive capitalism* (...)." (REINHOLD, 1946, p. 371 - 372).

[4] Andreau considera que Frank na verdade está mais à parte dessa controvérsia que Rostovtzeff, não sendo tão influenciado pelos seus norteamentos quanto o historiador russo. Também é importante observar que o historiador francês subdivide a "controvérsia Bucher-Meyer" em 4 fases: a primeira toma forma nas origens da História Econômica enquanto campo de pesquisa no final do século XIX e primeira década do século XX entre Karl Bucher e Eduard Meyer; a segunda fase toma forma na segunda e terceira décadas do século XX com contribuições de J. Hasebroek, Michael Rostovtzeff e Tenney Frank; a terceira fase tem seu ápice entre as décadas de 1970 e 1980 com as inovações de Moses Finley e seus discípulos; e a quarta fase seria o período pós década de 1990 com autores como Ian Morris, W. Scheidel, R. Saller, Peter Temin e W. Harris, remanescentes de ambos lados da controvérsia e aqueles autores como Jean Andreau que já vêem uma necessidade de superação desses velhos paradigmas.

> fato arbitrário e forçado se referir de modo rigoroso a uma "economia" romana. Se continuamos a fazê-lo, é somente por uma convecção lexical que a palavra economia tem, neste caso, um significado bem diverso daquele moderno, para nós familiar, e serve apenas para identificar um sistema de conexões entre planos distintos e uma rede intrinsecamente multiforme de problemas e eventos. (SCHIAVONE, 2005, p. 72 - 73).

Porém, para que essa proposta faça sentido epistemológico, é necessário, primeiramente, definir o que entendemos como o "pensamento econômico" dos romanos. Essa temática certamente é uma das mais complicadas, como a própria tentativa de se definir "economia" também o é. No entanto, não é possível justificar o primeiro sem propor uma definição para o segundo.

Em nossa concepção, as relações econômicas em Roma eram fundamentadas por uma complexa rede de pesos e contrapesos sociais, baseadas na contradição social que entendemos como a dominação de um grupo por outro. Segundo Jerry Toner, os grupos sociais subalternos:

> (...) *adopted what can be described as a system of patron management (or master- and husband-management for slaves and women), which was designed to avoid the perilous dangers that contact, let alone confrontation, with the powerful could bring. In effect dual modes of conduct were in operation: one for friends and other ordinary people; another for patrons and superiors. Apuleius notes the deference of the poor for the rich. They assumed the hesitating, risk-averse habits of the slave, always watching attentively for any tell-tale signs of mood-change in their master and shaping their language to conceal any personal opinions that might conflict with his interests*. (TONER, 2009, p. 32).

O contrapeso social das elites envolvia o uso que estas facial de seu status e poder econômico para exigir a deferência dos grupos subalternos, ao mesmo tempo que necessitava deles para manter-se dominante:

> *The elite used wealth to extract deference, but the people also actively managed the elite by showing their appreciation. The elite needed popular approval to help produce public legitimacy for their powerful position. By reacting positively to certain acts of patronage, the non-elite were able not just to encourage donors to continue to give but to give in particular ways*. (TONER, 2009, p. 33).

Este complexo de relações sociais é possível de ser relacionado àquilo que Edward Palmer Thompson chamou de "economia moral". Nesse caso, é a ideia de que os grupos subalternos entendendiam que era responsabilidade das elites manter as relações econômicas funcionais. Ou seja, a escassez e

demais crises - de aluguéis, fome, endividamento, etc. - também eram de responsabilidade das elites. Segundo Thompson, ao analisar os protestos envolvendo a escassez de pão na Inglaterra setecentista:

> (...) entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo ou da deferência. (...) tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares e vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quando a privação real, era o motivo habitual para a ação direta. Embora essa economia moral não possa ser descrita como 'política' em nenhum sentido mais avançado, tampouco pode ser descrita como apolítica, pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum - noções que na realidade encontravam algum apoio na tradição paternalista das autoridades; noções que o povo, por sua vez, fazia soar tão alto que as autoridades ficavam, em certa medida, reféns do povo. Assim, essa economia moral não se intrometia apenas nos momentos de perturbação social, mas incidia de forma muito geral sobre o governo e o pensamento do século XVIII. (THOMPSON, 2005, p. 152 - 153).

Para Toney esta análise também é possível de ser feita para pensar a noção de Economia em Roma:

> (...) *when it came to crises, the people showed that they expected their rulers to sort out their problems. In part, this stemmed from the general belief that the elite were to blame for food crises in the first place.* (...) *In a famous article, Thompson argued that a strong sense of popular morality could be discerned in protests of this kind. The people believed in a fair price for bread and they held a strong expectation that the authorities were obliged to police the market so that it operated fairly. As such, the people believed in a moral economy. Food protests reflected a traditional view of social reciprocity between the rulers and the ruled, and popular anger erupted when this established social contract was broken. Protest was a way of bringing popular complaints into the public domain, without risking full-scale confrontation.* (...) *The people, in part at least, based these complaints on the same paternalistic standard that the elite held. But protest can also be seen as a strategy to try and kick the problem upstairs. And kicking the problem upstairs can be seen as an act of flattery*. (TONEY, 2009, p. 35 - 36).

Assim, a relação de dominação de um grupo social[5] sobre outros não se limitava ao uso da força, também abarcando uma imposição cultural, naquilo

[5] Para mais sobre os "grupos sociais" em Roma, cf. NICOLET, 1977, p. 727; STE. CROIX, 1981, p. 43 - 44.

que chamaremos aqui de eixo ideológico: mediante elementos relacionados aos costumes, à moralidade, à cultura e à filosofia (WILLIAMS, 1977, p. 11-74; 121-127)[6]. Portanto, as relações sociais de produção só podem ser entendidas quando analisadas de forma correlata aos demais elementos, em um todo social. É essa correlação, a partir da totalidade, que fornece os elementos de fundamentação das estruturas sociais analisáveis em variados períodos históricos.

Em segundo plano, tendo definido o uso aqui feito da "economia" e o seu papel na forma de se estudar determinada estrutura social, como a economia operaria para os romanos? O que os marxistas negam, no caso, é a universalização e naturalização da moralidade e ideologia burguesas ao longo da História da humanidade (LOSURDO, 2006, p. 15). Esse é o ponto central quando Maurice Godelier discute a "racionalidade", pois nos permite alicerçar que as funcionalidades e impactos das relações sociais são determinadas pela ambientação histórica e suas implicações econômicas, políticas, sociais e culturais.

A questão é que a "racionalidade" econômica romana deve ser pensada enquanto análise das especificidades estruturais e contradições da dominação e exploração social dos romanos. Todavia, isso pode promover a posição de Moses Finley que, sobre essa seara, concluiu que as fontes literárias da Antiguidade compunham uma "indiferença da maioria dos escritores da Antiguidade para com os assuntos econômicos (...)" (FINLEY, 1994, p. 42). Posteriormente, o historiador estadunidense arremata que, ao discutir os tratados agrícolas de Columela, Catão e Varão: "revela uma completa ignorância da noção de custo-eficiência" (FINLEY, 1994, p. 50).[7]

[6] O conceito de "dominação" segundo Antonio Gramsci é a união da "coerção" com o "consenso" para exercer a dominação de um grupo sobre outros, cf. CC, v. 3, §17, p. 42 – 43; MARTINS; NEVES, 2014, p. 81.

[7] Segundo Miguel Soares Palmeira: "Com alusões a Cícero e a outros textos (literários e legais) da época, Finley observa que se vinculava um sentido depreciativo a atividades como importação de alimentos, metais, escravos e bens de luxo, construção de casas, templos, e estradas e fabricação de produtos manufaturados. Tais atividades estavam em larga medida concentradas nas mãos de homens de baixo status porque a elite cidadã não estava apta, em número suficiente, a conduzir estes ramos da economia (...) e mesmo de posse dos recursos e do poder político, que teoricamente a habilitava ao comando de pessoal, faltava à elite o desejo para tanto ou, em outras palavras, acometia-lhe a inibição, enquanto um grupo discernível em função de seus padrões de gasto e consumo, de contraria certos valores que lhes eram caros." (PALMEIRA, 2007, p. 38).

A origem desta forma de entender as relações econômicas na Antiguidade está na ideia da economia como um "processo social" em Karl Polanyi, segundo Miguel Soares Palmeira:

> No lugar do entendimento de toda economia como um mecanismo potencial de oferta e demanda de preços, Polanyi propunha uma análise da economia como *processo social*. Da significação do termo "econômico" como "economia dos meios", passar-se-ia então à de "economia substantiva", processo institucionalizado de interação entre o homem e seu ambiente que se traduz pela provisão contínua dos meios materiais permitindo a satisfação das necessidades. (...). Essa experiência mostrar-se-ia crucial para a formação de Finley. (PALMEIRA, 2007, p.36).

A partir desta influência dos parâmetros conceituais abordados por Polanyi, Finley procurará estabelecer uma abordagem que restituísse:

> às atividades econômicas greco-romanas suas origens e seus sentidos 'reais' ou 'substantivos' (por oposição a padrões de comportamento econômico 'modernos' aos quais mostrava-se afeita, conscientemente ou não, a maioria dos historiadores da Antigüidade Clássica) (...). (PALMEIRA, 2007, p.36).

Porém, essa concepção nos é insatisfatória. O arcaísmo dos primitivistas chega à conclusão "imperiosa" de que as finanças e o empréstimo de dinheiro a juros teriam a única função de atender demandas de consumo[8] (ANDREAU, 1999, p. 147), essa tese justifica a ideia de que o aparato financeiro nunca atuava na produção. Essa posição reforça o limite em Finley de que não haveria relações econômicas complexas na Antiguidade[9] (FINLEY, 1999, p. 23), o que para nós é um equívoco. Essa tese está em acordo com a seguinte posição de Max Weber, ao fazer seu clássico estudo sobre a História Agrária de Roma:

> (...) não se podia esperar de proprietários de semelhante calibre uma gestão econômica constante e prudente: de ordinário, seu interesse se limitava em perceber uma renda fixa em dinheiro destinada, na

[8] Essa posição dos "primitivistas" também é fruto do modelo finleyniano da "cidade consumidora", na qual a *urbs* seria algo como um complexo urbano parasitário daquilo que era produzido pelo campo (ANDREAU, 2015, p. 20).

[9] Essa defesa do arcaísmo não fica distante da análise de Karl Polanyi, que aprofunda o estudo de Max Weber nessa seara ao reforçar a importância das instituições para a operacionalização da Economia. Ao analisar a "economia" em Aristóteles, reforça a tese de distanciamento da concepção de economia centrada em mercados, potencializando a tese de que a economia antiga seria centrada nos aspectos domésticos e não no Mercado, como entendido pela intelectualidade burguesa (POLANYI, 1957, p. 92 – 93). Posição reforçada posteriormente em: POLANYI, 1957, p. 247. Uma crítica a Polanyi em sua digressão sobre a Economia Antiga está em: CARDOSO, 2003, p. 154.

> maioria das vezes, a satisfazer urgentes necessidades monetárias do momento. (WEBER, 1994, p. 187).

Primeiramente ainda que o dinheiro nunca se transformasse em capital[10] (ANDREAU, 1999, p. 4), o comércio em Roma era extremamente monetizado. E sobre isso Karl Marx concebeu que:

> (...) a mera existência da riqueza monetária, mesmo sua conquista de uma espécie de supremacia, não é bastante para esta dissolução resultar em capital. Se fosse, a Roma antiga, Bizâncio, etc., teriam concluído sua história com trabalho livre e capital ou melhor, teriam começado uma nova história. Ali a dissolução das velhas relações de propriedade estava ligada, também, ao desenvolvimento da riqueza monetária – do comércio, etc. (MARX, 1985, p. 102).

Não apenas isso, mediante avanços de captação e investigação de fontes com o advento da arqueologia, se tornou notório que o empréstimo de dinheiro a juros não era somente destinado ao consumo de bens de satisfação imediata. Sabe-se que o dinheiro era empenhado em assuntos de interesse produtivo. Contrariando a tese "primitivista", entende-se que não apenas havia uma economia na antiguidade romana como também tal economia tinha aspectos de complexidade. Nesse sentido, essa proposta tem acordo com a crítica de Ciro Cardoso quando este afirmou que:

> O que se afirma é (...) a impossibilidade de definir de forma autônoma a economia, o nível econômico, no relativo à Antiguidade Clássica. Isto porque – e neste ponto é manifesta a influência de Polanyi –, asseguram-nos os partidários do paradigma dominante, naquele período o que nós chamamos de 'nível econômico' só pode ser entendido em função do social global e, mais especificamente, do nível 'político'. A análise econômica só teria sentido, então, subordinada a uma análise com forte ênfase política; na verdade, quase como uma espécie de subproduto desta última. (CARDOSO, 1994, p. 180).

Porém, não nos limitaremos aqui a esse já antigo debate da mais que centenária controvérsia Bucher-Meyer[11] (KULA, 1977, p. 23 - 24). Visamos ir além de uma simples restrição à contradição "arcaísmo-modernidade" para apresentar as contribuições historiográficas sobre as relações sociais de produção em Roma. Nesse sentido, como operava e o que era essa Economia

[10] Para mais sobre, cf. GODELIER, 1978, p. 45.

[11] Porém, a nível de acréscimo, achamos importante mencionar alguns trabalhos nem modernistas nem primitivistas que se notabilizaram por, em nossa visão, apesar de ainda reproduzirem conceitos modernistas, já apontar para uma desvinculação do velho modernismo de Tenney Frank e Rostovtzeff, mesmo antes da popularização das obras de Moses Finley na década de 1970, cf. BRUNT, 1974, p. 20 - 23; BRUNT, 1988, p. 178; BADIAN, 1968, p. 16 - 27; BADIAN, 1972, p. 14; NICOLET, 1977, p. 727; NICOLET, 1988, p. 118 - 211.

Romana? Nós seguiremos a posição definida pelo historiador francês Jean Andreau:

> *The city of Rome, and the empire at large had a major influence on business. The public authorities promulgated rules (for example, on the interest rate). They regulated the various trades. They alone could mint coins or authorize the minting of coins by others (generally cities within the Empire). In the course of their exploitation of public property, known as* publica*, they became involved in vast business ventures, sometimes agricultural (the exploitation of the public land that was leased out), sometimes commercial (supplies for the armies) or 'industrial' (public building projects), and frequently financial (the collection of taxes, the transfer of funds, and foreign exchange operations)*. (ANDREAU, 1999, p. 5).

Dessa forma, sabe-se que a Economia Romana era centrada em aspectos fundiários, comerciais e financeiros. E, sobre a elite dominante romana, é importante pontuar que era uma elite proprietária de terras da qual seus interesses financeiros, em larga medida, provinham de suas posições políticas na cidade (tanto legalmente quanto ilegalmente). Ou seja, a elite possuía interesses financeiros para além da agricultura, e, vale mencionar, em considerável medida, esse interesse estava em questões relacionadas ao empréstimo de dinheiro a juros, como prossegue Andreau:

> *These landowning elite members derived large incomes (sometimes legally, sometimes illegally) from their political role in the city – a role for which, nevertheless, the cost was high. They also had other non-agricultural private interests. Over recent years there has been much discussion about the extent of these other interests, but there can be no doubt of their existence*. (ANDREAU, 1999, p. 9).

Portanto, ainda que a elite tivesse laços consubstanciais com o eixo fundiário das relações sociais de produção, o papel que as relações financeiras detinham era significativo em seu cotidiano. Estava presente nos seus costumes, na sua cultura e no seu uso do poder político e social.

Assim, M. W. Frederiksen chegou à seguinte conclusão: "*financial indebtedness, and the whole complex of credit and loan which accompanied many a senatorial career, must have sometimes compromised a political position and tempered ideal convictions*" (FREDERIKSEN, 1966, p. 131). Porém, elas operavam por um código de costumes e moralidades[12] que as impeliam a não agir "diretamente" quando se tratava do empréstimo de dinheiro

[12] Uma ideologia, mas que, diferente da ideologia liberal-burguesa, não se pretendia universal, portanto, se restringia à aristocracia romana.

a juros – profissionalmente – e outras ações voltadas ao comércio (ANDREAU, 1999, p. 13). Esse código de honra da elite era parte de um ideal conservador que foi amplamente defendido por Marco Túlio Cícero no tratado *De Officiis*, o qual o senador romano defende a filosofia do *otium cum dignitate*[13], o ócio das elites.

> Os meios de vida que são rejeitados como indesejáveis são aqueles que vão levar o mal às pessoas, como os cobradores de impostos e os usurários. Não é próprio de um cidadão, e também vulgar, os meios de vida ligados aos trabalhadores assalariados, os quais pagamos pelo trabalho manual. (...) de todas as ocupações em que o ganho é seguro, nenhuma é melhor que a agricultura, nenhuma é mais rentável, mais maravilhosa nem própria de um homem livre. (Cic. *De Off*. I, 42.) (tradução nossa).

Cícero, portanto, estabeleceu que o papel do cidadão romano – da elite – era o de discutir a política, estudar e filosofar, sendo que os ofícios e o trabalho seriam destinados, sobretudo, aos escravizados (GAIA, 2018, p. 652). É a partir disso que Cícero entendia que os profissionais das finanças – ao que envolve os intermediários financeiros – assim como todos os outros "profissionais especializados em um ofício" da formação social romana ocupavam profissões tidas como *sordidi*, não dignas de um cidadão. O que fica demonstrado na seguinte passagem de Deivid Gaia:

> Cícero, no século I a.C., ao escrever conselhos ao seu filho faz a distinção entre atividades de honra (*liberales*, em latim), dignas de um cidadão, e as desprezíveis (*sordidi*, em latim). Ele elenca todas as atividades profissionais técnicas como desprezíveis, não dignas de um homem livre (...) O profissional (...) o *faenerator*, emprestador de dinheiro profissional, é um dos primeiros a ser citado por Cícero como profissão desprezível. (GAIA, 2018, p. 653).

Porém, essa moralidade de Cícero não impediu que senadores – ele incluso – agissem de forma ativa na vida financeira da época (SHATZMAN, 1975, p. 76). E, não apenas no empréstimo dinheiro para amigos, mas cultivando interesse em negócios variados[14] – é importante mencionar que a

[13] Peter Brunt observou que "*the programme of 'otium cum dignitate' which he outlined in 56 was indeed calculated to meet the desires and interests of all men of property. The programme included direction of affairs by the senate*" (BRUNT, 1988, p. 148).

[14] Com relação aos agentes financeiros, é sabido o caso de Sérgio Licínio Crasso, do qual agia como "investidor": empregava dinheiro em determinada companhia mediante um contrato firmado legalmente. Essa companhia teria a responsabilidade de empregar esse dinheiro de forma "produtiva", ou não, e pagar "dividendos" a Crasso (ANDREAU, 1999, p. 145).

forma com que os senadores mantinham seus interesses ativos em relação ao empréstimo de dinheiro a juros era através de intermediários financeiros[15].

Por fim, entendemos ser importante expor uma análise de José Knust sobre as atuais renovações no âmbito da História Econômica e Social na Antiguidade entre os herdeiros teóricos da controvérsia do século XX. No caso, Knust observou que existe grande influência nesse nicho historiográfico das formulações neoinstitucionalistas presentes nos trabalhos de Doulgass North, o que vai ser aplicado na História Antiga por autores como Dennis Kehoe e outros proponentes da temática no *Cambridge Economic History of Graeco-Roman World*, de 2008:

> (...) a partir dos trabalhos do ganhador do prêmio Nobel de Economia Douglass North (...) há alguns anos tornou-se hegemônica no mundo anglo-saxão. Sua onipresença no *Cambridge Economic History of Graeco-Roman World*, laçado em 2008, mostra tal hegemonia. (...). O exemplo paradigmático deste uso é o trabalho de Dennis Kehoe sobre a relação entre o Direito Romano e a Economia Rural, no qual ele tenta mostrar como o desenvolvimento de instituições jurídicas para as relações agrárias permitia uma melhor perfomance econômica no mundo romano. (KNUIST, 2012, p. 20 - 21).

Knust conclui que essas formulações são consequência de:

> Tanto os trabalhos de Temin quanto a onda neoinstitucionalista são frutos de um mesmo contexto histórico. (...) se o impacto da expansão econômica e industrial marcava as análises modernistas e primitivistas da transição do século XIX para o XX, o impacto da globalização e do triunfalismo capitalista também o fazem com os historiadores neomodernistas da transição do século XX para o XXI. (KNUST, p. 21).

Ou seja, autores de ambos campos tiveram direta influência de problemáticas oriundas da ideologia dominante no capitalismo para pensar a Economia Antiga, inclusive determinando suas afinidades de classe. Os campos historiográficos que se digladiaram ao longo do século XX atenderam a uma função congruente, pois ambos escopos são fruto de uma formação intrínseca à institucionalidade acadêmica sob o capitalismo, ainda que com matizes antagônicos, como demonstramos.

Suas problemáticas acabaram por confluir nessa seara intelectual, com suas finalidades restritas à comprovação de teses oriundas do liberalismo

[15] A categoria “Intermediários Financeiros” a qual mobilizamos, segue a nossa interpretação das formulações do tema em Koenraad Verboven e Deivid Valério Gaia, cf. GAIA, 2018, p. 654; VERBOVEN, 2008, p. 212 - 213.

burguês e suas formas de entender o funcionamento das relações econômicas. Isso não significa que suas contribuições não nos sejam úteis, muito pelo contrário, já que a exploração do contraditório e do processo de análise crítica são marcas dos marxistas, mas nos apresenta a constatação das limitações formuladoras daqueles pesquisadores.

2. HISTÓRIA ECONÔMICA NA ANTIGUIDADE E MARXISMO

Nesta seção será feito um balanço das contribuições de marxistas à História Econômica e Social, quando pensada para a Antiguidade, seguida por uma discussão bibliográfica sobre as contribuições recentes nesse campo teórico-metodológico, em busca de uma renovação dos estudos do marxismo sobre a Economia Romana. Procuraremos fazer uma vinculação a esse campo de pensamento, reivindicando, sobre as contribuições para a História Econômica e Social de Ciro Flamarion Cardoso e Pierre Vilar.

Primeiramente, se faz necessário compreender o que diferencia o marxismo de outras formas de se pensar a História, de maneira com que compreendamos as valências das contribuições dos pesquisadores que mobilizaram e mobilizam categorias provenientes dessa forma de se analisar a realidade social, para intervir na seara da História Econômica. Segundo Witold Kula:

> *Pero el marxismo no era sólo una concepción sintética de la historia económica, sino también una teoria y un programa para la prática revolucionaria, y ambos aspectos se hallaban diretamente, en el espíritu de los creadores del marxismo, de esa misma comprensión de la teoria del económico. Estol e conferia al marxismo um caráter especial y uma excepcional fuerzza respecto a las demás teorias científicas, como asimismo se la daba em la actividad científica*. (KULA, 1977, p. 16).

Portanto, o que destaca o marxismo perante outras fundamentações teóricas, outras visões de mundo, é justamente sua posição unificadora entre análises científicas e intervenção revolucionária militante. Fator que não passou despercebido para Pierre Vilar:

> (...) o marxismo estabelece um laço (e é, sem dúvida, simultaneamente seu direito e dever) entre a atitude militante e uma actividade global na qual se insere naturalmente a sua actividade profissional. (...) É raro que o historiador erudito, o historiador por vocação, possa conciliar o seu trabalho quotidiano com uma acção militante. (...) o marxista encontra-se numa posição privilegiada, no

> sentido de que pode prestar serviço à marcha da humanidade na medida em que pensa correctamente a história, e o movimento em frente da humanidade - até mesmo nas suas complexidades e nas suas regressões, atrasos e dificuldades - é para ele uma constante lição de história. Não pode haver contradição entre a atitude científica e o empenhamento, precisamente porque o empenhamento consiste na atitude científica. (VILAR, 1982, p. 193).

E Kula segue com a seguinte posição:

> *Desde la aparición del marxismo, los puntos en litígio dentro de la ciência habrían de ser los siguientes:*
> *a) La existência misma de las regularidades de desarrollo,*
> *b) Su carácter,*
> *c) Su contenido,*
> *d) Las conclusiones extraídas*. (KULA, 1977, p. 18).

Esta precisa apresentação de Witold Kula nos permite ter uma primeira impressão sobre a forma com que os marxistas se apropriaram dos debates concernentes à História Econômica, em princípios do século XX. Para além disso, uma tentativa de sistematização dos métodos da História Econômica, tendo em vista uma perspectiva no marxismo, está no livro *Os Métodos da História: Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social* de Ciro Flamarion Santana Cardoso e Héctor Pérez Brignoli. Nessa obra, os autores apresentam o desenvolvimento da História Econômica, com um caráter de "apresentação ao tema" que, sendo tal o objetivo do livro, de fato possui a capacidade de introduzir o leitor às complexas metodologias inseridas nessa seara teórica. Sobre a influência que o marxismo vai ter nas searas da História, os autores Cardoso e Brignoli observam que:

> Naturalmente, esta influência foi sensível, principalmente, no campo da História Econômica, exercendo-se nos mais diversos planos: as discussões sobre a importância e os alcances do econômico, o conceito de capitalismo, o debate sobre suas origens, etc., (...) Podemos resumir a influência de Marx sobre a historiografia contemporânea em três pontos fundamentais:
>
> 1º o estímulo a estudos de processos econômicos e sociais a longo prazo, incluindo uma análise das consequências sociais das transformações tecnológicas e econômicas;
>
> 2º um renovado interesse pela pesquisa sobre classes sociais e o papel dos movimentos de massa na história;
>
> 3º uma crescente preocupação com os problemas de interpretação e, especialmente, com o estudo das leis ou mecanismos de evolução

> das sociedades e por sua comparação. (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979, p. 83).

O aparato teórico-metodológico formulado e sistematizado por Cardoso e Brignoli já aparecia em formulações do final dos anos 1950 de Pierre Vilar. No caso, o historiador francês se notabilizou por debater nos Congressos e Conferências da área da História Econômica na Europa a utilização do marxismo para pensar a ciência histórica. Fundamentalmente, suas críticas foram direcionadas à concepção burguesa de produção do conhecimento na Academia, ou seja, à compartimentalização dos saberes, Vilar defendia que:

> (...) a constante *interação* entre *todos* os factores que determinam o funcionamento das sociedades e as suas transformações lentas ou brutais, factores que não são *apenas* de ordem económica, mas também não podem ser somente de ordem demográfica, ou climática, ou biológica, ou política, ou psicológica. A história *parte* da *observação* de *todos* os factores (...). (VILAR, 1982, p. 9).

Essa necessidade de se analisar a economia inserindo-a no todo social, na totalidade, está em comum acordo com a seguinte observação de Cardoso:

> Não pretendo negar que o surgimento da economia política se tenha ligado, historicamente, a uma autonomia relativamente maior, nas sociedades modernas, do econômico na totalidade social. Também não nego que o peso dos fatores extra-econômicos na reprodução da sociedade global seja maior no pré-capitalismo – se bem que, como disse Pierre Vilar, a sociedade capitalista também não pode ser pensada sem a cristalização pelo direito e no direito da propriedade privada, isto é, da apropriação (usurpação da terra, dos capitalistas e dos bens de produção). (CARDOSO, 1994, p. 176).

E, posteriormente, Cardoso estabelece a diferença fundamental entre a noção de economia para o pensamento burguês e para o marxismo, ao criticar as concepções de pré-capitalismo de Antônio Barros de Castro e Raúl Olmedo, que, segundo sua apuração, mais se assemelhavam às concepções neoclássicas:

> É provável, por outro lado, que tanto Olmedo quanto Castro tenham raciocinado a partir da concepção restritiva atualmente vigente sobre o que é “o econômico” – concepção resultante de correntes como o marginalismo, e também do surgimento de disciplinas especializadas entre as quais barreiras acadêmicas foram elevadas (economia, sociologia, demografia, antropologia, etc.). Em contraste, na economia política marxista a concepção do “econômico” é muito mais ampla (...). (CARDOSO, 1994, p. 178).

.

Nós entendemos que estas formulações possam contribuir para uma renovação da forma de pensar a economia antiga com a mobilização de categorias oriundas do marxismo. O que não significa que concordamos com análises insuficientes, ou simplesmente equivocadas, provenientes de autores marxistas. Por exemplo, segundo Sergey Kovaliov, no clássico *História de Roma*, a revolta de escravizados comandada por Espártaco (73 - 71 AEC) foi o ápice de um processo revolucionário no final da República, enquanto um suposto "movimento democrático" (sic) coordenada pelos tribunos da plebe no século anterior estava debilitado por uma série de derrotas (KOVALIOV, 1959, p. 290). Esta abordagem, ainda que com sua relevância para a historiografia, já não é mais atualizada e possui concepções conflitantes com a análise documental.

Já a partir da década de 1980, com a influência de historiadores ligados ao Partido Comunista Italiano (PCI) e ao Instituto Gramsci, foi organizado um Seminário onde se visou fazer uma rediscussão do pensamento marxiano voltado para a Antiguidade. Contou com membros pesquisadores italianos como Andrea Giardina, Aldo Schiavone e Luigi Capogrossi Colognesi – além de ter contado com a contribuição de Antonio La Penna e Ettore Lepore. Este seminário, que se convencionou chamar de *Seminario di Antichistica*, teve direta influência de um debate de resgate do estudo do pensamento de Karl Marx, por consequência da publicação dos *Grundrisse* em anos anteriores[16]:

> *The Seminario* di Antichistica*, instituted in 1974 by young scholars such as Andrea Giardina (1949), Aldo Schiavone (1944) or slightly more senior ones, like Luigi Capogrossi Colognesi (1935), with the contribution of a few established figures, like the aforementioned Antonio La Penna (1925) and Ettore Lepore (1924-1990). The results of the theoretical effort of the group can be found in Analisi Marxista e Società Antiche (1978) and informed a rich discussion around the concept of the slave-owning mode of production. The largest part of the intellectual production of the Seminario, however, was published in three volumes, edited by Giardina and Schiavone in 1981*. (ZUCHETTI, 2021, p. 17).

Ainda que o *Semminario* tenha sido importante para pensar uma produção marxista sobre a Economia Antiga, o grupo possui algumas limitações epistemológicas. Em primeira medida, a influência dos estudos de

[16] Essa publicação do então inédito texto de Marx causou um impacto no movimento marxista globalmente como observaram Cardoso e Brignoli (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979, p. 77).

Gramsci aparentou ser muito mais "etérea" do que propriamente conceitual[17]. O foco estava em se investigar, quase que exclusivamente, aspectos produtivos na Antiguidade, voltados para um aprofundamento do modo de produção escravista. E sobre essa questão, Emílio Zucchetti chegou à seguinte conclusão:

> *The same programme informed the choice of topics for the papers that constituted the third volume of Società antica e produzione schiavistica, where, however, Gramsci is never explicitly discussed. While the first two volumes deal with the Marxian programme that the group set itself, the third volume contains seven papers, generally focused on the interactions between socio-economic bases and superstructure, and particularly on law and ethical models. The aim of such a programme seems to be a discussion of the social norms and models that organised what Gramsci called "common sense".* (ZUCHETTI, 2021, p. 19).

Porém, ainda que tenha tido suas limitações, o *Semminario* a nosso ver, potencializou um marco para os historiadores marxistas da Antiguidade. Tanto em termos de análise quanto em termos de discussão. Até então não havia registro de um grupo formado com o objetivo de aprofundar os estudos marxistas – com uma pretensa influência de Gramsci – na História Antiga.

Além do mais, um grupo que vem desenvolvendo na atualidade uma tentativa de se renovar os estudos gramscianos sobre a Antiguidade, seja em aspectos econômicos ou não, é o *Gramsci's Network Research* (Rede de pesquisas de Gramsci) Esse grupo surgiu em 2017 na Universidade de Newcastle a partir de uma conferência denominada *Antonio Gramsci and the Ancient World*. O evento pretendeu reunir pesquisadores que estivessem produzindo pesquisas sobre a História Antiga utilizando categorias gramscianas ou a partir de paradigmas gramscianos.

Os objetivos desse evento eram principalmente dois: mobilizar os pesquisadores marxistas da História Antiga de diversos países em torno de um grupo organizado – são poucos os marxistas que se debruçam hoje em História Antiga quanto mais em um grupo para aprofundamento de pesquisas

[17] E como observou Emílio Zucchetti "*the focus of the Seminario's research is more on Marxian approaches, and particularly on the ideas expressed in Marx's Formen, die der kapitalischen Produktion vorhergehen (1857 – 1858). In Analisi Marxista, Gramsci is evoked only in Massimo Brutti's introduction and in La Penna's intervento, a speech in response to the papers presented during the conference from which the book originated. Brutti first mentions and discusses Gramsci's notes about Corrado Barbagallo and Ettore Ciccotti*". (ZUCCHETTI, 2021, p. 18).

acadêmicas[18] – detendo, por conta disso, um caráter objetivamente internacional; e, ainda, incentivar a criação de novos eventos para gerar acúmulos historiográficos acerca desse tema, tal qual divulgar *papers* e demais produções bibliográficas para uma maior atualização da seara marxista na Antiguidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo nós procuramos apresentar distintas perspectivas historiográficas sobre as relações econômicas e sociais na Roma Antiga. Todavia, entendemos que o trabalho que procuramos desenvolver aqui teve duas finalidades, a de demonstrar as divergências na área e a de apresentar alternativas que nós procuramos nos vincular.

Um ponto importante dos debates em História, em nossa opinião, é a capacidade que os pesquisadores precisam ter de se apropriar de contribuições valorosas de autores com linhas teóricas divergentes. Uma característica que nós entendemos ser central para os marxistas que pretendam se embrenhar no campo fértil da História Econômica na Antiguidade.

Como examinamos, existem muitos historiadores que, apesar de terem tido influência de pesquisadores que foram filiados a um dos campos, não se reivindicam continuadores da controvérsia. Pois, na época atual, o problema que origina tal controvérsia já foi substituído por outros, que correspondem mais fidedignamente à realidade do capitalismo tardio. Assim, estes autores, proporcionam ao pesquisador novas possibilidades e perspectivas.

O marxismo, como lhe é próprio enquanto forma de entender a realidade, exige que os seus pesquisadores saibam examinar e reapropriar interpretações, conceitos e debates que foram desenvolvidos por autores com

[18] Também existe atualmente no Brasil o Centro Ciro Cardoso de Pesquisa do Pré-Capitalismo (CCCP-Prék) que vem desenvolvendo um trabalho bem qualificado no aprofundamento de paradigmas caros ao marxismo em formações sociais pré-capitalistas. Abarcando não somente formações sociais do Mediterrâneo Antigo, mas também Asiáticas e mesmo de outras temporalidades como a Europa Medieval. Uma produção recente desse grupo pode ser encontrada na seguinte edição da Revista *Sociedades precapitalistas* da *Universidad de La Plata*: Dossiê: os Campesinos na História "*Dossier: Los Campesinos en la Historia*". Buenos Aires: *Sociedades precapitalistas – Centro de Estudios de Sociedades Precapitalistas Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Universidad Nacional de La Plata*, *enero-diciembre* 2021, v. 11, ISSN 2250 – 5121.

linhas divergentes do marxismo. O volume reduzido de trabalhos com essa perspectiva, mesmo hoje, exige que os novos pesquisadores sejam criativos e ousados, e parte disso advém da capacidade de incorporar análises, com outras linhas teóricas, às suas próprias formulações.

Portanto, existe um potencial elevado que tenhamos renovações que abordem novos e velhos problemas sem amarras às escolas historiográficas X ou Y. E os marxistas, assim, podem contribuir nessa leva de renovações. Ao procurar atualizar a mobilização de conceitos advindos do teóricos marxistas e incorporar categorias oriundas de autores não-marxistas, os novos pesquisadores podem contribuir para uma necessária revitalização da História Antiga, tornando-a mais atrativa para os jovens pesquisadores que adentram hoje os cursos de graduação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTO:

CICERO, M. T. *De Officiis*. Londres: *Loeb Classical Library*, 1912.

OBRAS DE REFERÊNCIA:

ANDREAU, J. *Banking and Business in the Roman World*. Cambridge: *Cambridge University Press*, 1999.

ANDREAU, J. *The Economy of the Roman World*. Ann Arbor: *Michigan Classical Press*, 2015.

BADIAN, E. *Publicans and Sinners: Private enterprise in the service of the Roman Republic*. Oxford: Basil Blackwell, 1972.

BADIAN, E. *Roman Imperialism in the Late Republic.* Oxford: Basil Blackwell, 1968.

BRUNT, P. A. *Social Conflicts in the Roman Republic*. Nova Iorque: W. W. Norton & *Company*, 1974.

BRUNT, P. A. *The Fall of the Roman Republic and related essays*. Oxford: *Clarendon Press*, 1988.

CARDOSO, C. A economia e as concepções econômicas no Egito faraônico: síntese de alguns debates. *História Econômica e História de Empresas*, v.1, p. 151 – 177, 2003, ISSN 1519-3314.

CARDOSO, C. *Sete Olhares Sobre a Antiguidade*. Brasília, UnB, 1994.

CARDOSO, C; BRIGNOLI, H. *Os Métodos da História*: Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

"*Dossier: Los Campesinos en la Historia*". Buenos Aires: *Sociedades precapitalistas – Centro de Estudios de Sociedades Precapitalistas Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Universidad Nacional de La Plata*, *enero-diciembre* 2021, v. 11, ISSN 2250 – 5121.

FINLEY, M. I. *Ancient Economy*. Berkeley: *University of California Press*, 1999.

FINLEY, M. I. *História Antiga: testemunhos e modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FRANK, T. *An Economic Survey of Ancient Rome*. 6 vols**.** Baltimore: *The Johns Hopkins Press*, 1933- 1940.

FREDERIKSEN, M. W. *Caesar, Cicero and the Problem of Debt*. *The Journal of Roman Studies*, Londres, v. 56, *Parts 1 and 2*, p. 128 – 141, 1966.

GAIA, D. V. Profissionais das finanças na Antiguidade Romana: os *Faeneratores* no final da República e início do Império*. História Unisinos*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 3, p. 651 - 660, 2018.

GODELIER, M. *Economias e sociedades: abordagens funcionalista, estruturalista e marxista*. *In*: CARVALHO, E. A. (Org). *Antropologia Econômica***.** São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

GODELIER, M. *Rationality and Irrationality in Economics*. Nova York: *Monthly Review Press*, 1972.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere v. 3***.** Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KOVALIOV, S. I. *Historia de Roma*. Vol II. *La República* (*desde la primera guerra púnica hasta la caída de la República*). Buenos Aires: Editorial Futuro, 1959.

KNUST, J. E. M. Economia antiga e Racionalidade limitada: Uma Crítica ao Uso de Modelos Neomodernistas. *Revista Cantareira*, n. 25, p. 214 – 229, 2016.

KNUST, J. E. M. Um passado romano para um presente capitalista: A Economia Romana em dois séculos de História Econômica. *História e Luta de Classes*, v. 14, p. 18 - 22, 2012.

KULA, W. *Problemas y métodos de la Historia Economica*. Barcelona: Península, 1977.

LANGE, O. *Political Economy*. Vol. 1. Oxford: Pergamon, 1963.

LOSURDO, D. *Contra-História do Liberalismo*. Aparecida: Editora Ideias e Letras, 2006.

MARTINS, A. M. S; NEVES, L. M. W. Cultura, Educação, Dominação: Gramsci, Thompson, Williams. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, nº 55, p. 73-93, março de 2014.

MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

NICOLET, C. *Les classes dirigeantes romaines sous la République: Ordre senatorial et ordre équestre*. Paris: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 32e *Année*, nº4, p. 726 – 755, Jul. – Aug 1977.

NICOLET, C. *Rendre à César: économie et société dans la Rome antique***.** Paris: Gallimard, 1988.

PALMEIRA, M.S. *Moses Finley e a "economia antiga": A produção social de uma inovação historiográfica*. 2007. 204f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

POLANYI, K. *Aristotle Discovers the Economy*. *In*: POLANYI, K; ARENSEBERG, C. M.; PEARSON, H. W. *Trade and Market in the Early Empires*. Glencoe: *The Free Press*, 1957.

REINHOLD, M. *Historian of the Classic World. A Critique of Rostovtzeff.* Nova Iorque: *Science & Society,* vol. 10, nº 4, Guildford *press*, p. 361 – 391, 1946.

ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma***.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SHATZMAN, I. *Senatorial Wealth and Roman Politics*. Bruxelas: Latomus, 1975.

SCHIAVONE, A. *Uma História Rompida*: Roma Antiga e Ocidente Moderno. São Paulo: EdUSP, 2005.

STE. CROIX, G. *The Class Struggle in the Ancient Greek World: From the Archaic Age to the Arab Conquest*. Nova Iorque: *Cornell University Press*, 1981.

TEMIN, P. *Financial Intermediation in the Early Roman Empire*. Cambridge*: The Journal of Economic History*, Vol. 64, No. 3, p. 705, 733, Set., 2004.

THOMPSON, E. *Costumes em Comum*: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TONER, J. *Popular Culture in Ancient Rome*. Cambridge: Polity Press, 2009.

VERBOVEN, K. *Faeneratores, negotiatores and financial intermediation in the Roman world (late Republic and early Empire)*. *In*: Verboven K. & Vandorpe K. & Chankowski V. (edd.), *Pistoi dia tèn technèn. Bankers Loans and Archives in*

the Ancient World. Studies in honour of Raymond Bogaert. Leuven: Peeters, p. 211 – 229, 2008, p. 211-229 (Studia Hellenistica 44).

VILAR, P. *Desenvolvimento Económico e Análise Histórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

WEBER, M. *História Agrária Romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WILLIAMS, R. *Marxism and Literature*. Oxford: *Oxford University Press*, 1977.

ZUCCHETTI, E; CIMINO, A. M. (orgs). *Antonio Gramsci and the Ancient World*. Londres: Routledge, 2021.

Recebido em 16/03/2023.

Aprovado para publicação em 31/10/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

RESENHA

KLAFKE, Antonio Álvaro; WEIMER, Rodrigo de Azevedo; FURINI, Vinícius Reis. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022. **A cidade que devora malocas:** habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c. 1943-c. 1973)

REVIEW

KLAFKE, Antonio Álvaro; WEIMER, Rodrigo de Azevedo; FURINI, Vinícius Reis. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022. **The city that devours malocas**: popular housing and the urban space of Porto Alegre (c. 1943-c. 1973)

LUÍSA MACHADO MONTEDO DE OLIVEIRA[1]

A cidade que devora malocas conquistou o primeiro lugar na categoria Ciências Sociais Aplicadas no 9º prêmio da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (Abeu). A obra, escrita a seis mãos, pelos historiadores Álvaro Klafke, Rodrigo Weimer e Vinícius Furini, narra o processo de surgimento das vilas populares entre os anos de 1943-1973, e como se deu a exclusão urbana em relação às classes subalternas-, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, chamadas então de vilas de “malocas”.

O livro, publicado em 2022 pela editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), está divido em sete capítulos.

Inicialmente, no capítulo um, intitulado “O que é uma maloca? Favelas, malocas e maloqueiros”, os autores utilizam-se do olhar da imprensa sobre as vilas de malocas (p.30) e buscam a etimologia das palavras para defini-las. Desta forma, chamam a atenção para a visão pejorativa construída em cima das expressões. Como exemplo, citaremos a definição de “maloqueiro”, descrita do Dicionário de Língua Portuguesa Houaiss de 1823:

> Menor que vagueia pelas ruas, pedindo dinheiro e praticando pequenos furtos; pivete; indivíduo andrajoso, malcriado, grosseiro;

[1] Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: luisamontedo@gmail.com

marginal; que vive ou pernoita em maloca (p.32).

Conquanto, o segundo capítulo, denominado “Raça e cor nas vilas de malocas”, os autores apontam para o fato de terem dificuldades de localizar a cor dos “maloqueiros” nas fontes administrativas. Destarte, as cores dos sujeitos normalmente são mencionadas em jornais, quando há alguma notícia sobre crimes ou tráfico de drogas. Quando a observação de um delito ocorre envolvendo uma pessoa branca, habitualmente a classificação de cor é omitida. Os marcadores de cor e raça aparecem sempre associados a algo pejorativo quando o indivíduo é negro; quando branco, ele é quase “incolor”, assim relatam as páginas policiais de alguns periódicos de Porto Alegre.

No terceiro tópico, “O crescimento da cidade e as malocas”, é ressaltado que as “vilas” são empurradas para áreas periféricas da cidade quando o centro encontra-se em expansão, e isto está diretamente ligado ao mercado imobiliário. No período da ditadura civil-militar brasileira, a transferência de malocas para conjuntos habitacionais mais distantes das áreas centrais foi um projeto político. Os autores destacam a fala da senhora Julia Rodrigues Lourenço, retirada da Ilhota e realocada na Restinga, ainda na década de 1960. Quando o entrevistador pergunta à Dona Julia como foi essa remoção forçada, a interlocutora responde que: “é no tempo do Castelo Branco”. Essa política de Estado de “favelização”, que ocorreu não só no Rio Grande do Sul, como no Rio de Janeiro, foi um fracasso, pois não logrou seu objetivo de dirimir a “proliferação” das vilas de malocas.

No capítulo quatro, intitulado “Flagelados pelas coisas da vida”, os autores utilizam-se da História oral para embasar seus argumentos. Importante evidenciar que as entrevistas não foram elaboradas por eles, mas fazem parte de um projeto denominado “Memórias dos Bairros”, vinculado à prefeitura de Porto Alegre, durante os governos petistas, nas décadas de 1980 e 1990. Durante as entrevistas com os moradores de bairros periféricos de Porto Alegre, fica evidente que se estabelecer em uma vila popular “representava a pior das alternativas (p.86)”, induzida pela necessidade econômica, pois pagar aluguel em áreas centrais tornava-se

inviável devido ao custo elevado. Da mesma forma, “a irregularidade de boa parte das ocupações nas vilas de destino viabilizava moradia gratuita (p.87)”, o que acaba por tornar-se um atrativo para trabalhadores mal remunerados. Pelos depoimentos, nota-se que as mudanças para as vilas não foram uma opção, mas sim um modo de coerção, em especial econômica, adotado como política pela prefeitura municipal da época - 1943-1973. Conforme os autores,

> Com base nos depoimentos (...) podemos inferir que ocupar uma “vila de malocas” entre os anos 1950-1970, constituía predominantemente um fator de desagrado, algo a que se era compelido ou obrigado. É possível, que décadas depois, alguns moradores, talvez influenciados por filhos nascidos ou criados na comunidade, positivassem a instalação de residências no local. No entanto, a ênfase da maior parte das entrevistas realizadas com idosos (...) está na impotência perante fatores econômicos ou extraeconômicos (p.89).

Na quinta parte, “Relatos da vida nas vilas populares”, Klafke, Weimer e Furini retomam o depoimento de dona Zeli Barbosa, que viveu durante parte da década de 1960 e início de 1970 na Ilhota. Os escritos têm caráter memorialístico e tratam da vida de uma mulher vivendo em uma “maloca” na cidade de Porto Alegre. Desta forma, é feita uma aproximação com as memórias de Carolina Maria de Jesus, uma mulher negra, também “favelada”, que ficou internacionalmente conhecida por sua escrita, fortemente marcada pelo atravessamento da fome. No mesmo capitulo, os autores discorrem sobre as formas de violência dentro das “vilas”, sejam elas policiais, estatais, ou por parte dos códigos de honra, que permeavam o imaginário dos moradores, em especial dos homens, quando recorriam a fazer justiça com as próprias mãos; em ralação às mulheres, “a arma utilizada pelas mesmas era a fofoca, a qual se evidencia tanto nos relatos de Zeli Barbosa como nos de Carolina de Jesus (p.104)”. Ambas autoras registraram serem avessas às fofocas que circulavam no lugar em que residiam, colocando-se, muitas vezes, alheias às situações que ocorriam nas vilas, por se sentirem não pertencentes ao ambiente em que viviam, criando-se, desta forma, uma relação de alteridade com os demais habitantes.

Na penúltima parte da obra, os autores tratam das representações criadas das "vilas de malocas", através dos periódicos *Correio do Povo* e *Diário de Notícias,* estabelecendo relação entre o desenvolvimento da metrópole -Porto Alegre- e as vilas de populações postas às margens da sociedade. Através da análise dos mencionados jornais, os escritores destacam cinco importantes pontos que surgiram a partir da análise dos jornais: êxodo rural, habitação, cotidiano, estigma e remoções. Entre os pontos citados, dado o caráter sucinto que uma resenha deve ter, exporemos somente um, que acreditamos que tenha maior relevância: o êxodo rural. É ressaltado que os periódicos insistiam em apontar o caráter da migração rural em direção a Porto Alegre, isso se daria devido a dois fatores conectados:

> A histórica situação de desassistência às populações do campo (...); e a conjuntura de industrialização em torno das grandes cidades, absorvendo parte da mão de obra que deixava o campo em busca de sustento (p.119, 120).

No entanto, o desenvolvimento dos equipamentos urbanos não acompanharia o ritmo migratório ditado por tais fatores.

E, por fim, o sétimo e último capitulo, de título "Apanhado sintético de dez vilas de malocas", é feita uma compilação do que já foi abordado no decorrer da obra, através do exemplo de algumas vilas de Porto Alegre.

Em síntese, a relevância da obra consiste em um novo olhar lançado sobre as vilas de malocas em Porto Alegre e toda sua gente que as habitam. Com um viés higienista, as políticas de remoção das vilas foram um fracasso, pois, mais do que deslocar vilas de um lugar para o outro, o poder público as multiplicou, visto que, "em diversos casos, elas deixaram reminiscências em seus lugares de origem, ao mesmo tempo em que se desdobraram em novos espaços (p.186)".

A diversidade de fontes utilizadas pelos autores, bem como a análise requintada das mesmas, teve como fruto uma obra inédita do ponto de vista historiográfico, pois possibilitou uma nova interpretação das relações centro-periferia, constituídas, primeiramente, a partir de valores classistas e racistas; desta forma, nota-se que as vilas de malocas foram

estigmatizadas, como foi possível observar através da análise dos periódicos que circulavam à época.

O ineditismo também consiste em apontar para uma forte diversidade étnica nas periferias, sendo que o senso comum sempre olhou para esses lugares como “depósito” de pessoas negras, em especial no período do pós-abolição. Os autores apontam que, em meados do século XX, a maioria da população que habitava as vilas de malocas era de pessoas brancas e pobres.

E, por fim, também são destacadas durante a escrita as formas de resistência da população das vilas frente à repressão do Estado. Como já mencionado, existiam maneiras de organização e códigos morais vigentes nesses espaços, sendo assim, os moradores organizavam-se coletivamente para buscar frear as injustiças que ocorriam dentro do ambiente em que habitavam, essas pessoas procuravam ajuda policial, por exemplo, somente em último caso, quando os crimes extrapolavam a esfera dos códigos morais.

Em síntese, o livro se faz necessário quando visa compreender a dinâmica da desigualdade social na contemporaneidade na cidade de Porto Alegre. Bem como, apresenta uma ampla diversidade de fontes e mapas, o que possibilita ao leitor a opção de visualizar o cenário geográfico da urbe. O livro narra a história de uma cidade, assim como a de seus moradores, e mostra uma paisagem onde a agência dos indivíduos é privilegiada. A expansão das vilas continua atualmente, haja vista a desigualdade social pulsante, as pessoas são empurradas para as margens de uma cidade que *devora malocas*.

REFERÊNCIA:

KLAFKE, Antonio Álvaro; WEIMER, Rodrigo de Azevedo; FURINI, Vinícius Reis. **A cidade que devora malocas Habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c. 1943-c. 1973),** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.

Recebido em 11/04/2024.

Aprovado para publicação em 29/07/2024.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A MÚSICA POP DO TEMPO PRESENTE PODE SER FONTE DE PESQUISA HISTORIOGRÁFICA?

Entrevista com Igor Lemos Moreira

CAN PRESENT-TIME POP MUSIC BE A SOURCE OF HISTORIOGRAPHICAL RESEARCH?

Interview with Igor Lemos Moreira

LUCA LIMA IACOMINI[1]

IGOR LEMOS MOREIRA[2]

RESUMO

Igor Lemos Moreira é graduado, mestre e doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). No momento em que ocorreu a entrevista, cursava o doutorado, tendo feito período sanduíche na University of Miami, nos Estados Unidos. Sua trajetória de estudar a música pop na História do Tempo Presente inspirou a presente entrevista, que aconteceu no dia 23 de fevereiro de 2023 via Google Meet. Atualmente, Moreira realiza estágio pós-doutoral na Universidade Federal de São Paulo. Para essa entrevista, foram selecionados alguns temas que perpassam a trajetória de estudos do autor, que são a música pop latina, a presença feminina na música e a mobilização midiática da cultura latina e latino-americana, especialmente via internet. O autor discute a lacuna historiográfica de pesquisas sobre a cultura pop, estabelecendo o diferencial do ofício historiográfico em relação a trabalhos na área da Comunicação. Também trabalha com engajamentos políticos na indústria musical, tomando como base especialmente as artistas que estudou em seu mestrado e doutorado, as cantoras cubanas Camila Cabello e Gloria Estefan. Moreira também conversou sobre a nova fase da cultura latina no cenário internacional, a exemplo da cantora Anitta e do dramaturgo Lin-Manuel Miranda. Outros temas como Taylor Swift e a participação feminina na indústria musical, usos da cultura pop em sala de aula e cultura do cancelamento também podem ser conferidos nessa leitura.

Palavras-chave: Música Pop; História do Tempo Presente; Cultura Pop.

ABSTRACT

[1] Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e bolsista da CAPES. Possui graduação e mestrado pela mesma instituição. E-mail: iacomini.luca@gmail.com

[2] Pós-doutorando pela Universidade Federal de São Paulo e professor substituto no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina. Possui graduação, mestrado e doutorado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: igorlemoreira@gmail.com

Igor Lemos Moreira holds a degree, master's degree, and doctorate in History from the State University of Santa Catarina (UDESC). At the time of the interview, he was pursuing his doctorate, having completed a sandwich period at the University of Miami, in the United States. His trajectory of studying pop music in the History of the Present Time inspired this interview, which took place on February 23, 2023 via Google Meet. Moreira is currently doing a postdoctoral internship at the Federal University of São Paulo. For this interview, some themes that permeate the author's trajectory of studies were selected, which are Latin pop music, the female presence in music, and the media mobilization of Latin and Latin American culture, especially via the internet. The author discusses the historiographical gap in research on pop culture, establishing the difference between the historiographical profession and works in the area of Communication. He also works with political engagements in the music industry, taking as a basis especially the artists he studied in his master's and doctorate degrees, the Cuban singers Camila Cabello and Gloria Estefan. Moreira also talked about the new phase of Latin culture on the international scene, such as singer Anitta and playwright Lin-Manuel Miranda. Other topics such as Taylor Swift and female participation in the music industry, uses of pop culture in the classroom and cancel culture can also be found in this reading.

Keywords: Pop music; Present Time History; Pop Culture.

LUCA LIMA IACOMINI: PRIMEIRAMENTE, VOCÊ PODE FALAR UM POUCO DA SUA TRAJETÓRIA ACADÊMICA SOBRE COMO CHEGOU AOS TEMAS QUE TEM ESTUDADO?

Igor Lemos Moreira: Eu entrei na história para ser paleontólogo e eu sempre gosto de falar sobre isso porque mostra que na graduação nada é certo e na nossa vida nada é certo. Inclusive a instituição que eu escolhi fazer a graduação, que foi a Universidade do Estado de Santa Catarina, foi justamente porque ela tinha a cadeira de pré-história geral e do Brasil como disciplina obrigatória. E até hoje a Luísa, que foi minha professora, ri porque eu falo que ela acabou com meu sonho na primeira aula, falando que não se aprende sobre dinossauros numa disciplina de pré-história. E eu precisei aprender a me reinventar. Passei por um monte de coisa. Fui da história da loucura à história moderna. Lá por 2014 eu conheci uma professora que estava para licença para tratamento médico, que era a Márcia Ramos de Oliveira. Em 2015 a Márcia volta e eu entro para o laboratório do qual a Márcia fazia parte, que é o Laboratório de Imagem e Som. A Márcia me abraçou, com muita delicadeza, muito comprometimento,

como uma mãe acadêmica para mim. Ela pesquisava música, mas não música pop. E a gente trabalhava com muitas coisas, como História Pública, História Oral. Eu mostrava muitas coisas para ela do mundo pop, porque ela pesquisava samba, fado. Um dia, conversando sobre a Meghan Trainor e sua música *NØ*, surgiu o primeiro trabalho que eu fiz para a disciplina dela.

Meu TCC foi sobre a cobertura da imprensa brasileira sobre a Primeira Guerra Mundial, mais especificamente em Santa Catarina. Quando o plano de ser paleontólogo falhou, eu automaticamente recalculei a rota, e decidi prosseguir com a carreira acadêmica. Eu ficava muito chocado, e falava com todo mundo "gente, tem um monte de gente que trabalha rock, tem um monte de gente que trabalha samba e não tem um trabalho no Brasil sobre Sandy e Junior, não tem um trabalho no Brasil sobre *É o Tchan*, qualquer coisa de música pop, parece que a música pop não existe". E tanto a Márcia quanto a minha orientadora de TCC, Ana Luiza Mello Santiago de Andrade, embarcaram nesse meu discurso inconformado, enquanto eu escrevia o projeto para o mestrado. Eu ia trabalhar com as princesas reais da Disney, então ia ver a diferença entre as produções do Walt Disney para animação como Branca de Neve e tal, e como que isso acaba depois no século XXI se transformando em Selena Gomez, Demi Lovato, a casa do Mickey, esse universo. No final, quando a gente começou a ver que ia ser muito difícil de alguma banca aceitar, o meu projeto de mestrado mudou: foi um projeto sobre a história da música pop internacional na mídia brasileira. Eu ia trabalhar com o Fifth Harmony e o 5 Seconds of Summer para ter uma discussão de gênero ali porque era uma *boy band* e uma *girl band* e como isso reverberava na ideia do tipo ideal da indústria para o segmento jovem, esse grupo uniformizado que canta, que dança, que canta em uníssono. O projeto passou na UDESC, sob a orientação da Márcia. Só que eu não contava que a Camila Cabello ia sair do Fifth Harmony, e depois de sair ela estava meio perdida na indústria e a indústria estava perdida com ela, porque até então os precedentes de uma artista que saiu de um grupo e fez sucesso, eram poucos, além de alguns casos como a Diana Ross e a Beyoncé. Não é comum alguém sair de um grupo e essa pessoa dar certo, normalmente o grupo morre e a artista se torna aquela pessoa que lança uma coisa ou outra, mas não consegue emplacar sucessos. E a Márcia falou: "olha, as aulas não começaram ainda, acompanha o

que a Camila vai fazer". A Camila lançou *Havana* e *Oh My God*, se eu não me engano em julho de 2017. As minhas aulas começavam em agosto de 2017. Eu lembro do dia em que eu ouvi *Havana* e *Oh My God* pela primeira vez, que foi o dia que eu tava indo pra UDESC e eu mandei um *e-mail* para a Márcia e disse: "escuta essas duas músicas". Eu sempre fui apaixonado por América Latina, sempre quis trabalhar com América Latina em algum momento, mas acabei deixando de lado, até que a Camila lançou *Havana* e *Oh My God*. Foi aí que eu decidi que eu ia estudar a Camila Cabello. E foi aquele choque pra toda minha turma.

A dissertação foi escrita justamente no calor da hora. Aquilo que os historiadores da França da História do Tempo Presente dizem que a gente não pode fazer eu fiz, porque a todo momento eu não sabia pra onde a minha pesquisa ia. Estourou a questão dos *dreamers* nos Estados Unidos e toda política de imigração do Trump que alçou a Camila a um outro patamar que eu não podia imaginar. O videoclipe de *Havana* teve um engajamento político que eu não conseguia e acho que nem a Camila projetava esse engajamento político que ia ter, porque *Havana* foi lançado como *reggaeton.* A própria Camila admitiu isso em dado momento. Não foi uma coisa tão pensada quanto as produções anteriores dela estavam tendo. Só pra ter ideia, o terceiro capítulo da minha dissertação é sobre o álbum *Camila*, e eu escrevi só depois que o álbum foi lançado, quando estava na metade do mestrado. Eu fui para a qualificação sem saber o que o álbum ia falar. A banca, naquele momento, elogiou muito meu trabalho, inclusive recomendou para o colegiado do curso que fosse encaminhado direto pro doutorado, que eu fizesse a progressão. Só que todo mundo reconheceu: "Olha, o terceiro capítulo ninguém sabe o que vai ser", porque não tinha o material. Acho que isso foi uma das coisas mais empolgantes, mas que eu acho que não tenho saúde mental e energia para lidar de novo.

Depois eu acabei descobrindo a Gloria Estefan, e comecei a perceber esse engajamento político, que sempre era uma das questões que mais faziam as pessoas em eventos acadêmicos entenderem a importância de estudar sobre o assunto. Só que a Gloria era uma cantora cubana exilada da primeira geração, porque o pai da Gloria era guarda-costas do Fulgêncio Batista, quando estourou a revolução. Quando eu vi aquela informação, estourou uma chavinha para mim.

Como é que uma cantora de música pop é tão próxima assim do anticastrismo? Porque até então a questão da Camila nunca foi o anticastrismo, a Camila nunca falou sobre a revolução. Aí eu me deparei com as coisas da Gloria, que era só a revolução. Era uma outra fase dos cantores latinos e das cantoras latinas, em que a preocupação deles era legitimar o pertencimento deles aos Estados Unidos, mas também falar sobre essa América Latina do século XX, que é um caos, porque tem revolução, tem golpe, tem tentativa de retomada do poder, tem movimento de redemocratização... Tudo isso em independência que tem poucas décadas em muitos países. E aí eu fiz o projeto no doutorado, que eu pensei muito sobre estudar as representações de América Latina na Gloria. Eu tinha lido recentemente a biografia da Lucy O'Brien sobre a Madonna, que é uma biografia acadêmica, a Lucy O'Brien é uma acadêmica que fez uma biografia sobre um artista de que ela não gostava. E em dado momento ela falava que a Gloria Estefan é a Madonna na música latina. Só que daí conforme eu fui mergulhando cada vez mais na Gloria, eu fui descobrindo uma outra Gloria Estefan, uma Gloria Estefan que representou aos Estados Unidos na ONU, por exemplo, que discutia publicamente pela imprensa com Fidel Castro, que era ouvida pelo Fidel Castro, que apelidava ela de *la ballarina* para tentar diminuir o potencial dela e que proibiu, na assembleia da ONU, que a delegação cubana falasse com a Gloria. E surgiu o projeto da tese. Mas de novo, essas coisas nunca foram projetadas. Por incrível que pareça, as coisas sempre foram acontecendo. Eu não imaginava nem que eu conheceria a Gloria em determinado momento da pesquisa, entrevistar a Gloria no meio da pesquisa. Então como eu cheguei e esses temas? Foi uma série de eventos imprevistos.

LLI: EXISTE UMA DIFERENÇA DE 40 ANOS ENTRE GLORIA ESTEFAN E CAMILA CABELLO. MAS QUAIS FORAM OS PONTOS COMUNS QUE VOCÊ ENCONTROU?

ILM: É muito interessante perceber as diferenças e entender o quanto que essa música latina e a música pop se modificaram. As duas saem de Cuba muito jovens, a Gloria com dois anos, a Camila sai com cinco ou seis anos, e em processos muito diferentes. A Gloria sai na primeira onda do exílio. O pai dela é ameaçado de morte em Cuba, porque ele não é guarda-costas do Fulgêncio,

mas da primeira-dama, o que é um status ainda maior, porque guarda-costas do Fulgêncio tem um monte, mas os guarda-costas da primeira-dama havia menos. E a Camila sai num outro momento, no Período Especial em Tempos de Paz, o pai dela cruza a fronteira indocumentado, porque é mexicano. É um outro período da história de Cuba. Para ser um pouco mais sucinto, cada uma é filha de seu tempo. As preocupações da Camila não são as preocupações da comunidade cubana, são as preocupações da comunidade latina nos Estados Unidos. Um dos grandes choques para mim com relação a Camila na história dos *dreamers* foi pegar os *links* de imigrantes deportados e ver que quase não havia cubanos deportados. Claro, porque os cubanos não são imigrantes, são refugiados para a política estadunidense. A gente pode discutir o que é refúgio, que é exílio, mas para os Estados Unidos eles são refugiados, o visto deles é de refugiados.

Já a preocupação da Gloria era o exílio. Elas têm engajamentos políticos distintos porque o contexto em que elas se inserem permite isso. A Camila não precisa mais se envolver, não precisa se engajar tanto nas questões sobre Cuba, porque a geração que ela representa não está tão preocupada com isso. Está preocupada com os embargos, por exemplo. Mas o anticastrismo não é mais tão forte. Inclusive tem um livro do Michael Bustamante muito bonito que fala sobre isso, que é o que o *Cuban Memory Wars*. A Gloria Estefan foi em muitos sentidos a voz do exílio para o anticastrismo, porque ela não era só a cantora que estava nas rádios, ela é a cantora que se encontra com Nelson Mandela, por exemplo, quando vai para a África do Sul. A Gloria se apresenta duas vezes para papas diferentes no Vaticano, e pede para que a Igreja Católica intervenha em Cuba. Ela representa, como eu falei, os Estados Unidos na ONU. Ela é uma das primeiras pessoas exiladas a se apresentar em Guantánamo. Até hoje ela fala que nunca esteve em Cuba, e tem muita discussão se Guantánamo é Cuba ou não, mas ela vai nesse projeto. Ela é uma das principais pessoas de referência para a administração Barack Obama sobre as questões latinas e cubanas nos Estados Unidos. Mas é muito doido pensar que uma artista pop acaba se tornando muitas vezes. No caso da Crise dos Balseiros, principalmente do Elián González, ela tinha acesso livre à Casa Branca. Ela conversava diretamente com a equipe responsável pelo processo legal e falava para a imprensa o que a equipe mandava ela falar. Existe documentação estadunidense falando sobre considerar o

nome dela para integrar uma comissão oficial do governo sobre a Crise dos Balseiros.

A Camila nunca teve essa projeção, ela é muito jovem, mas ela teve momentos de destaque igualmente, como ir para o meio da *Times Square* e fazer um show com as bandeiras e com os *dreamers* ao redor dela. A apresentação dela no Grammy, colocando todo mundo ali, desde o Ricky Martin até o J Balvin, com os d*reamers* junto, com o pai dela no palco. É um tipo de engajamento que a gente também pode ver na Shakira, na Jennifer Lopez, mas que no caso destas não é tão forte assim. O *Super Bowl* da Shakira e da Jennifer Lopez teve uma importância muito grande. A questão principalmente das crianças nas jaulas, tudo isso tem importância muito grande. As duas viveram a experiência de racialização dos Estados Unidos e de racismo muitas vezes? Sim, mas é um engajamento político muito distinto do que essas artistas cubanas têm.

LLI: O QUE TEM A DIZER SOBRE ESSA RELAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA E A MÚSICA NO TEMPO PRESENTE E COMO DIFERENCIAR UM TRABALHO HISTORIOGRÁFICO DE UM TRABALHO NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO OU ESTUDOS CULTURAIS?

ILM: Vou começar pelo final. É um pequeno parêntese, digamos assim. Eu e o Ricardo Santhiago, meu orientador e irmão acadêmico, estamos organizando um livro sobre História e Cultura Pop e o meu texto é justamente sobre isso. Quando eu comecei a fazer essas pesquisas, tinha muito incômodo com isso. Quase não tem historiador no Brasil trabalhando com esse assunto, e é difícil achar nos Estados Unidos – e lá as formações são muito mais interdisciplinares. No Brasil tem um caso anterior ao meu, que é o do Elton John da Silva Farias, que terminou o doutorado recente agora na USP, ele trabalha mais com o *pop/rock*, com o Elton John. É muito angustiante não achar na História e achar na Comunicação e na Música trabalhos de excelente qualidade, mas que não são trabalhos historiográficos.

A primeira coisa que eu precisei fazer foi pensar o que eu faria de diferente em relação ao pessoal da comunicação. Porque estudar coisas do século XX, eles também fazem, historicizar esse processo é algo que não fazem tanto assim, porque a preocupação é a comunicação, mas alguns fazem. E aí eu precisei estabelecer na teoria da História quais as perspectivas de historiador que

trabalha com a música pop do ponto de vista historiográfico. São duas maneiras: tem o historiador que historiciza a música pop, toma-a como um processo, como uma cultura a ser analisada, que atravessa o nosso cotidiano. Falo muito isso para as pessoas: a cultura pop, aquilo que atravessa todo mundo, que ninguém dá a mínima bola, tem um potencial de mobilização social gigantesco, maior inclusive do que as mídias sociais que a gente tem visto toda a discussão sobre *fake news*.

O segmento de *fandoms*, por exemplo, consegue não só burlar, como mudar jogos eleitorais. O caso, por exemplo, da eleição do Trump, quando ele estava concorrendo com Joe Biden, e que os grupos de *k-pop* nos Estados Unidos deixaram o Trump sem ninguém na plateia porque compraram todos os *tickets* ali para ver o comício é um exemplo do potencial de mobilização que a cultura pop tem. Pode não parecer grande, mas é. Se a gente vê a questão dos ingressos para a turnê do RBD, se a gente ver o quanto que a turnê de Sandy e Junior mobilizou, mostra que existe algo que nos atravessa, ninguém sabe o que é, a gente chama de experiência, a gente se permite permear por ela e é ela que nos mobiliza. Para mim sempre foi esse o entendimento. Em primeiro lugar, o historiador historiciza esse processo. Mostra que não é efêmero. A música pop e a cultura pop podem parecer que sobrevivem da efemeridade, que sobrevivem do novo. Assim como a imprensa, assim como a mídia, assim como a *internet*. Mas no fundo, no fundo, para sobreviver ela precisa de um passado para se alimentar. Tem um livro que não é de historiador, mas que ajuda muito a pensar nisso, que é o *Retromania*, do Simon Reynolds. Ele é um dos primeiros a atentar para isso, que o pop depende do passado, depende da historicidade tanto dele quanto do uso passado. Do uso do passado ele não fala, sou eu que coloco essa questão que entra no meu segundo ponto da abordagem da História.

Para além de historicizar, o historiador que trabalha com música pop vai se ver constantemente lidando com a temporalidade. Não é toda a música que envolve temporalidade no sentido de uso do passado, com representações do passado. Mas um número muito expressivo dessas canções vai ter algum tipo de vínculo tanto com o presente quanto com esses usos de um passado que não passa. Às vezes é um passado que está só no nosso imaginário. E aí eu sempre dou esse exemplo, que é o caso do videoclipe da música *Dark Horse* da Katy

Perry, em que ela se veste de Cleópatra, se passa no Egito antigo. É um negócio que pesquisador de História Antiga deve surtar quando vê, da quantidade de anacronismo que existe, mas que tem um uso do passado, que dá base àquele videoclipe. A Camila, depois de *Havana*, lançou *Shameless,* e o vídeoclipe faz aquilo que a Madonna fazia em *Like a Prayer*, que era recorrer à religião e aos símbolos da Europa medieval para falar sobre o romance. E isso é um prato cheio para o historiador. Então são esses dois pontos: ele se coloca como a pessoa que historiciza a música pop e que pode perceber esse processo de usos temporais e de mobilização temporal vai influenciar na consciência e na cultura histórica, e em como jovens de 11, 12, até 30 anos, pensam sobre a sua identidade, seja uma identidade latino-americana ou juvenil.

Você pode analisar a música pop e a cultura pop como historiador de várias formas, a partir de vários campos. A História Cultural tem um prato cheio com a discussão sobre representações, por exemplo, sobre signos, sobre símbolos. A História Social tem um prato cheio se a pessoa quiser entrar numa veia meio “escola de Frankfurt” e se enveredar pelas opções de indústria cultural, Adorno e Horkheimer. Tem ali a História Política. Não é todo artista de música pop que é político engajado, mas tudo é político, então tem que pensar e discutir alguma coisa ligada a isso. Com a Selena Gomez dá para discutir um monte de coisa da ordem política sobre gênero que a produção dela acaba perpassando, mesmo ela não sendo uma artista com tanto engajamento. O Shawn Mendes é um artista canadense muito ativo em duas pastas políticas: juventude e meio ambiente. Tirando *Youth*, que é uma canção que ele lançou para falar sobre controle de armas nos Estados Unidos, nenhuma produção dele realmente tematiza a questão política diretamente, como se esperaria de um militante. É diferente de um outro artista no mesmo segmento, como o Troye Sivan, que compõe músicas sobre a questão dele se identificar como um artista *gay*, um artista *queer*. E muitas das produções dele trabalham com a questão da orientação sexual e da identidade de gênero dele. Mas são canções em que, às vezes, essas questões aparecem muito sutilizadas, porque a música pop não tem o perfil da música engajada, necessariamente. Ela assume esses contornos em muitos casos, principalmente pelo que o contexto discutido e pelo artista dá sentido.

É possível ter um milhão de abordagens, mas a História do Tempo Presente junta esse tripé [da História Cultural, Social e Política] que é a historicização da sociedade contemporânea. Ela permite com que a gente olhe para esse presente da música pop que nos atravessa com um olhar que não é imediatista.

A música pop é um gênero musical cujo *boom* vai acontecer nos anos 80. Só que ela, na prática, começa a se consolidar nos anos 50, quando havia o *pop rock.* O pop se torna comercial e midiático e o rock tenta se colocar como esse gênero *underground*, alternativo, mas se a gente pensar em Iron Maiden, Pearl Jam e até em U2, não tem nada de alternativo nesses artistas, existe um processo histórico que sempre dependeu dos usos do passado, das temporalidades. E a História do Tempo Presente ainda coloca um *plus* nesse processo que é pensar a circulação no presente das canções que às vezes tem 20, 30, 40 anos. A Madonna tem alcançado uma faixa etária nova nos últimos meses, porque as canções delas começaram a circular no *TikTok*. E aí que você vê adolescente de 15, 16, 17 anos que só ouve falar o nome da Madonna, mas não conhece a produção dela fazendo vídeos de dancinha com a produção dela. E a História do Tempo Presente nos ajuda a entender que a canção depende do presente. A música, independente se é pop ou não, depende do presente. Obviamente ela carrega a historicidade, mas ela é um produto sempre do presente, na medida em que ela depende dele para continuar existindo. A canção só toma o lugar se a gente escuta a canção. E aí entra uma discussão grande que tem na área da Musicologia, que é a canção-objeto e a canção como processo. Por tudo o que eu falei, já dá a entender que eu entendo a canção e a música como processo, não como objeto, porque ela é viva. Ela depende da nossa ação, depende do nosso compartilhamento. É por isso que ela se vincula tão grande com a História do Tempo Presente.

LLI: DE QUE FORMA PODEMOS USAR ESSAS CANÇÕES POP DE ARTISTAS TÃO CONHECIDOS ENTRE PÚBLICO JOVEM EM SALA DE AULA?

ILM: O meu artigo “Sobre História Pública e Ensino de História” na Educação Básica Revista foi uma experiência de estágio em que eu consegui trabalhar com a música pop em sala de aula, depois que a professora da turma ficou afastada. Eu vi nos alunos muitos comentários sobre a situação que tinha eclodido naquele

momento: o *blackface* que a *youtuber* Kéfera tinha feito quando fez a paródia de uma música da Rihanna. Naquele momento estávamos discutindo sobre o processo de descolonização africano e seus impactos na formação da identidade negra e das políticas de negritude. Eu parei e pensei: "estamos discutindo esse assunto, os alunos estão comentando sobre isso, então vamos puxar e trabalhar com aquele material". E desde então volta e meia alguém me pede para dar algum minicurso sobre a relação entre música pop ou cultura pop e ensino de História, e existe uma série de desafios. A Olivia Rodrigo está muito mais perto da realidade deles do que Sandy e Júnior. Mas nesse desafio há um potencial muito grande, porque a música pop aproxima muitas vezes o professor e seus alunos. Para mim, esse é o ponto central, já que implica uma outra forma de se trabalhar com documentação histórica em sala de aula, com fontes. O historiador que vai trabalhar com música pop, seja brasileira, seja estadunidense, inglesa, latino-americana, que trabalhar só com a letra impressa em sala de aula talvez não vai conseguir trabalhar, porque muitas vezes o sentido está no videoclipe. A música pop em sala de aula tem um potencial muito grande de lembrar, em parte, o sentido que a história ocupa na disciplina escolar no ensino básico, porque permite que nós, historiadores, levemos para sala de aula um tema contemporâneo, que toca diretamente os alunos. E eu já fiz isso no conteúdo de sexto ano uma vez. Eu disse aos alunos: "Sabe esse conteúdo de Egito Antigo que vocês ficam reclamando e perguntando para que vão usar isso na vida? Está vendo esse videoclipe aqui Katy Perry? Está vendo os usos que estão sendo feito desse imaginário do Egito Antigo? Talvez não tenha impacto nenhum na vida cotidiana de vocês. Não é necessariamente um processo que vocês vão usar no trabalho que vocês assumirem, mas é uma forma de vocês perceberem que é algo que está fazendo alusão ao passado e por que está fazendo para usar esse passado". Por que em *Havana*, a Camila no videoclipe vai assistir a um documentário em preto e branco que lembra as produções do Birô Interamericano e é transportada para os anos 50? Ela foi transportada para uma Cuba pré-revolucionária naquele videoclipe. E o que isso pode nos fazer pensar sobre a história da revolução cubana? Não é fácil fazer isso, mas a música pop em sala de aula tem esse potencial de problematizar o tempo que a gente vive. E aí entra a História

do Tempo Presente de novo em aproximar essas coisas tão distantes na cabeça deles ao cotidiano deles.

Eu sou, há alguns anos, professor voluntário em cursinhos comunitários, e a noção de orientação temporal dos alunos é muito complexa. A simultaneidade do tempo e a diacronia são uma coisa difícil de conseguir trabalhar com eles. Muitas vezes eu consigo trabalhar isso com eles usando a música pop, usando a cultura pop. Eu amo a música, mas às vezes usar um filme, um *videogame,* como a série *Assassins Creed*, é um prato cheio. A Marcella Albaine, por exemplo, tem um trabalho lindo sobre como trabalhar *videogame* em sala de aulas usando *Minecraft*, por exemplo. E os alunos podem construir e tentar reconstruir cidades gregas ou romanas usando o *videogame*. Acho que o desafio principal volta àquela nossa pergunta anterior, que nós enquanto historiadores consigamos nos destituir de qualquer juízo de valor. Que a gente não fique só na ideia de que a música em sala de aula tem que ser samba, MPB ou *rap*, por exemplo. Por que o *rap* tem uma aderência tão grande e a música pop não, sendo que muitas vezes o *rap* e a música pop se encontram?

LLI: UMA CARACTERÍSTICA DA SOCIEDADE DIGITAL CONTEMPORÂNEA É A CULTURA DO CANCELAMENTO. DE QUE FORMA PODEMOS LANÇAR UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO DO TEMPO PRESENTE SOBRE ESSE TEMA?

ILM: O livro *Diabo na água benta*, do Robert Darton, fala sobre a arte da difamação na França na crise do Antigo Regime. Não é uma cultura do cancelamento, mas nos dá um pouquinho de norte. A cultura do cancelamento sempre foi uma prática na música pop (e eu vou falar da música pop, que é onde eu me sinto mais seguro para falar). Mas ela não necessariamente sempre existiu da forma como a gente tem falado, inclusive chamando de cultura do cancelamento. A música pop, assim como rock, sempre foi atravessada por uma participação muito ativa das pessoas. A expectativa e realidade, os códigos éticos, nossos contratos sociais, regem o modo como olhamos para o mundo. Na música pop isso às vezes coloca algumas amarras e obrigações para as pessoas, além de mudanças de comportamento.

Só que atualmente a cultura do cancelamento vem se tornando um processo cada vez mais efêmero. Ela se torna uma política de momento, em que se

canaliza uma energia muito grande para aquilo. E aí volta o potencial da cultura pop de mobilização coletiva, que depois parecem sumir. Vou dar um exemplo. O guitarrista Santana compareceu a uma premiação usando uma camiseta do Che Guevara. E a Gloria Estefan ia lançar uma música em um álbum no qual ele participava. E a discussão foi tão intensa que ele foi cancelado pela base de fãs na Gloria. Aquilo rendeu matérias e matérias na imprensa, e a Gloria teve que se pronunciar. Fizeram uma coisa parecida com o que fizeram com a Karol Conká depois da edição de 2021 do *Big Brother Brasil*, de que ia sair um documentário sobre o álbum, e o Santana fala sobre esse assunto para tentar ter um agenciamento.

Nos Estados Unidos ao longo dos anos 80, 90, pessoas depois do *Disco Revolution*, a depender do caso da opinião política do artista, era muito comum a queima de discos em praça pública. A Gloria passou por situações assim. Ela muitas vezes foi cancelada pela comunidade exilada quando não cumpria com a expectativa deles sobre o que era uma artista exilada. Então a cultura do cancelamento não é nova, só que ela foi potencializada pela internet. Por quê? Porque a cultura do cancelamento no final do século XX – que estamos chamando assim apesar de ser meio anacrônico, embora Didi-Huberman afirme que é possível ser anacrônico às vezes – era algo pontual, de mídia, de imprensa, com fãs fazendo cartazes, tinha uma outra proporção. Hoje todo mundo pode ter uma conta no *Twitter*. Houve um aumento da possibilidade das pessoas se manifestarem com essa "democratização" da *internet* que nunca foi democrática. As pessoas da virada do milênio achavam que a internet era democrática e era, na verdade, parte de um projeto ultraliberal. A questão chave é que aquilo não impacta no potencial de mobilização ou no bolso desses artistas.

Se eu posso dar alguma contribuição sobre essa discussão é: nós precisamos historicizar a cultura do cancelamento para entender que ela não é nova, não é uma moda nova que está sendo inventada. Ela assumiu uma nova dimensão. Agora, como os historiadores e historiadoras vão lidar com isso? Não sei, mas logo vai surgir alguém que vai perceber essa energia, porque tem um dado, de que cada vez mais temos mais informação e muito dela não está sendo preservada em arquivos. Por exemplo, o Museu da Imagem e do Som muitas vezes não tem espaço para receber tanta produção que tem sido feita para fazer

salvaguarda. Assim como a Biblioteca Nacional recorrentemente fala que não tem espaço para receber um exemplar de cada livro que é publicado no Brasil. Só que, como muita coisa está sendo feita na internet, quem está salvando todo esse material? Como vamos estudar essa cultura do cancelamento daqui a cinco ou seis anos? É um desafio.

LLI: EM 2022, A CANTORA CARIOCA ANITTA FOI A PRIMEIRA PESSOA LATINO-AMERICANA A TER UMA MÚSICA EM PRIMEIRO LUGAR NO SPOTIFY. FOI UM MOMENTO QUE MOSTROU A INSERÇÃO DELA NO CENÁRIO MUSICAL INTERNACIONAL E ATÉ LHE RENDEU UMA INDICAÇÃO AO GRAMMY DE 2023 COMO ARTISTA REVELAÇÃO. COMO VOCÊ VÊ A INSERÇÃO DA MÚSICA LATINA NESSE CENÁRIO MAINSTREAM? E O QUE ESSA NOTORIEDADE DA ANITTA REPRESENTA PARA A MÚSICA BRASILEIRA?

ILM: Alguns pesquisadores da área de comunicação que falam que a Anitta simboliza para o Brasil uma chamada música pop-periférica. A Simone Pereira de Sá fala muito sobre isso. Só que a Anitta consegue ser uma multiartista no Brasil, que consegue transitar entre vários nichos de mercado e sabe disso. Ela soube entender que num determinado momento precisava de um tanto de uma base brasileira que desse projeção para ela. Aquele momento em que ela começa a lançar desde o *funk* ao sertanejo universitário não foi porque os artistas estavam convidando-a para fazer, foi pensando em construir essa base para ela poder ter cada vez mais público.

As plataformas digitais têm permitido que os artistas entendam muito o que funciona e o que não funciona numa velocidade muito grande. Essa é uma velocidade de mudança de prática de trabalho que não existia antes. O artista precisava, por exemplo, esperar uma semana, às vezes um mês ou um ano para ter um panorama maior da circulação nas paradas musicais. O artista lançava música, por exemplo, no dia 23 de fevereiro, e tinha que esperar até março para saber como é que aquela música estava indo, e começar a pensar a estratégia, ser chamado para televisão, ser chamado para rádio. Hoje em dia, as paradas musicais da *Billboard* são importantes pelo cânone e pelo *status* que ela tem. Mas as paradas nas plataformas digitais que dão resultados todo dia, quase que em tempo real, são o norte. E Anitta soube trabalhar muito bem com isso. O que ela fez com *Envolver* foi justamente isso. *Envolver* é uma canção com grande impacto e que foi muito escutada. Mas foi uma canção que soube usar a mídia

a favor dela. Em dado momento, quando *Envolver* e a Anitta viralizam no *TikTok* pelo *challenge,* a música começa a crescer nas paradas musicais. Quando chega no nível em que as pessoas percebem que *Envolver* entrou em um patamar considerado alto no *Spotify*, criou-se uma mobilização nacional pelas redes sociais. Naquela semana que havia chances de *Envolver* alcançar o *top* 1 global no *Spotify*, o *Instagram* de artistas famosos estava cheio de gente compartilhando a canção, fazendo *challenge,* para alimentar essa escuta. Isso é uma dinâmica nova, que os artistas dos anos 80 e 90 não tinham. O artista para conseguir emplacar nas paradas não tinha que ter *streaming*, ele tinha que vender disco. A música dele tinha que tocar no rádio. O trabalho era outro. A forma como o artista conseguia mobilizar os fãs pra ajudar esse trabalho e convencendo o fã a comprar quatro, cinco álbuns iguais para aumentar a venda, ou conseguir esgotar *show*.

A gente teve uma mudança de paradigma muito grande, mas que não é agora e vai se dando ao longo dos 90, e que a música pop latina soube reconhecer isso. O *boom* da música pop latina se dava nos anos 90 quando a gente vai ter companhias de teatro, canais de televisão, emissoras de rádio, programas de televisão sendo criados ou sendo potencializados para tratar da cultura latina nos Estados Unidos. E a gente sabe que os Estados Unidos irradiam tendências para o resto do mundo. Esse contexto, que muitos chamam de “explosão latina” é quando Shakira, Ricky Martin, Jennifer Lopez, Thalía, Selena, Julio Iglesias, Gloria Estefan vão ser massivamente circulados e redimensionados. E a música pop latina atinge formas midiáticas a seu favor. Em 2009, tanto o *funk* como *reggaeton,* que estão nesse guarda-chuva da música latina, reconhecem esse universo. Só que o momento deles não é mais o momento da televisão ou de estampar a capa do jornal. É o momento da *internet*. O KondZilla, no Brasil, entendeu isso de uma forma muito inteligente, porque começou a produzir videoclipe a rodo para o *YouTube* com baixo orçamento. O que houve foi uma nova percepção de como produzir música. E o mercado latino e a Anitta têm conseguido trabalhar isso de uma maneira inteligente. A música latina, principalmente segmento pop, é o terceiro segmento mais consumido no mundo e só perde para o *hip hop/rap* e para o próprio pop. A música pop latina já superou o *rock*, o *soul* e o *R&B*. Por quê? Porque consegue mobilizar os meios digitais. Tem conseguido

trabalhar de uma maneira muito perspicaz. Coisa que antes não tinha. Para um artista latino entrar para as paradas principais, como a Anitta entra, era muito dinheiro investido pela gravadora e a muito trabalho de rua mesmo, de *show*, de enviar as canções, de comprar horários nas rádios, isso é um fenômeno mundial.

A Anitta tem conseguido fazer a gente repensar a cultura brasileira como parte da cultura latino-americana. Não essa cultura latino-americana canonizada, da literatura, da canção engajada, mas da cultura latino-americana contemporânea. E ela faz isso na medida não só que ela se aproxima do *reggaeton*, mas ela faz esse trânsito com outros artistas, coisa que muita gente vai fazer. A Gloria Estefan tem música com o Alexandre Pires e com o Roberto Carlos, mas isso era visto como uma colaboração especial – assim como fizeram Luísa Sonza, Ludmilla e até Simone e Simaria, que têm música com o Sebastian Yatra. O diferencial da Anitta é que ela entende que a cultura brasileira é parte da cultura latino-americana como todo. Então ela transita entre esse universo o tempo todo. Quem também fez um pouco isso foi Pabllo Vittar com *Batidão Tropical*, mas não com tanta intensidade. A Anitta tem um papel central no redesenhar da ideia do que é a cultura brasileira e do que é a cultura brasileira ligada à América Latina.

LLI: VOCÊ TEM TRABALHADO BASTANTE COM TRAJETÓRIAS FEMININAS NA MÚSICA POP. EM 2019, A PREMIAÇÃO *BILLBOARD'S WOMEN IN MUSIC* CONSAGROU A TAYLOR SWIFT COMO PRÊMIO DE ARTISTA DA DÉCADA. O QUE ESSE RECONHECIMENTO DA CANTORA NOS DIZ SOBRE A MÚSICA E A SOCIEDADE NO TEMPO PRESENTE?

ILM: A indústria é uma das coisas que faz pesquisadores e pesquisadoras do gênero problematizar a sociedade contemporânea, porque ela trabalha com esses tipos ideais e ela impõe esse tipo ideal. Então, a música pop sempre foi caracterizada pela presença muito grande de artistas femininas, e isso remonta à própria constituição do campo, porque em dado momento, quando rock e o pop se dissociam, o pop passa a estar mais associado pelo perfil de entretenimento, pela ideia daquele período, que são o gênero mais comercial, o universo feminino e o *rock* passa a estar ligado a ideais de masculinidade, projetado nos dois campos. Tanto que é muito mais comum a gente ouvir falar em divas da música pop do que em "divos" da música pop. Por quê? Porque a música pop

carrega essa ideia e uma representação de feminilidade ligada ao corpo e à presença das mulheres. Tanto que o caso dos "divos", entre aspas, que a gente repara são muitas vezes artistas que transgridem os papéis de gênero nessa representação. Freddie Mercury, Elton John, Michael Jackson, são artistas que ao longo da sua carreira vão tensionando essa questão do que é o masculino e o feminino. A música pop tem isso como característica, muito pelo culto que ela tem em torno das figuras femininas. Em parte, isso tem a ver com a própria construção do canto, que prioriza a voz feminina, diva, a *primadona*, a imposição da voz. Depois, a cultura das performances dançantes que passam a estar associadas cada vez mais a um arquétipo da artista feminina. Então, em parte, esse entendimento sobre as mulheres serem predominantes na música pop remonta à história do próprio canto. Isso tem implicações muito grandes. Cada vez mais a gente tem cantoras de música pop que aparecem transgredindo esse processo, como Madonna, Britney Spears, Nicki Minaj, Miley Cyrus e até a Demi Lovato, quando transita entre o *rock* e o pop.

A música pop tem um potencial interessante pra se discutir as relações e as representações de papéis de gênero, e inclusive as contestações a isso. Porém, ironicamente, quando olhamos para as premiações, notamos que não vai muito por aí. Quem determina o artista que vai ganhar o Grammy, o Latin Grammy, o prêmio da *Billboard*, são academias. Em alguns casos as premiações são do voto popular, em que as pessoas falam que é um pouco mais democrático, embora, se o artista tiver uma *fanbase* grande, ele vai ganhar. Cantores de *k-pop* ganham muitos prêmios assim. E há premiações que são pela academia, que reúne não só artistas, mas empresários e pessoas do ramo. Não é o campo artístico na academia, é a indústria da cultura na academia que vai do artista ao produtor musical, do CEO ao compositor. Muitas vezes a questão de gênero fala muito alto na escolha dos artistas. Historicamente, há uma tendência de homens ganharem premiações no campo da música. No final, vou falar de um caso que mostra um pouco isso. Só que ao longo do tempo a gente tem visto que cada vez mais mulheres conseguindo ganhar as premiações muito por conta da base de fãs que elas têm. Então a ascensão desses artistas tem se dado muito por essa capacidade de mobilização e pela própria entrada de mulheres em posições de decisão.

O Latin Grammy foi fundado no final dos anos 2000. Acho que quase ninguém sabe isso e é legal de comentar para pesquisas futuras. Todo Latin Grammy – não sei se todo Grammy – gera um livro, como se fosse um catálogo da premiação, que tem informações sobre quem está concorrendo e sobre a indústria naquele ano. É como se fosse uma revista daquele ano e no final você tem as imagens de quem está nos comitês. E no primeiro Latin Grammy eram todos homens brancos que não estavam necessariamente no campo artístico. A grande maioria deles eram homens que trabalhavam no setor empresarial. Isso diz muito sobre como o Latin Grammy foi fundado. Isso tem mudado ao longo do tempo, tanto que muitas premiações ainda têm a categoria de artista feminino e artista masculino. Só que isso tem crescido e cada vez mais mulheres têm ganhado as premiações, principalmente de compositores, casos que muitas vezes foram atrelados ao universo masculino.

A Taylor Swift é uma artista que tem certa excepcionalidade, que é esse perfil de artista que remonta ao perfil dos anos 80 e 90, de artista compositor. Muitos artistas de música pop não são compositores. A Camila, a Taylor, a Demi Lovato, a Dua Lipa, a Olivia Rodrigo e a Billie Eillish, por exemplo, são. Só que por muito tempo isso não era tão comum. Muitas mulheres eram premiadas pela performance ou pela trajetória. A premiação para a Taylor cumpre a retomada desse perfil de cantoras que são compositoras. Mas não dá pensar que a indústria ficou mega revolucionária. O Grammy desse ano [2023] é um exemplo disso, porque quem ganhou muitas categorias principais foi o Harry Styles, quando grande parte do público considerava que muitos prêmios iriam para a Beyoncé e para a Adele. Em dado momento, quando o Harry Styles recebeu o prêmio de álbum do ano, ele fala: “isso não acontece muito com pessoas como eu com muita frequência”. Essa frase deu muita discussão, porque ele é um artista assumidamente bissexual, que transita na sua performance entre representações de masculino e feminino, mas havia artistas negras como Lizzo e Beyoncé concorrendo na mesma categoria. O que tem se suscitado muito é uma discussão sobre a seletividade dessa suposta “inclusão”, entre aspas, ou dessa abertura no Latin Grammy e do Grammy. A Taylor Swift tem se mostrado uma artista com muita atuação e com muito impacto na indústria, juntando composição e

performance. Mas é uma canção comercial, então, acho que o simbolismo está nessa questão de retomar o perfil de cantora e compositora.

LLI: OUTRO EXEMPLO DE CRESCIMENTO DO ESPAÇO DA MÚSICA LATINA É EM FILMES MUSICAIS. LIN-MANUEL MIRANDA, POR EXEMPLO, TRABALHOU EM PRODUÇÕES QUE TRATAM DA CULTURA LATINO-AMERICANA NA ÓTICA DOS ESTADOS UNIDOS. O QUE VOCÊ TEM A DIZER SOBRE PRODUÇÕES COMO ESSAS?

ILM: Eu vou até voltar num ponto em que eu falei ali sobre os anos 90. Os anos 90 tem esse *boom* da cultura latina nos Estados Unidos. E aí, repara uma questão importante que a gente precisa separar. O que é a cultura latina e o que é a cultura latino-americana? No Brasil, usamos as duas como sinônimo. No caso estadunidense, não. Cultura latina se refere um processo que junta os imigrantes, mas principalmente quem nasce e cresce sob essa influência. Quando a gente fala de cultura latino-americana, a nossa tendência é pensar a América Latina, e não necessariamente incorpora os Estados Unidos. Nos anos 90 a gente tem esse *boom* da cultura latina e um dos principais palcos vai ser o teatro, principalmente o teatro musical. O Lin-Manuel Miranda é parte desse processo, que a gente teve alguns outros artistas, por exemplo, em grupos como o Balé Hispânico de Nova York, os trabalhos do Randy Barceló e do Alberto Alonso também. Só que o Lin-Manuel Miranda ficou conhecido muito por conta das produções mais recentes, que viraram filmes, mas de obras pensadas para o teatro da *Broadway,* como *In The Heights* e *Hamilton*.

Lin-Manuel Miranda é ponto-riquenho, e as produções são lançadas em Nova York, tematizando a cultura nova-iorquina e a cultura porto-riquenha. *In The Heights* se passa no Harlem, um bairro étnico de Nova York, onde a gente tem representações cubanas, brasileiras, mexicanas, mas o mote narrativo ali é a questão porto-riquenha. A cultura latina tem vivido um novo rumo. O *reggaeton*, a Anitta, as produções do Lin-Manuel Miranda, *Havana*, integram uma nova fase. A gente teve o *boom* da música latina e da música pop latina nos anos 80, a gente teve o boom dos anos 90 e a gente está vendo um novo *boom*. Nós estamos vivendo esse processo, e é um processo que volta a tudo que a gente veio conversando até aqui, depende dos usos do passado e de uma relação com o tempo.

In The Heights trabalha direto com a história da segregação latina em Nova York e com a experiência desses imigrantes. *Hamilton* aborda a presença latina no processo de constituição dos Estados Unidos enquanto Estado e nação. Eu tenho acompanhado colegas professores universitários nos Estados Unidos completamente sensibilizados com os livros infantis que têm surgido falando sobre a identidade latina e a identidade latino-americana. E o Lin-Manuel Miranda tem sido uma peça-chave nesse processo, porque ele conseguiu uma notoriedade grande no teatro musical, conseguiu espaço com o *Hamilton* e tem conseguido cada vez mais espaço com essas produções e pautado outras produções que tentam pegar esse modelo, como as animações *Encanto* e *Vivo*. E olhando para a historicidade e os usos do passado, é possível analisar esse processo como historiador, não só como crítico social, comunicador ou músico.

LLI: PARA ENCERRAR, O QUE VOCÊ DIRIA PARA HISTORIADORES QUE QUEREM ESTUDAR A CULTURA POP DO TEMPO PRESENTE?

ILM: Eu citaria três coisas que eu prometo que vão ser muito compactas. A primeira é ter segurança de si. Tudo na história, enquanto pesquisador, parte não de uma ideia, mas de um movimento nosso de assumir aquilo. Se vai dar certo, se tem "legitimidade", entre aspas, importância historiográfica, quem vai dizer é a comunidade acadêmica, quem vai dizer são os pares. O que a gente tem que fazer é assumir esse compromisso, e é esse o segundo ponto que eu queria deixar de sugestão: assumir esse compromisso enquanto historiador, entendendo que a gente precisa constantemente construir esse processo, esses objetos, esses temas, como objetos da história. Como objetos que podem ser historicizados, para não cair no risco de produzir, por exemplo, jornalismo, comunicação, e não estar no campo da história. E aí a História Indisciplinada talvez seja um caminho interessante para repensar as bases que a gente tem. Então o primeiro é assumir, o segundo é se lembrar do nosso ofício, e o terceiro é estar aberto a olhar para o seu cotidiano. O historiador da música pop precisa exercitar o seu olhar para trabalhar com esse universo. Porque permeia a gente. É se permitir ser provocado pela cultura pop. Quem quer trabalhar com música e com cultura pop tem que se permitir ser tomado pelo sentimento de provocação que a música pop e a cultura pop têm. Se a pessoa se permitir assumir o seu lugar

como historiador e entender o que significa historicizar esse campo que não tem fórmula pronta, a pessoa tem tudo para fazer uma pesquisa de grande importância, de grande relevância e de grande impacto.

Recebido em 27/04/2023
Aprovado para publicação em 16/04/2024

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

Revista História em Reflexão, Vol. 19, N. 37 | jul. a dez. de 2024

A Revista Eletrônica História em Reflexão (REHR) é uma publicação do discentes de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH-UFGD).

A REHR recebe contribuições em fluxo contínuo e tem como objetivo divulgar trabalhos acadêmicos desenvolvidos na área da História que possibilitem refletir sobre o fazer histórico, bem como em suas relações com a Literatura, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a Linguística, Educação, entre outros, de forma a propiciar melhor compreensão nos estudos da História e promover a interdisciplinaridade. Ademais, não privilegia uma especificidade temática, na medida em que prevê a divulgação de trabalhos originais.

A Revista Eletrônica História em Reflexão, destina -se tanto a estudantes de graduação e pós-graduação que tenham interesse nos trabalhos publicados, assim como professores de graduação e pós-graduação. Aceita trabalhos em português, inglês e espanhol sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros, comentários sobre fontes inéditas, resumos expandidos de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, textos livres produção iconográfica e audiovisual e notas breves.

Esta edição, dividida em dois números dado considerável volume de publicações, se concentra em artigos sobre Ensino de História, dinâmicas políticas regionais, dentre outras temáticas congêneres. Orgulhosamente indicamos a leitura e apreciação desse novo número de História em Reflexão.

EQUIPE EDITORIAL

EDITOR CHEFE
Kevin Franco dos Santos

EDITORA ASSISTENTE
Silvia Ayabe

EDITORES/AS ASSOCIADOS/AS
Bianca Francisca da Silva Santos
Carla Maria Monteiro de Souza
Daiane Stefane Lima Antunes
Emanoel Jardel Alves Oliveira
Jackeline Kojima Matias Ikuta
Kacia Mikaela de Sousa
Lilia Maria da Silva Santos
Richardy Leal Oliveira

PARECERISTAS *AD HOC* NESTE NÚMERO
Ailson Barbosa de Oliveira
Alexandre Cougo
Alzira Salete Menegat
Camila Muhl
Carolina Cyrillo
Fabiano Coelho
Fabiano Quadros Rückert
Fabio da Silva Sousa
Francisco Fagundes de Paiva Neto
José Elias Pinheiro Neto
Lucas Barroso
Neli Machado
Nicole Claro Moreira de Morais
Paulo Henrique Martinez
Paulo Renato da Silva
Paulo Roberto de Oliveira
Ramon Feliphe Souza
Rodrigo Luis dos Santos
Sonia Meneses
Wilian Bonete

CONSELHO CONSULTIVO
Adriana Aparecida Pinto (UFGD)
Ana Maria Colling (UFGD)
Andrey Minin Martin (UFMS)
Anibal Herib Caballero Campos, Univ. Nacional de Canindeyú, Paraguai Cielo Zaidenwerg, Univ. de Barcelona, Espanha
Éder da Silva Novak (UFGD)
Edvaldo Sotana (UFMS)
Elenita Malta Pereira (UFSC)
Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Eudes Fernando Leite (UFGD)
Fabiano Coelho (UFGD)
Fabio da Silva Sousa (UFMS)
Fernando Perli (UFGD)
Jérri Roberto Marin (UFMS)
Jiani Fernando Langaro (UFU)
Jorge Eremites de Oliveira (UFPel)
Jorge Pagliarini Junior (UNESPAR)
José D'Assunção Barros (UFRRJ)
Leandro Baller (UFGD)
Linderval Augusto Monteiro (UFGD)
Losandro Antônio Tedeschi (UFGD)
Marcia Maria Medeiros (UEMS)
Maria Celma Borges (UFMS)
Mariana Esteves de Oliveira (UFMS)
Maristela Carneiro (UFMS)
Mírian Cristina de Moura Garrido (Unesp)
Nauk Maria de Jesus (UFGD)
Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD)
Protasio Paulo Langer (UFGD)
Ricardo Oliveira da Silva (UFMS)
Robert Wilton Wilcox, Northern Kentucky University, Estados Unidos
Robson Laverdi (UEPG)
Tânia Regina Zimmermann (UEMS)
Thiago Leandro Vieira Cavalcante (UFGD)
Vinicius Pereira de Oliveira (IFSul)